



Número: **0600053-82.2021.6.11.0000**

Classe: **AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO ELETIVO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Jurista 1 - Sebastião Monteiro da Costa Júnior**

Última distribuição : **23/03/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Perda de Cargo Eletivo por Desfiliação Partidária**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
EMILIO POPULO SOUZA MACHADO (REQUERENTE)	MARCELO ESTEVES LIMA (ADVOGADO) ROBELIA DA SILVA MENEZES (ADVOGADO) JOSE ANTONIO ROSA (ADVOGADO) RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO (ADVOGADO)
GILBERTO MOACIR CATTANI (REQUERIDO)	
PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DE MATO GROSSO (REQUERIDO)	
Procuradoria Regional Eleitoral (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
12630072	23/03/2021 15:52	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
12630122	23/03/2021 15:52	<a href="#">inicial emilio populo</a>	Petição Inicial Anexa
12630422	23/03/2021 15:52	<a href="#">PROCURAÇÃO EMILIO POPULO</a>	Procuração
12630172	23/03/2021 15:52	<a href="#">materia vgnoticias</a>	Documento de Comprovação
12630472	23/03/2021 15:52	<a href="#">materia RDNEWS</a>	Documento de Comprovação
12630522	23/03/2021 15:52	<a href="#">materia olhar direto</a>	Documento de Comprovação
12630222	23/03/2021 15:52	<a href="#">CERTIDAO FILIAÇÃO CATTANI</a>	Documento de Comprovação
12630272	23/03/2021 15:52	<a href="#">WhatsApp Image 2021-03-18 at 09.20.46</a>	Documento de Identificação
12630322	23/03/2021 15:52	<a href="#">WhatsApp Image 2021-03-19 at 09.56.15</a>	Documento de Comprovação
12630372	23/03/2021 15:52	<a href="#">Parecer 62 2021 e memorando</a>	Documento de Comprovação
12630572	23/03/2021 15:52	<a href="#">facebook-video (2) (1)</a>	Documento de Comprovação
12630622	23/03/2021 15:52	<a href="#">WhatsApp Image 2021-03-23 at 13.45.44</a>	Documento de Comprovação
12630672	23/03/2021 15:52	<a href="#">facebook-video (1)</a>	Documento de Comprovação
12630722	23/03/2021 15:52	<a href="#">WhatsApp Image 2021-03-23 at 13.44.32</a>	Documento de Comprovação
12662072	24/03/2021 10:43	<a href="#">Certidão</a>	Certidão

12663 672	24/03/2021 10:43	<a href="#">TELA DE ERRO PJE</a>	Documento de Comprovação
12664 122	24/03/2021 10:48	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
12664 322	24/03/2021 10:48	<a href="#">PROTOCOLO DE ATENDIMENTO INC 085724</a>	Documento de Comprovação
12873 972	26/03/2021 09:33	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
13250 772	05/04/2021 15:16	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
13461 122	06/04/2021 14:12	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
13528 772	07/04/2021 09:54	<a href="#">Carta de Ordem</a>	Carta de Ordem
13530 622	07/04/2021 10:51	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
13530 672	07/04/2021 10:51	<a href="#">Comprovante autuação-Carta de Ordem n. 04-2021-SAP-CRIP-SJ</a>	Outros documentos
13615 522	09/04/2021 10:40	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
13615 572	09/04/2021 10:40	<a href="#">Mandado n. 22-2021-PRTB-MT_Positivo</a>	Outros documentos
13768 222	13/04/2021 12:51	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
13777 172	13/04/2021 12:51	<a href="#">Carta de Ordem n. 04/2021/SAP/CRIP/SJ-Cumprida</a>	Outros documentos
13945 022	19/04/2021 15:35	<a href="#">Petição de Habilitação</a>	Petição de Habilitação
13945 072	19/04/2021 15:35	<a href="#">PET habilitação [gilberto cattani]</a>	Petição
13945 122	19/04/2021 15:35	<a href="#">PROCURAÇÃO [gilberto cattani]</a>	Procuração
13945 172	19/04/2021 16:22	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
13945 322	19/04/2021 16:22	<a href="#">01. Contestação</a>	Petição
13945 972	19/04/2021 16:22	<a href="#">1002339-04.2019.8.11.0086 [indenizatória]</a>	Outros documentos
13945 372	19/04/2021 16:22	<a href="#">Acordo ação civil CATTANI vs. SUSUKI 16-12-2020</a>	Outros documentos
13945 922	19/04/2021 16:22	<a href="#">ALMT lamenta falecimento de Silvio Favero</a>	Outros documentos
13945 422	19/04/2021 16:22	<a href="#">Bolsonaro admite conversas para voltar ao PSL - 11_03_2021 - UOL Notícias</a>	Outros documentos
13945 472	19/04/2021 16:22	<a href="#">Bolsonaro admite voltar ao PSL em vez de 'investir 100%' na criação do Aliança pelo Brasil _ Político</a>	Outros documentos
13945 672	19/04/2021 16:22	<a href="#">Conversações no PSL Nacional dando justa causa a desfiliação 1</a>	Outros documentos
13945 722	19/04/2021 16:22	<a href="#">Conversações no PSL Nacional dando justa causa a desfiliação 2</a>	Outros documentos
13945 772	19/04/2021 16:22	<a href="#">Conversas Whatsapp</a>	Outros documentos
13945 822	19/04/2021 16:22	<a href="#">Declaração Diretório PSL Mato Grosso - Desfiliação - Gilberto Cattani 15-03-2021</a>	Outros documentos
13945 872	19/04/2021 16:22	<a href="#">Eleições 2018 _ Gilberto Cattani Deputado Estadual 17100 _ Estadão</a>	Outros documentos
13946 072	19/04/2021 16:22	<a href="#">FICHA DE FILIAÇÃO ABONADA</a>	Outros documentos
13946 122	19/04/2021 16:22	<a href="#">FILIA lista interna - Cattani</a>	Outros documentos
13946 172	19/04/2021 16:22	<a href="#">Gilberto Cattani 17100 (PSL) Deputado Estadual _ Mato Grosso _ Eleições 2018</a>	Outros documentos
13946 222	19/04/2021 16:22	<a href="#">Gmail - AO PSL-MT_ DESFILIAÇÃO COM JUSTA CAUSA</a>	Outros documentos
13946 272	19/04/2021 16:22	<a href="#">Gmail - AO PSL-MT_ DESFILIAÇÃO COM JUSTA CAUSA_14-4-2020</a>	Outros documentos
13946 322	19/04/2021 16:22	<a href="#">Lista Interna - PSL MT Diretório 22-02-2021</a>	Outros documentos

13946 372	19/04/2021 16:22	<a href="#">Ofício PSL MT para ALMT posse Cattani</a>	Outros documentos
13946 422	19/04/2021 16:22	<a href="#">Pedido de desfiliação com justa causa ao PSL-MT 04-04-2020</a>	Outros documentos
13946 472	19/04/2021 16:22	<a href="#">Processo PEA - Codigo 133286</a>	Outros documentos
13946 522	19/04/2021 16:22	<a href="#">Protocolo da Inicial - queixa crime</a>	Outros documentos
13946 572	19/04/2021 16:22	<a href="#">PSL Nova Mutum 23-08-2019</a>	Outros documentos
13946 672	19/04/2021 16:22	<a href="#">Reinaldo e Cattani na mesma chapa pelo senado - confira __ RDNEWS</a>	Outros documentos
13946 722	19/04/2021 16:22	<a href="#">Reinaldo Moraes terá pecuarista Gilberto Cattani como suplente em chapa para o Senado - O Documento</a>	Outros documentos
13946 772	19/04/2021 16:22	<a href="#">Resposta a acusação [gilberto cattani vs. emilio machado]</a>	Outros documentos
13946 822	19/04/2021 16:22	<a href="#">Russi dá posse a Cattani na ALMT</a>	Outros documentos
13946 872	19/04/2021 16:22	<a href="#">SGIP - Consulta composição PSL MT</a>	Outros documentos
13946 922	19/04/2021 16:22	<a href="#">TSE DivulgaCand 2018 DEP EST MT - GILBERTO 1 SUPLENTE</a>	Outros documentos
13946 972	19/04/2021 16:22	<a href="#">Wilson Susuki reconhece autoria do video adulterado</a>	Outros documentos
13947 072	19/04/2021 16:22	<a href="#">Mato Grosso Partido Social Liberal</a>	Outros documentos
13947 222	19/04/2021 16:22	<a href="#">AUDIO-Susuki sobre Cattani - 30-08-2019</a>	Outros documentos
13947 272	19/04/2021 16:22	<a href="#">SUSUKI - video retratação 16-12-2020 ação cível</a>	Outros documentos
13947 422	19/04/2021 16:22	<a href="#">B.O 2019.285290</a>	Outros documentos
13947 672	19/04/2021 16:22	<a href="#">PSC oficializa Reinaldo Moraes na disputa ao Senado Cattani é suplente Só Notícias</a>	Outros documentos
13947 722	19/04/2021 16:22	<a href="#">Resolução nº 22.610 TSE</a>	Outros documentos
13947 772	19/04/2021 16:41	<a href="#">Substabelecimento</a>	Substabelecimento
13947 822	19/04/2021 16:41	<a href="#">PET juntada [gilberto cattani]</a>	Petição
13947 872	19/04/2021 16:41	<a href="#">Substabelecimento [dr. wilson]</a>	Outros documentos

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO  
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

**EMILIO POPULO SOUZA MACHADO**, brasileiro, médico, portador do RG n. 14952980 SSP/AM, inscrito no CPF sob o nº 697.265.821-72, residente e domiciliado na Rua Dom Franco Dalavale, n. 332, Bairro Módulo 4, Juína/MT, através de seus advogados infra-assinado, com escritório profissional na Avenida São Sebastião, n. 2957, Bairro Quilombo, Cuiabá/MT, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, propor **AÇÃO PARA DECRETAÇÃO DE PERDA DE MANDATO ELETIVO POR INFIDELIDADE PARTIDÁRIA**, contra **GILBERTO MOACIR CATTANI**, brasileiro, pecuarista, portador do RG n. 05566363 - SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 52237605149, residente e domiciliado na Rua Pontal do Marape, n. 297, Assentamento, Nova Mutum/MT, podendo ser localizado na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e a **COMISSÃO PROVISÓRIA DO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO – PRTB**, inscrito no CNPJ sob o n. 02.732.405/0001-40, com sede na Rua 07, Setor Oeste, n. 08, Bairro Morada do Ouro, Cuiabá/MT, pelos motivos de fatos e de direito a seguir aduzidos:

## DOS FATOS

O Requerente concorreu ao mandato de Deputado Estadual nas eleições gerais do ano de 2018 pelo Partido Social Liberal – PSL, conquistando a 2ª suplência, pois, o partido obteve êxito em eleger dois Deputados, entre eles, o já falecido Silvio Fávero.

O Requerido, por sua vez, também concorreu ao pleito, tendo sido diplomado como 1º Suplente do PSL.

Infelizmente o Deputado Estadual Silvio Fávero veio a óbito em decorrência de complicações da COVID-19, deixando vago a cadeira conquistada pelo PSL junto ao parlamento estadual.





Assim, na data de 18/03/2020<sup>1</sup>, para suprimir a vacância do cargo eletivo, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa convocou e deu posse ao Requerido, na qualidade de 1º suplente diplomado perante a Justiça Eleitoral nas eleições de 2018.

Ocorre que, o Requerido, Gilberto Cattani, não detém a condição de filiado do PSL, pois, ele concorreu ao mandato de suplente de Senador na eleição suplementar de 2020 pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB, estando ainda filiado a esse partido, conforme inclusa certidão emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Assim, diante da jurisprudência já consolidada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que o mandato pertence ao partido e não ao candidato, incorreu o Requerido na infidelidade partidária, razão pela qual, está sujeito a disciplina da Resolução TSE n. 22.610 e a perda do mandato.

Daí a propositura da presente ação.

## PRELIMINARMENTE

### DA TEMPESTIVIDADE, LEGITIMIDADE E DO INTERESSE DE AGIR DO REQUERIDO

Inicialmente é importante consignar que a Resolução TSE n. 22.610 determina que o prazo para ajuizar a ação para decretação de mandato por infidelidade partidária é de 30 (trinta) dias a contar do conhecimento da desfiliação, no caso, quando do ato, o Requerido não detinha mandato, de forma que o Tribunal Superior Eleitoral já definiu que, na hipótese, o prazo para ajuizamento da ação conta-se da data da posse, senão vejamos:

*“[...] Deputado estadual. Infidelidade partidária. Suplente. Decadência. Inocorrência. Agravo regimental desprovido. 1. **A jurisprudência do TSE é firme no sentido de que ‘conta-se da data da posse do suplente no cargo eletivo o prazo de 30 dias para o ajuizamento da ação por infidelidade partidária’**[...] 2. No caso, tanto o mandato de vereador quanto a suplência de deputado estadual do agravante foram obtidos no período em que este esteve filiado ao partido de origem. Dessa forma, a agremiação pode requerer a perda dos dois mandatos em questão,*



*surgindo o interesse de agir, no tocante à suplência, somente a partir da data em que houve a posse no respectivo cargo eletivo. 3. Tendo o partido ajuizado a ação dentro do prazo de 30 dias, a contar da data em que o ex-filiado deixou a suplência e tomou posse no cargo de deputado estadual, não há falar em decadência do direito de ver reconhecida a infidelidade partidária [...]*"

*(Ac. de 6.5.2014 no AgR-REspe nº 2882, rel. Min. Luciana Lóssio; no mesmo sentido o Ac de 25.5.2010 no RO nº 2275, Rel. Min. Marcelo Ribeiro.)*

Quanto a legitimidade do Requerente o Tribunal Superior Eleitoral já manifestou entendimento no sentido de que o suplente só é legítimo para pleitear a perda do mandato eleito diante da possibilidade de sucessão imediata no mandato, senão vejamos:

*"[...]. Pedido de perda de mandato eletivo. Interesse jurídico. Segundo suplente. Ausência. Ilegitimidade ativa ad causam. [...]. II - A legitimidade ativa do suplente condiciona-se à possibilidade de sucessão imediata no mandato eletivo, caso procedente a ação. III - Nos casos de pedido de perda de mandato por infidelidade partidária, apenas o 1º suplente do partido detém legitimidade ativa, decorrente da expectativa imediata de assunção ao cargo. [...]"*

*(Ac. de 18.6.2009 no APET nº 2.789, rel. Min. Ricardo Lewandowski.)*

No caso, embora o Requerente ostente a condição de 2º suplente, é buscando a perda do mandato ocupado pelo 1º suplente, logo, a sua sucessão é imediata, tornando-o parte legítima para o ajuizamento desta ação.

Com relação ao interesse de agir do Requerente resta evidenciado diante da manifestação pública dos dirigentes estaduais do PSL defendendo a posse e uma suposta filiação do Requerido ao partido, fato que ainda não resta comprovado, havendo fundado receio de que possa ter havido fraude para legalizar a manutenção dele no partido garantido, consequentemente, o exercício do mandato.

Nesse passo, aparentemente já há um consenso da Executiva do partido em não ajuizar qualquer ação visando desconstituir o mandato do Requerido, razão pela qual, não é prematura a atuação do suplente.

Ademais, é assente no Tribunal Superior Eleitoral que os acordos e deliberações partidárias não afasta a incidência da Resolução n.



22.610/2007, tendo em vista a legitimidade do Ministério Público e suplente para o ajuizamento da ação:

*“Consulta. Fidelidade partidária. Detentor de cargo eletivo. Mudança de partido. Consequências. Resolução-TSE nº 22.610/2007. Acordos ou deliberações de qualquer esfera partidária não tem o condão de afastar as consequências impostas pela Resolução-TSE nº 22.610/2007, considerando a pluralidade de interessados habilitados a ingressar com o pedido de decretação de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária.”*

*(Res. nº 23.148, de 24.9.2009, rel. Min. Fernando Gonçalves.)*

## **DO MÉRITO**

### **DA DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA DO REQUERIDO**

Partido não tem dono, tem dirigente e a Justiça Eleitoral, mais do que nunca, deve ficar atenta para imposições autoritárias de meia dúzia da Executiva em detrimento de uma legião de filiados, formando uma verdadeira ditadura no âmbito interno de um partido político.

Dizemos isso porque a decisão que consagrou que o mandato pertence ao partido e não ao candidato, reconheceu o papel ímpar de um partido político na consolidação da democracia e do Estado Democrático de Direito. De sorte que as decisões que impactam nesses princípios não devem ser adotadas, única e exclusivamente, na esfera da parcialidade de um pequeno grupo.

Tanto que no próprio precedente do Tribunal Superior Eleitoral já citado foi retirado da liberalidade de um pequeno grupo a decisão se aceita ou não a desfiliação de um membro com a manutenção do seu mandato e, ainda, chancelou a Resolução TSE n. 22.610 na parte de que trata da pluralidade de legitimados para a propositura da ação da perda de mandato por infidelidade partidária.

Essas questões serão amplamente debatidas neste processo, e o julgador deve levar em consideração que o pleno funcionamento de um partido com o seu registro do TSE não depende, única e exclusivamente, dos seus fundadores, sendo exigido o apoio mínimo advindo de eleitores não filiados a nenhum partido político em pelo menos 1/3 dos Estados para a comprovação de seu caráter nacional.



Isso porque, apesar da certidão emitida pelo site do Tribunal Superior Eleitoral apontar que a filiação do Requerido ao PSL foi cancelada em 16/04/2020, estando o mesmo regularmente filiado ao PRTB desde 04/04/2020, o Vice-presidente do PSL no Estado de Mato Grosso, Deputado Estadual Elizeu Nascimento, tem se manifestado publicamente de que o Requerido estaria filiado novamente a sigla partidária.

Consta em uma matéria veiculado pelo site [www.olhardireto.com.br](http://www.olhardireto.com.br) uma manifestação do Vice-presidente no seguinte sentido:

*“Elizeu, no entanto, falou que o próprio PSL não foi procurado. “Ficamos sabendo pela mídia, ficamos sabendo pelos corredores, e nós buscamos fazer aquilo que é por direito. **Cattani é filiado legalmente ao PSL e nós temos um prazo limite para que isso venha a público.** Logicamente que dentro dos quadros de filiado interno dentro do PSL nacional e estadual [ele] consta, e [para] aqueles que tem dúvida, tem todo registro de horário que foi feita a filiação, a data que foi feita a filiação. Aqui não tem nenhum estelionatário não. Aqui tem polícia e tem homens de valores. Homens que respeitam as legislações”, afirmou, logo após a posse.*

*Segundo o vice-presidente, logo após o final das eleições de 2020, Cattani já conversou com o PSL para voltar para o partido. “A gente retornou a dialogar para que nós pudéssemos não apenas ter o Cattani no PSL, mas também o grupo que a gente sabe que você carrega. Porque nós defendemos as mesmas ideologias. Então é uma forma até de união da direita em prol da reeleição do presidente, a nossa missão, e nós passamos momentos difíceis no partido. Tivemos a perda do deputado Silvio agora, a gente ainda tinha uma esperança da permanência dele no partido, eu e o presidente Aécio buscávamos isso, a gente já vinha fazendo esse trabalho, mas infelizmente aconteceu a fatalidade”, afirmou.”(  
<https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=484368&noticia=vice-pr>*

Já em outro site o [www.vgnoticias.com.br](http://www.vgnoticias.com.br) constou que: “*Cattani é filiado legalmente ao PSL e nós temos um prazo limite para que isso venha a público. A janela se abre em abril, ela se fecha em uma determinada data e logicamente dentro dos seus quadros de filiado interno do PSL estadual consta, e aqueles que têm dúvidas lá tem todo registro da filiação, a data e horário da filiação. Aqui não tem nenhum estelionatário não, tem polícia e tem homens de valores, que respeitam as legislações.*”

Nessas matérias duas situações envolvendo a manifestação do Vice-presidente causou estranheza, a ponto de evidenciar uma possível atuação contrária a norma para favorecer o Requerido em detrimento do direito do Requerente.



A primeira delas se refere a um suposto prazo para que a filiação do Requerido venha a público e a janela que abre em abril. Isso porque a Lei n. 9096/95 sofreu modificações em 2019 tendo sido revogada a disposição que determinava o encaminhamento de listas de filiados à Justiça nos meses de abril e outubro de cada ano. A partir de 2019 a inclusão do filiado no sistema do TSE deve ser feita imediatamente após o deferimento da sua filiação, senão vejamos:

*“Art. 19. Deferido internamente o pedido de filiação, o partido político, por seus órgãos de direção municipais, regionais ou nacional, deverá inserir os dados do filiado no sistema eletrônico da Justiça Eleitoral, que automaticamente enviará aos juízes eleitorais, para arquivamento, publicação e cumprimento dos prazos de filiação partidária para efeito de candidatura a cargos eletivos, a relação dos nomes de todos os seus filiados, da qual constará a data de filiação, o número dos títulos eleitorais e das seções em que estão inscritos.”*

A segunda situação se refere a uma suposta conversação entre o partido e o Requerido no final das eleições de 2020 para seu retorno, fato que diverge da postura adotada pelo Cattani nas suas redes sociais, o qual demonstrou uma animosidade com o Deputado Silvio Fávero, tendo publicado em 13 de fevereiro de 2021 e 27 de fevereiro de 2021 dois vídeos no qual aponta um descontentamento com o PRTB pelo fato de pessoas ligadas ao Deputado Fávero ter assumido o comando da Executiva Estadual do PRTB.

No incluso vídeo publicado em 13/02/2021 primeiramente o Requerido menciona que abandonou o PSL pelo fato do partido de traído o Presidente Jair Bolsonaro, bem como que a saída do partido se deu após ajuizamento de alguma demanda na Justiça Eleitoral e, ainda, que o PSL não quis expulsá-lo. Percebesse também o seu descontentamento com uma suposta “venda” do PRTB no Estado de Mato Grosso e a intenção de filiação de pessoas contrárias ao atual Presidente do País, fala-se até em “militância bolsonarista”. É mencionado também que ele teria deixado PSL ciente de que perderia a suplência, mas que isso não lhe prenderia.

Frisa-se que o Requerido ficou bastante conhecido, inclusive, a nível nacional, por ser um defensor ferrenho do nosso Presidente Jair Bolsonaro.

Dentro de um contexto fático do vídeo publicado podemos concluir facilmente que o Requerido deixou o PSL por entender que o partido traiu o Bolsonaro, não tinha a intenção de voltar ao partido ainda que sujeito a perda da suplência e que tinha a intenção de deixar o PRTB justamente por estarem tentando filiar pessoas contrárias ao Jair Bolsonaro.



Por essa manifestação é impossível acreditar que, logo após as eleições de 2020, o Requerido tenha tentado algum tipo de conversa para retorno ao PSL.

Já no outro vídeo, também incluso, este por sua vez publicado em 27/02/2021, o Requerido se retrata a manifestação publicada no dia 13, e acusa o Deputado Silvio Fávero de ter comprado o PRTB, colocando na executiva estadual pessoas de sua confiança e que ocupavam cargo no seu gabinete. Registra-se que é mencionado que no dia 13 ele já sabia quem havia “comprado” o PRTB, porém, não podia mencionar o seu nome em razão da ausência de formalização da nova executiva.

Frisa-se novamente que todo descontentamento do Requerido é porque o então Deputado Estadual Silvio Fávero teria criticado o Presidente Bolsonaro e a nova executiva do PRTB teria convidado o Vice-governador Otaviano Pivetta para fazer parte do partido e este teria feito duras críticas ao Presidente Jair Bolsonaro.

Nas palavras do Requerido: *“Na minha humilde opinião eu acho que está tudo certo. Tem um ditado aqui na roça que diz “cada qual com seu igual” e por esse ditado eu digo pra vocês que não posso continuar fazendo parte de um grupo dessa maneira”*.

Até essa data, ou seja, 27/02/2021, o Requerido estava filiado ao PRTB e não fez qualquer menção a filiação ao PSL, muito pelo contrário as suas manifestações dão a entender que não retornaria ao partido, diante da suposta traição ao Presidente Bolsonaro, ainda mais diante das sérias críticas a um Deputado Estadual filiado ao PSL.

Daí a suspeita de fraude na filiação, fato ilegal e gravíssimo que retira a matéria de uma questão meramente *interna corporis*, para uma intervenção da Justiça Eleitoral para determinar a perda do mandato do Sr. Cattani, pois, o Presidente do PSL, Aécio Rodrigues, deu entrevista ao site [www.rdnews.com.br](http://www.rdnews.com.br), afirmando que a filiação do Requerido ocorreu em 22/02/2021, senão vejamos:

*“Segundo o presidente do PSL, Aécio Rodrigues, o retorno de Cattani ao PSL teria ocorrido no dia 22 de fevereiro, ou seja, na semana anterior à internação de Fávero que morreu em decorrência da Covid-19, no último sábado (13). Ele foi internado dia 4 de março.”*  
<https://www.rdnews.com.br/partido/conteudos/141606>

Em tese, não só estaremos diante da prática de um ato ilícito, mas de uma conduta imoral, de uma pessoa que se aproveitou da enfermidade de seu



semelhante, acometido por um vírus que já ceifou a vida de milhões de pessoas pelo mundo, traíndo as suas convicções e manifestações públicas, para consolidar a sua permanência da Assembleia Legislativa que, segundo ele mesmo, não teria importância. E o pior é que pessoas de dentro do partido podem estar acobertando essa imoralidade para favorecer um determinado "grupo".

De sorte que a comprovação da filiação partidária e a data da sua ocorrência não pode ser comprovado, única e exclusivamente, por provas produzidas unilateralmente, ou seja, pela ficha de filiação ou declaração de dirigentes partidário, conforme posicionamento adotado há muito tempo pelo Tribunal Superior Eleitoral, senão vejamos:

*"[...] Registro de candidatura. [...] 1. Os documentos produzidos unilateralmente por candidato ou pelo partido, tais como, no caso, declaração emitida por dirigente partidário, documento informando a participação do agravante em eleição interna e fotografia em que aparece participando como delegado em atividade partidária, não são aptos a comprovar a filiação partidária, pois são documentos unilaterais, destituídos de fé pública, de modo que não incide o enunciado da Súmula 20 deste Tribunal Superior. [...]"*

*(Ac. de 9.10.2014 no AgR-REspe nº 72824, rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura).*

*"Eleições 2016. Registro de candidatura. Filiação partidária. Ata de reunião partidária. Comprovação. Registro ou anotação perante a justiça eleitoral ou órgão público. 1. A jurisprudência do TSE é firme no sentido de que a comprovação da filiação partidária, quando o nome do filiado não aparece nas listas de que trata o art. 19 da Lei 9.096/95, pode ser realizada por meio da apresentação de outros elementos de convicção. Não se admite, contudo, a apresentação de documentos produzidos unilateralmente pelos candidatos ou pelos partidos políticos, como, por exemplo, ficha de filiação ou relação interna das agremiações, conforme dispõe a Súmula 20 desta Corte. 2. As atas partidárias que não são submetidas a nenhum tipo de controle ou verificação externa efetivamente não se prestam à comprovação da filiação partidária. Por outro lado, aquelas cuja existência e forma sejam essenciais aos registros públicos da vida e da organização do partido político são suficientes para tal fim, quando a sua apresentação é feita perante os órgãos competentes antes do prazo mínimo de filiação partidária. 3. Na espécie, a ata de deliberação sobre a escolha de dirigentes partidários para compor a comissão provisória do partido político na circunscrição do pleito, assinada pelo candidato e pelos demais membros da agremiação, é apta para demonstrar a condição de filiado daquele".*

*(Ac de 03.11.2016, Respe nº 25163, rel. Min. Henrique Neves.)*





*"Eleições 2016. Registro de candidatura. Indeferimento. Filiação partidária. Não comprovação. [...] 3. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte, documentos produzidos unilateralmente por candidato ou partido, tais como ficha de filiação e relação interna extraída do Filia web, não são aptos a comprovar a filiação partidária. 4. 'A relação interna do partido constitui, conforme previsto no art. 8º, I, da Res.-TSE nº 23.117, um 'conjunto de dados de eleitores filiados ao partido político, destinado ao gerenciamento pelo órgão partidário responsável por seu fornecimento à Justiça Eleitoral'. Trata-se, pois, de documento interno e produzido de forma unilateral pela agremiação, razão pela qual não se presta para a comprovação da filiação partidária.' (AgR-REspe nº 282-09 [...])".*

*(Ac. 13.10.2016 no AgR-REspe nº 14455, rel. Min. Henrique Neves.)*

E mais, o art. 17 da Lei n. 9.096/95 só considera a filiação deferida quando cumprido todas as regras estatutárias, sendo que o art. 7º do Estatuto do PSL exige a publicação de edital do requerimento de filiação para que qualquer filiado possa impugnar no prazo de 05 (cinco) dias, ato que não ocorreu.

Desse modo, evidente a ausência de filiação do Requerido ou eventual fraude para a sua obtenção anterior a abertura da sucessão ao mandato então exercício pelo Deputado Estadual Sílvio Fávero.

## **DA DECRETAÇÃO DA PERDA DO MANDATO**

É indiscutível que o mandato pertence ao partido e não ao candidato, logo, a desfiliação do partido pelo qual o candidato alcançou o mandato enseja a perda do cargo eletivo, ressalvadas as hipóteses de justa causa.

A Lei n. 9096/95, com as alterações introduzidas pela Lei 13.165/2015, definiu as hipóteses de justa causa para desfiliação do partido sem que tal ato resulte na perda do mandato:

*"Art. 22-A. Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito.*

*Parágrafo único. Consideram-se justa causa para a desfiliação partidária somente as seguintes hipóteses:*

*I - Mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário;*

*II - Grave discriminação política pessoal; e*



*III - mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.”*

No caso, não houve qualquer justa causa para a desfiliação, tendo o Requerido se filiado ao PRTB para concorrer a uma vaga de 1º Suplente ao Senado na eleição suplementar ocorrida em 2020, tendo como candidato principal o Sr. Reinaldo Moraes do PSC.

Na hipótese dos autos não cabe cogitar a aplicação da justa causa definida no inciso III, pois, na época da desfiliação o Requerido não era detentor de mandato e, ainda, tal preceito só se aplica quando do término do mandato vigente, ou seja, em 2020 apenas vereadores poderiam utilizar a “janela partidária” criada pela Lei n. 13.165/2015.

Desse modo, conforme consta da certidão emitida pelo TSE, o Requerido se desfiliou do PSL e se filiou ao PRTB sem qualquer justa causa, portanto, a decretação da perda do mandato é medida que se impõe.

## **DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer:

I – A citação dos Requeridos para, querendo, contestar a ação;

II – A intimação do Ministério Público Eleitoral;

.

III – A procedência da ação, com a decretação da perda do mandato atualmente ocupado pelo Requerido, com a determinação da imediata posse do Requerente;

IV – A produção de provas.

Cuiabá, 23 de março de 2021



**Jose Antonio Rosa**

**OAB/MT 5.493**

**Renato Orro**

**OAB-MT 11.055**

**Robélia da Silva Menezes**

**OAB/MT 23.212**



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR  
PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO  
ESTADO DE MATO GROSSO

**EMILIO POPULO SOUZA MACHADO**, brasileiro, médico, portador do RG n. 14952980 SSP/AM, inscrito no CPF sob o nº 697.265.821-72, residente e domiciliado na Rua Dom Franco Dalavale, n. 332, Bairro Módulo 4, Juína/MT, através de seus advogados infra-assinado, com escritório profissional na Avenida São Sebastião, n. 2957, Bairro Quilombo, Cuiabá/MT, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, propor **AÇÃO PARA DECRETAÇÃO DE PERDA DE MANDATO ELETIVO POR INFIDELIDADE PARTIDÁRIA**, contra **GILBERTO MOACIR CATTANI**, brasileiro, pecuarista, portador do RG n. 05566363 - SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 52237605149, residente e domiciliado na Rua Pontal do Marape, n. 297, Assentamento, Nova Mutum/MT, podendo ser localizado na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e a **COMISSÃO PROVISÓRIA DO PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO – PRTB**, inscrito no CNPJ sob o n. 02.732.405/0001-40, com sede na Rua 07, Setor Oeste, n. 08, Bairro Morada do Ouro, Cuiabá/MT, pelos motivos de fatos e de direito a seguir aduzidos:

## DOS FATOS

O Requerente concorreu ao mandato de Deputado Estadual nas eleições gerais do ano de 2018 pelo Partido Social Liberal – PSL, conquistando a 2ª suplência, pois, o partido obteve êxito em eleger dois Deputados, entre eles, o já falecido Silvio Fávero.



O Requerido, por sua vez, também concorreu ao pleito, tendo sido diplomado como 1º Suplente do PSL.

Infelizmente o Deputado Estadual Silvio Favero veio a óbito em decorrência de complicações da COVID-19, deixando vago a cadeira conquistada pelo PSL junto ao parlamento estadual.

Assim, na data de 18/03/2020, para suprimir a vacância do cargo eletivo, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa convocou e deu posse ao Requerido, na qualidade de 1º suplente diplomado perante a Justiça Eleitoral nas eleições de 2018.

Ocorre que, o Requerido, Gilberto Cattani, não detém a condição de filiado do PSL, pois, ele concorreu ao mandato de suplente de Senador na eleição suplementar de 2020 pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB, estando ainda filiado a esse partido, conforme inclusa certidão emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Assim, diante da jurisprudência já consolidada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que o mandato pertence ao partido e não ao candidato, incorreu o Requerido na infidelidade partidária, razão pela qual, está sujeito a disciplina da Resolução TSE n. 22.610 e a perda do mandato.

Daí a propositura da presente ação.

## **PRELIMINARMENTE**

### **DA TEMPESTIVIDADE, LEGITIMIDADE E DO INTERESSE DE AGIR DO REQUERIDO**

Inicialmente é importante consignar que a Resolução TSE n. 22.610 determina que o prazo para ajuizar a ação para decretação de mandato por infidelidade partidária é de 30 (trinta) dias a contar do conhecimento da desfiliação, no caso, quando do ato, o Requerido não detinha mandato, de forma que o Tribunal Superior Eleitoral já definiu que, na hipótese, o prazo para ajuizamento da ação conta-se da data da posse, senão vejamos:

---

---



"[...] Deputado estadual. Infidelidade partidária. Suplente. Decadência. Inocorrência. Agravo regimental desprovido. 1. **A jurisprudência do TSE é firme no sentido de que 'conta-se da data da posse do suplente no cargo eletivo o prazo de 30 dias para o ajuizamento da ação por infidelidade partidária'**[...] 2. No caso, tanto o mandato de vereador quanto a suplência de deputado estadual do agravante foram obtidos no período em que este esteve filiado ao partido de origem. Dessa forma, a agremiação pode requerer a perda dos dois mandatos em questão, surgindo o interesse de agir, no tocante à suplência, somente a partir da data em que houve a posse no respectivo cargo eletivo. 3. Tendo o partido ajuizado a ação dentro do prazo de 30 dias, a contar da data em que o ex-filiado deixou a suplência e tomou posse no cargo de deputado estadual, não há falar em decadência do direito de ver reconhecida a infidelidade partidária [...]"

(Ac. de 6.5.2014 no AgR-REspe nº 2882, rel. Min. Luciana Lóssio; no mesmo sentido o Ac de 25.5.2010 no RO nº 2275, Rel. Min. Marcelo Ribeiro.)

Quanto a legitimidade do Requerente o Tribunal Superior Eleitoral já manifestou entendimento no sentido de que o suplente só é legítimo para pleitear a perda do mandato eleito diante da possibilidade de sucessão imediata no mandato, senão vejamos:

"[...]. Pedido de perda de mandato eletivo. Interesse jurídico. Segundo suplente. Ausência. Ilegitimidade ativa ad causam. [...]. II - A legitimidade ativa do suplente condiciona-se à possibilidade de sucessão imediata no mandato eletivo, caso procedente a ação. III - Nos casos de pedido de perda de mandato por infidelidade partidária, apenas o 1º suplente do partido detém legitimidade ativa, decorrente da expectativa imediata de assunção ao cargo. [...]"

(Ac. de 18.6.2009 no APET nº 2.789, rel. Min. Ricardo Lewandowski.)



No caso, embora o Requerente ostente a condição de 2º suplente, é buscando a perda do mandato ocupado pelo 1º suplente, logo, a sua sucessão é imediata, tornando-o parte legítima para o ajuizamento desta ação.

Com relação ao interesse de agir do Requerente resta evidenciado diante da manifestação pública dos dirigentes estaduais do PSL defendendo a posse e uma suposta filiação do Requerido ao partido, fato que ainda não resta comprovado, havendo fundado receio de que possa ter havido fraude para legalizar a manutenção dele no partido garantido, consequentemente, o exercício do mandato.

Nesse passo, aparentemente já há um consenso da Executiva do partido em não ajuizar qualquer ação visando desconstituir o mandato do Requerido, razão pela qual, não é prematura a atuação do suplente.

Ademais, é assente no Tribunal Superior Eleitoral que os acordos e deliberações partidárias não afasta a incidência da Resolução n. 22.610/2007, tendo em vista a legitimidade do Ministério Público e suplente para o ajuizamento da ação:

*"Consulta. Fidelidade partidária. Detentor de cargo eletivo. Mudança de partido. Consequências. Resolução-TSE nº 22.610/2007. Acordos ou deliberações de qualquer esfera partidária não tem o condão de afastar as consequências impostas pela Resolução-TSE nº 22.610/2007, considerando a pluralidade de interessados habilitados a ingressar com o pedido de decretação de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária."*

*(Res. nº 23.148, de 24.9.2009, rel. Min. Fernando Gonçalves.)*

## **DO MÉRITO**

### **DA DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA DO REQUERIDO**

---

---





Partido não tem dono, tem dirigente e a Justiça Eleitoral, mais do que nunca, deve ficar atenta para imposições autoritárias de meia dúzia da Executiva em detrimento de uma legião de filiados, formando uma verdadeira ditadura no âmbito interno de um partido político.

Dizemos isso porque a decisão que consagrou que o mandato pertence ao partido e não ao candidato, reconheceu o papel ímpar de um partido político na consolidação da democracia e do Estado Democrático de Direito. De sorte que as decisões que impactam nesses princípios não devem ser adotadas, única e exclusivamente, na esfera da parcialidade de um pequeno grupo.

Tanto que no próprio precedente do Tribunal Superior Eleitoral já citado foi retirado da liberalidade de um pequeno grupo a decisão se aceita ou não a desfiliação de um membro com a manutenção do seu mandato e, ainda, chancelou a Resolução TSE n. 22.610 na parte de que trata da pluralidade de legitimados para a propositura da ação da perda de mandato por infidelidade partidária.

Essas questões serão amplamente debatidas neste processo, e o julgador deve levar em consideração que o pleno funcionamento de um partido com o seu registro do TSE não depende, única e exclusivamente, dos seus fundadores, sendo exigido o apoio mínimo advindo de eleitores não filiados a nenhum partido político em pelo menos 1/3 dos Estados para a comprovação de seu caráter nacional.

Isso porque, apesar da certidão emitida pelo site do Tribunal Superior Eleitoral apontar que a filiação do Requerido ao PSL foi cancelada em 16/04/2020, estando o mesmo regularmente filiado ao PRTB desde 04/04/2020, o Vice-presidente do PSL no Estado de Mato Grosso, Deputado Estadual Elizeu Nascimento, tem se manifestado publicamente de que o Requerido estaria filiado novamente a sigla partidária.



Consta em uma matéria veiculado pelo site [www.olhardireto.com.br](http://www.olhardireto.com.br) uma manifestação do Vice-presidente no seguinte sentido:

*"Elizeu, no entanto, falou que o próprio PSL não foi procurado. "Ficamos sabendo pela mídia, ficamos sabendo pelos corredores, e nós buscamos fazer aquilo que é por direito. **Cattani é filiado legalmente ao PSL e nós temos um prazo limite para que isso venha a público.** Logicamente que dentro dos quadros de filiado interno dentro do PSL nacional e estadual [ele] consta, e [para] aqueles que tem dúvida, tem todo registro de horário que foi feita a filiação, a data que foi feita a filiação. Aqui não tem nenhum estelionatário não. Aqui tem polícia e tem homens de valores. Homens que respeitam as legislações", afirmou, logo após a posse.*

*Segundo o vice-presidente, logo após o final das eleições de 2020, Cattani já conversou com o PSL para voltar para o partido. "A gente retornou a dialogar para que nós pudéssemos não apenas ter o Cattani no PSL, mas também o grupo que a gente sabe que você carrega. Porque nós defendemos as mesmas ideologias. Então é uma forma até de união da direita em prol da reeleição do presidente, a nossa missão, e nós passamos momentos difíceis no partido. Tivemos a perda do deputado Silvio agora, a gente ainda tinha uma esperança da permanência dele no partido, eu e o presidente Aécio buscávamos isso, a gente já vinha fazendo esse trabalho, mas infelizmente aconteceu a fatalidade", afirmou."*  
*<https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=484368&noticia=vice-presidente-do-psl-diz-que-partido-nao-foi-procurado-por-2-suplente-e-dispara-aqui-nao-tem-estelionatario>*

Já em outro site o [www.vgnoticias.com.br](http://www.vgnoticias.com.br) constou que: *"Cattani é filiado legalmente ao PSL e nós temos um prazo limite para que isso venha a público. A janela se abre em abril, ela se fecha em uma determinada data e logicamente dentro*



*dos seus quadros de filiado interno do PSL estadual consta, e aqueles que têm dúvidas lá tem todo registro da filiação, a data e horário da filiação. Aqui não tem nenhum estelionatário não, tem polícia e tem homens de valores, que respeitam as legislações."*

Nessas matérias duas situações envolvendo a manifestação do Vice-presidente causou estranheza, a ponto de evidenciar uma possível atuação contrária a norma para favorecer o Requerido em detrimento do direito do Requerente.

A primeira delas se refere a um suposto prazo para que a filiação do Requerido venha a público e a janela que abre em abril. Isso porque a Lei n. 9096/95 sofreu modificações em 2019 tendo sido revogada a disposição que determinava o encaminhamento de listas de filiados à Justiça nos meses de abril e outubro de cada ano. A partir de 2019 a inclusão do filiado no sistema do TSE deve ser feita imediatamente após o deferimento da sua filiação, senão vejamos:

*"Art. 19. Deferido internamente o pedido de filiação, o partido político, por seus órgãos de direção municipais, regionais ou nacional, deverá inserir os dados do filiado no sistema eletrônico da Justiça Eleitoral, que automaticamente enviará aos juízes eleitorais, para arquivamento, publicação e cumprimento dos prazos de filiação partidária para efeito de candidatura a cargos eletivos, a relação dos nomes de todos os seus filiados, da qual constará a data de filiação, o número dos títulos eleitorais e das seções em que estão inscritos."*

A segunda situação se refere a uma suposta conversa entre o partido e o Requerido no final das eleições de 2020 para seu retorno, fato que diverge da postura adotada pelo Cattani nas suas redes sociais, o qual demonstrou uma animosidade com o Deputado Silvio Fávero, tendo publicado em 13 de fevereiro de 2021 e 27 de fevereiro de 2021 dois vídeos no qual aponta um descontentamento com o PRTB pelo fato de pessoas ligadas ao Deputado Fávero ter assumido o comando da Executiva Estadual do PRTB.

No incluso vídeo publicado em 13/02/2021 primeiramente o Requerido menciona que abandonou o PSL pelo fato



do partido de traído o Presidente Jair Bolsonaro, bem como que a saída do partido se deu após ajuizamento de alguma demanda na Justiça Eleitoral e, ainda, que o PSL não quis expulsá-lo. Percebesse também o seu descontentamento com uma suposta "venda" do PRTB no Estado de Mato Grosso e a intenção de filiação de pessoas contrárias ao atual Presidente do País, fala-se até em "militância bolsonarista". É mencionado também que ele teria deixado PSL ciente de que perderia a suplência, mas que isso não lhe prenderia.

Frisa-se que o Requerido ficou bastante conhecido, inclusive, a nível nacional, por ser um defensor ferrenho do nosso Presidente Jair Bolsonaro.

Dentro de um contexto fático do vídeo publicado podemos concluir facilmente que o Requerido deixou o PSL por entender que o partido traiu o Bolsonaro, não tinha a intenção de voltar ao partido ainda que sujeito a perda da suplência e que tinha a intenção de deixar o PRTB justamente por estarem tentando filiar pessoas contrárias ao Jair Bolsonaro.

Por essa manifestação é impossível acreditar que, logo após as eleições de 2020, o Requerido tenha tentado algum tipo de conversa para retorno ao PSL.

Já no outro vídeo, também incluso, este por sua vez publicado em 27/02/2021, o Requerido se retrata a manifestação publicada no dia 13, e acusa o Deputado Silvio Fávero de ter comprado o PRTB, colocando na executiva estadual pessoas de sua confiança e que ocupavam cargo no seu gabinete. Registra-se que é mencionado que no dia 13 ele já sabia quem havia "comprado" o PRTB, porém, não podia mencionar o seu nome em razão da ausência de formalização da nova executiva.

Frisa-se novamente que todo descontentamento do Requerido é porque o então Deputado Estadual Silvio Fávero teria criticado o Presidente Bolsonaro e a nova executiva do PRTB teria convidado o Vice-governador Otaviano Pivetta para fazer parte do partido e este teria feito duras críticas ao Presidente Jair Bolsonaro.

---

---



Nas palavras do Requerido: *"Na minha humilde opinião eu acho que está tudo certo. Tem um ditado aqui na roça que diz "cada qual com seu igual" e por esse ditado eu digo pra vocês que não posso continuar fazendo parte de um grupo dessa maneira".*

Até essa data, ou seja, 27/02/2021, o Requerido estava filiado ao PRTB e não fez qualquer menção a filiação ao PSL, muito pelo contrário as suas manifestações dão a entender que não retornaria ao partido, diante da suposta traição ao Presidente Bolsonaro, ainda mais diante das sérias críticas a um Deputado Estadual filiado ao PSL.

Daí a suspeita de fraude na filiação, fato ilegal e gravíssimo que retira a matéria de uma questão meramente *interna corporis*, para uma intervenção da Justiça Eleitoral para determinar a perda do mandato do Sr. Cattani, pois, o Presidente do PSL, Aécio Rodrigues, deu entrevista ao site [www.rdnews.com.br](http://www.rdnews.com.br), afirmando que a filiação do Requerido ocorreu em 22/02/2021, senão vejamos:

*"Segundo o presidente do PSL, Aécio Rodrigues, o retorno de Cattani ao PSL teria ocorrido no dia 22 de fevereiro, ou seja, na semana anterior à internação de Fávero que morreu em decorrência da Covid-19, no último sábado (13). Ele foi internado dia 4 de março."*(  
<https://www.rdnews.com.br/partido/conteudos/141606>  
)

Em tese, não só estaremos diante da prática de um ato ilícito, mas de uma conduta imoral, de uma pessoa que se aproveitou da enfermidade de seu semelhante, acometido por um vírus que já ceifou a vida de milhões de pessoas pelo mundo, traindo as suas convicções e manifestações públicas, para consolidar a sua permanência da Assembleia Legislativa que, segundo ele mesmo, não teria importância. E o pior é que pessoas de dentro do partido podem estar acobertando essa imoralidade para favorecer um determinado "grupo".

De sorte que a comprovação da filiação partidária e a data da sua ocorrência não pode ser comprovado, única e exclusivamente, por provas produzidas unilateralmente, ou



seja, pela ficha de filiação ou declaração de dirigentes partidário, conforme posicionamento adotado há muito tempo pelo Tribunal Superior Eleitoral, senão vejamos:

*"[...] Registro de candidatura. [...] 1. Os documentos produzidos unilateralmente por candidato ou pelo partido, tais como, no caso, declaração emitida por dirigente partidário, documento informando a participação do agravante em eleição interna e fotografia em que aparece participando como delegado em atividade partidária, não são aptos a comprovar a filiação partidária, pois são documentos unilaterais, destituídos de fé pública, de modo que não incide o enunciado da Súmula 20 deste Tribunal Superior. [...]"*  
(Ac. de 9.10.2014 no AgR-REspe nº 72824, rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura).

*"Eleições 2016. Registro de candidatura. Filiação partidária. Ata de reunião partidária. Comprovação. Registro ou anotação perante a justiça eleitoral ou órgão público. 1. A jurisprudência do TSE é firme no sentido de que a comprovação da filiação partidária, quando o nome do filiado não aparece nas listas de que trata o art. 19 da Lei 9.096/95, pode ser realizada por meio da apresentação de outros elementos de convicção. Não se admite, contudo, a apresentação de documentos produzidos unilateralmente pelos candidatos ou pelos partidos políticos, como, por exemplo, ficha de filiação ou relação interna das agremiações, conforme dispõe a Súmula 20 desta Corte. 2. As atas partidárias que não são submetidas a nenhum tipo de controle ou verificação externa efetivamente não se prestam à comprovação da filiação partidária. Por outro lado, aquelas cuja existência e forma sejam essenciais aos registros públicos da vida e da organização do partido político são suficientes para tal fim, quando a sua apresentação é feita perante os órgãos competentes antes do prazo mínimo de filiação partidária. 3. Na espécie, a ata de deliberação sobre a escolha de dirigentes partidários para compor a comissão provisória do partido político na circunscrição*



*do pleito, assinada pelo candidato e pelos demais membros da agremiação, é apta para demonstrar a condição de filiado daquele”.*

*(Ac de 03.11.2016, Respe nº 25163, rel. Min. Henrique Neves.)*

*"Eleições 2016. Registro de candidatura. Indeferimento. Filiação partidária. Não comprovação. [...] 3. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte, documentos produzidos unilateralmente por candidato ou partido, tais como ficha de filiação e relação interna extraída do Fila web, não são aptos a comprovar a filiação partidária. 4. 'A relação interna do partido constitui, conforme previsto no art. 8º, I, da Res.-TSE nº 23.117, um 'conjunto de dados de eleitores filiados ao partido político, destinado ao gerenciamento pelo órgão partidário responsável por seu fornecimento à Justiça Eleitoral'. Trata-se, pois, de documento interno e produzido de forma unilateral pela agremiação, razão pela qual não se presta para a comprovação da filiação partidária.' (AgR-REspe nº 282-09 [...])".*

*(Ac. 13.10.2016 no AgR-REspe nº 14455, rel. Min. Henrique Neves.)*

E mais, o art. 17 da Lei n. 9.096/95 só considera a filiação deferida quando cumprido todas as regras estatutárias, sendo que o art. 7º do Estatuto do PSL exige a publicação de edital do requerimento de filiação para que qualquer filiado possa impugnar no prazo de 05 (cinco) dias, ato que não ocorreu.

Desse modo, evidente a ausência de filiação do Requerido ou eventual fraude para a sua obtenção anterior a abertura da sucessão ao mandato então exercício pelo Deputado Estadual Silvio Fávero.

## **DA DECRETAÇÃO DA PERDA DO MANDATO**

É indiscutível que o mandato pertence ao partido e não ao candidato, logo, a desfiliação do partido pelo qual

---

---





o candidato alcançou o mandato enseja a perda do cargo eletivo, ressalvadas as hipóteses de justa causa.

A Lei n. 9096/95, com as alterações introduzidas pela Lei 13.165/2015, definiu as hipóteses de justa causa para desfiliação do partido sem que tal ato resulte na perda do mandato:

*"Art. 22-A. Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito.*

*Parágrafo único. Consideram-se justa causa para a desfiliação partidária somente as seguintes hipóteses:*

*I - Mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário;*

*II - Grave discriminação política pessoal; e*

*III - mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente."*

No caso, não houve qualquer justa causa para a desfiliação, tendo o Requerido se filiado ao PRTB para concorrer a uma vaga de 1º Suplente ao Senado na eleição suplementar ocorrida em 2020, tendo como candidato principal o Sr. Reinaldo Moraes do PSC.

Na hipótese dos autos não cabe cogitar a aplicação da justa causa definida no inciso III, pois, na época da desfiliação o Requerido não era detentor de mandato e, ainda, tal preceito só se aplica quando do término do mandato vigente, ou seja, em 2020 apenas vereadores poderiam utilizar a "janela partidária" criada pela Lei n. 13.165/2015.

Desse modo, conforme consta da certidão emitida pelo TSE, o Requerido se desfiliou do PSL e se filiou ao PRTB sem qualquer justa causa, portanto, a decretação da perda do mandato é medida que se impõe.

## **DOS PEDIDOS**

---

---



Diante do exposto, requer:

I – A citação dos Requeridos para, querendo, contestar a ação;

II – A intimação do Ministério Público Eleitoral;

III – A procedência da ação, com a decretação da perda do mandato atualmente ocupado pelo Requerido, com a determinação da imediata posse do Requerente;

IV – A produção de provas.

Cuiabá, 23 de março de 2021

**Jose Antonio Rosa**  
**OAB/MT 5.493**

**Renato Orro**  
**OAB-MT 11.055**

**Robélia da Silva Menezes**  
**OAB/MT 23.212**



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

MT

NOME  
**EMILIO POPULO SOUZA MACHADO**

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
**14952980 SESP AM**

CPF  
**697.265.821-72**

DATA NASCIMENTO  
**15/04/1982**

FILIAÇÃO  
**DANIEL PEREIRA MACHADO**  
**NEUSAIR DE SOUZA PEREIRA**

PERMISSÃO  
**AD**

ACC  
**AD**

CAT. HAB.  
**AD**

Nº REGISTRO  
**01695927097**

VALIDADE  
**09/04/2023**

1ª HABILITAÇÃO  
**08/01/2001**

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
**JUINA, MT**

DATA EMISSÃO  
**12/04/2018**

Jakeline Carneiro Simi Espírito Santo  
Diretora de Habilitação - Detran/MT

ASSINATURA DO EMISSOR

**MATO GROSSO**

DFAC

1565925341


DNA  
1035



## PROCURAÇÃO

**EMILIO POPULO SOUZA MACHADO**, brasileiro, , médico, portadora do RG n.º 14952980 SSP/AM, CRM n.º 3775/RO e CPF n.º 697.265.821-72, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá-MT, à Rua Dom Franco Dalavale número 332, bairro Módulo 4, Juína/MT – CEP 78.320-000 pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores os advogados **JOSÉ ANTONIO ROSA, RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO, ROBÉLIA DA SILVA MENEZES e MARCELO ESTEVES LIMA**, brasileiros, inscritos na OAB/MT sob o n.º 5.493, 11.055, 23.212 e 7.692, respectivamente, com endereço profissional à Av. São Sebastião, 2.957 – Bairro Quilombo, CEP 78.045-001, em Cuiabá – MT, fone/FAX 065 3623-0713, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula **ad-judicia et extra** em qualquer, Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, e ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Cuiabá-MT, 18 de março de 2021.

  
**EMILIO POPULO SOUZA MACHADO**





**Memorando n. 266/2021/GAJUR/PG/ALMT**

Cuiabá, 18 de março de 2021.

**Da:** PROCURADORIA-GERAL**Para:** PRESIDÊNCIA**Assunto:** Encaminha processo

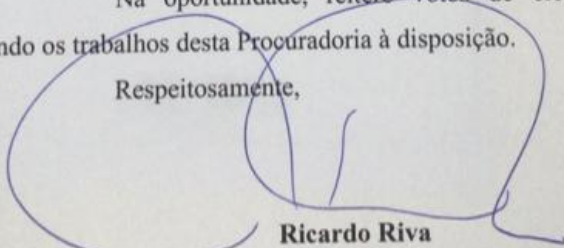
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar-lhe o processo n. 202174153, que versa sobre consulta quanto ao direito legal à posse do Primeiro ou Segundo Suplente, em razão do falecimento do Exmo. Sr. Deputado Estadual Silvio Favero, incluso parecer n. 62/2021, da lavra deste subscritor e do Procurador Dr. Gabriel Machado dos Santos Costa, para conhecimento e demais deliberações.

Por fim, cumpre consignar que esta Procuradoria-Geral opina pela concessão de posse ao Primeiro Suplente Sr. Gilberto Moacir Cattani.

Na oportunidade, reitero votos de elevada estima e apreço colocando os trabalhos desta Procuradoria à disposição.

Respeitosamente,

  
**Ricardo Riva**  
Procurador-Geral da Assembleia Legislativa

44  
97**PARECER Nº 62/2021****SOLICITANTE: Presidência da Assembleia Legislativa.**

Falecimento de deputado estadual. Suplência. Vacância pertence à coligação, se existente. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral. Infidelidade partidária. Necessidade de reconhecimento judicial. Resolução TSE n. 22.610/2007. Discussão quanto à linha sucessória de suplência deve ser submetida ao Poder Judiciário. Presidente do Poder Legislativo encontra-se vinculado à ordem de suplência definida pela Justiça Eleitoral. Refiliação de suplente. Matéria *interna corporis*. Competência do respectivo Partido Político. Vaga a ser preenchida pela coligação. Inexistente a coligação, a vaga deve ser preenchida de acordo com a ordem de suplência definida pela Justiça Eleitoral.

Página 1



45  
8

## DO RELATÓRIO

Trata-se de consulta realizada pela Presidência deste Poder Legislativo a esta Procuradoria Geral acerca da posse do suplente ao cargo de deputado estadual em decorrência do falecimento do parlamentar estadual Silvio Fávero.

Constam no processo os seguintes documentos: memorando n.169/2021/PRESIDÊNCIA/ALMT; declaração de bens e diploma da classificação como suplente emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, ambos do senhor Gilberto Moacir Cattani; requerimento do senhor Emilio Populo Souza Machado.

É o essencial a relatar. Passo a opinar.

## DOS FUNDAMENTOS

A Constituição do Estado de Mato Grosso determina as hipóteses de convocação do suplente nos casos de vaga que, dentre outras hipóteses, pode ser oriunda de falecimento de parlamentar, como o que se examina neste parecer.

Art. 32 Não perderá o mandato o Deputado Estadual:

I - investido no cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado e de Prefeitura da Capital;

II - licenciado pela Assembleia Legislativa por motivo de doença ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse 180 (cento e oitenta) dias por Sessão Legislativa. (Inciso com redação dada pela EC nº 68, D.O. 24.10.2014)

§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias. [grifo nosso]

Página 2





46  
9

§ 2º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º Na hipótese do inciso I, o Deputado Estadual poderá optar pela remuneração do mandato.

O Código Eleitoral (Lei n. 4737/65) define em seu art. 112 os suplentes da representação partidária como aqueles mais votados sob a mesma legenda e não eleitos efetivos das listas dos respectivos partidos ou, em caso de empate na votação, a ordem decrescente de idade.

Acerca do processo de convocação dos suplentes, o Supremo Tribunal Federal entende que no caso de vacância deve ser empossado o suplente mais votado da coligação e não do partido político. Acrescenta, ainda, a Corte Suprema que a perda do direito à suplência apenas consubstancia caso de infidelidade partidária se reconhecida judicialmente, após o devido processo legal. Nesse sentido:

**EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. CONSTITUCIONAL. SUPLENTE DE DEPUTADO FEDERAL. ORDEM DE SUBSTITUIÇÃO FIXADA SEGUNDO A ORDEM DA COLIGAÇÃO. REJEIÇÃO DAS PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA E DE PERDA DO OBJETO DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA. 1. A legitimidade ativa para a impetração do mandado de segurança é de quem, asseverando ter direito líquido e certo, titulariza-o, pedindo proteção judicial. A possibilidade de validação da tese segundo a qual o mandato pertence ao partido político e não à coligação legitima a ação do Impetrante. 2. Mandado de segurança preventivo. A circunstância de a ameaça de lesão ao direito pretensamente titularizado pelo Impetrante ter-se convolado em dano concreto não acarreta perda de objeto da ação. 3. As coligações são conformações políticas decorrentes da aliança partidária formalizada entre dois ou mais partidos políticos para concorrerem, de forma unitária, às eleições proporcionais ou majoritárias. Distinguem-se dos partidos políticos que a compõem e a eles se sobrepõe, temporariamente, adquirindo capacidade jurídica para representá-los. 4. A figura jurídica derivada dessa coalizão transitória não se exaure no dia do pleito ou, menos ainda, apaga os vestígios de sua existência quando esgotada a finalidade que motivou a convergência de vetores políticos: eleger candidatos. Seus efeitos projetam-se na definição da ordem para ocupação dos cargos e para o exercício dos mandatos**

Página 3





47  
EJ

**conquistados. [grifo nosso] 5. A coligação assume perante os demais partidos e coligações, os órgãos da Justiça Eleitoral e, também, os eleitores, natureza de superpartido; ela formaliza sua composição, registra seus candidatos, apresenta-se nas peças publicitárias e nos horários eleitorais e, a partir dos votos, forma quociente próprio, que não pode ser assumido isoladamente pelos partidos que a compunham nem pode ser por eles apropriado. 6. O quociente partidário para o preenchimento de cargos vagos é definido em função da coligação, contemplando seus candidatos mais votados, independentemente dos partidos aos quais são filiados. Regra que deve ser mantida para a convocação dos suplentes, pois eles, como os eleitos, formam lista única de votações nominais que, em ordem decrescente, representa a vontade do eleitorado. [grifo nosso] 7. A sistemática estabelecida no ordenamento jurídico eleitoral para o preenchimento dos cargos disputados no sistema de eleições proporcionais é declarada no momento da diplomação, quando são ordenados os candidatos eleitos e a ordem de sucessão pelos candidatos suplentes. A mudança dessa ordem atenta contra o ato jurídico perfeito e desvirtua o sentido e a razão de ser das coligações. 8. Ao se coligarem, os partidos políticos aquiescem com a possibilidade de distribuição e rodízio no exercício do poder buscado em conjunto no processo eleitoral. 9. Segurança denegada. (MS 30260, Relator(a): CARMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 27/04/2011, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-166 DIVULG 29-08-2011 PUBLIC 30-08-2011 RTJ VOL-00220-01 PP-00278)**

**EMENTA: AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ELEITORAL. ATO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. RENÚNCIA E AFASTAMENTO DO MANDATO DE DEPUTADO FEDERAL. ASSUNÇÃO DE CARGOS NO PODER EXECUTIVO. CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE. LINHA SUCESSÓRIA. ORDEM DE SUPLÊNCIA DEFINIDA NO ATO DE DIPLOMAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL. NECESSIDADE DE DECLARAÇÃO JUDICIAL DE INFIDELIDADE PARTIDÁRIA. DUE PROCESS OF LAW. INCOMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DA CÂMARA PARA ALTERAR A ORDEM DE SUPLÊNCIA. ALTERAÇÃO DO QUADRO DE SUPLÊNCIA DE CARGOS POR INFIDELIDADE PARTIDÁRIA. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ELEITORAL. PODER JUDICIÁRIO. RESOLUÇÃO TSE 22.610/2007. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. A linha sucessória de mandatos eletivos é determinada pela diplomação dos vencedores no pleito, realizada pela Justiça Eleitoral, define o quadro da titularidade e da suplência dos cargos eletivos para uma determinada legislatura, nos termos do art. 215 do Código Eleitoral. 2. A regra do sistema político-eleitoral brasileiro é de que o quociente partidário para o preenchimento de cargos vagos é definido em função**

Página 4



43  
ef

da coligação partidária, independentemente dos partidos aos quais são filiados (Precedente do Plenário: MS 30.260, Relatora Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe 30.08.2011). 3. Nas hipóteses de renúncia e afastamento de parlamentar, deve ser empossado no cargo eletivo, como suplente, o candidato mais votado na lista da coligação, e não do partido a que pertence o parlamentar eleito, exegese que milita em prol dos direitos políticos de participação das correntes minoritárias. [grifo nosso] 4. O Presidente da Câmara dos Deputados está vinculado à ordem de sucessão declarada pela Justiça Especializada quando da nomeação de suplentes. 5. A perda da expectativa de direito de suplência por alteração de filiação a partidos políticos somente pode ocorrer nas hipóteses de infidelidade partidária, e desde que devidamente assentada pela Justiça Eleitoral, após procedimento judicial que respeite o due process of law (Resolução TSE 22.610/2007).[grifo nosso] Precedentes: MS 26.602, Rel. Min. Eros Grau, DJe 17.10.2008; MS 26.603, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 19.12.2008; e MS 26.604, Relatora Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe 03.10.2008. 6. Consectariamente, a perda do direito de precedência na hipótese de vagas de suplência reclama a conclusão de processo judicial específico para afastar eventual justa causa e a consequente ilegitimidade do ato, sendo competência exclusiva da Justiça Eleitoral, e não do Presidente da Câmara dos Deputados. [grifo nosso] 7. In casu, não houve a conclusão de processo judicial específico na Justiça Eleitoral que imponha a perda da expectativa do direito de suplência, de sorte que o alegado direito líquido e certo do impetrante não prescinde da desconstituição do diploma de outro suplente. 8. Agravo interno a que se NEGA PROVIMENTO. (MS 34777 AgR, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 20/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-042 DIVULG 05-03-2018 PUBLIC 06-03-2018)

AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ELEITORAL. ORDEM DE SUPLENÇÃO. DEPUTADO FEDERAL. DESFILIAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO. INFIDELIDADE PARTIDÁRIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AGRAVO DESPROVIDO COM IMPOSIÇÃO DE MULTA. 1. In casu, o impetrante busca o reconhecimento de direito líquido e certo à condição de primeiro suplente de Deputado Federal, argumentando terem seus antecessores na ordem de suplência incorrido em infidelidade partidária ao se desfiliarem injustificadamente do Partido Social Cristão. 2. Apenas à Justiça Eleitoral compete apreciar o pedido de perda de mandato eletivo em razão de mudança de partido sem justa causa, observado o devido processo legal, nos termos dos arts. 55, V e 121, § 4º, IV, da Constituição Federal e da Resolução TSE

Página 5





489

22.610/2007. [grifo nosso] 3. Na hipótese dos autos, inexistente prova pré-constituída do direito líquido e certo no tocante à demonstração da ocorrência de infidelidade partidária por parte dos suplentes antecessores do impetrante. 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa, nos termos dos arts. 81, §2º e 1.021, § 4º, do CPC. (MS 34601 ED-AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 20/04/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-083 DIVULG 27-04-2018 PUBLIC 30-04-2018)

Na mesma toada posiciona-se o Tribunal Superior Eleitoral:

Mandado de segurança. Partido. Lista de suplentes da coligação. 1. No julgamento dos Mandados de Segurança nos 30.260 e 30.272, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o quociente partidário para o preenchimento de cargos vagos é definido em função da coligação, contemplando seus candidatos mais votados, independentemente dos partidos aos quais são filiados. Regra que deve ser mantida para a convocação dos suplentes, pois eles, como os eleitos, formam lista única de votações nominais que, em ordem decrescente, representa a vontade do eleitorado. [grifo nosso] 2. Em face desse entendimento, os parlamentares licenciados devem ser substituídos por suplentes das coligações partidárias, e não dos partidos políticos. [...]” (Ac. de 18.9.2012 no AgR-RMS nº 145948, rel. Min. Arnaldo Versiani.)

Acresça-se que há, inclusive, entendimento no Tribunal Superior Eleitoral no sentido de que a Resolução TSE n. 22.610/2007<sup>1</sup>, que disciplina aspectos da fidelidade partidária, não seria aplicável aos suplentes que se desligam do partido pelo qual foram eleitos, desde que não tenham exercido o mandato:

1 O art. 22-A da Lei n. 9096/95 também prevê hipóteses de perda do mandato por desfiliação sem justa causa nos seguintes termos: “Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito.

Parágrafo único. Consideram-se justa causa para a desfiliação partidária somente as seguintes hipóteses:

I - mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário;

II - grave discriminação política pessoal; e

III - mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.”

Página 6





Representação. Fidelidade partidária. Deputado federal. <sup>5098</sup>Suplente. Desfiliação partidária. Justa causa. Substituição. Licença. Interesse. Decadência. Art. 1º, § 2º. Resolução-TSE nº 22.610/2007. 1. **A disciplina da Resolução-TSE 22.610/2007 não é aplicável aos suplentes que se desligam do partido pelo qual foram eleitos, pois estes não exercem mandato eletivo. Tratar-se-ia, portanto, de questão interna corporis.** [grifo nosso] (Cta 1.679/DF, Rel. Min. Arnaldo Versiani, no mesmo sentido, o RO 2.275/RJ, Rel. Min. Marcelo Ribeiro e a RP 1.399/SP, de minha relatoria). 2. Nos casos em que o suplente assume o exercício do mandato em razão de licença, há o dever de fidelidade ao partido pelo qual se disputou as eleições. Em tais hipóteses, os suplentes ostentam a condição de mandatários, de modo que eventual infidelidade partidária não mais se restringe a esfera interna corporis. (Cta. 1.714, de minha relatoria, DJe 24.9.2009). 3. A contagem do prazo de 30 (trinta) dias que a agremiação partidária possui para ajuizar o pedido de decretação de perda de mandato por infidelidade partidária (art. 1º, § 2º da Res.-TSE 22.610/2007) inicia-se com posse para substituição do mandatário. No caso, ocorrida a posse em 12.9.2007 e ajuizada a ação apenas em 4.2.2009, reconhece-se a decadência do direito postulado. [...] (TSE, Ac. de 2.2.2010 no Pet nº 2.979, rel. Min. Felix Fischer.)

O Supremo Tribunal Federal, ainda, ratifica a premissa de que a linha sucessória de mandatos eletivos é determinada pela diplomação<sup>2</sup> dos vencedores, nos moldes definidos pela Justiça Eleitoral, que define o quadro da titularidade e da suplência dos cargos eletivos para a legislatura.

Dessa forma, a discussão de vagas de suplência deve ser realizada por intermédio de processo judicial específico para afastar justa causa e possível ilegitimidade do ato:

2 Sobre os diplomas define a Lei n. 4737/65: “Art. 215. Os candidatos eleitos, assim como os suplentes, receberão diploma assinado pelo Presidente do Tribunal Regional ou da Junta Eleitoral, conforme o caso.

Parágrafo único. Do diploma deverá constar o nome do candidato, a indicação da legenda sob a qual concorreu, o cargo para o qual foi eleito ou a sua classificação como suplente, e, facultativamente, outros dados a critério do juiz ou do Tribunal.

Art. 216. Enquanto o Tribunal Superior não decidir o recurso interposto contra a expedição do diploma, poderá o diplomado exercer o mandato em toda a sua plenitude.”

Página 7



Sl  
Ef.

**Ementa:** AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ELEITORAL. ORDEM DE SUPLENÇA. DEPUTADO FEDERAL. DESFILIAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO. INFIDELIDADE PARTIDÁRIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AGRAVO DESPROVIDO COM IMPOSIÇÃO DE MULTA. 1. In casu, o impetrante busca o reconhecimento de direito líquido e certo à condição de primeiro suplente de Deputado Federal, argumentando terem seus antecessores na ordem de suplência incorrido em infidelidade partidária ao se desfiliarem injustificadamente do Partido Social Cristão. 2. Apenas à Justiça Eleitoral compete apreciar o pedido de perda de mandato eletivo em razão de mudança de partido sem justa causa, observado o devido processo legal, nos termos dos arts. 55, V e 121, § 4º, IV, da Constituição Federal e da Resolução TSE 22.610/2007. [grifo nosso] 3. Na hipótese dos autos, inexistente prova pré-constituída do direito líquido e certo no tocante à demonstração da ocorrência de infidelidade partidária por parte dos suplentes antecessores do impetrante. 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa, nos termos dos arts. 81, §2º e 1.021, § 4º, do CPC. (MS 34601 ED-AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 20/04/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-083 DIVULG 27-04-2018 PUBLIC 30-04-2018)

**EMENTA:** AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ELEITORAL. ATO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. RENÚNCIA E AFASTAMENTO DO MANDATO DE DEPUTADO FEDERAL. ASSUNÇÃO DE CARGOS NO PODER EXECUTIVO. CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE. LINHA SUCESSÓRIA. ORDEM DE SUPLENÇA DEFINIDA NO ATO DE DIPLOMAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL. NECESSIDADE DE DECLARAÇÃO JUDICIAL DE INFIDELIDADE PARTIDÁRIA. DUE PROCESS OF LAW. INCOMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DA CÂMARA PARA ALTERAR A ORDEM DE SUPLENÇA. ALTERAÇÃO DO QUADRO DE SUPLENÇA DE CARGOS POR INFIDELIDADE PARTIDÁRIA. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ELEITORAL. PODER JUDICIÁRIO. RESOLUÇÃO TSE 22.610/2007. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. A linha sucessória de mandatos eletivos é determinada pela diplomação dos vencedores no pleito, realizada pela Justiça Eleitoral, define o quadro da titularidade e da suplência dos cargos eletivos para uma determinada legislatura, nos termos do art. 215 do Código Eleitoral. 2. A regra do sistema político-eleitoral brasileiro é de que o quociente partidário para o preenchimento de cargos vagos é definido em função da coligação partidária, independentemente

Página 8





dos partidos aos quais são filiados [grifo nosso] (Precedente do Plenário: MS 30.260, Relatora Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe 30.08.2011). 3. Nas hipóteses de renúncia e afastamento de parlamentar, deve ser empossado no cargo eletivo, como suplente, o candidato mais votado na lista da coligação, e não do partido a que pertence o parlamentar eleito, exegese que milita em prol dos direitos políticos de participação das correntes minoritárias. 4. O Presidente da Câmara dos Deputados está vinculado à ordem de sucessão declarada pela Justiça Especializada quando da nomeação de suplentes. 5. **A perda da expectativa de direito de suplência por alteração de filiação a partidos políticos somente pode ocorrer nas hipóteses de infidelidade partidária, e desde que devidamente assentada pela Justiça Eleitoral, após procedimento judicial que respeite o due process of law [grifo nosso] (Resolução TSE 22.610/2007).** Precedentes: MS 26.602, Rel. Min. Eros Grau, DJe 17.10.2008; MS 26.603, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 19.12.2008; e MS 26.604, Relatora Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe 03.10.2008. 6. **Consectariamente, a perda do direito de precedência na hipótese de vagas de suplência reclama a conclusão de processo judicial específico para afastar eventual justa causa e a consequente ilegitimidade do ato, sendo competência exclusiva da Justiça Eleitoral, e não do Presidente da Câmara dos Deputados. [grifo nosso]** 7. In casu, não houve a conclusão de processo judicial específico na Justiça Eleitoral que imponha a perda da expectativa do direito de suplência, de sorte que o alegado direito líquido e certo do impetrante não prescinde da desconstituição do diploma de outro suplente. 8. Agravo interno a que se NEGA PROVIMENTO. (MS 34777 AgR, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 20/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-042 DIVULG 05-03-2018 PUBLIC 06-03-2018)

No referido julgado acima citado (MS 34777), o ministro relator destaca que o Presidente do Poder Legislativo não possui competência para alterar a linha sucessória definida pela Justiça Eleitoral, na medida em que o ato de desfiliação do suplente não gera, de forma automática, a sua perda da expectativa do direito à nomeação.

Isso porque é assegurado ao parlamentar o direito ao devido processo legal em ações que tenham por objeto impugnar seu mandato ou seu direito à suplência por infidelidade partidária. Assim, ainda que mude de partido, deve haver manifestação da Justiça Eleitoral sobre a linha sucessória da suplência.



53  
e

Em outras palavras, o Presidente da Casa Legislativa encontra-se vinculado à diplomação e consequente ordem de suplência definidas pela Justiça Eleitoral.

A título de reforço, seguem trechos do voto do ministro relator no MS 34777:

Como afirmado na decisão monocrática ora recorrida, o cerne do presente writ cinge-se a saber se o **Presidente da Câmara dos Deputados possui competência para introduzir modificações na lista sucessória formalizada após o pleito eleitoral, ou encontra-se absolutamente vinculado ao resultado das eleições, tal como divulgado pela Justiça Eleitoral, e eventuais alterações exaradas pelo Poder Judiciário. [grifo nosso]**

[...]

Neste ponto, a parte afirma que o mero ato do suplente de desfiliação do partido pelo qual concorreu nas eleições extingue automaticamente sua expectativa de direito de nomeação. O argumento não se sustenta. É possível a justificação da desfiliação partidária. Para que haja perda da expectativa de direito de suplência é necessário que ocorra quebra da fidelidade partidária. [grifo nosso]

De fato, deduz-se da leitura das disposições normativas aplicáveis que o parlamentar tem assegurado o direito ao devido processo legal nas ações que visem impugnar seu mandato – ou seu direito à suplência – por infidelidade partidária. Logo, ainda que o mandatário mude de partido injustificadamente, deve permanecer como titular do mandato até a manifestação da Justiça Eleitoral. De toda sorte, é inelutável que a perda de mandato por infidelidade partidária não possui efeito automático, devendo ser decretada pela Justiça Especializada. [grifo nosso]

É que, a linha sucessória de mandatos eletivos é determinada pela diplomação dos vencedores do pleito, realizada pela Justiça Eleitoral. Na ocasião, os representantes eleitos pelo povo recebem diplomas que lhes habilitam a exercer o mandato, sendo que os respectivos suplentes, por sua vez, recebem diploma em que consta a sua classificação como suplente, nos termos do art. 215, parágrafo único, do Código Eleitoral (Lei 4.737/65).

As Casas Legislativas, por sua vez, se valem desse diploma para empossar, devidamente, os eleitos em seus respectivos mandatos, e, da mesma forma, nomear e empossar, quando for o caso, seus respectivos suplentes, respeitando a ordem declarada pela Justiça

Página 10







54  
Eleitoral. Nessa toada, não compete ao Presidente da Câmara dos Deputados intervir na ordem de suplência, uma vez que cabe à Justiça Eleitoral processar e julgar os mandatários por infidelidade partidária, em procedimento que respeite o due process of law. De fato, o Presidente da Câmara dos Deputados, no ato de convocação dos suplentes, está vinculado à lista única de votações nominais que, em ordem decrescente, representa a vontade do eleitorado. [grifo nosso]

[...]

Consectariamente, para a perda do mandato ou, in casu, a perda do direito de respectiva precedência na hipótese de vagas de suplência, é imperiosa a instauração de processo judicial específico para afastar eventual justa causa e a consequente ilegitimidade do ato, sendo competência exclusiva da Justiça Eleitoral o enfrentamento da questão – e não do Presidente da Câmara dos Deputados, como quer o impetrante (Precedente: MS 26.603, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe 19.12.2008).

Decerto, o Parlamento, representado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, está vinculado à ordem declarada pela Justiça Especializada quando da nomeação de suplentes. [grifo nosso] [...]

Conclui-se, portanto, não competir ao Presidente da Câmara dos Deputados impedir a posse dos litisconsortes na qualidade de Deputados Federais, substituindo-se à Corte Eleitoral e entendendo caracterizada a infidelidade partidária. [grifo nosso] Desse modo, não merece qualquer reparo o ato apontado como coator, afastando-se o direito líquido e certo do impetrante.

[...]

Deveras, a reverência à ordem de diplomação se impõe ao Presidente da Câmara, ainda que o primeiro suplente da lista não pertença ao partido ou coligação titular da vaga, caso a ordem de diplomação não tenha sido revista pela Justiça Eleitoral. [grifo nosso] [...]

Portanto, reitere-se que deve o Poder Legislativo cumprir a ordem de suplentes definida pela Justiça Eleitoral, sendo qualquer discussão acerca de fidelidade partidária e consequente mudança na ordem dos suplentes ser direcionada e decidida pelo Poder Judiciário.

Página 11



SS  
Ej

A accitação da refiliação de suplente constitui matéria *interna corporis* de competência do respectivo partido político:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. AÇÃO DE PERDA DE CARGO ELETIVO POR DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA. ALEGAÇÃO DE FATO NOVO. MANUTENÇÃO DO INTERESSE RECURSAL. SUPLENTE QUE SAIU DO PARTIDO E DEPOIS PRETENDEU A REFILIAÇÃO A QUAL FOI INDEFERIDA. DISCUSSÃO ACERCA DA FILIAÇÃO VÁLIDA. QUESTÃO INTERNA CORPORIS DA AGREMIAÇÃO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL. SÚMULA No 2/TSE. INAPLICABILIDADE AO CASO DOS AUTOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO VERGASTADA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Na espécie, o agravante, segundo suplente de vereador pelo PDT, após desfiliação voluntária do partido pretendeu retornar aos quadros da grei, fazendo novo pedido de filiação, o qual foi indeferido. 2. Embora o **postulado fundamental da autonomia partidária**, previsto no art. 17, § 1º, da Constituição Federal, possa sofrer mitigações ante os potenciais riscos ao processo democrático, as discussões em torno da validade de pedido de refiliação envolvendo o cumprimento das normas partidárias e o devido processo legal da impugnação são consideradas *interna corporis* das agremiações. 3. Diante da ausência de potencialidade para interferir no processo eleitoral, as discussões a respeito da observância às normas partidárias relativas ao deferimento e à impugnação ao pedido de refiliação partidária devem ser solucionadas por meio dos instrumentos disponíveis na Justiça Comum. [grifo nosso] 4. A Súmula no 2/TSE faz referência à filiação partidária como condição de elegibilidade, sendo aplicada apenas nos processos de registro de candidatura. 5. Os argumentos expostos pelo agravante não são suficientes para afastar a conclusão da decisão agravada, revelando tão somente o inconformismo da parte com o resultado do julgamento. 6. Agravo interno a que se nega provimento. TSE

(RECURSO ESPECIAL ELEITORAL nº 060067764, Acórdão, Relator(a) Min. Edson Fachin, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 183, Data 14/09/2020, Página 0)

[...]. Fidelidade Partidária. Res.-TSE nº 22.610/07. **Suplente que se desliga do partido e que se filia novamente. Trânsfuga arrependido. Filiação regular. Aquiescência da agremiação. Matéria interna corporis. Incompetência da Justiça Eleitoral.** [grifo nosso] Ordem de vocação de suplência inalterada. Assunção ao cargo de deputado federal regular. [...]. Trânsfuga que se arrependeu. Divergências relativas à refiliação de suplente, pertinentes à investidura em cargo proporcional vago, extrapolam a competência

Página 12



desta justiça especializada, devendo ser resolvidas <sup>56 el</sup> no fórum adequado, pois são de natureza eminentemente interna corporis. [...]. (TSE, Ac. de 3.8.2009 no AgR-Pet nº 2.981, rel. Min. Joaquim Barbosa.)

Consulta. Fidelidade partidária. Res.-TSE nº 22.610/2007. [...]. **Migração partidária de suplente. Matéria interna corporis de partido político. Incompetência da Corte Eleitoral. Precedentes.** [grifo nosso] (Res. nº 23.079, de 9.6.2009, rel. Min. Joaquim Barbosa.)

[...] Representação. Fidelidade partidária. Suplente. Matéria interna corporis. Não-preenchimento das hipóteses de cabimento. [...] 1. **A mudança de agremiação partidária de filiados que não exercem mandato eletivo constitui matéria interna corporis e escapa ao julgamento da Justiça Eleitoral, não configurando hipótese de cabimento de representação perante o c. Tribunal Superior Eleitoral.** [grifo nosso] 2. A Resolução-TSE nº 22.610/2007, que disciplina o processo de perda do mandato eletivo, bem como de justificação de desfiliação partidária, não é aplicável, uma vez que os suplentes não exercem mandato eletivo. Sua diplomação constitui 'mera formalidade anterior e essencial a possibilitar a posse interina ou definitiva no cargo na hipótese de licença do titular ou vacância permanente', sem, contudo, conferir as prerrogativas e os deveres que se impõem aos parlamentares no exercício do mandato eletivo. [...] (TSE, Ac. de 19.2.2009 no AgR-Rp nº 1.399, rel. Min. Felix Fischer.)

Fixadas essas premissas, observa-se que diante do falecimento do deputado estadual Silvio Fávero, deve assumir, no caso de existência de coligação, o próximo suplente da respectiva vaga pertencente à coligação, de acordo com a ordem definida pela Justiça Eleitoral.

E, no caso de inexistência de coligação, deve assumir o suplente, segundo a ordem definida pela Justiça Eleitoral, destacando que havendo a necessidade de refiliação de suplente, a mesma, por constituir matéria *interna corporis* deve ser decidida pelo respectivo Partido Político.



**DAS CONCLUSÕES**

Diante do exposto, opinamos que:

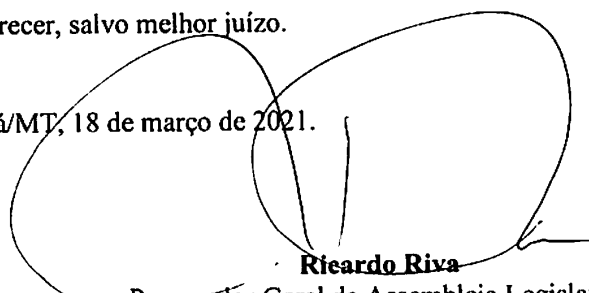
i. existindo coligação referente à vaga decorrente da morte do deputado estadual Silvio Fávero, deve ser empossado no cargo eletivo, como suplente, o candidato mais votado na lista da coligação e de acordo com a ordem definida pela Justiça Eleitoral, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

ii. inexistindo coligação referente à vaga decorrente da morte do deputado estadual Silvio Fávero, deve ser empossado no cargo eletivo o primeiro suplente de acordo com a ordem definida pela Justiça Eleitoral.


Destaca-se que havendo necessidade de refiliação do suplente antes da posse, a mesma deve ser decidida no âmbito do respectivo Partido Político por constituir matéria *interna corporis* e que qualquer discussão acerca da ordem sucessória de suplentes por infidelidade partidária deve ser apreciada pelo Poder Judiciário, estando a Presidência do Poder Legislativo vinculada à diplomação concedida pela Justiça Eleitoral.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Cuiabá/MT, 18 de março de 2021.



**Ricardo Riva**  
Procurador Geral da Assembleia Legislativa



**Gabriel Machado dos Santos Costa**  
Procurador da Assembleia Legislativa



**Memorando n. 266/2021/GAJUR/PG/ALMT**

Cuiabá, 18 de março de 2021.

**Da: PROCURADORIA-GERAL****Para: PRESIDÊNCIA****Assunto: Encaminha processo**

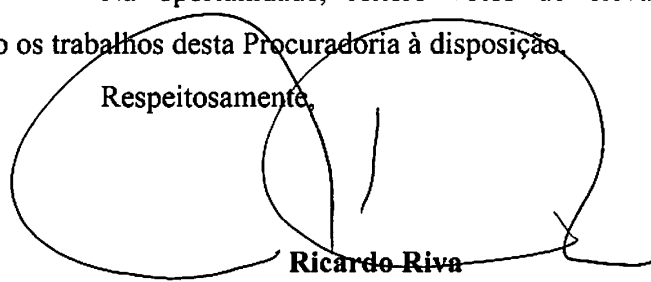
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar-lhe o processo n. 202174153, que versa sobre consulta quanto ao direito legal à posse do Primeiro ou Segundo Suplente, em razão do falecimento do Exmo. Sr. Deputado Estadual Silvio Favero, incluso parecer n. 62/2021, da lavra deste subscritor e do Procurador Dr. Gabriel Machado dos Santos Costa, para conhecimento e demais deliberações.

Por fim, cumpre consignar que esta Procuradoria-Geral opina pela concessão de posse ao Primeiro Suplente Sr. Gilberto Moacir Cattani.

Na oportunidade, reitero votos de elevada estima e apreço colocando os trabalhos desta Procuradoria à disposição.

Respeitosamente,



**Ricardo Riva**  
**Procurador-Geral da Assembleia Legislativa**





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Superior Eleitoral**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a legislação vigente, o eleitor identificado abaixo **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO**.

**Nome do Eleitor(a):** GILBERTO MOACIR CATTANI

**Título Eleitoral:** 012937491856

**Dados da Filiação Partidária**

Partido	UF	Município	Data Cadastro Filiação	Data Filiação	Situação
PRTB	MT	NOVA MUTUM	04/04/2020	04/04/2020	Regular
PSL	MT	NOVA MUTUM	05/04/2018	04/04/2018	Cancelado em 16/04/2020



Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: [http:// www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br), por meio do código de autenticação: **0C43.005B.093D.90D5**

Certidão emitida às 14:27:22 de 23/03/2021



23/03/2021

VGN - Jornalismo de credibilidade

Sábado, 20 de Março de 2021, 11h:00



## Elizeu sobre empossar Cattani: “Aqui não tem nenhum estelionatário! Tem polícia e homens de valores”

Elizeu afirmou que o partido não foi procurado pelo correligionário a quem chamou de “outro grupo”.

Lucione Nazareth & Adriana Assunção/VG Notícias

VG Notícias





deputado Elizeu Nascimento

O vice-presidente estadual do PSL, deputado estadual Elizeu Nascimento se posicionou sobre a "briga" pela vaga do deputado Sílvio Fávero (PSL), falecido no último sábado (13.03), em decorrência da Covid-19.

[noticias.com.br/imprime.php?cid=76269&sid=7](https://noticias.com.br/imprime.php?cid=76269&sid=7)

2/3



Assinado eletronicamente por: RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - 23/03/2021 15:48:37  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21032315483473400000012437377>  
Número do documento: 21032315483473400000012437377

Num. 12630272 - Pág. 2



23/03/2021

VGN - Jornalismo de credibilidade

“Como representante partidário eu tenho que me posicionar, não fico em cima do muro, boa sorte aos demais (Dr. Emilio Populo). Sabemos que podem vir ao embate e a gente vai se posicionar de forma legítima e de forma merecedora”, declarou Elizeu, durante a posse do primeiro suplente Gilberto Cattani (PSL).

A vaga aberta com a morte de Silvio também foi pleiteada pelo segundo suplente do PSL, Dr. Emilio Populo – conhecido como Viação. Entretanto, a Assembleia Legislativa entendeu que qualquer alteração na ordem da suplência fica na competência exclusiva da Justiça Eleitoral e seguiu a legislação eleitoral dando posse ao primeiro suplente Gilberto Cattani.

#### Leia mais

Procurador diz que Assembleia seguiu Justiça Eleitoral para empossar Cattani na vaga de Fávero (<https://www.vgnoticias.com.br/politica/procurador-diz-que-assembleia-seguiu-justica-eleitoral-para-empossar-cattani-na-vaga-de-favero/76265>)

Sobre o interesse do segundo suplente, Elizeu afirmou que o partido não foi procurado pelo correligionário a quem chamou de “outro grupo”.

Segundo ele, o PSL precisava fazer aquilo que é correto. “Cattani é filiado legalmente ao PSL e nós temos um prazo limite para que isso venha a público. A janela se abre em abril, ela se fecha em uma determinada data e logicamente dentro dos seus quadros de filiado interno do PSL estadual consta, e aqueles que têm dúvidas lá tem todo registro da filiação, a data e horário da filiação. Aqui não tem nenhum estelionatário não, tem polícia e tem homens de valores, que respeitam as legislações”, garantiu Elizeu.

#### Leia mais

Mesa Diretora da AL/MT empossa Gilberto Cattani, primeiro suplente de Fávero (<https://www.vgnoticias.com.br/politica/mesa-diretora-da-almt-empossa-gilberto-cattani-primeiro-suplente-de-favero/76259>)

Pedidos de suplentes para assumir vaga de Fávero chegam antes do atestado de óbito; Russi espera parecer da Procuradoria (<https://www.vgnoticias.com.br/politica/mesa-diretora-da-almt-empossa-gilberto-cattani-primeiro-suplente-de-favero/76259>)



23/03/2021

Dupla filiação causa imbróglio sobre posse de Cattani na vaga de Sílvio Fávero na AL :: RDNEWS - Portal de notícias de MT



Segunda-Feira, 15 de Março de 2021, 11h03

Dupla filiação causa imbróglio sobre posse de Cattani na vaga de Sílvio Fávero na AL

PSL assegura que Cattani se filiou uma semana antes da internação de Fávero, que morreu no sábado (13)

Andhressa Barboza e Mikhail Favalessa

Reprodução



ews.com.br/imprime.php?cid=141606&sid=6

1/4



Assinado eletronicamente por: RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - 23/03/2021 15:48:41

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21032315483790700000012437427>

Número do documento: 21032315483790700000012437427

Num. 12630322 - Pág. 1

23/03/2021

Dupla filiação causa imbróglio sobre posse de Cattani na vaga de Sílvio Fávero na AL :: RDNEWS - Portal de notícias de MT



Para assumir a vaga de deputado estadual após o falecimento de Sílvio Fávero (PSL), o suplente Gilberto Cattani terá que explicar sua situação partidária. Apesar de alegar estar filiado novamente ao PSL, partido que desembarcou ano passado, Cattani continua filiado ao PRTB. A informação consta oficialmente junto ao TSE e também foi confirmada pelo vice-presidente da sigla, o Professor LAC.

Reprodução



Vice-presidente do PRTB afirma que Gilberto Cattani continua na sigla

“Nós também consultamos a Justiça Eleitoral e ele está filiado. Além disso, nem eu ou outro membro do PRTB foi informado sobre a desfiliação do Cattani”, contou ao

**RD NEWS**

Contudo, apesar da polêmica sobre qual sigla o suplente estaria filiados, LAC afirma que Cattani teria direito a assumir a vaga na AL sem risco de cair em infidelidade partidária.

Isso porque ano passado, ao ter negado o pedido de desfiliação no PSL de Mato Grosso, ele teria ido até Brasília na direção nacional que o teria autorizado a migrar para o PRTB e, assim, mante-se como suplente de Sílvio Fávero.

Segundo o presidente do PSL, Aécio Rodrigues, o retorno de Cattani ao PSL teria ocorrido no dia 22 de fevereiro, ou seja, na semana anterior à internação de Fávero que morreu em decorrência da Covid-19, no último sábado (13). Ele foi internado dia 4 de março.

Reprodução

ews.com.br/imprime.php?cid=141606&sid=6

2/4



23/03/2021

Dupla filiação causa imbróglio sobre posse de Cattani na vaga de Sílvio Fávero na AL :: RDNEWS - Portal de notícias de MT

Aécio explica que a ficha de filiação foi preenchida fisicamente e que ficou para ser lançada no sistema de filiação on-line posteriormente, mas disse não recordar a data em que isso ocorreu, pois dependeria da direção nacional.

“O filia web inclui no sistema e duas vezes por ano, em abril e outubro, o partido envia a lista para processar e aí atualiza a certidão. Não tem como fazer fraude”, afirmou ao **RD NEWS**.

Mas ao contrário do informa o presidente do PSL, o sistema é atualizado automaticamente, e na última atuação extraída até às 3h54 desta segunda (15), Cattani aparece como cancelado no PSL e filiado ao PRTB.

Veja documento da Justiça Eleitoral sobre situação de Cattani:



PSL diz que filiação ocorreu uma semana antes de Fávero ser internado



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Superior Eleitoral**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a legislação vigente, o eleitor identificado abaixo **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO**.

**Nome do Eleitor(a):** GILBERTO MOACIR CATTANI

**Título Eleitoral:**

**Dados da Filiação Partidária**

Partido	UF	Município	Data Cadastro Filiação	Data Filiação	Situação
PRTB	MT	NOVA MUTUM	04/04/2020	04/04/2020	Regular
PSL	MT	NOVA MUTUM	05/04/2018	04/04/2018	Cancelado em 16/04/2020

23/03/2021

Dupla filiação causa imbróglio sobre posse de Cattani na vaga de Sílvio Fávero na AL :: RDNEWS - Portal de notícias de MT

Fonte: **RDNEWS - Portal de notícias de MT**

Visite o website: <https://www.rdnews.com.br/> (<https://www.rdnews.com.br/>)





Notícias / Política MT

## Vice-presidente do PSL diz que partido não foi procurado por 2º suplente e dispara: 'aqui não tem estelionatário'

Da Redação - Isabela Mercuri / Da reportagem local - Max Aguiar

O vice-presidente estadual do PSL em Mato Grosso, deputado estadual Elizeu Nascimento, afirmou que o partido não foi procurado "por outro grupo" para tratar da sucessão do falecido Silvio Fávero. Irritado, mas sem citar nomes, o deputado disparou: "aqui não tem nenhum estelionatário não. Aqui tem polícia e tem homens de valores. Homens que respeitam as legislações".

Leia também:

[\*\*\*Após posse de Cattani, Max prevê briga jurídica, mas afirma que AL seguirá decisão da Justiça\*\*\*](#)

O primeiro suplente do PSL Gilberto Cattani tomou posse como deputado na última quinta-feira (18). Na segunda-feira (15), dois dias após a morte de Silvio Fávero, no entanto, o empresário de Juína Emílio Papulo chegou a ir até a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) tentar viabilizar sua posse. Seu argumento era de que Cattani havia saído do PSL e se filiado ao PRTB para concorrer nas eleições de 2020 a suplente de senador.

Elizeu, no entanto, falou que o próprio PSL não foi procurador. "Ficamos sabendo pela mídia, ficamos sabendo pelos corredores, e nós buscamos fazer aquilo que é por direito. Cattani é filiado legalmente ao PSL e nós temos um prazo limite para que isso venha a público. Logicamente que dentro dos quadros de filiado interno dentro do PSL nacional e estadual [ele] consta, e [para] aqueles que tem dúvida, tem todo registro de horário que foi feita a filiação, a data que foi feita a filiação. Aqui não tem nenhum estelionatário não. Aqui tem polícia e tem homens de valores. Homens que respeitam as legislações", afirmou, logo após a posse.

Segundo o vice-presidente, logo após o final das eleições de 2020, Cattani já conversou com o PSL para voltar para o partido. "A gente retornou a dialogar para que nós pudéssemos não apenas ter o Cattani no PSL, mas também o grupo que a gente sabe que você carrega. Porque nós defendemos as mesmas ideologias. Então é uma forma até de união da direita em prol da reeleição do presidente, a nossa missão, e nós passamos momentos difíceis no partido. Tivemos a perda do deputado Silvio agora, a gente ainda tinha uma esperança da permanência dele no partido, eu e o presidente Aécio buscávamos isso, a gente já vinha fazendo esse



23/03/2021

Vice-presidente do PSL diz que partido não foi procurado por 2º suplente e dispara: 'aqui não tem estelionatário' :: Notícias de MT | Olhar Direto

trabalho, mas infelizmente aconteceu a fatalidade", afirmou.

Apesar da perda, Elizeu comemorou o fato de o PSL continuar como a maior bancada do partido na Assembleia Legislativa, e afirmou que o partido irá dar suporte à presidência para fazer um bom trabalho e fazer o que é melhor para a população junto ao Governo do Estado. "Nós temos nossas ideias e nossos ideais, e nós continuaremos defendendo", finalizou.



23/03/2021 15:24

facebook-video (2) (1)

Tipo de documento: Documento de Comprovação

Descrição do documento: facebook-video (2) (1)

Id: 12630572

Data da assinatura: 23/03/2021

#### Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado na página 'Detalhes do processo' na aba 'Processos', agrupador 'Documentos'.





Pesquisar no Watch



Gilberto Cattani · Seguir

13 de fev ·



Sobre PRTB-MT



290

15 comentários 88 compartilhamentos



Curtir



Comentar

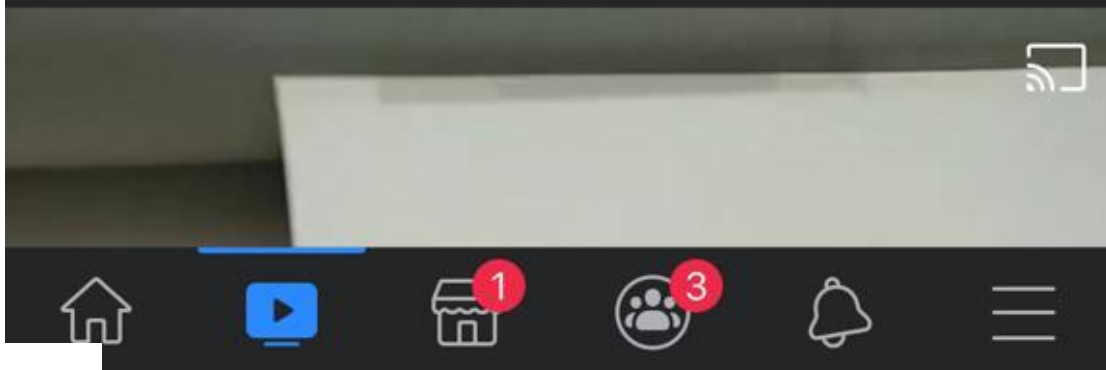


Compartilhar



Gilberto Cattani · Seguir

1 h ·



23/03/2021 15:24  
facebook-video (1)

Tipo de documento: Documento de Comprovação

Descrição do documento: facebook-video (1)

Id: 12630672

Data da assinatura: 23/03/2021

#### Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado na página 'Detalhes do processo' na aba 'Processos', agrupador 'Documentos'.



**Gilberto Cattani II**

27 de fev ·



**Gilberto Cattani**

27 de fev ·



Qual o preço de um "homem"???



1,4 mil visualizações



Curtir



Comentar



Compartilhar



**Gilberto Cattani II**

27 de fev ·





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO ELETIVO nº 0600053-82.2021.6.11.0000

REQUERENTE: EMILIO POPULO SOUZA MACHADO  
ADVOGADO: RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB/MT11.055  
REQUERIDO: GILBERTO MOACIR CATTANI  
REQUERIDO: PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO -  
COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DE MATO GROSSO  
FISCAL DA LEI: Procuradoria Regional Eleitoral

RELATOR: SEBASTIÃO MONTEIRO DA COSTA JÚNIOR

### CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO E VERIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO

CERTIFICO que, aos 23/03/2021 15:52:04, este processo foi **distribuído por sorteio** ao(à) Excelentíssimo(a) Relator(a) SEBASTIÃO MONTEIRO DA COSTA JÚNIOR.

CERTIFICO, ainda, que, nesta data, em pesquisa ao sistema eletrônico desta Justiça especializada (PJe), em princípio, não foram retornados processos com indicação de possível prevenção.

CERTIFICO, também, que se registrou como objeto do processo o seguinte: "**AÇÃO PARA DECRETAÇÃO DE PERDA DE MANDATO ELETIVO POR INFIDELIDADE PARTIDÁRIA** movida por **EMILIO POPULO SOUZA MACHADO (2º SUPLENTE)**, contra **GILBERTO MOACIR CATTANI**, referente ao cargo de **DEPUTADO ESTADUAL - Eleições Gerais de 2018.**"

CERTIFICO que, nesta data, momentaneamente, não foi possível efetivar a **atualização da autuação** a fim de incluir os(as) Advogados(as): **JOSÉ ANTONIO ROSA, ROBÉLIA DA SILVA MENEZES e MARCELO ESTEVES LIMA**, nos termos da **procuração**, juntada aos autos (ID 12630172), ocasionada por erro/falha técnica no sistema quanto ao item Retificação de autuação - opção PROCURADOR.



CERTIFICO que foi registrado na **Central de Serviços do TSE**, sob o protocolo de atendimento INC-085724, pedido de solução técnica para habilitar a inclusão de advogados referente a este processo.

Do que eu, LUIS CARLOS DE JESUS, da Seção de Controle e Autuação de Processos, lavrei a presente e assino, aos **24 de março de 2021**.





## LUIS CARLOS DE JESUS

**De:** LIGIA DE CAMPOS CORNELIO  
**Enviado em:** quarta-feira, 24 de março de 2021 10:26  
**Para:** LUIS CARLOS DE JESUS  
**Assunto:** ENC:

**Associar Procurador | Terceiro Vinculado**

1º Passo → Tipo de Vinculação

Selecione

Selecione

2 resultados encontrados

**Outros Participantes**

Participante	Tipo de Participação	Situação
Procuradoria Regional Eleitoral (FISCAL DA LEI)	FISCAL DA LEI	Ativo

1 resultados encontrados



Obter o [Outlook para Android](#)





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO  
ELETIVO nº 0600053-82.2021.6.11.0000

REQUERENTE: EMILIO POPULO SOUZA MACHADO  
ADVOGADO: RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB/MT11.055  
REQUERIDO: GILBERTO MOACIR CATTANI  
REQUERIDO: PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO -  
COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DE MATO GROSSO  
FISCAL DA LEI: Procuradoria Regional Eleitoral

**RELATOR:** SEBASTIÃO MONTEIRO DA COSTA JÚNIOR

### **CERTIDÃO** (atualização de autuação)

CERTIFICO a juntada do documento correto para instrução a certidão anterior.

Do que eu, LUIS CARLOS DE JESUS, da Seção de Controle e Autuação de Processos, lavrei a presente e assino, aos **24 de março de 2021**.





## LUIS CARLOS DE JESUS

**De:** LIGIA DE CAMPOS CORNELIO  
**Enviado em:** quarta-feira, 24 de março de 2021 10:27  
**Para:** LUIS CARLOS DE JESUS  
**Assunto:** ENC:

**Protocolo de  
atendimento:**

INC-085724



Prezado(a) Sr.(a),

Informamos que seu ticket foi registrado na Central de Serviços. Utilize as informações abaixo como auxílio no acompanhamento do chamado.

**Número do Ticket:** INC-085724

**Título:** Soluções Judiciais - PJE - Advogados e Partes - Erro/falha

**Descrição:** TRE-MT (2 GRAU) PROC 0600053-82.2021.6.11.0000 TAREFA: Retificação de Autuação - Partes - Associar Procurador DESCRIÇÃO DO ERRO: O PJE não está habilitando a inclusão de outros advogados no processo 0600053-82.2021.6.11.0000 (AÇÃO PARA DECRETAÇÃO DE PERDA DE MANDATO ELETIVO POR INFIDELIDADE PARTIDÁRIA. Fizemos o teste de tentar incluir em outro processo qualquer e o sistema permite normalmente aparecendo a opção ADVOGADO na opção de selecionar, conforme telas que enviamos anexo. Solicitamos urgência no atendimento.

**Ramal para contato:** 8800

Para o acompanhamento de seu pedido, acesse o link [Verificar Requisição](#)

**"A qualidade no atendimento é nosso compromisso!"**



Central de Serviços: ☐ [8800@tse.jus.br](mailto:8800@tse.jus.br)

☐ +55 61 3030-880

Obter o [Outlook para Android](#)



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO  
ELETIVO nº 0600053-82.2021.6.11.0000

REQUERENTE: EMILIO POPULO SOUZA MACHADO  
ADVOGADO: MARCELO ESTEVES LIMA - OAB/MT7692/O  
ADVOGADO: ROBÉLIA DA SILVA MENEZES - OAB/MT0023212  
ADVOGADO: JOSE ANTONIO ROSA - OAB/MT0005493  
ADVOGADO: RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB/MT11.055  
REQUERIDO: GILBERTO MOACIR CATTANI  
REQUERIDO: PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO -  
COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DE MATO GROSSO  
FISCAL DA LEI: Procuradoria Regional Eleitoral

**RELATOR:** SEBASTIÃO MONTEIRO DA COSTA JÚNIOR

## CERTIDÃO

(atualização da autuação - Advogados)

**CERTIFICO** que, nesta data, **atualizou-se a autuação** a fim de incluir, os(as) Advogados(as): JOSÉ ANTONIO ROSA, ROBÉLIA DA SILVA MENEZES e MARCELO ESTEVES LIMA, como procurador(es/as) judicial(is) do Requerente, nos termos da **procuração**, juntada aos autos (ID 12630172).

Do que eu, LUIS CARLOS DE JESUS, da Seção de Controle e Autuação de Processos, lavrei a presente e assino, aos **26 de março de 2021**.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

REFERÊNCIA TRE-MT: AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO  
PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO ELETIVO nº 0600053-82.2021.6.11.0000

REQUERENTE: EMILIO POPULO SOUZA MACHADO  
ADVOGADO: MARCELO ESTEVES LIMA - OAB/MT7692/O  
ADVOGADO: ROBELIA DA SILVA MENEZES - OAB/MT0023212  
ADVOGADO: JOSE ANTONIO ROSA - OAB/MT0005493  
ADVOGADO: RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB/MT11.055  
REQUERIDO: GILBERTO MOACIR CATTANI  
REQUERIDO: PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO -  
COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DE MATO GROSSO  
FISCAL DA LEI: Procuradoria Regional Eleitoral

### DESPACHO

Vistos etc.

Cuida-se de ação para decretação de perda de mandato eletivo por infidelidade partidária, movida por **Emilio Populo Souza Machado** em desfavor de **Gilberto Moacir Cattani** e da **Comissão Provisória do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB**, visando a decretação da perda do mandato do cargo de Deputado Estadual atualmente ocupado pelo primeiro Requerido, com a determinação da imediata posse do Requerente.

Dando prosseguimento ao feito, determino a Secretaria Judiciária que proceda a **CITAÇÃO** de **Gilberto Moacir Cattani** e da **Comissão Provisória do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB**, para que, no prazo de **5 [cinco] dias**, contados do ato da citação, apresentem resposta, fazendo constar no mandado expressa advertência de que, em caso de revelia, se presumirão verdadeiros os fatos afirmados na inicial [Art. 4º da Resolução TSE n. 22.610/2007].

Cumpra-se.

Cuiabá (MT), 29 de março de 2021.

**SEBASTIÃO MONTEIRO**  
Juiz Membro Relator





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

### MANDADO DE CITAÇÃO Nº 22/2021/SAP/CRIP/SJ

**REFERÊNCIA TRE-MT:** AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO  
PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO ELETIVO nº 0600053-82.2021.6.11.0000

REQUERENTE :EMILIO POPULO SOUZA MACHADO

ADVOGADO :MARCELO ESTEVES LIMA - OAB/MT7692/O

ADVOGADO :ROBELIA DA SILVA MENEZES - OAB/MT0023212

ADVOGADO :JOSE ANTONIO ROSA - OAB/MT0005493

ADVOGADO :RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB/MT11.055

REQUERIDO :GILBERTO MOACIR CATTANI

REQUERIDO :PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - COMISSÃO  
PROVISÓRIA ESTADUAL DE MATO GROSSO

FISCAL DA LEI :Procuradoria Regional Eleitoral

O(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) SEBASTIÃO MONTEIRO DA COSTA JÚNIOR,  
Relator(a) do Processo acima identificado, **MANDA** o(a) Senhor(a) Oficial de Justiça  
a quem for apresentado que dê cumprimento ao presente mandado, nos termos da  
Resolução TRE/MT nº 914/2011.

**NOME E ENDEREÇO DA(S) PESSOA(S) A SER(EM) CITADAS(S):** PRTB -  
PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - COMISSÃO  
PROVISÓRIA ESTADUAL DE MATO GROSSO, na pessoa de seu representante  
legal, com endereço na rua 07, nº 08, Setor Oeste, Morada do Ouro, Cuiabá-MT,  
CEP: 78053-035.

**FINALIDADE:** Citação para que, no prazo de **5 [cinco] dias**, contados do ato da  
citação, apresente resposta, conforme DESPACHO/DECISÃO de ID nº 13250772,  
que foi proferido(a) nos autos em referência.

**ANEXOS:** Cópia do despacho supracitado e 01 (um) CD contendo cópia da petição  
inicial e documentos que a acompanham.

**ADVERTÊNCIA:** Em caso de revelia, se presumirão verdadeiros os fatos afirmados  
na inicial.

**CUMPRASE,** na forma da lei.

Cuiabá, 6 de abril de 2021.

(Assinado eletronicamente)

**Marcos Vinicius Campos Rodrigues**  
Coordenador da CRIP/SJ em substituição



Sistema de Mandados: \_\_\_\_/2021





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

### CARTA DE ORDEM Nº 04/2021/SAP/CRIP/SJ

**ORIGEM:** AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO ELETIVO nº 0600053-82.2021.6.11.0000

**REQUERENTE** : EMILIO POPULO SOUZA MACHADO

**ADVOGADO** : MARCELO ESTEVES LIMA - OAB/MT7692/O

**ADVOGADO** : ROBELIA DA SILVA MENEZES - OAB/MT0023212

**ADVOGADO** : JOSE ANTONIO ROSA - OAB/MT0005493

**ADVOGADO** : RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB/MT11.055

**REQUERIDO** : GILBERTO MOACIR CATTANI

**REQUERIDO** : PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DE MATO GROSSO

**FISCAL DA LEI** : Procuradoria Regional Eleitoral

**ORDENANTE:** O(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) SEBASTIÃO MONTEIRO DA COSTA JÚNIOR, Relator(a) do Processo acima identificado, expede a presente Carta de Ordem ao(à) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) da 05ª Zona Eleitoral deste Estado.

**FINALIDADE:** Citação para que, no prazo de **5 [cinco] dias**, contados do ato da citação, apresente resposta, fazendo constar no mandado expressa advertência de que, em caso de revelia, se presumirão verdadeiros os fatos afirmados na inicial [Art. 4º da Resolução TSE n. 22.610/2007], nos termos despacho/decisão de ID nº **13250772**, proferido nos autos em referência.

**ANEXOS:** cópia(s) do despacho supracitado, da petição inicial e documentos que a acompanham.

**NOME, QUALIFICAÇÃO E ENDEREÇO DA(S) PESSOA(S) A SER(EM) CITADA(S)/INTIMADA(S):** GILBERTO MOACIR CATTANI, portador do RG n. 05566363 - SSP/MT e CPF n. 522.376.051-49, com endereço na rua Pontal do Marape, n. 297, Assentamento Nova Mutum ou Sítio Maringá 297, Assentamento Pontal do Marape, Nova Mutum-MT, CEP: 78045-000.

Em virtude do que se expediu a presente Carta de Ordem, nos termos da Resolução TRE/MT nº 1475/2014 e 914/2011, na qual Vossa Excelência lançará o seu respeitável “CUMPRASE”, procedendo às diligências determinadas, devolvendo-a a seguir a este Tribunal, a fim de serem tomadas as providências cabíveis.



Dada e passada nesta Secretaria Judiciária do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, 7 de abril de 2021.

*(Assinada eletronicamente)*

**MARCOS VINÍCIUS CAMPOS RODRIGUES**

Coordenador de Registros e Informações Processuais, em substituição





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO  
ELETIVO nº 0600053-82.2021.6.11.0000

REQUERENTE: EMILIO POPULO SOUZA MACHADO

ADVOGADO: MARCELO ESTEVES LIMA - OAB/MT7692/O

ADVOGADO: ROBELIA DA SILVA MENEZES - OAB/MT0023212

ADVOGADO: JOSE ANTONIO ROSA - OAB/MT0005493

ADVOGADO: RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB/MT11.055

REQUERIDO: GILBERTO MOACIR CATTANI

REQUERIDO: PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO -

COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DE MATO GROSSO

FISCAL DA LEI: Procuradoria Regional Eleitoral

**RELATOR:** SEBASTIÃO MONTEIRO DA COSTA JÚNIOR

### CERTIDÃO

(autuação de Carta de Ordem)

CERTIFICO que, nesta data, foi autuada a **Carta de Ordem n. 04/2021/SAP/CRIP/SJ**, para cumprimento, no Juízo da 005ª Zona Eleitoral de Mato Grosso, conforme documento anexo, nos termos do artigo 11, da Resolução TRE-MT n. 2430/2020.

Cuiabá, 7 de abril de 2021.

ACLEIR SOUZA COSTA MACIEL

Seção de Andamento Processual

Coordenadoria de Registros e Informações Processuais







07/04/2021

Número: **0600039-83.2021.6.11.0005**

Classe: **CARTA DE ORDEM CÍVEL**

Órgão julgador: **005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT**

Última distribuição : **07/04/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Citação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO (ORDENANTE)			
JUÍZO DA 005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT (ORDENADO)			
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO MATO GROSSO (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
84211520	07/04/2021 11:46	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial



Segue Carta de Ordem n. 04/2021/SAP/CRIP/SJ e documentos anexos.



Assinado eletronicamente por: ACLEIR SOUZA COSTA MACIEL - 07/04/2021 11:45:27  
<https://pje1g.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21040711452760100000081155735>  
Número do documento: 21040711452760100000081155735

Num. 84211520 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ACLEIR SOUZA COSTA MACIEL - 07/04/2021 10:51:18  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21040710511809000000013335727>  
Número do documento: 21040710511809000000013335727

Num. 13530672 - Pág. 2



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO  
ELETIVO nº 0600053-82.2021.6.11.0000

REQUERENTE: EMILIO POPULO SOUZA MACHADO  
ADVOGADO: MARCELO ESTEVES LIMA - OAB/MT7692/O  
ADVOGADO: ROBELIA DA SILVA MENEZES - OAB/MT0023212  
ADVOGADO: JOSE ANTONIO ROSA - OAB/MT0005493  
ADVOGADO: RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB/MT11.055  
REQUERIDO: GILBERTO MOACIR CATTANI  
REQUERIDO: PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO -  
COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DE MATO GROSSO  
FISCAL DA LEI: Procuradoria Regional Eleitoral

**RELATOR:** SEBASTIÃO MONTEIRO DA COSTA JÚNIOR

### CERTIDÃO

(juntada de documentos)

CERTIFICO que, nesta data, procedi a juntada comprovante de cumprimento, do(s)  
Mandado(s) de Intimação n. 22/2020/SAP/CRIP/SJ expedido (ID 13461122).

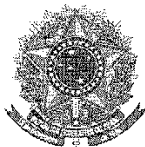
Cuiabá-MT, 9 de abril de 2021.

ACLEIR SOUZA COSTA MACIEL

Seção de Andamento Processual

Coordenadoria de Registros e Informações Processuais





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

### MANDADO DE CITAÇÃO Nº 22/2021/SAP/CRIP/SJ

**REFERÊNCIA TRE-MT:** AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO  
PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO ELETIVO nº 0600053-82.2021.6.11.0000

**REQUERENTE** : EMILIO POPULO SOUZA MACHADO

**ADVOGADO** : MARCELO ESTEVES LIMA - OAB/MT7692/O

**ADVOGADO** : ROBELIA DA SILVA MENEZES - OAB/MT0023212

**ADVOGADO** : JOSE ANTONIO ROSA - OAB/MT0005493

**ADVOGADO** : RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB/MT11.055

**REQUERIDO** : GILBERTO MOACIR CATTANI

**REQUERIDO** : PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - COMISSÃO  
PROVISÓRIA ESTADUAL DE MATO GROSSO

**FISCAL DA LEI** : Procuradoria Regional Eleitoral

O(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) SEBASTIÃO MONTEIRO DA COSTA JÚNIOR, Relator(a) do Processo acima identificado, **MANDA** o(a) Senhor(a) Oficial de Justiça a quem for apresentado que dê cumprimento ao presente mandado, nos termos da Resolução TRE/MT nº 914/2011.

**NOME E ENDEREÇO DA(S) PESSOA(S) A SER(EM) CITADAS(S):** PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DE MATO GROSSO, na pessoa de seu representante legal, com endereço na rua 07, nº 08, Setor Oeste, Morada do Ouro, Cuiabá-MT, CEP: 78053-035.

**FINALIDADE:** Citação para que, no prazo de **5 [cinco] dias**, contados do ato da citação, apresente resposta, conforme DESPACHO/DECISÃO de ID nº 13250772, que foi proferido(a) nos autos em referência.

**ANEXOS:** Cópia do despacho supracitado e 01 (um) CD contendo cópia da petição inicial e documentos que a acompanham.

**ADVERTÊNCIA:** Em caso de revelia, se presumirão verdadeiros os fatos afirmados na inicial.

**CUMPRASE,** na forma da lei.

Cuiabá, 6 de abril de 2021.

(Assinado eletronicamente)

**Marcos Vinicius Campos Rodrigues**

Coordenador da CRIP/SJ em substituição

*Jesse Rodrigues de Almeida Bando*

*Presidente Estadual do PRTB/MT*

*CPF: 551.531.781-53*



Assinado eletronicamente por: MARCOS VINICIUS CAMPOS RODRIGUES - 06/04/2021 14:12:20

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21040614120662500000013266277>

Número do documento: 21040614120662500000013266277

Num. 13461122 - Pág.



Assinado eletronicamente por: ACLEIR SOUZA COSTA MACIEL - 09/04/2021 10:40:51

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21040910405108900000013420577>

Número do documento: 21040910405108900000013420577

Num. 13615572 - Pág. 1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO  
SECRETARIA JUDICIÁRIA

**CERTIDÃO**

CERTIFICO E DOU FÉ que, em cumprimento ao **MANDADO DE CITAÇÃO nº 22/2.021 – SAP/CRIP/SJ, Referência TRE-MT: Ação de Justificação de Desfiliação Partidária/Perda de Cargo Eletivo n.º 0600053-82.2021.6.11.0000, Requerente: Emilio Populo Souza Machado, Requerido: Gilberto Moacir Cattani, Requerido: PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – Comissão Provisória Estadual de Mato Grosso, Fiscal da Lei: Procuradoria Regional Eleitoral**, que de posse do mandado realizei diligência, nesta data abaixo assinalada, até ao endereço mencionado no Instrumento, encontrando me com o Senhor Jesse Rodrigues de Arruda Barros – Presidente do PRTB/MT - Comissão Provisória Estadual de Mato Grosso, procedendo a citação, conforme assinatura do mesmo dando ciência. Diante dos fatos relatados, devolvo o Mandado a Secretaria para os devidos fins. **O referido é verdade e dou fé.**

Cuiabá – MT., 07 de abril de 2.021.

  
**Amer Khalil Okde**

Técnico Judiciário.  
Oficial de Justiça Ad-Hoc  
Secretaria Judiciária/TRE-MT.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO  
ELETIVO nº 0600053-82.2021.6.11.0000

REQUERENTE: EMILIO POPULO SOUZA MACHADO  
ADVOGADO: MARCELO ESTEVES LIMA - OAB/MT7692/O  
ADVOGADO: ROBELIA DA SILVA MENEZES - OAB/MT0023212  
ADVOGADO: JOSE ANTONIO ROSA - OAB/MT0005493  
ADVOGADO: RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB/MT11.055  
REQUERIDO: GILBERTO MOACIR CATTANI  
REQUERIDO: PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO -  
COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DE MATO GROSSO  
FISCAL DA LEI: Procuradoria Regional Eleitoral

**RELATOR:** SEBASTIÃO MONTEIRO DA COSTA JÚNIOR

### CERTIDÃO

(juntada de documentos)

CERTIFICO que, nesta data, procedi a juntada de documentos referentes ao  
cumprimento da Carta de Ordem 04/2020/SAP/CRIP/SJ expedido (ID 13528772).

Cuiabá-MT, 13 de abril de 2021.

ACLEIR SOUZA COSTA MACIEL

Seção de Andamento Processual

Coordenadoria de Registros e Informações Processuais





13/04/2021

Número: **0600039-83.2021.6.11.0005**

Classe: **CARTA DE ORDEM CÍVEL**

Órgão julgador: **005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT**

Última distribuição : **07/04/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Citação**

Objeto do processo: **Carta de ordem - citação - ação de justificação de desfiliação partidária**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO (ORDENANTE)			
JUÍZO DA 005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT (ORDENADO)			
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO MATO GROSSO (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
84604855	13/04/2021 09:39	<a href="#">juntada do mandado cumprido</a>	Certidão
84604884	13/04/2021 09:39	<a href="#">Mandado de Citação e certidão de cumprimento</a>	Documento de Comprovação
84300016	08/04/2021 10:59	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
84293293	08/04/2021 10:22	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
84227806	07/04/2021 14:18	<a href="#">Despacho</a>	Despacho





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO  
CARTÓRIO DA 5ª ZONA ELEITORAL

**CARTA DE ORDEM CÍVEL (258) Nº 0600039-83.2021.6.11.0005 / 005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT**  
**ORDENANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO**

**ORDENADO: JUÍZO DA 005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT**

**CERTIDÃO DE JUNTADA**

Nesta data, junto aos autos o mandado de citação e a certidão positiva da oficiala de justiça que seguem.

NOVA MUTUM/MT, 13 de abril de 2021.

**BIANCA GIORDANI CARLOT MORAIS**  
**Cartório da 005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT**



Assinado eletronicamente por: BIANCA GIORDANI CARLOT MORAIS - 13/04/2021 09:39:40  
<https://pje1g.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041309393998500000081510785>  
Número do documento: 21041309393998500000081510785

Num. 84604855 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ACLEIR SOUZA COSTA MACIEL - 13/04/2021 12:51:52  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041312515118600000013580477>  
Número do documento: 21041312515118600000013580477

Num. 13777172 - Pág. 2





JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO  
CARTÓRIO DA 005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT

CARTA DE ORDEM CÍVEL nº 0600039-83.2021.6.11.0005  
ORDENANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO  
ORDENADO: JUÍZO DA 005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT  
Juiz(a): Dr(a). CASSIO LEITE DE BARROS NETTO

**MANDADO DE CITAÇÃO**

O Excelentíssimo Senhor Juiz da 005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT, Dr(a). CASSIO LEITE DE BARROS NETTO, na forma da lei, MANDA a Senhora Oficiala de Justiça ad hoc deste Juízo, Leslie Maria Garcia, que dê cumprimento ao constante sob o campo OBJETO.

**OBJETO**

CITAR o Senhor GILBERTO MOACIR CATTANI, portador do R.G. 05566363 - SSP/MT e CPF n. 522.376.051-49, com endereço no Assentamento Rural Pontal do Marape, n. 297, Sítio Maringá, Nova Mutum-MT, CEP: 78045-000, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do ato da citação, apresente resposta, ficando o mesmo advertido que, em caso de revelia, se presumirão verdadeiros os fatos afirmados na inicial (art. 4º da Resolução TSE n. 22.610/2007).

**Anexos: ID 84211523 e ID 84211524.**

Dado e passado na cidade de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, aos oito dias do mês de abril de 2021. Eu, Bianca Giordani Carlot Moraes, Chefe de Cartório da 5ª Zona Eleitoral, digitei e assinei com base na Portaria nº 09/2016/5ªZE/MT.

**Bianca Giordani Carlot Moraes**  
Chefe de Cartório da 5ª Zona Eleitoral

Ciente em	12	04	2021	às	07	:05
	horas.					
assinatura						



Assinado eletronicamente por: BIANCA GIORDANI CARLOT MORAIS - 08/04/2021 10:22:11  
<https://pje1g.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21040810221164100000081230878>  
Número do documento: 21040810221164100000081230878

Num. 84293293 - Pág. 1

Digitalizada com CamScanner



Assinado eletronicamente por: BIANCA GIORDANI CARLOT MORAIS - 13/04/2021 09:39:40  
<https://pje1g.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041309394016900000081512563>  
Número do documento: 21041309394016900000081512563

Num. 84604884 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ACLEIR SOUZA COSTA MACIEL - 13/04/2021 12:51:52  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041312515118600000013580477>  
Número do documento: 21041312515118600000013580477

Num. 13777172 - Pág. 3



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE NOVA MUTUM/MT.

ASSUNTO: Carta de Ordem  
AUTOS Nº: 0600039.83.2021.6.11.0005  
ORDENANTE: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso  
ORDENADO: Juízo da 005ª Zona Eleitoral de Nova Mutum-MT

Leslie Maria Garcia, Oficiala de  
Justiça "ad hoc" desta Comarca, no  
uso de suas atribuições, na forma da  
lei, CERTIFICA:

Que em cumprimento ao mandado expedido por ordem do MMª Juiz de  
Direito da 5ª Zona Eleitoral, extraído dos autos acima mencionado, após  
proceder diligências devidas, nesta data, às 08:05hs, CITEI o Senhor:  
GILBERTO MOACIR CATTANI, para que, no prazo de 05 (cinco) dias,  
contados do ato da citação, apresente resposta, ficando o mesmo  
advertido que, em caso de revelia, se presumirão verdadeiros os fatos  
afirmados na inicial, o qual, após ouvir a leitura e o teor do mandado,  
exarou a sua nota de ciência e aceitou a contrafé que lhe ofereci. O  
referido é verdade e dou fé.

Nova Mutum, 12 de Abril de 2021.

  
LESLIE MARIA GARCIA  
Oficiala de Justiça

Digitalizada com CamScanner



Assinado eletronicamente por: BIANCA GIORDANI CARLOT MORAIS - 13/04/2021 09:39:40  
<https://pje1g.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041309394016900000081512563>  
Número do documento: 21041309394016900000081512563

Num. 84604884 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ACLEIR SOUZA COSTA MACIEL - 13/04/2021 12:51:52  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041312515118600000013580477>  
Número do documento: 21041312515118600000013580477

Num. 13777172 - Pág. 4



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**  
**JUÍZO DA 005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT**

**CARTA DE ORDEM CÍVEL (258) 0600039-83.2021.6.11.0005**

**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, entreguei o Mandado de Citação e seus anexos à oficiala de justiça ad hoc deste juízo, para cumprimento.

NOVA MUTUM/MT, 8 de abril de 2021

**BIANCA GIORDANI CARLOT MORAIS**  
**Cartório da 005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT**



Assinado eletronicamente por: BIANCA GIORDANI CARLOT MORAIS - 08/04/2021 10:59:32  
<https://pje1g.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21040810593252900000081235540>  
Número do documento: 21040810593252900000081235540

Num. 84300016 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ACLEIR SOUZA COSTA MACIEL - 13/04/2021 12:51:52  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041312515118600000013580477>  
Número do documento: 21041312515118600000013580477

Num. 13777172 - Pág. 5



**JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO  
CARTÓRIO DA 005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT**

**CARTA DE ORDEM CÍVEL nº 0600039-83.2021.6.11.0005**

ORDENANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO

ORDENADO: JUÍZO DA 005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT

Juiz(a): Dr(a). CASSIO LEITE DE BARROS NETTO

**MANDADO DE CITAÇÃO**

O Excelentíssimo Senhor Juiz da 005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT, Dr(a). CASSIO LEITE DE BARROS NETTO, na forma da lei, MANDA a Senhora Oficiala de Justiça ad hoc deste Juízo, Leslie Maria Garcia, que dê cumprimento ao constante sob o campo OBJETO.

**OBJETO**

CITAR o Senhor GILBERTO MOACIR CATTANI, portador do R.G. 05566363 - SSP/MT e CPF n. 522.376.051-49, com endereço no Assentamento Rural Pontal do Marape, n. 297, Sítio Maringá, Nova Mutum-MT, CEP: 78045-000, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do ato da citação, apresente resposta, ficando o mesmo advertido que, em caso de revelia, se presumirão verdadeiros os fatos afirmados na inicial (art. 4º da Resolução TSE n. 22.610/2007).

**Anexos: ID 84211523 e ID 84211524.**

Dado e passado na cidade de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, aos oito dias do mês de abril de 2021. Eu, Bianca Giordani Carlot Moraes, Chefe de Cartório da 5ª Zona Eleitoral, digitei e assinei com base na Portaria nº 09/2016/5ªZE/MT.

**Bianca Giordani Carlot Moraes  
Chefe de Cartório da 5ª Zona Eleitoral**

Ciente em ____/____/____ às ____:____ horas. _____ assinatura
--



Assinado eletronicamente por: BIANCA GIORDANI CARLOT MORAIS - 08/04/2021 10:22:11  
<https://pje1g.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21040810221164100000081230878>  
Número do documento: 21040810221164100000081230878

Num. 84293293 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ACLEIR SOUZA COSTA MACIEL - 13/04/2021 12:51:52  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041312515118600000013580477>  
Número do documento: 21041312515118600000013580477

Num. 13777172 - Pág. 6



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**  
**005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT**

**CARTA DE ORDEM CÍVEL (258) Nº 0600039-83.2021.6.11.0005 / 005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT**  
**ORDENANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO**

**ORDENADO: JUÍZO DA 005ª ZONA ELEITORAL DE NOVA MUTUM MT**

**DESPACHO**

Vistos etc.

I -Cumpra-se a presente missiva.

II - Após, remeta-se via correio eletrônico, a comprovação de cumprimento da mesma ao Ordenante, com as nossas homenagens.

III - Cumpridas as determinações supra, arquivem-se os presentes autos, com as anotações de estilo.

NOVA MUTUM/MT, 7 de abril de 2021.

**Cássio Leite de Barros Netto**  
**Juiz da 5ª Zona Eleitoral**



Assinado eletronicamente por: CASSIO LEITE DE BARROS NETTO - 07/04/2021 14:18:46  
<https://pje1g.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21040714184605300000081170086>  
Número do documento: 21040714184605300000081170086

Num. 84227806 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ACLEIR SOUZA COSTA MACIEL - 13/04/2021 12:51:52  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041312515118600000013580477>  
Número do documento: 21041312515118600000013580477

Num. 13777172 - Pág. 7

## **HABILITAÇÃO DE ADVOGADO**



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 15:35:24

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041915352099800000013745677>

Número do documento: 21041915352099800000013745677

EXMO(A) JUIZ(A) RELATOR(A) DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE  
MATO GROSSO.

CI¹: -J-0014-F.

PJe. 0600053-82.2021.6.11.0000.

**GILBERTO MOACIR CATTANI**, qualificado neste processo e na  
procuração em anexo, por intermédio de seu advogado ao final subscrito, vem a  
presença de V. Excelência, fundamentado no art. 5º, XXII e LIV, e art. 6º, ambos  
da Constituição Federal, requerer **HABILITAÇÃO DE ADVOGADO**,  
conforme poderes outorgados na procuração anexo, para promover a defesa  
que lhe couber no direito, assegurada pelo contraditório e ampla defesa.

Pede deferimento.

Nova Mutum-MT, 19 de março de 2021.

[documento assinado<sup>2</sup> eletronicamente]

Daniel Luis Nascimento Moura  
Advogado | OAB 16.604 MT

<sup>1</sup> Controle Interno.

<sup>2</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006.





## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** **GILBERTO MOACIR CATTANI**, brasileiro, casado, produtor rural, CI/RG 05566363 SSP/MT, CPF/MF 522.376.051-49, residente e domiciliado à Estrada da Prainha, Lote 297, Distrito Pontal do Marape, Zona Rural, Nova Mutum – MT, CEP: 78.450-000.

**OUTORGADO:** **DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA**, brasileiro, advogado inscrito na **OAB 16.604/MT**, CI/RG 1788065-3 SEJSP/MT, CPF/MF 006.999.011-54; com endereço profissional no Município de Nova Mutum (CEP 78.450-000), Estado de Mato Grosso, sito à Rua dos Cedros, Número 189, Letra N, Sala 02, Bairro Centro, integrante da sociedade Moura, Gomes & Nascimento Advogados, CNPJ: 24.021.086/0001-05<sup>1</sup>.

**PODERES:** Amplos, com as cláusulas “ad judicium et extra judicium”, para atuar no Processo 0600053-82.2021.6.11.0000, que tramita no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TREMT), podendo representar perante o Centro Judiciário de solução de Conflitos e Cidadania -CEJUSC de qualquer Fórum de Comarca do Poder Judiciário brasileiro, podendo postular em qualquer órgão Administrativo (Legislativo, Executivo ou outro) ou do Poder Judiciário, podendo propor contra quem de direito as ações competentes, defender nas contrárias, acompanhando-as até decisão final, usando dos recursos legais cabíveis perante qualquer instância, pleitear assistência judiciária gratuita, renunciar quarenta ou sessenta salários mínimos para usufruir dos Juizados, examinar processos findos ou em andamento, assegurada a obtenção de cópias, receber alvarás, fazer levantamento de valores, agindo em conjunto ou separadamente, com especiais poderes, inclusive, para visar atos constitutivos e contratos, transigir, desistir, acordar, receber, dar quitação, firmar compromissos e substabelecer, sendo-lhe vedado receber citação, intimação ou notificação, enfim, praticando todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato.

Nova Mutum - MT, 17 de abril de 2021.

### OUTORGANTE

<sup>1</sup> Lei 8.906/94, art. 15, §3º.



## **CONTESTAÇÃO**



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:22

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916201910400000013745827>

Número do documento: 21041916201910400000013745827

AO EXCELENTÍSSIMO(A) DESEMBARGADOR(A) RELATOR(A) DO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO.

E<sup>1</sup>-0014-F.

PJe. 0600053-82.2021.6.11.0000.

**GILBERTO MOACIR CATTANI**, brasileiro, casado, produtor rural, CI/RG 05566363 SSP/MT, CPF/MF 522.376.051-49, residente e domiciliado à Estrada da Prainha, Lote 297, Distrito Pontal do Marape, Zona Rural, Nova Mutum – MT, CEP: 78.450-000, por seu advogado que ao final subscreve a presente, vem respeitosamente perante V. Excelência, apresentar

### **CONTESTAÇÃO**

formulada nesta Ação para Decretação de Perda de Mandato Eletivo por Infidelidade Partidária, proposta por **EMILIO POPOLO SOUZA MACHADO**, devidamente qualificado na exordial, com fundamento no art. 4º, da Res.-TSE 22.610/2007, que faço nos termos de fato e de direito que a seguir discorreremos.

<sup>1</sup> Controle Interno.

## **I. ESCORÇO FÁTICO.**

1. O requerido participou das eleições estaduais por Mato Grosso, concorrendo ao cargo proporcional de Deputado Estadual, através do PSL – Partido Social Liberal, obtendo 11.629 votos válidos, que lhe rendeu a posição de 1º suplente ao cargo.

2. Por ocasião do inesperado – e lamentável – falecimento (no sábado, dia 13 de março de 2021), do agora ex-Deputado Estadual Dr. Silvio Fávero, que também era advogado, e que ocupava a cadeira na ALMT pelo PSL, iniciou-se escrutínio tanto no partido quanto na ALMT – Assembleia Legislativa de Mato Grosso para aferição do sucessor legítimo da cadeira vacante, por provocação do 2º Suplente, ora Autor desta, sob argumento que o demandado teria se desfilado do PSL, o que, no seu entender, justificaria a posse daquele e não deste.

3. Ao tomar conhecimento dos fatos, o PSL de Mato Grosso encaminhou ofício (anexo) ao Presidente da Casa Legislativa informando que tanto o 1º Suplente – ora requerido – como o 2º Suplente - ora requerente - estariam regularmente filiados à legenda.

4. Na mesma toada foi o Parecer 62/2021, de lavra da douta Procuradoria-Geral da ALMT, a pedido da Presidência da Mesa Diretora da Casa de Leis Estadual, que não mediu esforços para verificar a legalidade do caso, opinando-se pela posse do 1º Suplente – GILBERTO CATTANI.

5. Após escrutínio partidário e legislativo, o requerido, como esperado, numa terça-feira, dia 18 de março de 2021, às 11:00 horas, tomou posse como Deputado Estadual na augusta e respeitável Assembleia Legislativa de Mato Grosso, pelo PSL, onde arduamente se dedica para prestar serviços parlamentares com excelência.

6. Embora sua legitimidade seja incontestável, o autor desta ação, por suas convicções, entende que o requerido não é merecedor de estar onde está, sob o argumento de ter se desfilado do PSL-MT no ano de 2020 para concorrer as eleições suplementares para o Senado Federal, por Mato Grosso, mesmo tendo retornado ao partido regularmente.

7. Com este raciocínio, concluiu que, fundado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu nos Mandados de Segurança (MSs) 26602, 26603 e 26604, que o mandato pertence ao partido, entende que o requerido perdeu sua suplência, sendo direito, então, do requerente, assumir a vaga na ALMT.



## II. FUNDAMENTOS JURÍDICOS.

8. O requerente, 2º suplente ao cargo em questão, pelo PSL-MT, correligionário do requerido, por suas convicções, entende que deveria assumir a cadeira.

9. Em suas alegações, aduz que o requerido deixou o PSL-MT e migrou no PRTB-MT (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro de Mato Grosso), - o que não houve, registre-se, ante sua saída com justa causa e, também, refiliação partidária - incorrendo em infidelidade partidária, hipótese que autoriza o manejo da ação de perda de mandato eletivo.

10. Em que pese o esforço do requerente, razão não lhe assiste seja porque o requerido retornou ao PSL, estando regularmente filiado, conforme informado pelo próprio Partido ao Presidente da ALMT, seja por que a desfiliação à época ocorreu por justa causa, segundo a legislação em vigor, situações estas que afastam a ventilada infidelidade partidária.

11. Todavia, antes de adentrar no mérito, é preciso apresentar algumas preliminares que, se deferidas, podem inviabilizar totalmente o prosseguimento da demanda.

### PRELIMINAR: AÇÃO PREMATURA. TRINTÍDIO EQUIVOCADO. DECADÊNCIA.

12. Eméritos julgadores, tratando-se o caso em apreço de (des)filiação partidária, arguida pelo requerente, contra o requerido, forçoso é a leitura e aplicação da Res.-TSE 22.610/2007.

13. A norma em apreço, para efeitos desta preliminar, estabelece dois momentos temporais, e elenca, para cada um destes momentos, pessoas legitimadas a propositura da ação.

14. Vide artigo 1º, *caput* e §2º, da citada resolução:

Art. 1º O partido político interessado pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa.

§ 2º Quando o partido político não formular o pedido dentro de 30 (trinta) dias da desfiliação, pode fazê-lo, em nome próprio, nos 30 (trinta) subsequentes, quem tenha interesse jurídico ou o Ministério Público Eleitoral.



15. Nos termos da resolução, e considerando a jurisprudência do TSE, a data da contagem do prazo começou a fluir desde a posse do requerido, que ocorreu na quinta-feira, dia 18 de março de 2021.

16. Os primeiros 30 (trinta) dias, então, tiveram início em 18/03/2021 (quinta-feira), e findou-se em 16/04/2021 (sexta-feira). Aqui o legitimado é o partido político da qual se desfilou o requerido, qual seja, o PSL.

17. Os 30 (trinta) dias subsequentes tiveram início em 19/04/2021 (segunda-feira), e fincar-se-ão em 19/05/2021 (quarta-feira). Aqui o legitimado é o Ministério Público Eleitoral e/ou pessoa com interesse jurídico, como é o caso do requerente, segundo suplente.

18. Os prazos foram contados em dias corridos, com vencimento em dia útil, e foi descontado o feriado do dia 21 de abril, Dia de Tiradentes.

19. Perceba, Excelência, que o requerente ajuizou a ação no primeiro trintídio, em total contrariedade a norma eleitoral. A matéria é de ordem pública, pois trata-se de vício de condição da ação: sua ilegitimidade no momento da propositura da demanda, isto é, no primeiro trintídio partidário.

20. Em verdade, a ação deveria ser de plano rejeitada, ante sua flagrante ilegitimidade, situação que deveria dar-lhe a oportunidade de, no tempo correto, isto é, no segundo trintídio, manejar a demanda.

21. Jurisprudência do e. TSE:

**É que a atuação do suplente, em casos tais, é sempre subsidiária à da agremiação se, ela própria, não ingressar com a ação no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Resolução-TSE nº 22.610/2007**, sendo que, na espécie, o partido pelo qual se elegeu o transfuga ajuizou a ação dentro do prazo legal.[...]"

(Ac de 16.11.2016 no ED QP PET nº 56703, **rel. Min. Luciana Lóssio**; no sentido o **Ac de 3.6.2008** na Cta n. 1417, **Rel. Min. Marcelo Ribeiro**.)

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. RECEBIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA. Res.-TSE nº 22.610/2007. ILEGITIMIDADE ATIVA. AUSÊNCIA. INTERESSE JURÍDICO. LITISCONORTE. PEDIDO PREJUDICADO. DESPROVIMENTO.

**- Caso o partido político não formule pedido de decretação de perda de cargo eletivo, no prazo de trinta dias contados da desfiliação, poderá fazê-lo, em nome próprio, nos próximos trinta dias subsequentes, quem tenha interesse jurídico.** - Em se verificando de plano que não foram preenchidas as condições da ação, resta prejudicada



a análise de pedido de ingresso na lide como litisconsorte ativo. - Agravo regimental não provido.

(PETIÇÃO nº 2790, Acórdão, Relator(a) Min. Marcelo Ribeiro, Publicação: DJ - Diário de justiça, Data 06/05/2008, Página 14)

22. Nestes termos, requer a declaração de total improcedência da ação em tela, eis que protocolada fora do prazo temporal.

**PRELIMINAR: AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. REFILIAÇÃO REGULAR. SITUAÇÃO INTERNA CORPORIS.**

23. Ínclitos julgadores, na quadra dos autos não se verifica interesse de agir do autor da demanda, conquanto o requerido - GILBERTO CATTANI - tenha se filiado novamente à sigla pela qual concorreu e conquistou a suplência, sendo certo que a matéria atinente à refiliação revela-se *interna corporis* da agremiação, não se justificando a intervenção da Justiça Eleitoral.

24. Tal fato, além de ter sido comunicado a Justiça Eleitoral, pelo sistema FILIA, ainda que num primeiro momento via Lista Interna, por conta dos prazos da Lista Externa só reabrirem nos meses de Abril e Outubro de cada ano, a prova está vinculada no Ofício do Partido enviado a ALMT.

25. A refiliação é matéria que diz respeito ao partido, que com base em seus princípios e objetivos sociais, verifica se aceita ou não a filiação, ou, como no caso, a refiliação, de membro a agremiação.

26. Entendendo o partido que o requerido merecia voltar aos seus quadros, a nova filiação aconteceu, precisamente, na data de 22/02/2021, conforme atesta Lista Interna do sistema FILIA, da Justiça Eleitoral, assim como a ficha de filiação, documentos que seguem anexos.

27. **Sendo o mandato do partido**, nos termos da reiterada jurisprudência, e não havendo prejuízo advindo da conduta do 1º suplente, refiliado, **já que a vaga permanece com a agremiação, não se pode, nesse contexto, vislumbrar interesse jurídico o segundo suplente, ora autor, em reivindicar a vaga que não lhe pertence.**

28. Até porque, quando o requerido retornou ao PSL-MT, não havia nenhum cargo vacante na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, e ninguém jamais pensou que aconteceria a lamentável situação que aconteceu: o falecimento do ilustre parlamentar Deputado Estadual Dr. Silvio Fávero.

29. Até porque, quando o requerido deixou, com justa causa, o PSL-MT, não houve nenhum procedimento *interna corporis* alterando o status do



autor de segundo para primeiro suplente (requerido pelo autor ou de ofício ou por terceiro juridicamente interessado), desde a saída do requerido até a sua refiliação.

30. Também não há notícia de processo judicial sobre o tema. Ou seja, no lapso temporal da saída do requerido, por justa causa, e a sua refiliação, não houve qualquer decisão ou procedimento partidário que tenha alterado as circunstâncias fático-jurídicas que lhe subtraíssem a titularidade da primeira suplência, permanecendo, portanto, tudo como está. Trata-se de inadequação da via eleita.

31. Entendimento do **e. TSE**:

AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE DECRETAÇÃO DE PERDA DE MANDATO ELETIVO DE DEPUTADO FEDERAL. INFIDELIDADE PARTIDÁRIA. RETORNO AO PARTIDO. INTERESSE DE AGIR. SUPLENTE. AUSÊNCIA. PEDIDO CONTRAPOSTO. DESCABIMENTO. FUNDAMENTOS NÃO INFIRMADOS.

**1. Não há se falar em infidelidade partidária por desfiliação sem justa causa se o deputado dito infiel foi aceito de volta na agremiação. 2. Sendo o mandato do partido, nos termos de reiterada jurisprudência, e não havendo prejuízo advindo da conduta do parlamentar, já que a vaga permanece com a agremiação, não se pode, nesse contexto, vislumbrar interesse jurídico do suplente em reivindicar a vaga que não lhe pertence.** 3. O processo instituído pela Res.-TSE nº 22.610/2007 tem caráter dúplice porque, uma vez julgada improcedente a ação, pelo reconhecimento da justa causa, atestada estará a regularidade da migração partidária, sendo desnecessária e incabível a formulação de "pedido contraposto". 4. Agravo regimental que não infirma os fundamentos da decisão agravada. 5. Desprovimento.

(PETIÇÃO nº 2778, Acórdão, **Relator(a) Min. Marcelo Ribeiro**, Publicação: RJTSE - Revista de jurisprudência do TSE, Volume 20, Tomo 3, **Data 23/04/2009**, Página 80)

32. De relevância pontuar, ainda que a refiliação ocorresse após a abertura da vaga, com a aceitação do partido afastaria a infidelidade e, por consequência, o interesse de agir do suplente, conforme inclusive já decidido pelo **c. TSE**:

[...] 3. A fidelidade partidária deve ser entendida como princípio derivado da soberania popular, calcado na necessidade de manutenção da representatividade político-ideológica do eleitor, daí porque a saída de mandatário da legenda pela qual concorreu implica, em linha de princípio, a perda do mandato eletivo. 4. Por tal razão, considera-se que a vontade do eleitor ressaí ultrajada quando o parlamentar abandona seu partido em favor de um novo, inspirado por balizas e programas que se presumem distintos daqueles que marcam a individualidade ideológica da legenda





pela qual fora eleito. 5. Tal assertiva, contudo, não deve levar à conclusão de que o instituto em evidência tutela interesse situado na esfera jurídica dos partidos políticos. Pelo contrário, o bem jurídico tutelado, a rigor, é a própria soberania do povo. 6. A convocação do primeiro suplente do partido abandonado é uma solução jurídica que visa a restaurar a necessária ponte entre o instituto da representação e sua base legitimante, erigindo à titularidade um agente apto a sustentar, ao nível do parlamento, a orientação geral selecionada pela comunidade política por intermédio do mecanismo do sufrágio. 7. Nas ações que versam sobre a fidelidade partidária, a matéria de fundo apela diretamente à preservação (ou ao resgate) do elo entre a manifestação da cidadania e o agente associativo que a absorve. 8. À luz dessa premissa, **cumpra reconhecer a perda superveniente do objeto da ação, apurada a partir do momento em que a movimentação do sistema partidário fez anódino o dissenso anteriormente existente entre as dimensões subjetiva e institucional do sufrágio coletivo**. 9. Se a dinâmica política deságua na restauração do quadro preferido pela instância popular, o princípio do máximo aproveitamento do voto recomenda a adoção da hermenêutica que lhe possa conferir efeitos decisivos. 10. **O acerto dessa leitura é reforçado pela percepção de que as circunstâncias novas fulminam a existência de um quadro de infidelidade**, não somente no que tange à relação entre eleitores e eleito como, ainda, na interação do outrora transfuga com a legenda que o elegeu. 11. Em face do novo contexto, se é possível plasmar no parlamento o quadro representativo tal qual delineado pelas urnas, descabe decidir por um cenário diferente. Do contrário, a soberania popular seria subjugada em prol de outros interesses, subvertendo-se a hierarquia dos valores que sustentam a ratio essendi da engenharia eleitoral. [...]

(TSE, REspEI - Recurso Especial Eleitoral nº 060013127 – SANTA LUZIA – MG, Acórdão de 03/09/2020, Relator(a) Min. Edson Fachin, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 197, Data 01/10/2020)

33. É dizer, a perda do mandato pelo parlamentar infiel **não é medida punitiva** decorrente da desfiliação, mas, sim, uma forma de garantir a representação partidária conquistada por meio da soberania popular, ao passo que, recomposta em razão da refiliação, não há falar-se em infidelidade, inexistindo motivação para o seguimento da demanda.

34. Havendo a regular refiliação do requerido e inexistindo decisão partidária quanto a infidelidade e conseqüentemente perda da sua suplência, e sendo o mandato do partido, a condução de seus filiados é matéria *interna corporis*, e não se vislumbra nenhuma ilegalidade, razão pela qual, a posse dada ao requerido é legítima, e ocorreu nos moldes da lei.

35. Por outro lado, quanto à alegação contida na inicial que a filiação ao PSL não teria cumprido normas estatutárias, tal como publicação de edital a fim de que qualquer filiado pudesse impugna-la, com a devida vênia, flerta com má fé, pois não foi produzida qualquer prova que pudesse corroborar tal assertiva. Não há nos autos um único requerimento endereçado ao PSL, ou

(65) 99619 8946  
atendimento@mgnadvogados.com

[www.mgnadvogados.com](http://www.mgnadvogados.com)

CNPJ: 24.021.086/0001-05  
OAB MT PJ: 818

NOVA MUTUM - MT  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2,  
Centro - CEP: 78450-000

GUIABÁ - MT  
Rua Franklin Cassiano Silva, nº 01, Sala 25, GComplexJur  
Bairro Duque de Caxias - CEP: 78043-294

SORRISO - MT  
Av. Tancredo Neves, nº 1168, Sala 204  
Ed. Sorriso Center, Centro - CEP: 78890-000

  
@mgnadvogados





qualquer documento que o valha, que pudesse ao menos indiciar ser correta tal afirmação.

36. Em todo caso, o cumprimento de normas estatutárias para filiação revela-se matéria exclusivamente *interna corporis*, não sendo competência da Justiça Eleitoral sua análise, conforme reiterada jurisprudência do **c. TSE**:

Petição. Agravo regimental. Fidelidade Partidária. Res.-TSE no 22.610/07. **Suplente que se desliga do partido e que se filia novamente. Trânsfuga arrependido. Filiação regular. Aquiescência da agremiação. Matéria interna corporis. Incompetência da Justiça Eleitoral.** Ordem de vocação de suplência inalterada. Assunção ao cargo de deputado federal regular. **Manifesta ausência de interesse processual.** Agravo regimental desprovido. **Trânsfuga que se arrependeu. Divergências relativas à refiliação de suplente, pertinentes à investidura em cargo proporcional vago, extrapolam a competência desta justiça especializada, devendo ser resolvidas no fórum adequado, pois são de natureza eminentemente interna corporis. Evidencia-se a falta de interesse processual do agravante, pois o agravado encontra-se regularmente filiado à agremiação pela qual se elegeu.** Assim, não há que se falar em perda de mandato por desfiliação sem justa causa. Ausente uma das condições da ação (art. 267, VI, do Código de Processo Civil), o caso é de indeferimento liminar da inicial, extinguindo-se o processo, sem julgamento de mérito. Agravo regimental a que se nega provimento.

(TSE, PET - Agravo Regimental em Petição nº 2981 – SÃO PAULO – SP, Acórdão de 03/08/2009, Relator(a) Min. Joaquim Barbosa, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Data 01/09/2009, Página 14)

“[...] Não compete a esta Justiça Especializada conhecer da tese de que, à luz das regras estatutárias, teria ocorrido a aceitação tácita da refiliação do trânsfuga arrependido ao Partido Verde devido ao indeferimento tardio do pedido de retorno à legenda, haja vista sua natureza interna corporis. [...]” (TSE, AI - Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 060005916 – PALMAS – TO, Acórdão de 08/10/2020, Relator(a) Min. Edson Fachin, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 210, Data 19/10/2020)

37. Com efeito, não cabe a esta Justiça Especializada sequer conhecer da matéria que questiona a regularidade da filiação, mormente por não ter produzido qualquer prova do alegado, além de não ter promovido qualquer questionamento no âmbito partidário.

38. Nestes termos, o reconhecimento da falta de interesse de agir é medida que se impõe, com a consequente extinção da demanda sem julgamento de mérito, o que desde já se requer.



**MÉRITO: JUSTA CAUSA. GRAVE DISCRIMINAÇÃO  
PESSOAL. COMPROVAÇÃO.**

39. A Constituição Federal, em seu artigo 17º, §1º, destaca que é assegurado aos partidos políticos autonomia para definição de suas estruturas internas. Nesta seara, a Carta Magna elevou a filiação partidária a requisito substancial do sistema político brasileiro.

40. Assim, se um candidato vier a ser eleito a mandato eletivo por determinada agremiação e buscar sua desfiliação, nos termos do entendimento mencionado, poderá incorrer na extinção de seu mandato, tendo em vista que o referido cargo pertence ao partido e não ao candidato.

41. Outrossim, o candidato deve ser fiel ao partido, durante as eleições e durante seu mandato. Portanto, a Lei Maior assegura a vedação ao “transfuguismo partidário” sem justa causa, pois, em tese, tal prática poderia corromper o processo democrático brasileiro.

42. Nesta esteira, tratando-se a acusação de infidelidade partidária, de se ressaltar que, na sessão de julgamentos de quarta-feira, dia 27 de maio de 2015, o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que não se aplica aos cargos do sistema majoritário de eleição (prefeito, governador, senador e presidente da República) **a regra de perda do mandato em favor do partido, por infidelidade partidária, referente aos cargos do sistema proporcional** (vereadores, deputados estaduais, distritais e federais).

43. A decisão, unânime, se deu no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.081, de relatoria do ministro Luís Roberto Barroso.

44. A partir de então, pacificou-se na doutrina e na jurisprudência que o mandato eletivo, **dos cargos proporcionais**, pertence ao partido. Analisaremos, então, os casos de infidelidade partidária, e suas justas exceções, sobre a ótica desta decisão do STF.

45. Pois bem. No âmbito da Justiça Eleitoral, as hipóteses de perda de mandato eletivo estão previstas na Res.-TSE 22.610/2007.

46. A edição da citada resolução teve como base decisão do STF no julgamento dos Mandados de Segurança (MSs) 26602, 26603 e 26604, ocasião em que foi decidido que o **mandato de deputado** pertence ao partido e que a desfiliação partidária, **ressalvadas as exceções**, implica a perda do mandato.



47. Vale lembrar que as medidas de perda de mandato não se prestam a punir candidatos/mandatários. Em verdade, prestigia o resguardo a soberania popular, materializada através do sufrágio universal, por ser direito indisponível.

48. Ato contínuo, a resolução retro, ao regulamentar as hipóteses de infidelidade partidária e seus efeitos, cuidou de prever os casos excepcionais de justa causa para a desfiliação.

49. Nestes termos, o art. 1º, §1º:

Art. 1º O partido político interessado pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária **sem** justa causa.

**§ 1º Considera-se justa causa:**

- I – incorporação ou fusão do partido;
- II – criação de novo partido;
- III – mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário;

**IV – grave discriminação pessoal.**

50. Mesma é a lição do art. 22-A, §único, II, da lei 9.096/95:

Art. 22-A. Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito.

Parágrafo único. **Consideram-se justa causa** para a desfiliação partidária somente as seguintes hipóteses:

- I - mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário;

**II - grave discriminação política pessoal:**

51. De todas as situações que a norma relaciona, lamentavelmente, o requerido passou pela indesejada “grave discriminação pessoal”, como será demonstrado.

52. A justa causa advinda da grave discriminação pessoal, uma vez que se trata de norma que abrange inúmeros tipos de situações que serão delimitadas pelos tribunais eleitorais, deve ser cuidadosamente analisada.

53. É que, ao interpretar a discriminação pessoal em razão do rol ser aberto, os julgadores devem valorar e definir pelo menos objetivamente um molde que poderia ou não ter essa tipificação.



54. Insta salientar também que a frase “grave discriminação pessoal”, que ocasionaria uma justa causa, já foi interpretada de maneira brilhante pelo então presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SP), Dr. Walter de Almeida Guilherme, que a denominou “*como cláusula aberta, melhor dizendo, conceito jurídico indeterminado*”.

55. Na hipótese do inciso V, do §1º, do art. 1º, da citada resolução, repetindo o ensinamento da lei dos partidos políticos, tratou a Justiça Eleitoral de prestigiar membros filiados em locais onde sua moral, ética e honradez pudessem, por exemplo, serem atacadas, situação esta que caracterizaria a grave discriminação pessoal, de modo a isentar-lhes do ônus de perder a titularidade de uma vaga conquistada, ainda que em suplência, por ocasião da modalidade “justa causa” da desfiliação.

56. Não foi por acaso que o legislador inseriu a palavra “grave” na situação que menciona. É que, pretendeu o legislador afastar os “meros dissabores” partidários, que se sabe existem, e não podem ser objeto de justa causa “qualquer” argumento apresentado pelo filiado.

57. É necessário demonstrar fatos que autorizem o afastamento do mandatário do convívio partidário ou clara situação de desprestígio a ele. Esta é, inclusive, a definição dada pelo **c. TSE**:

**A grave discriminação política pessoal que legitima a justa causa para a desfiliação partidária exige a demonstração concreta de fatos que tenham o condão de afastar o mandatário do convívio do partido ou que revelem situações claras de desprestígio ou perseguição**, não sendo motivo suficiente a eventual dificuldade ou resistência da grei em lançar o ocupante do cargo como candidato em eleições futuras, pois a disputa e a divergência internas fazem parte da vida partidária. Precedentes.

(Agravado de Instrumento nº 060018408, Acórdão, Relator(a) Min. Og Fernandes, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 113, Data 09/06/2020)

58. Infere-se, da leitura da expressão, que não basta que exista discriminação, pois ela deve ser, concomitantemente, de **natureza pessoal e grave**.

59. Na acepção jurídica do termo, *discriminar* significa o tratamento pior ou injusto a outrem em virtude de características pessoais, consubstanciando intolerância e/ou preconceito.



60. Implica a exclusão e/ou restrição em razão de raça, cor, sexo, idade, trabalho ou credo religioso.

61. Por outro lado, depreende-se da leitura da Resolução-TSE nº 22.610/2007, da Consulta nº 1.398 do colendo Tribunal Superior Eleitoral e dos mandados de segurança nºs 26.602, 26.603 e 26.604, julgados pelo colendo Supremo Tribunal Federal, que a expressão “grave discriminação pessoal” abarca também **situações nas quais se verifique de forma inequívoca que a permanência do mandatário na sua agremiação é insustentável em virtude da ocorrência de fatos que consubstanciem segregação ou preterição por motivos não razoáveis.**

62. Contudo, esse entendimento vai além, destacando uma cláusula geral e residual que aceita situações fora das hipóteses acima elencadas, desde que a grave discriminação pessoal abarque também **situações nas quais se verifique de forma inequívoca que a permanência do mandatário na sua agremiação é insustentável em virtude da ocorrência de fatos que consubstanciem segregação ou preterição por motivos não razoáveis, como uma situação de inexigibilidade de conduta diversa.** Esse entendimento foi delineado na **Consulta nº 1.398 ao colendo Tribunal Superior Eleitoral.**

63. Nesta senda, temos a dizer que o requerido foi excluído das reuniões partidárias e, portanto, de participar da tomada de decisões da agremiação. As testemunhas arroladas poderão provas o alegado na fase de instrução, sem prejuízo das provas já juntadas.

64. Tal medida foi imposta pelo, a época, Presidente do PSL de Nova Mutum – MT, Sr. Wilson Susuki, conforme Certidão do TSE da época atesta, presente nos autos judiciais anexos. A base eleitoral do requerido é em Nova Mutum, cidade de sua residência, e portanto, afastar-lhe do convívio partidário e causar-lhe desprestígio com seu eleitorado e colegas filiados são, sem dúvidas, motivos suficientes para configurar a grave discriminação.

65. O citado Presidente Sr. Susuki, que ocupava alto cargo de liderança municipal, criou animosidade com o requerido, de tal forma, que ultrapassou os limites da ética, da moral, e do respeito partidário, com repercussão suficiente que gerou a causa concreta, prevista na resolução, de grave discriminação.

66. Citamos como exemplo acusações do ex-Presidente contra o requerido, que dizia:

(a) “um sujeito que **não merece confiança**”;





(b) “infelizmente adentrou ao PSL como sendo de bom caráter”;

(c) “o Bolsonaro jamais aceitaria uma posição de um Sem Terra, ligado a essas pessoas que são, vamos dizer, terroristas do Brasil”.

67. Foi preciso o requerido fazer um Boletim de Ocorrência, em 30/07/2019, contra o Sr. Susuki, para que a autoridade policial competente apurasse os fatos.

68. Prova de tais circunstâncias podem ser verificadas no áudio, do ex-Presidente Sr. Susuki, que inclusive, circulou, a época, em vários grupos de Whatsapp, trazendo má reputação ao requerido, conforme fazem prova as imagens anexadas dentro de um processo judicial, devidamente conferidas pelo Poder Judiciário, e aceitas como provas.

69. O desgaste causado pelo ex-Presidente começou quando publicou vídeo adulterado, que denegria a imagem e a honradez do requerido. Alguns exemplos, que estão encartados nos autos judiciais (indenizatória e queixa crime) que vão anexo a esta defesa, como material probante:



(65) 99619 8946  
atendimento@mgnadvogados.com

[www.mgnadvogados.com](http://www.mgnadvogados.com)

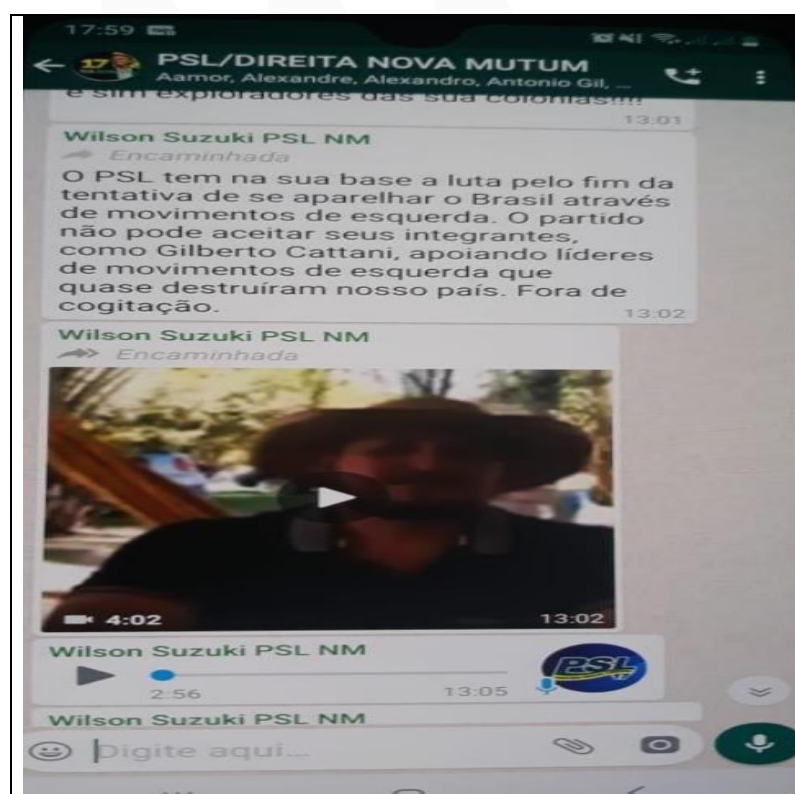
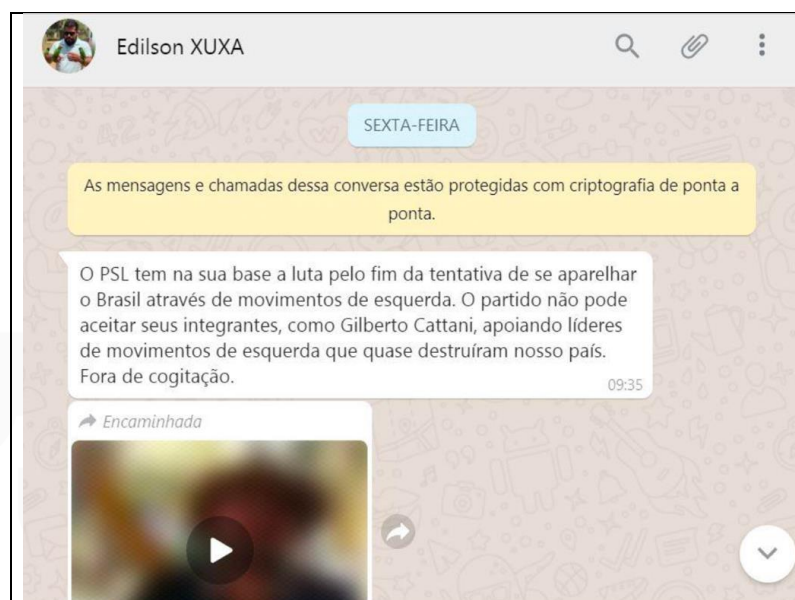
CNPJ: 24.021.086/0001-05  
OAB MT PJ: 818

NOVA MUTUM - MT  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2,  
Centro - CEP: 78450-000

CUIABÁ - MT  
Rua Franklin Cassiano Silva, nº 01, Sala 25, GComplexJur  
Bairro Duque de Caxias - CEP: 78043-294

SORRISO - MT  
Av. Tancredo Neves, nº 1168, Sala 204  
Ed. Sorriso Center, Centro - CEP: 78890-000

  
@mgnadvogados



(65) 99619 8946  
atendimento@mgnadvogados.com

[www.mgnadvogados.com](http://www.mgnadvogados.com)

CNPJ: 24.021.086/0001-05  
OAB MT PJ: 818

**NOVA MUTUM - MT**  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2,  
Centro - CEP: 78450-000

**CUIABÁ - MT**  
Rua Franklin Cassiano Silva, nº 01, Sala 25, GComplexJur  
Bairro Duque de Caxias - CEP: 78043-294

**SORRISO - MT**  
Av. Tancredo Neves, nº 1168, Sala 204  
Ed. Sorriso Center, Centro - CEP: 78890-000

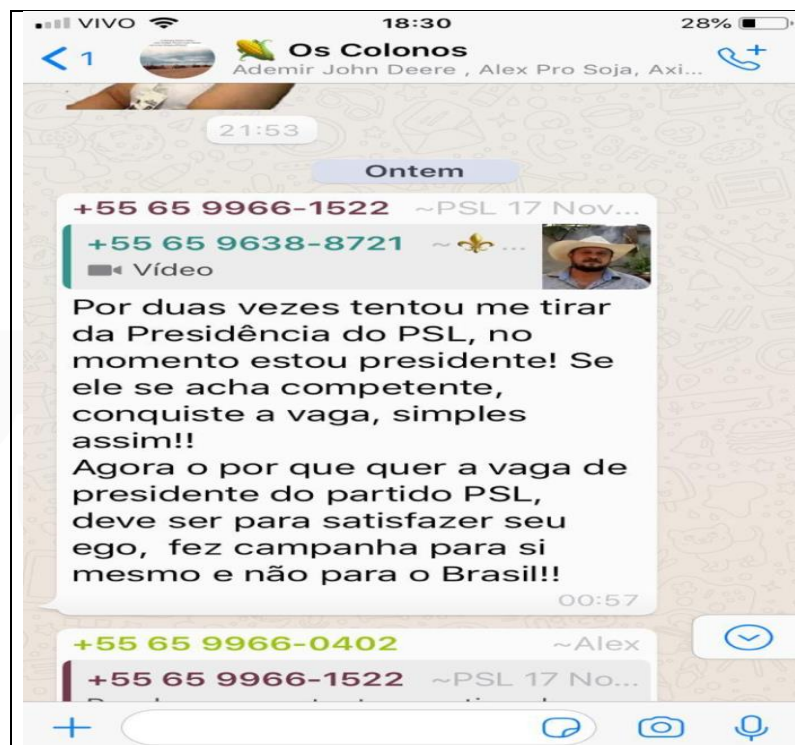
  
@mgnadvogados



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:25

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202223100000013745977>

Número do documento: 21041916202223100000013745977



(65) 99619 8946  
atendimento@mgnadvogados.com

[www.mgnadvogados.com](http://www.mgnadvogados.com)

CNPJ: 24.021.086/0001-05  
OAB MT PJ: 818

**NOVA MUTUM - MT**  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2,  
Centro - CEP: 78450-000

**GUIABÁ - MT**  
Rua Franklin Cassiano Silva, nº 01, Sala 25, GComplexJur  
Bairro Duque de Caxias - CEP: 78043-294

**SORRISO - MT**  
Av. Tancredo Neves, nº 1168, Sala 204  
Ed. Sorriso Center, Centro - CEP: 78890-000

  
@mgnadvogados



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:25

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202223100000013745977>

Número do documento: 21041916202223100000013745977



70. Note, Excelência, que são pessoas e grupos de conversas diferentes, o que configura a publicidade em larga escala. Em todas as oportunidades, o ex-Presidente Sr. Susuki critica e ataca o requerido, incitando a outros o verem como *persona non grata*.

71. Diferentemente de como era antigamente, já não se usa mais correspondências, mas os e-mails e as mensagens via aplicativos e redes sociais, tem mesma equivalência. Neste interim, mensagens contra o requerido, de animosidade, inclusive com sugestões de sua não mais aceitação na agremiação em razão disto, configura grave discriminação pessoal, segundo orientação do **c. TSE**:

“Ação declaratória de existência de justa causa. Desfiliação partidária. **A correspondência enviada pela presidência de diretório regional a parlamentar evidencia o clima de animosidade existente entre as partes, a configurar grave discriminação pessoal apta para justificar a saída da legenda, o que é ainda reforçado pela sugestão do próprio partido de que se efetive a respectiva desfiliação.** Agravo regimental a que se nega provimento.”

(Ac. de 24.6.2010 no AgR-RO nº 2.371, rel. Min. Arnaldo Versiani.)

72. Chegam a falar de expulsá-lo do partido. Neste contexto, entendimento pacificado no **c. TSE**:

“[...] Desfiliação partidária. Justa causa. [...] Se o próprio partido determina o desligamento do filiado sob pena de submetê-lo a procedimento de expulsão, como ocorreu no presente caso, é evidente a justa causa para a desfiliação partidária. [...]”

(Ac. de 25.11.2008 no AgR-REspe nº 28.854, rel. Min. Felix Fischer.)

73. Com o vexame em escala inimaginável (dadas as proporções que ganham as publicações nas redes sociais), o requerido apresentou, ao Diretório Estadual do PSL de Mato Grosso, pedido de medida disciplinar contra o membro filiado e a época Presidente do PSL de Nova Mutum – MT, Sr. Susuki, demonstrando o desprestígio.

74. Infelizmente, a pretensão de punição disciplinar pleiteada nem chegou a ser apreciada pelo Partido a época, em desfavor do Sr. Susuki, sendo literalmente engavetado pela Direção Partidária, demonstrando a intenção partidária de prejudicar o requerido, dando maior ênfase ao desprestígio experimentado. O protocolo do pedido segue anexo.



75. No caso dos autos, **os desprestígios, as acusações de crimes e os perjúrios** partiram do a época Presidente do PSL em Nova Mutum – MT, Sr. Wilson Susuki, corroborado pela antiga direção do partido, trazendo grande desprestígio ao requerido, situação suficiente para afastar este das reuniões da agremiação (convívio partidário). Tanto que engavetaram o pedido de providência disciplinar feito pelo requerido em face do Sr. Susuki.

76. Aresto do **c. TSE**:

“[...] Justa causa. Grave discriminação pessoal. - **Os fatos vivenciados pelo parlamentar comprovam ter sido ele discriminado pela agremiação a qual se elegeu, vindo a sofrer as respectivas consequências, tais como a falta de espaço e representatividade a ele imposta na legenda, o que enseja a justa causa para a desfiliação.** [...]”

(Ac. de 10.3.2009 no Pet nº 2.759, rel. Min. Arnaldo Versiani.)

“[...] Desfiliação partidária. Justa causa. Grave discriminação pessoal. [...] 2. Embora a grave discriminação pessoal, a que se refere o inciso IV, do § 1º, da Res.-TSE nº 22.610/2007, possa, em regra, estar relacionada a aspectos partidários, **não se pode excluir outros aspectos do conceito de justa causa para a desfiliação, inclusive os essencialmente pessoais, o que envolve, até mesmo, questões de nítida natureza subjetiva.** 3. **Hipótese em que a permanência do deputado no partido pelo qual se elegeu se tornou impraticável, ante a sucessão de fatos que revelaram o abandono e a falta de apoio ao parlamentar, configurando, portanto, grave discriminação pessoal, apta a ensejar justa causa para a migração partidária.** [...]”

(Ac. de 12.3.2009 no Pet nº 2.766, rel. Min. Arnaldo Versiani.)

77. Sendo o requerido um legítimo defensor do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, de conhecimento amplo e irrestrito, tais ofensas causaram grande abalo partidário e pessoal ao requerido, que foi motivo de chacota nas redes sociais, que foi rispidamente questionado por dezenas de pessoas, tanto pessoalmente quanto por chamadas telefônicas, entre outros transtornos que passou.

78. Isto porque recebeu 11.629 votos válidos nas eleições de 2018, para o cargo de Deputado Estadual, ficando como 1º suplente da cadeira, situação esta que o elevou ao status de liderança em seu município. O prejuízo a sua liderança também configura grave discriminação pessoal, consoante entendimento do **c. TSE**:

“Fidelidade partidária. Deputado federal. Art. 1º, § 1º da Res.-TSE nº 22.610/2007. Desigualdade. Distribuição. Recursos financeiros. Campanha eleitoral. Extinção. Órgão partidário. Prejuízo. Liderança. Grave discriminação. Caracterização. Justa causa. Desfiliação partidária. [...]”

**Caracterização de grave discriminação pessoal, evidenciada pela prova dos autos, de modo a prejudicar a liderança política exercida pelo requerente em município que constituía sua base eleitoral.**

Flagrante desproporcionalidade na distribuição de recursos, pelo partido, para a campanha eleitoral, de modo a prejudicar o requerente, candidato à reeleição e político de tradição no Estado. Reconhecimento de existência de justa causa para a desfiliação partidária."

(Ac. de 17.4.2008 na Pet nos 2.754 e 2.755, rel. Min. Marcelo Ribeiro.)

79. Não bastasse, o ex-Presidente do PSL de Nova Mutum – MT, Sr. Wilson Susuki, propalou nas redes sociais um vídeo adulterado e mentiroso, que **acusa o requerido de crimes de ordem penal, infrações disciplinares partidárias, e ofensa a sua honra e dignidade.**

80. Tanto é verdade que o caso foi parar no Poder Judiciário do Fórum da Comarca de Nova Mutum – MT, em uma **ação civil** de nº. 1002339-04.2019.8.11.0086, e uma **ação penal** de nº. 0004391-87.2019.8.11.0086, nesta última, **havendo transação penal, reconhecendo o Sr. Susuki a culpa, editando vídeo de retratação e pagando valores de perdas e danos, sobre os dois processos.**

81. Judicialmente, ficou comprovada a grave discriminação, quando o requerido, mesmo após ter saído do partido, reconheceu, no âmbito judicial, que errou, e ultrapassou os limites da lei e partidários contra o requerido, e fez um vídeo de retratação sobre o assunto, visando compensar a ilegalidade cometida, bem como pagou valores de danos morais, que o requerido reverteu em favor de uma entidade social mantenedora de crianças com câncer.

82. **Com a condenação, civil e penal, do Sr. Susuki, temos a coisa julgada imutável quanto a justa causa da saída do partido, por parte do requerido, por culpa daquele, confirmando a grave discriminação pessoal, gerando efeitos no direito eleitoral, ainda que a decisão seja da justiça comum.**

83. Tal reconhecimento ficou firmado em ata, com mídia gravada, em dezembro de 2020, data bem posterior a desfiliação do requerido.

84. Sobre o que está sendo falado, aresto do **c. TSE**:

ELEIÇÕES 2014. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO. **AÇÃO DE DECRETAÇÃO DE PERDA DE CARGO ELETIVO POR DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA SEM JUSTA CAUSA. DEPUTADO ESTADUAL. IMPROCEDÊNCIA. JUSTA CAUSA EVIDENCIADA. GRAVE DISCRIMINAÇÃO PESSOAL.** DESPRESTÍGIO REPENTINO. DESTITUIÇÃO IMOTIVADA DA PRESIDÊNCIA DO PARTIDO. DIVULGAÇÃO ANTECIPADA NA MÍDIA. AUSÊNCIA DE CONVITE PARA



REUNIÃO. MANUTENÇÃO DO MANDATO ELETIVO. DESPROVIMENTO.

1. A hipótese de discriminação pessoal que caracteriza justa causa para a desfiliação exige a demonstração de fatos certos e determinados que tenham o condão de afastar o mandatário do convívio da agremiação ou revelem situações claras de desprestígio ou perseguição. **2. No caso dos autos está presente a hipótese de justa causa de grave discriminação invocada pelo agravado ao demonstrar que experimentara um quadro de súbito desprestígio na legenda, o qual ultrapassa as alegações contrárias de eventual resistência de sua parte em verem frustradas as expectativas de se lançar a cargo majoritário no próximo pleito ou de divergência interna e disputas próprias do âmbito partidário.** 3. Agravamento regimental desprovido.

(Recurso Ordinário nº 14826, Acórdão, Relator(a) Min. Tarcisio Vieira De Carvalho Neto, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Data 20/11/2017)

85. No processo de perda de cargo eletivo por desfiliação sem justa causa, cabe ao autor a comprovação do fato constitutivo do ilícito (a desfiliação partidária), **recaindo sobre aquele que se desfilou do partido político o ônus de demonstrar a ocorrência do fato extintivo (ocorrência de justa causa), nos termos do art. 333, I e II do Código de Processo Civil** (Petição nº 3019, Acórdão, Relator(a) Min. Aldir Passarinho Junior, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Data 13/09/2010, Página 62).

86. Neste diapasão, seguindo entendimento do TSE, demonstramos fato extintivo do direito do autor, ao comprovar a ocorrência da justa causa, por grave discriminação pessoal, por diversas formas diferentes, principalmente, pela coisa julgada da decisão judicial, no que diz respeito a conduta partidária no âmbito civil (1002339-04.2019.8.11.0086) e criminal (0004391-87.2019.8.11.0086) do então Presidente do PSL Sr. Wilson Susuki.

87. Restando comprovada a discriminação pessoal, de forma grave, por todo o exposto, caso este Sodalício resolva rejeitar – fundamentadamente – as preliminares (ad argumentandum tantum), requer seja declarada a improcedência total da ação, em razão da justa causa para desfiliação por grave discriminação pessoal.

III. **DESVIO DE FINALIDADE OU FRAUDE. REPORTAGENS, VIDEOS E AFINS.**

88. Não bastasse o maçante conjunto fatídico arguido pelo requerente, encontrou – ainda – fôlego para lançar contra o requerido, e contra o Vice-Presidente do PSL-MT, Sua Excelência o Deputado Estadual Sgto. Elizeu Nascimento, acusações de fraude, conluio e afins.

(65) 99619 8946  
atendimento@mgnadvogados.com

www.mgnadvogados.com

CNPJ: 24.021.086/0001-05  
OAB MT PJ: 818

NOVA MUTUM - MT  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2,  
Centro - CEP: 78450-000

GUIABÁ - MT  
Rua Franklin Cassiano Silva, nº 01, Sala 25, GComplexJur  
Bairro Duque de Caxias - CEP: 78043-294

SORRISO - MT  
Av. Tancredo Neves, nº 1168, Sala 204  
Ed. Sorriso Center, Centro - CEP: 78890-000

  
@mgnadvogados



89. Até onde temos conhecimento, as acusações são falaciosas, infundadas, inverídicas, mentirosas e de baixo nível de elegância, para alguém da estatura do requerente, ora membro do partido que ataca, e hierarquicamente abaixo dos que acusa – gravemente – de crime.

**90. A alegação de desvio de finalidade ou fraude à lei na migração do parlamentar é matéria estranha à presente ação de perda de mandato eletivo por infidelidade partidária, cujo objeto se restringe às hipóteses taxativamente previstas no art. 1º da Res.-TSE nº 22.610/2007 (ED-Pet nº 573-10, Rel. Min. Henrique Neves da Silva, DJe de 3.10.2016).**

91. E ainda que não fosse, a filiação do requerido ao PSL-MT se deu de forma regular, e seguiu os trâmites estatutários. Por exemplo, a falta de publicação de edital, da qual se acusa, é falaciosa, pois existiu, sim, conforme documento carreado anexo.

92. Anexamos, também, comprovante de inclusão do requerido, no sistema de filiação partidário, que, registre-se, aconteceu ANTES do falecimento do ex-Deputado Silvio.

93. Especificamente quanto a alegada fraude (matéria estranha a esta via eleita), em que pese o autor não ter se desincumbido do seu dever de provar os fatos que alega, mesmo não existindo, sequer seria necessária, pois, ainda que a refiliação ocorresse após o óbito (o que não aconteceu), se deferida pelo Partido, afastaria a infidelidade da mesma maneira, afastando qualquer indício que possa existir sobre a mentirosa acusação lançada.

94. Ademais, quanto a juntada de reportagens unilaterais, vídeos e suas narrações distorcidas, acusações de traição partidária e afins, trata-se de questões alheias aos autos (livre manifestação de pensamento do requerido, a época, cidadão comum/civil).

95. São, também, questões partidárias de cunho *interna corporis*. Vale destacar, Excelência, que se nem os representantes do Diretório Estadual se manifestaram a respeito de tais coisas, com que autoridade vem o requerente se pronunciar nos autos, falando em nome de terceiros? Ademais, não houve nenhum procedimento partidário durante todo o lapso temporal (da desfiliação a refiliação) que alterasse a circunstância da diplomação conquistada pelo voto.

96. Outro ponto de relevância é a posição do requerido, perante o atual Governo Federal. Gilberto Cattani é – de forma incontestada – reconhecido nacionalmente como um voraz defensor do Governo Bolsonaro.



97. Estando sempre em contato com seus colegas partidários e afins em Brasília, soube que o Presidente poderia voltar para o PSL. Inclusive, o caso foi noticiado pelo G1, em 13/08/2020, e, mais recentemente, em 11/03/2021, pela Uol Notícias (documentos anexos).

98. Tais indícios, desde 2020, contribuíram para que o requerido fosse convidado a voltar a fazer parte dos quadros do partido e, de forma ordeira, aconteceu.

99. Portanto, não há nada que macule o reingresso do requerido ao Partido, tão pouco sua posse como Deputado Estadual, de modo que contestamos todos esses materiais unilaterais, distorcidos e falaciosos, pronunciados por pessoa despida de legitimidade representativa na agremiação estadual, segundo legislação vigente, merecendo, a demanda, rigor de total improcedência dos pedidos iniciais, eis que demonstram, salvo melhor juízo, mero aborrecimento sem valor jurídico para ser julgado por este Sodalício.

#### **IV. RELAÇÃO INTERNA. SISTEMA FILIA.**

100. De relevância abrir breve explanação acerca da inclusão do nome do requerido no Lista Interna do sistema FILIA, da Justiça Eleitoral, e a sua razão de – ainda – não estar aparecendo na Lista Externa, do mesmo sistema, mediante Certidão de Filiação.

101. É que, como se sabe, as listas de membros filiados aos partidos políticos jurídica e costumeiramente são publicadas nos meses de Abril e Outubro de cada ano.

102. Neste primeiro semestre do ano de 2021, o Cronograma de Processamento Ordinário das relações de filiação partidária, foi regulado pela Portaria 153, de 12.03.2021, fixando como prazo para publicação da relação oficial de filiados, após o processamento do art. 11, da Res.-TSE 23.596/2019, a data de terça-feira, 20.04.2021.

3.	i) Publicação o, no sítio eletrônico do TSE, da relação oficial de filiados após o processamento (art. 11 da Res.-TSE nº 23.596/2019).	20.04.2021
	ii) Divulgação o dos relatórios de filiação sub judice no FILIA (módulo interno e externo).	
	iii) Geração das notificações aos filiados e aos partidos políticos envolvidos em filiação sub judice (art. 23 da Res.-TSE nº 23.596/2019).	





103. Nestes termos, considerando que a defesa está sendo protocolada tempestivamente na data de 19.04.2021, ainda não temos a lista oficial para juntar nos autos, mas faremos, assim que estiver ao nosso dispor.

## V. PEDIDOS.

104. Isto posto, requer:

(a) O recebimento tempestivo desta defesa.

(b) A extinção prematura da ação, sem o julgamento do mérito, diante:

(b.1) de ter protocolado no trintídio equivocado (ação prematura), eis que os primeiros 30 dias, reserva-se para o partido político, e os próximos 30 dias subsequentes, aos terceiros com interesse de agir e ao *Parquet* eleitoral.

(b.2) da ausência de interesse de agir do requerente, eis que o partido, *interna corporis*, aceitou a refiliação do requerido, de modo regular, eis que o mandato pertence a agremiação.

(c) A improcedência dos pedidos da inicial, caso as preliminares sejam – fundamentadamente – superadas (*ad argumentandum tantum*), eis que sem base jurídica que lhes dê sustento, ante a comprovada justa causa:

(c.2) por grave discriminação pessoal ao requerido, podendo ser aferida, e comprovada, pelas imagens, vídeos, processos eletrônicos carregados, sem prejuízo de comprovação de fatos que o juízo entenda necessário na fase de instrução.

(d) O deferimento da defesa estabelecida no tópico “desvio de finalidade ou fraude, reportagens, vídeos e afins”, por seus termos.

(e) Apresentamos rol de testemunhas:

(e.1) **ANTÔNIO CARLOS DA SILVA**, aviador e ex-Presidente do PSL de Lucas do Rio Verde - MT, residente à Rua das Primaveras, 909-W, Centro, Lucas do Rio Verde -



MT, RG: 862141 SSP/MT, CPF: 570.103.231-00, Título Eleitoral: 014730771848, Whatsapp +55 65 9 9985 8609.

(e.2) **RAFAEL BRIGNONI**, empresário, membro filiado ao Diretório Municipal de Nova Mutum do PSL-MT, residente na Rua das Pitombeiras, 1.880-W, Residencial dos Flamboyants, RG: 1076851144 SSP/RS e CPF: 954.540.390-04, Título Eleitoral: 075609170477, Whatsapp +55 65 9 9987 9929.

(e.3) **AÉCIO GUERINO DE SOUZA RODRIGUES**, Presidente do Diretório Estadual do PSL-MT, sito à Av. das Águias, Bela Vista, 129-W, Nova Mutum-MT, de RG e CPF desconhecido, Whatsapp +55 65 9 9811 3000.

(e.4) **ARI DE OLIVEIRA**, agricultor, residente à Av. Rio Grande do Sul, 361, Centro, Itanhangá – MT, RG 10477316004 SSP/MT, e CPF 220.773.160-04, Whatsapp +55 66 9 9956 6488.

(e.5) **ZILMAR DIAS DA SILVA**, policial militar e membro da Diretoria do PSL de Várzea Grande - MT, residente na Rua Dep. Miguel Marcondes, 886, Cristo Rei, Várzea Grande – MT, RG: 877024 SSP/MT e CPF: 415.634.761-34, Título de Eleitor: 6029181830, Whatsapp +55 65 9 9214 1492.

(e.6) **EMERSON DE SOUZA**, empresário e Presidente do PSL de Feliz Natal - MT, residente na Rua Iporã, 843, Centro, Feliz Natal – MT, RG: 001046605 SSP/MS, CPF: 002.247.91-47, Título Eleitoral: 015388311902, Whatsapp +55 66 9 9985 5845.

(f) O deferimento das provas aqui apresentadas.

(g) Que sejam aos representados assegurados todos o direito de produzir provas admitidos em direito.

105. Publicações em nome de **DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA**, advogado com **OAB/MT nº. 16.604**, na forma da lei 13.105/15.

Pede deferimento.

Nova Mutum – MT, 19 de abril de 2021.





*[documento assinado<sup>2</sup> eletronicamente]*

**Daniel Luis Nascimento Moura**  
Advogado | OAB 16.604 MT

**Wilson Luiz Darienzo Quinteiro**  
Advogado | OAB 20.424 PR

<sup>2</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006.

**(65) 99619 8946**  
atendimento@mgnadvogados.com

**www.mgnadvogados.com**

**CNPJ: 24.021.086/0001-05**  
**OAB MT PJ: 818**

**NOVA MUTUM - MT**  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2,  
Centro - CEP: 78450-000

**GUIABÁ - MT**  
Rua Franklin Cassiano Silva, nº 01, Sala 25, GComplexJur  
Bairro Duque de Caxias - CEP: 78043-294

**SORRISO - MT**  
Av. Tancredo Neves, nº 1168, Sala 204  
Ed. Sorriso Center, Centro - CEP: 78890-000

  
**@mgnadvogados**



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:25

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202223100000013745977>

Número do documento: 21041916202223100000013745977



04/04/2020

Número: **1002339-04.2019.8.11.0086**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM**

Última distribuição : **25/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 29.940,00**

Assuntos: **Direito de Imagem**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GILBERTO MOACIR CATTANI (REQUERENTE)		THIAGO PERTILE BORDA (ADVOGADO(A))	
WILSON IUSAKU SUZUKI (REQUERIDO)		DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA (ADVOGADO(A))	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24269 543	25/09/2019 11:16	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
24269 546	25/09/2019 11:16	<a href="#">001 - Inicial - Reparação de Danos - Ofensa Redes Sociais - cattani x susuki</a>	Petição inicial em pdf
24269 547	25/09/2019 11:16	<a href="#">002 - Procuração Ad Judicia</a>	Procuração
24269 548	25/09/2019 11:16	<a href="#">003 - CNH</a>	Documento de Identificação
24269 549	25/09/2019 11:16	<a href="#">004 - Gilberto Cattani 17100 (PSL) Deputado Estadual _ Mato Grosso _ Eleições 2018</a>	Documento de comprovação
24269 550	25/09/2019 11:16	<a href="#">005 - Incra deve retomar lotes no assentamento Antonio Conselheiro _ A Bronca Popular</a>	Documento de comprovação
24269 551	25/09/2019 11:16	<a href="#">006 - PSL Nova Mutum 23-08-2019</a>	Outros documentos
24269 552	25/09/2019 11:16	<a href="#">007 - Conversas Whatsapp</a>	Outros documentos
24269 553	25/09/2019 11:16	<a href="#">008 - Deputado do Goiás defende Cattani e avisa ... A Bronca Popular 02-09-2019</a>	Outros documentos
24269 554	25/09/2019 11:16	<a href="#">009 - Lei do retorno... _ HiperNotícias - Você bem informado 02-09-2019</a>	Outros documentos
24269 555	25/09/2019 11:16	<a href="#">010- B.O 2019.285290</a>	Outros documentos
24310 435	26/09/2019 08:51	<a href="#">Manifestação Juntada de Mídias</a>	Manifestação
24310 437	26/09/2019 08:51	<a href="#">juntada de áudio e vídeo</a>	Manifestação
25778 541	05/11/2019 11:44	<a href="#">Cancelamento da Audiência</a>	Manifestação
25778 549	05/11/2019 11:44	<a href="#">Petição - cancelamento da aud.</a>	Manifestação
25810 264	05/11/2019 18:03	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
28008 067	14/01/2020 17:00	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
28008 068	14/01/2020 17:00	<a href="#">Citação</a>	Citação
29078 322	12/02/2020 11:34	<a href="#">Aviso de Recebimento</a>	Aviso de Recebimento



29078 324	12/02/2020 11:34	<a href="#">1002339-04.2019.8.11.0086 (AR Negativo)</a>	Aviso de Recebimento
29580 335	26/02/2020 09:09	<a href="#">Manifestação</a>	Manifestação
29580 337	26/02/2020 09:09	<a href="#">PET endereço 26-2-2020</a>	Manifestação
29580 338	26/02/2020 09:09	<a href="#">DiskFacil endereço Wilson</a>	Outros documentos
29580 339	26/02/2020 09:09	<a href="#">SGIP - Consulta TSE do PSL nova mutum</a>	Outros documentos
29758 987	02/03/2020 15:09	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
29758 988	02/03/2020 15:09	<a href="#">Citação</a>	Citação



PDF em Anexo.



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:14  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDASSJMWMH>

Num. 24269543 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 3

Exmo(a). Juiz(a) Estadual do Juizado Especial Cível de Nova Mutum/MT.

CI: E-0428-B.

PJe.

**Gilberto Moacir Cattani**, brasileiro, casado, produtor rural, portador da CI/RG 05566363 SSP/MT, inscrito no CPF/MF 522.376.051-49, residente e domiciliado no Município de Nova Mutum (CEP 78.450-000), Estado de Mato Grosso, sito à Estrada da Prainha, Lote 297, Distrito Pontal do Marape, Zona Rural, por intermédio de seu(s) procurador(es) que ao final subscreve(m) a presente, vem à presença de V. Excelência, fundamentado nos arts. 186, 927 e 953 da Lei 10.406/2002, apresentar

## Ação de Reparação de Danos

em desfavor de **Wilson Iusaku Susuki**, brasileiro, casado, produtor rural, CI/RG desconhecido, CPF/MF 317.801.139-00, e-mail: wsuzuki@hotmail.com, contato: (65) 3308-3244 ou 9 9966-1522, com endereço no Município de Nova Mutum (CEP 78.450-000), Estado de Mato Grosso, sito à Avenida dos Uirapurus, Número 120, Letra W, Bairro Centro, pelos fatos e fundamentos a seguir desenvolvidos.

<sup>1</sup> Controle Interno.

atendimento@bordaemoura.com.br 65 3308 1617 | 9619 8946 (Vivo) | 8131 3593 (Tim)  
Rua dos Flamboyants, 1634W - Edifício Fiorella, Sala 3 - Alto da Colina | Nova Mutum-MT | CEP 78450-000

www.bordaemoura.com.br



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:14  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAHBMKSYGK>

Num. 24269546 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 4

---

## I. SEGREDO DE JUSTIÇA.

---

1. Esta causa trata de violação ao direito de imagem, honra e reputação do autor, notadamente quanto a publicidade de matéria adulterada e com viés criminoso, revestindo-se dos atributos de ato ilícito e, portanto, passível de reparação de danos.

2. Manter em segredo, na justiça, o assunto, é do melhor interesse do autor, na forma da Lei 13.105/2015 (CPC/2015):

“Art. 189. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:

**III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;”**

3. Nosso interesse é evitar exposições ao autor, para com serenidade cumprir a marcha processual, sem qualquer sujeição a interesses externos a demanda.

---

## II. CONCILIAÇÃO.

---

4. Procurando semear a cultura da pacificação entre os protagonistas do processo, o Código de Processo Civil por vezes estimula a auto composição:

“Art. 3º.

§ 2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.”

“Art. 319.

VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.”

5. Por essa razão, atentos ao direcionamento processual, o autor manifesta pela realização de audiência de conciliação ou mediação.

---

## III. FATOS.

---

6. O autor é 1º Suplente de Deputado Estadual em Mato Grosso, pela legenda PSL (Partido Social Liberal), da base do Governo Federal e, portanto, do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

7. Por ser figura pública, e atuar no campo político, está consciente de que existem “aborrecimentos” a que estará sujeito, em detrimento de situações diversas.

8. O réu, por sua vez, está Presidente do PSL de Nova Mutum, onde o autor possui filiação, e, na forma do Estatuto, é por ele representado.



9. Ocorre que o réu, excedendo aos limites costumeiros da vida de um político, em singular situação, ofendeu o autor, inclusive na forma de calúnia, difamação e injúria, espécies tipificadas como crime pela legislação penal brasileira.

10. A ofensa teve início em 30/08/2019, quando o réu propalou em suas redes sociais, com destaque para grupos de Whatsapp, um **vídeo adulterado** relacionando o autor. Telas de conversas no mencionado aplicativo anexo.

11. Junto com o vídeo adulterado, que claramente visa denigrir a imagem do autor, **o réu gravou áudio comentando-o**. Segundo fala do réu, este recebeu o vídeo de terceiro, porém o manteve em anonimato. Por ter o réu afirmado que recebeu desse terceiro, deduzimos que, no mínimo, se conhecem e, portanto, possuem alguma relação. Áudio e vídeo anexos.

12. O comentário do réu se resume a acusar o autor de “invasor de terra, Sem Terra e terrorista”, dentre outros, conforme transcrição:

“Pessoal, boa tarde. **Eu, eu recebi essa nota e esse vídeo**, desse sujeito, ééé.. tudo bem que foi editado, do jeito que vocês vão ver, mas por outro lado, segundo quem me enviou, tem todos os documentos referente a esse amigo do do do, eu vou dizer assim “esse ex-PSL” que com base nisso nós vamos solicitar a expulsão do partido, porque não tem cabimento um sujeito que se diz de direita fazer o que está fazendo, talvez vocês, muitas pessoas do nosso grupo não saiba, a que ponto que ele chegou, em relação ao comando do PSL municipal, mas aí tá uma prova de que é um sujeito que não merece confiança, e infelizmente adentrou ao PSL ééé... como sendo de bom caráter, e no entanto na época vocês sabem queee... saiu um vídeo dizendo que ele era de Lucas do Rio Verde, e posteriormente é ele postou um outro vídeo né, vídeo-entrevista os dois, dizendo que era de Nova Mutum, então na época queee... nós aceitamos sua filiação, ele se colocou de uma maneira, e logo em seguida a gente descobriu esse outro vídeo dizendo que era de Lucas do Rio Verde, que era morador de Lucas do Rio Verde, e infelizmente depois ele editou um vídeo dizendo que seria de Nova Mutum, e no entanto passou uma régua por cima, e não se explicou até hoje ééé... como que ele tem esses dois vídeos. E por outro lado tem essa matéria aí que vocês vão ver, que é uma coisa gravíssima. Eu diria que o Bolsonaro jamais aceitaria uma posição de um Sem Terra, ligado né a essas pessoas que são, vamos dizer, terroristas do Brasil.”

13. A gravação demonstra postura indecorosa do réu para com o autor. Primeiro, diz ter recebido um vídeo, confessando ser editado. A partir do momento que atestou sua falta de originalidade, sujeitou-se ao risco de pronunciar inverdades, ora, o vídeo foi modificado, não servindo de fonte para nada.

14. Afirmou, ainda, o réu, que a pessoa que enviou para ele, possui documentos referente ao autor. Contudo, não identificou o autor do envio (que pode ser o



autor da modificação do vídeo), tão pouco esclareceu de que documentos estava se referindo.

15. Aduziu que, com base nisso (vídeo editado e documentos não apresentados, somados ao anonimato do autor do vídeo), solicitaria expulsão do autor do PSL de Nova Mutum, onde está partidariamente vinculado, sendo o réu, atualmente, o Presidente da agremiação.

16. Acusou os princípios, os valores e as ideologias que norteiam o autor, na medida em que se pronunciou – com indignação – não ter cabimento ele (um sujeito que se diz de direita) fazer o que está fazendo (acusações de atitudes de esquerda, do ponto de vista da ciência política).

17. Concluiu que isso era o bastante para se chamar de “prova” e incitar, em redes sociais, que o autor não é digno de confiança, o que vergasta sua estrutura idônea e põe dúvida em seu caráter.

18. O réu fez questão de registrar que o autor, quando de sua filiação, entrou “como se fosse pessoa de bom caráter”, deixando a insinuação de que, com o tempo, ficou provado que não era.

19. Assevera que a matéria (assim chamou o réu o vídeo editado e sem qualquer confiabilidade) é coisa gravíssima, como os demais membros do grupo de whatsapp verão (anunciando que estaria dando circulação ao vídeo).

20. Arremata colocando palavras na boca do Presidente da República Sr. Jair Messias Bolsonaro, como se intimidasse para tanto tivesse, imputando ao autor a qualidade de “Sem Terra, ligado a terroristas”.

21. Houve diversas manifestações de pessoas nos grupos de whatsapp onde circularam o áudio e o vídeo: DIRETA MT, PSL/DIREITA NOVA MUTUM, OS COLONOS e GNEGÓCIOS. Sem prejuízo de outros ambientes de propalação utilizados e que não tivemos, ainda, conhecimento. As provas seguem anexo.

22. Muitas pessoas cobraram esclarecimentos. Outras, de pronto, expressaram seu descontentamento em relação ao autor, fazendo juízo de valor sobre o caso (pré-julgamento). A moral, o decoro e a reputação do autor ficaram fragilizadas ao extremo. Não se reverte com facilidade uma situação como estas.

23. Mesmo assim, o autor gravou dois vídeos explicando e esclarecendo essa embaraçosa situação do vídeo adulterado, e que não partilha de nenhum movimento social ilegal ou irregular, tão pouco com ideias criminosas ou terroristas, não sendo, de





longe, um invasor de terra, mas sim, um legítimo e legal Assentado da Reforma Agrária brasileira.

24. Mesmo agindo corretamente, o autor foi alvo de comentários maliciosos e tendenciosos advindos de um áudio do réu, que comenta um vídeo adulterado enviado também por este, em virtude de sua má-fé.

25. A par da situação, não resta dúvidas de que o réu se utiliza de meios ardilosos para desabonar a honra e a imagem do autor perante seus eleitores, com especial destaque para os moradores de sua cidade: Nova Mutum.

26. Para preservar sua reputação ilibada, e coibir as práticas acima relatadas, busca-se o Poder Judiciário para dirimir a atitude lesiva a sua honra e imagem, irresponsavelmente praticada pelo réu.

---

#### IV. DIREITO.

---

27. Objetivando tutelar e proteger os direitos e garantias fundamentais do cidadão brasileiro, traduzidos na violação da imagem e da honra do autor, notadamente naquilo que as pessoas pensam e falam da pessoa dele, passamos a analisar as premissas jurídicas que norteiam a situação.

28. A **Constituição Federal** protege a imagem e a honra do indivíduo:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, **além da indenização por dano material, moral ou à imagem;**

X - **são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;**”

29. A matéria foi tratada pelo **Código Civil Brasileiro**:

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, **violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.**”

“Art. 187. **Também comete ato ilícito** o titular de um direito que, ao exercê-lo, **excede manifestamente os limites impostos** pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.”

“Art. 927. **Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.**”



30. A leitura do texto constitucional nos permite afirmar que os direitos a imagem das pessoas, da intimidade, da vida privada e da honra são invioláveis, isto é, não podem ser objeto de prática de ilegalidades (ou de atos ilícitos).

31. Caso sejam objeto de ato ilícito, a constituição autoriza o ofendido a pleitear reparação de danos do ofensor. Trata-se do direito de resposta e da indenização.

32. A matéria ganhou proporção tamanha desde 1988, sendo regulamentada em 2002 pelo código civil, que cuidou de definir o ato ilícito e as hipóteses (ação ou omissão) de sua caracterização.

33. Se comprovada a prática de ato que seja ilícito, o praticante sujeita-se ao ônus de reparar a vítima das ofensas, ainda que sejam exclusivamente morais.

34. A lei vai mais adiante. Ela assegura o direito a reparação de danos, também, quando a pessoa excede manifestamente os limites de suas atitudes, invadindo, por assim dizer, o direito alheio.

35. É a jurisprudência do **Tribunal Goiano**:

“1- O direito à livre manifestação do pensamento, previsto no art. 5º, IV, da CF, deve ser compatibilizado com outros direitos, dentre os quais o da imagem e honra, de forma que havendo divergência entre eles, deve haver o realinhamento, atendendo aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, que indicará quais os bens ou direitos deverão ser limitados ou sacrificados em cada situação. 2- O dano moral passível de reparação na esfera civil, tratando-se de informações veiculadas na internet, fica configurado quando houver a pronúncia de expressões aviltantes em desfavor da pessoa alegadamente ofendida, capazes de macular a sua honra. APELO PROVIDO. (TJGO, APELACAO CIVEL 230362-31.2013.8.09.0127, Rel. DES. CARLOS ESCHER, 4ª CÂMARA CIVEL, julgado em 17/03/2016, DJe 1996 de 29/03/2016)”

36. Do que se extrai dos fatos narrados, aliados aos materiais probantes que compõe esta peça vestibular, fica evidente que o réu praticou ato ilícito quando propalou um vídeo adulterado que visava denegrir a imagem do autor, que foi severamente agravado por carregar consigo um áudio, também do réu, que terminou de comprovar as intenções negativas deste por aquele.

37. As ofensas foram tão graves que, a parte da matéria civil, alcançam o entendimento no direito penal de crimes contra a honra. Estamos falando da calúnia<sup>2</sup>, da difamação<sup>3</sup> e da injúria<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> **Crime contra a honra objetiva.** Caracterizou-se quando o réu disse: “*Sem Terra, ligado a terroristas.*” Trata-se de imputar falsamente fato definido como crime em desfavor do autor.



38. Sobre o assunto, o **Código Civil** dispõe:

“Art. 953. A **indenização** por injúria, difamação ou calúnia consistirá na **reparação do dano que delas resulte ao ofendido.**”

39. No caso em apreço, o réu imputou várias ofensas ao autor, de modo a caracterizar tipificação de injúria, calúnia e difamação, conforme relatado.

40. Evidentemente que o réu, pessoa maior, capaz, graduado em ensino superior, produtor rural, de experiência política e Presidente de um Partido Municipal, sabia que suas atitudes teriam as consequências devastadoras que estão, ainda, ocorrendo, demonstrando dolo em sua atitude.

41. Lembrando que o réu divulgou o conteúdo em tela nos já mencionados grupos de Whatsapp, que por si só agravaram imensamente a situação.

42. Referidos grupos congregam importantes pessoas e lideranças dos mais variados setores sociais (políticos, agricultores, empresários, líderes espirituais etc.), com valor e opinião.

43. Prova-se, com facilidade, a extensão (ainda que infinita) do dano, e sua repercussão, que da forma com que os fatos foram distorcidos, o prejuízo creditório do autor é exponencial, abalando sua estrutura política, reputação ilibada, causando dúvidas quando ao seu caráter e integridade, o que, no campo eleitoral, é um dano irreparável. Isto porque, o autor é atualmente o 1º Suplente de Deputado Estadual por Mato Grosso.

44. Inequívoco, portanto, a afirmação da presença de todos os requisitos ensejadores da indenização, quais sejam: (a) ação ou omissão; b) culpa do agente; c) dano experimentado pela vítima; d) nexo de causalidade.

45. Reforça a jurisprudência do **Tribunal Matogrossense**:

“1- Preliminar de nulidade da sentença em razão do cerceamento de defesa rejeitada, uma vez que as provas produzidas nos autos foram suficientes para o julgamento da lide. 2- **Como é cediço, para configuração do instituto da responsabilidade civil, mister a presença do agir ilícito ou culposo, o dano e nexo causal entre ambos.** 3- **A prova dos autos aponta que a reclamante foi submetida a situação vexatória**

<sup>3</sup> **Crime contra a honra objetiva.** Caracterizou-se quando o réu disse: “*ai tá uma prova de que é um sujeito que não merece confiança, e infelizmente adentrou ao PSL ééé... como sendo de bom caráter.*” e “*Eu diria que o Bolsonaro jamais aceitaria uma posição de um Sem Terra, ligado né a essas pessoas que são, vamos dizer, terroristas do Brasil.*” Trata-se de imputar fato ofensivo em desfavor da reputação do autor.

<sup>4</sup> **Crime contra a honra subjetiva.** Caracterizou-se quando o réu incorreu na calúnia e na difamação. Trata-se de ofender a dignidade e o decoro do autor.



por parte do recorrente.4- No caso, a situação vexatória que a parte recorrida foi exposta, configura abalo moral, devendo a parte recorrente reparar o ato ilícito cometido. 5- Ressalte-se ser desnecessária a comprovação específica do prejuízo, pois o dano se extrai pela só verificação da conduta, ocorrendo o chamado dano *in re ipsa*.6- Com relação ao valor indenizatório a título de danos morais, tenho que a quantia arbitrada na sentença deve ser mantida, pois se mostra adequada ao caso concreto, estando em conformidade com os parâmetros da proporcionalidade e da razoabilidade, servindo para compensar a parte recorrida pelos transtornos sofridos, sem lhe causar enriquecimento ilícito.7- Reconhecido ato ilícito praticado pelo recorrente, é indevido o pedido contraposto.8- Sentença mantida por seus próprios fundamentos, consoante previsão do art. 46 da Lei nº 9.099/95. (N.U 1000035-49.2019.8.11.0048, TURMA RECURSAL, VALDECI MORAES SIQUEIRA, Turma Recursal Única, Julgado em 30/07/2019, Publicado no DJE 01/08/2019)”

46. Desta forma, restam configuradas as condutas de prática de ato ilícito passível de reparação de danos morais, por graves ofensas a imagem, a honra e a moral do autor.

47. Com isso, e respeitada a prerrogativa o parágrafo único do art. 953, da Lei 10.406/2002, requeremos a V. Excelência a condenação do réu em danos morais no valor de 30 (trinta) salários mínimos vigentes no país, hoje perfazendo a monta de R\$ 29.940,00 (vinte e nove mil, novecentos e quarenta reais).

---

## V. PEDIDO(S).

---

48. Por todo o exposto, requer:

- (i) Seja recebida, autuada e processada a presente ação.
- (ii) Sejam deferidas as provas carreadas.
- (iii) Seja deferida a tramitação em segredo de justiça;
- (iv) Seja deferido o interesse do autor em audiência de conciliação, na forma do art. 319, VII, do CPC/2015.
- (v) Seja citado o réu para, querendo, promover defesa, sob pena de revelia e confissão ficta da matéria de fato, com consequente julgamento antecipado da lide.
- (vi) Seja concedida procedência total aos pedidos aqui formulados para condenar o réu ao pagamento de indenização por danos morais no valor de 30 (trinta) salários mínimos vigentes no país, atualmente representado por R\$ 29.940,00 (vinte e nove mil, novecentos e quarenta reais).



(vii) Seja determinada a retratação do réu em favor do autor sobre todo o conteúdo aqui exposto, especialmente o áudio de sua autoria e os comentários ao vídeo adulterado, para tentar desfazer as ofensas causas a imagem, honra e reputação do autor.

(viii) Seja condenado o réu ao pagamento de taxas e custas processuais, honorários advocatícios, na forma do art. 85 e ss., do CPC/2015.

(ix) Seja deferido o direito de provar seus argumentos, ou defender-se, usando de todos os meios de provas admitidas em direito.

(x) Que todas as intimações sejam levadas a efeito exclusivamente em nome do advogado **Daniel Luis Nascimento Moura: OAB 16.604/MT**, com endereço profissional no rodapé deste timbrado ou no site <<http://bordaemoura.com.br/>>, sob pena de nulidade<sup>5</sup> e violação do art. 236 do CPC/15<sup>6</sup>.

49. Dá-se à causa o valor de **R\$ 29.940,00**<sup>7</sup>.

Nova Mutum, 24 de setembro de 2019.

Daniel Luis Nascimento Moura  
**OAB 16.604/MT**

Thiago Pertile Borda  
**OAB 21.017/MT**

<sup>5</sup> STJ - REsp 897.085/SP, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, julgado em 16/12/2008, DJE 09/02/2009; STJ - AgInt no AREsp 846.428/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 13/09/2016, DJe 16/09/2016).

<sup>6</sup> STF, AI 650.411-ED/MG/ STJ, RESP 638.123/RJ.

<sup>7</sup> Vinte e nove mil, novecentos e quarenta reais.



## Procuração *Ad Judicia*

**Outorgante:** Gilberto Moacir Cattani, brasileiro, casado, produtor rural, portador da CI/RG 05566363 SSP/MT, inscrito no CPF/MF 522.376.051-49, residente e domiciliado no Município de Nova Mutum (CEP 78.450-000), Estado de Mato Grosso, sito à Estrada da Prainha, Lote 297, Distrito Pontal do Marape, Zona Rural.


**Outorgado<sup>1</sup>:** Borda & Moura Sociedade de Advogados, sociedade simples pura inscrita no CNPJ/MF 24.021.086/0001-05, com sede no Município de Nova Mutum (CEP 78.450-000), Estado de Mato Grosso, sito à Rua dos Flamboyants, Número 1.634, Letra W, Edifício Fiorella, Sala 03, Bairro Alto da Colina, neste ato representada por seus sócios-administradores Dr. Daniel Luis Nascimento Moura, advogado inscrito na OAB 16.604/MT, portador da CI/RG 1788065-3 SEJSP/MT, inscrito no CPF/MF 006.999.011-54, e Dr. Thiago Pertile Borda, advogado inscrito na OAB 21.017/MT, portador da CI/RG 1499542-5 SSP/MT, inscrito no CPF/MF 021.402.661-29, ambos com endereço profissional acima mencionado, podendo assinar em conjunto ou individualmente, em conformidade com o Contrato de Sociedade de Advogado.

**Finalidade:** Representá-lo(a) perante o foro em geral com poderes gerais, amplos e ilimitados da Cláusula *Ad Judicia*, consoante art. 103 e seguintes da Lei 13.105/2015.

**Poderes:** Postular a órgão do Poder Judiciário (CR/88, art. 92) e aos juizados especiais, em qualquer juízo, instância ou tribunal, inclusive pleitear o beneplácito da assistência judiciária gratuita ou renunciar excedente a 40 (quarenta) ou 60 (sessenta) salários mínimos nos termos da lei em favor do(a/os/as) Outorgante(s); promovendo atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas; podendo visar todos os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas em favor do(a/os/as) Outorgante(s) (Lei 8.906/94, art. 1º); podendo praticar todos os atos do(s) processo(s) em que estiver(em) habilitado(s); podendo examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral (Executivo), autos de processos findos ou em andamento, assegurada a obtenção de cópias; podendo defender os interesses e direitos do(s/a/as) Outorgante(s) perante qualquer repartição pública, autarquia ou entidade parastatal em geral.

**Substabelecimento:** Podendo substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Nova Mutum, 26 de julho de 2019.

  
Outorgante

<sup>1</sup> Lei 13.105/2015, art. 105, §§ 2º e 3º.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE DISTRITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1678826876

PROTEÇÃO PLÁSTICA  
1678826876

NOME  
**GILBERTO MOACIR CATTANI**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
**05566363 SSP MT**

CPF  
**522.376.051-49**

DATA NASCIMENTO  
**20/05/1972**

FILIAÇÃO  
**ANGELO CATTANI**  
**ROSA CATTANI**

PERMISSÃO  
**3**

ACC  
**3**

CAT. HAB.  
**C**

Nº REGISTRO  
**00200270218**

VALIDADE  
**02/07/2023**

HABILITAÇÃO  
**24/07/1997**

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
**SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, MT**

DATA EMISSÃO  
**26/07/2018**

Assinatura do Emissor  
**MATO GROSSO**

25041595384  
MT635658062



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAGHZMZTTD>

Num. 24269548 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 14



CANDIDATO

Gilberto Cattani **17100**

Pecuarista, PSL

**GILBERTO MOACIR CATTANI**

Casado(a), Pecuarista, nascido em 20/05/1972 em Toledo-PR, candidato a Deputado Estadual no Mato Grosso pelo PSL - Partido Social Liberal

NOME NA URNA:	Gilberto Cattani
SEXO:	Masculino
IDADE:	47 anos
DATA DE NASCIMENTO:	20/05/1972
OCUPAÇÃO:	Pecuarista
GRAU DE INSTRUÇÃO:	Ensino Médio completo
ESTADO CIVIL:	Casado(a)
COR/RAÇA:	Parda
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO:	Toledo-PR

[ELEIÇÕES](#) [CANDIDATOS](#) [MATO GROSSO](#) [DEPUTADO ESTADUAL](#)**RESULTADO DA APURAÇÃO**

Candidato ao cargo de Deputado Estadual no Mato Grosso pelo PSL, Gilberto Cattani obteve 11.629 votos totalizados (0,77% dos votos válidos) mas não foi eleito nas Eleições 2018.

SITUAÇÃO:	NÃO FOI ELEITO
VOTOS:	11.629 (0,77% dos válidos)
RESULTADO COMPLETO:	<a href="#">Deputado Estadual no Mato Grosso</a>
RESULTADO POR CIDADES:	<a href="#">Votação de Gilberto Cattani por municípios</a>

[+ Todos os resultados](#)**DADOS DO CANDIDATO**

NOME NA URNA:	Gilberto Cattani
NÚMERO:	17100
SITUAÇÃO DA CANDIDATURA:	<b>Deferido (Apto)</b> Fonte: TSE. Atualizado em 13/11/2018 13:30





16/09/2019

Gilberto Cattani 17100 (PSL) Deputado Estadual | Mato Grosso | Eleições 2018

ESTADO:	MATO GROSSO
PARTIDO:	<a href="#">PSL - Partido Social Liberal</a>
COLIGAÇÃO:	PSL
COMPOSIÇÃO:	**



<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/mt/deputado-estadual/gilberto-cattani-17100/>

2/2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDATHBJDFNK>

Num. 24269549 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 16




(1)

POLÍTICA (/politica/)

Sexta-feira, 26 de julho de 2019, 22h:36 - A | A

Sexta-feira, 26 de julho de 2019, 22h:36 - A | A

 6 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro de seus amigos.

TANGARÁ DA SERRA

## Incra deve retomar lotes no assentamento Antonio Conselheiro

<http://www.facebook.com/sharer.php?u=http://www.abroncapopular.com.br/politica/incra-deve-retomar-lotes-no-assentamento-antonio-conselheiro/15781><http://twitter.com/share?url=http://www.abroncapopular.com.br/politica/incra-deve-retomar-lotes-no-assentamento-antonio-conselheiro/15781&text=Incra+deve+retomar+lotes+no+assentamento+Antonio+Conselheiro>[/imprime.php?cid=15781](http://imprime.php?cid=15781)<http://plus.google.com/share?url=http://www.abroncapopular.com.br/politica/incra-deve-retomar-lotes-no-assentamento-antonio-conselheiro/15781>[whatsapp://send?url=http://www.abroncapopular.com.br/politica/incra-deve-retomar-lotes-no-assentamento-antonio-conselheiro/15781](https://api.whatsapp.com/send?text=http://www.abroncapopular.com.br/politica/incra-deve-retomar-lotes-no-assentamento-antonio-conselheiro/15781)

*Operação Caça às bruxas deve passar a limpo todos os assentamentos da reforma agrária em MT*

EDÉSIO ADORNO  
Tangará da Serra

Uma fonte autorizada junto ao Incra, em Brasília, preocupada com a gestão do general Jesus Corrêa, que segue a cartilha de esquerda, repassou, sob a condição de anonimato, uma informação que pode transformar os assentamentos da reforma agrária no Brasil e em Mato Grosso num verdadeiro campo de batalha.

Sem dinheiro para desapropriar ou fazer aquisição de novas áreas com destinação para a reforma agrária, o general Corrêa tirou da cachola um projeto mirabolante e altamente arriscado. Ele pretende desalojar dos assentamentos do Incra quem não tiver o chamado perfil de cliente da reforma agrária. Será um Deus nos acuda. O assentamento Antonio Conselheiro é um dos que será submetido ao pente fino da equipe técnica da autarquia federal.



(<https://abroncapopular.sfo2.digitaloceanspaces.com/storage/webdisco/2019/07/26/800x600/0c2cf>)  
Raquel Lima é ativista do Movimento Social de Luta (MSL) e liderança da Ação Nacional Unificada (ANU)



04/09/2019

Incra deve retomar lotes no assentamento Antonio Conselheiro | A Bronca Popular

"A proposta é expulsar dos assentamentos quem comprou lote e detém a posse do imóvel de forma irregular, independentemente do tempo que nela reside", afirma a fonte, ressaltando que será uma verdadeira operação caça às bruxas. "É obvio que haverá resistência e judicialização. Ninguém vai devolver seu sítio ou cachara ao Incra antes e sair de mão abanando".



#### Monitoramento social

Ativistas de movimentos sociais ligados a luta pela reforma agrária já teriam visitado diversos assentamentos em Mato Grosso. Há informação da presença desses indivíduos nas regiões de Lucas do Rio Verde, São José do Rio Claro, Nobres, Rosário Oeste, Nova Olímpia, Barra do Bugres e Tangará da Serra. "É possível que informações sobre o projeto de retomada de lotes por parte do Incra tenham sido repassadas com antecedência para as lideranças de uma organização chamada Ação Nacional Unificada (ANU)", relata a fonte do site.

Em sua página na internet, desatualizada há bastante tempo, a tal da ANU diz congrega dezenas de outras entidades comprometidas com a reforma agrária e com pautas em defesa da agricultura familiar, do cooperativismo e do associativismo no campo e na cidade.

A entidade se posiciona contra os métodos do MST, de João Pedro Stédile e da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL), que é liderada pelo bandoleiro José Rainha. A Anu defende parceria entre a agricultura familiar e o agronegócio. No espectro ideológico, se posiciona mais à direita.

Em texto postado na página da ANU, o historiador e militar do Exército, Carlos I.S Azambuja, falecido em 2018, destroça o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), um braço do MST e do PT, que defende a distribuição de terras como forma de correção de injustiças e de desigualdades sociais. Claro, defende o socialismo e o fim da propriedade privada.

Azambuja editava o blog Resistência Militar, o qual, segundo dizia, era "um espaço democrático, onde a voz da caserna tem peso e qualidade. Um espaço anticomunista e contrário a tudo que de ruim está sendo feito pelo PT e seus agrupamentos do mal". Esse fato evidencia que a Ação Nacional Unificada (ANU) tem proximidade com a direita, logo pode estar com os pés dentro do governo Bolsonaro.

É fato que o MST, FNL, ligas camponesas e entidades cartoriais constituídas aos borbotões apenas para fazer ativismo político partidário ultrapassaram todos os limites aceitáveis. É hora de coloca-las em seu devido lugar.

Também é fato que o governo não pode combater a indústria da grilagem, das invasões de propriedades comandadas pelo MST e por seus esbirros premiando outro movimento com terras já ocupadas por assentados. Expropriar quem já está assentado para beneficiar outras famílias seria um despautério inominável.

É exatamente isso que pretende Jesus Correa. Quem comprou lote em assentamento ou recebeu a propriedade como herança e não tem o perfil exigido para ser cliente da reforma agrária corre o sério risco de ser expulso da área que ocupa.

Lideranças da ANU já teriam mapeado o assentamento Antonio Conselheiro, o complexo Pecuama e outros assentamentos em diversos municípios do estado. É hora de acender a luz amarela, e se precaver. A operação "Caça às Bruxas" pode ser deflagrada a qualquer momento pelo presidente do Incra, o general Jesus Corrêa.

#### Regularização fundiária

Quem ocupa um lote em assentamento da reforma agrária, seja porque comprou ou recebeu como herança, e lá trabalha, produz e cria sua família, não há razão nenhuma para expulsar esse indivíduo de sua propriedade. O mais sensato, justo e humano seria o governo promover a regularização fundiária da localidade, oferecer assistência técnica e tecnológica para ampliar a produção e abrir linha de crédito para esse produtor da agricultura familiar. O presidente Jair Bolsonaro certamente será alertado e jamais permitirá que um absurdo dessa natureza seja praticado pelo presidente do Incra. É o que esperamos.

**“ O governo não pode combater a indústria da grilagem, das invasões de propriedades comandadas pelo MST e por seus esbirros premiando outro movimento com terras já ocupadas por assentados ”**



04/09/2019

Inkra deve retomar lotes no assentamento Antonio Conselheiro | A Bronca Popular



-->

COMENTAR

IMPRIMIR (/IMPRIME.PHP?CID=&SID=)

Hugo 01/08/2019

Vocês querem que o MST continue cometendo irregularidades em assentamentos? Texto sem pé nem cabeça, cobram do INCRA para acabar com a milícia da esquerda e do MST que escraviza o povo e faz grilagem com as terras e reclamam quando isto está sendo feito? Incompreensível.

raquel Lima 29/07/2019

NOTA DE ESCLARECIMENTO Eu Raquel Lima, venho mui respeitosamente, esclarecer, por meio da presente, ao público em geral e, principalmente, aos leitores deste ilustre órgão jornalístico, diante da matéria publicada no dia 26 de julho de 2019, que: É de conhecimento geral, público e notório, que o Presidente do Incra Nacional General Corrêa está fazendo o levantamento das irregularidades da Reforma Agrária no país, o que cabe somente a ele explicar sua forma de atuação neste processo. Quero deixar bem claro que mesmo sendo a fundadora da ANU Ação Nacional Unificada e do MSL Movimento social de Luta, me desligue desta organização em novembro de 2018. Pessoalmente eu Raquel Lima, tenho feito um trabalho diferenciado no Estado do Mato Grosso, aonde venho apresentando no Incra Nacional e para alguns Deputados e representantes do poder público projetos sociais que deem subsídio para a continuidade das famílias no campo, ou seja, projetos sociais para que os assentados ou acampados tenham condições de se sustentar, sobreviver e ter dignidade através da terra. Tenho como ideologia incorporar, sistematicamente, a temática de gênero por dentro das atividades produtivas, organizativas, políticas, culturais e ambientais, construindo um novo olhar para o campo das relações humanas como estratégia fundamental para a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar e não deixar que o enfoque fique invisível ou não aconteça. O agronegócio e agricultura familiar possuem papeis únicos, porem complementares, de forma que somente quando mudarmos a formato individual de pensar é que cresceremos e diminuiremos a pobreza em nosso país. Portanto é com este pensamento, que levo minha jornada e minha luta! Com relação ao mapeamento, posicionamento a outras bandeiras e privilégios, conforme comentado na matéria, isso deve ser esclarecido pela direção Nacional da ANU. Raquel Lima

Antonio Marcos 28/07/2019

Eu achou uma ideia ótima do presidente do INCRA. porque têm tantas pessoas em situação de vulnerabilidade Social. debaixo de um barraco de Lola esperando por terra. e os compradores de lotes não sabem o que é viver nestas situações .moram na cidade como todo o conforto possível e dinheiro no bolso.daí vem compra lotes da reforma agrária. quê poderia muito bem ser passando para quem de fato e agricultor . por este motivo tiro o chapéu para o presidente do INCRA esta de parabéns...

3 comentários

[Início](#) [Anterior](#) [1 de 1](#) [Próxima](#) [Última](#)

## COMENTÁRIOS

Hugo 01/08/2019

Vocês querem que o MST continue cometendo irregularidades em assentamentos? Texto sem pé nem cabeça, cobram do INCRA para acabar com a milícia da esquerda e do MST que escraviza o povo e faz grilagem com as terras e reclamam quando isto está sendo feito? Incompreensível.

raquel Lima 29/07/2019

NOTA DE ESCLARECIMENTO Eu Raquel Lima, venho mui respeitosamente, esclarecer, por meio da presente, ao público em geral e, principalmente, aos leitores deste ilustre órgão jornalístico, diante da matéria publicada no dia 26 de julho de 2019, que: É de conhecimento geral, público e notório, que o Presidente do Incra Nacional General Corrêa está fazendo o levantamento das irregularidades da Reforma Agrária no país, o que cabe somente a ele explicar sua forma de atuação neste processo. Quero deixar bem claro que mesmo sendo a fundadora da ANU Ação Nacional Unificada e do MSL Movimento social de Luta, me desligue desta organização em novembro de 2018. Pessoalmente eu Raquel Lima, tenho feito um trabalho diferenciado no Estado do Mato Grosso, aonde venho apresentando no Incra Nacional e para alguns Deputados e representantes do poder público projetos sociais que deem subsídio para a continuidade das famílias no campo, ou seja, projetos sociais para que os assentados ou acampados tenham condições de se sustentar, sobreviver e ter dignidade através da terra. Tenho como ideologia incorporar, sistematicamente, a temática de gênero por dentro das atividades produtivas, organizativas, políticas, culturais e ambientais, construindo um novo olhar para o campo das relações humanas como estratégia fundamental para a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar e não deixar que o enfoque fique invisível ou não aconteça. O agronegócio e agricultura familiar possuem papeis únicos, porem complementares, de forma que somente quando mudarmos a formato individual de pensar é que cresceremos e diminuiremos a pobreza em nosso país. Portanto é com este pensamento, que levo minha jornada e minha luta! Com relação ao mapeamento, posicionamento a outras bandeiras e privilégios, conforme comentado na matéria, isso deve ser esclarecido pela direção Nacional da ANU. Raquel Lima

Antonio Marcos 28/07/2019

Eu achou uma ideia ótima do presidente do INCRA. porque têm tantas pessoas em situação de vulnerabilidade Social. debaixo de um barraco de Lola esperando por terra. e os compradores de lotes não sabem o que é viver nestas situações .moram na cidade como todo o conforto possível e dinheiro no bolso.daí vem compra lotes da reforma agrária. quê poderia muito bem ser passando para quem de fato e agricultor . por este motivo tiro o chapéu para o presidente do INCRA esta de parabéns...

www.abroncapopular.com.br/politica/incra-deve-retomar-lotes-no-assentamento-antonio-conselheiro/15781

3/7



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAGYSXXYHN>

Num. 24269550 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 19

04/09/2019

Incra deve retomar lotes no assentamento Antonio Conselheiro | A Bronca Popular

3 comentários

Início Anterior 1 de 1 Próxima Última

0 comentários

Classific



Adicione um comentário...

Plugin de comentários do Facebook

## BISTURI

**BLAIRO MAGGI:**

(<http://www.abroncapopular.com.br/bisturi/o-pas-no-precisa-do-dinheiro-do-fundo-amaznia-no-resolve-nada/15818>)

"O país não precisa do dinheiro do Fundo Amazônia, não resolve nada"

(<http://www.abroncapopular.com.br/bisturi/o-pas-no-precisa-do-dinheiro-do-fundo-amaznia-no-resolve-nada/15818>)

**Guilherme Introvini**

(<http://www.abroncapopular.com.br/bisturi/empresio-sem-noo-perde-a-oportunidade-de-ficar-calado/15807>)

Empresário sem noção perde a oportunidade de ficar calado

(<http://www.abroncapopular.com.br/bisturi/empresio-sem-noo-perde-a-oportunidade-de-ficar-calado/15807>)

**Vander Masson**

(<http://www.abroncapopular.com.br/bisturi/pediu-arrego-para-tio-de-adversario/15804>)

Pediu arrego para tio de adversário

(<http://www.abroncapopular.com.br/bisturi/pediu-arrego-para-tio-de-adversario/15804>)

LEIA MAIS (bisturi/)

## COLONISTAS



(<http://www.abroncapopular.com.br/colunistas/um-questionamento-necessrio-a-nova-lei-de-abuso-de-autoridade/15819>)

**Roberto Aparecido Turin**

(<http://www.abroncapopular.com.br/colunistas/um-questionamento-necessrio-a-nova-lei-de-abuso-de-autoridade/15819>)

**Um questionamento necessário a nova lei de abuso de autoridade**

(<http://www.abroncapopular.com.br/colunistas/um-questionamento-necessrio-a-nova-lei-de-abuso-de-autoridade/15819>)

(<http://www.abroncapopular.com.br/colunistas/de-que-lado-voc-est/15684>)

**EDUARDO MAHON**

(<http://www.abroncapopular.com.br/colunistas/de-que-lado-voc-est/15684>)

**De que lado você está?**

(<http://www.abroncapopular.com.br/colunistas/de-que-lado-voc-est/15684>)



(<http://www.abroncapopular.com.br/colunistas/ptria-amada-bolsonaro-brasil/15613>)

**Edésio Adorno**

(<http://www.abroncapopular.com.br/colunistas/ptria-amada-bolsonaro-brasil/15613>)

**Pátria amada, Bolsonaro, Brasil**

(<http://www.abroncapopular.com.br/colunistas/ptria-amada-bolsonaro-brasil/15613>)

LEIA MAIS (colunistas/)

## VARIEDADES

[www.abroncapopular.com.br/politica/incra-deve-retomar-lotes-no-assentamento-antonio-conselheiro/15781](http://www.abroncapopular.com.br/politica/incra-deve-retomar-lotes-no-assentamento-antonio-conselheiro/15781)

4/7



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15

<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAGYSXXYHN>

Num. 24269550 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>

Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 20

04/09/2019

Incra deve retomar lotes no assentamento Antonio Conselheiro | A Bronca Popular



(<http://www.abroncapopular.com.br/variedades/manifestao-cultural-com-apelo-identitrio-choca-internautas/15590>)

#### JORNALISMO / UNEMAT

(<http://www.abroncapopular.com.br/variedades/manifestao-cultural-com-apelo-identitrio-choca-internautas/15590>)

#### Manifestação cultural com apelo identitário choca internautas

(<http://www.abroncapopular.com.br/variedades/manifestao-cultural-com-apelo-identitrio-choca-internautas/15590>)

---

#### PARCEIROS

---

300 x 168

Powered by HTML.COM



300 x 168

Powered by HTML.COM

300 x 168

Powered by HTML.COM



300 x 168

Powered by HTML.COM

## MAIS LIDAS

### 1. Filha de Davi Oliveira dedilha o violão e solta a voz para alegria dos internautas

(/social/filha-de-davi-oliveira-dedilha-o-violao-e-solta-a-voz-para-alegria-dos-internautas/15871)

### 2. Rainha de rodeio é suspeita de aplicar golpe de R\$ 170 mil em fazendeiro

(/social/rainha-de-rodeio-e-suspeita-de-aplicar-golpe-de-r-170-mil-em-fazendeiro/15870)

### 3. Deputado do Goiás defende Cattani e avisa: "Inhambu que come pedra sabe o tamanho do fiofó que tem"

(/politica/deputado-do-goias-defende-cattani-e-avisa-inhambu-que-come-pedra-sabe-o-tamanho-do-fiofo-que-tem/15869)

### 4. PSDB se definha em Tangará da Serra; Goiano é mais um que deixa o ninho tucano!

(/social/psdb-se-definha-em-tangara-da-serra-goiano-e-mais-um-que-deixa-o-ninho-tucano/15872)

### 5. Homem decapita colega de trabalho e carrega cabeça da vítima pela rua

(/policial/homem-decapita-colega-de-trabalho-e-carrega-cabeca-da-vitima-pela-rua/15868)

(/)

(65) 99978.4480

abroncapopular@gmail.com

Tangará da Serra - Tangará da Serra/MT

Copyright © 2019 - Trínix - Todos os direitos reservados  (http://www.trinix.com.br/)



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAGYSXXYHN

Num. 24269550 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 23





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**CERTIDÃO DA COMPOSIÇÃO - COMPLETA**

CERTIFICO que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros.

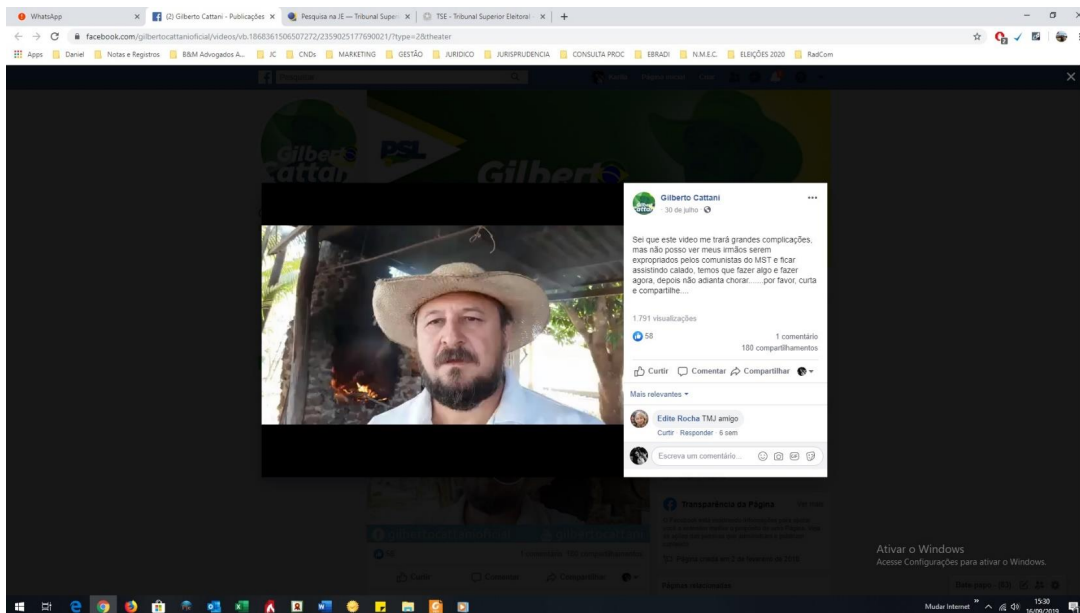
Partido Político:	<b>17 - PARTIDO SOCIAL LIBERAL</b>		
Órgão Partidário:	<b>Órgão provisório</b>		
Abrangência:	<b>NOVA MUTUM - MT - Municipal</b>		
Vigência:	<b>Início: 11/01/2018 Final:</b>		
Situação do Órgão:	<b>Suspenso por falta de prestação de contas</b>	Data de Validação:	<b>15/04/2019</b>
Protocolo/Código do requerimento:			
Endereço:	<b>AVENIDA DOS UIRAPURUS Nº 120 W</b>	Bairro:	<b>CENTRO</b>
Município:	<b>NOVA MUTUM / MT</b>	CEP:	<b>78450000</b>
Complemento:		CNPJ:	<b>15.796.050/0001-02</b>
Telefone:	<b>(65) 3308-3244</b>	Fax:	
Celular:	<b>(65) 99966-1522</b>		
E-mail:	<b>wsuzuki@hotmail.com</b>		

<b>Membro</b>	<b>Cargo</b>	<b>Exercício / Situação</b>
JOÃO MARCELO VERISSIMO	MEMBRO DO DIRETÓRIO	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo
WILSON IUSAKU SUZUKI	PRESIDENTE	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo
ABRAÃO JOSÉ MARIANO RIBEIRO	PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo
ITAMAR SCHIMIDT MEURER	SECRETÁRIO-GERAL	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo
FERNANDA KATIE SUZUKI	PRIMEIRO SECRETÁRIO	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo
MARCOS KAVAMURA ARISSAVA	TESOUREIRO-GERAL	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo

Código de Validação	<b>GaXJtUzt+zGCL5Jlvt36V7VnI8U=</b>
Certidão emitida em	<b>23/08/2019 12:30:48</b>

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidospoliticos/validarcertidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são anotados no TSE e os regionais e municipais são anotados nos Tribunais Regionais Eleitorais respectivos.





Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 25



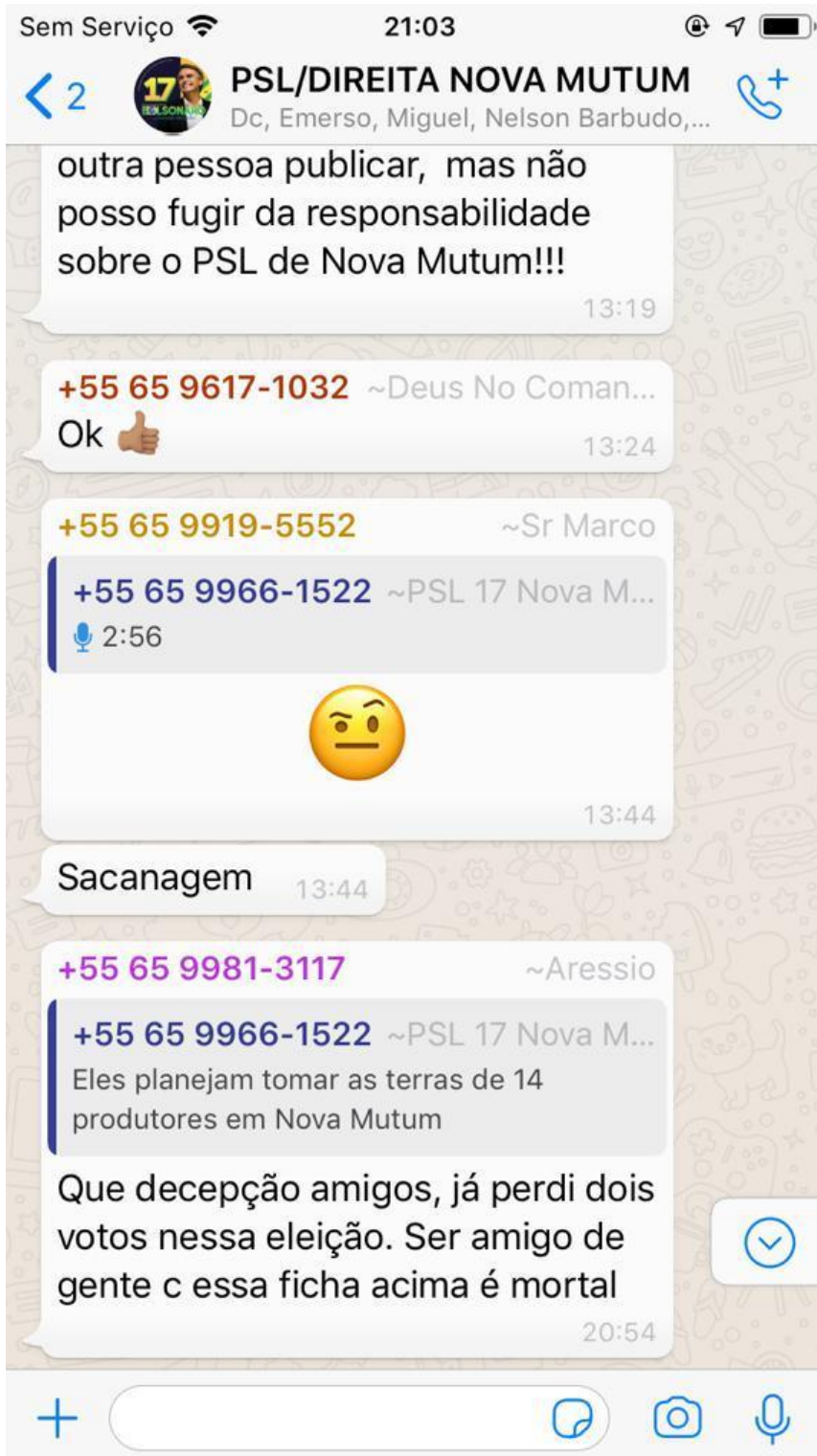
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 26



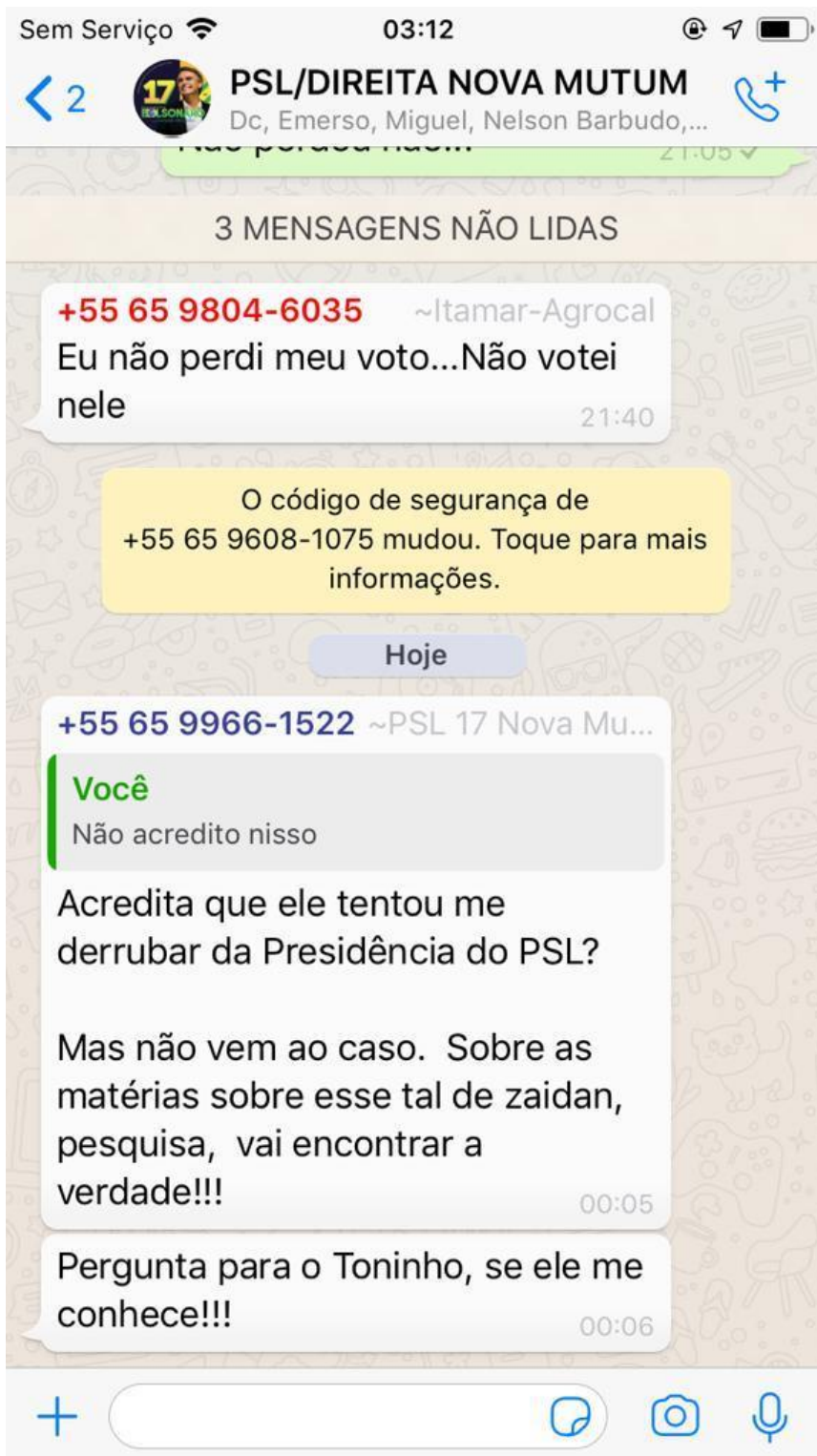
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 27



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 28





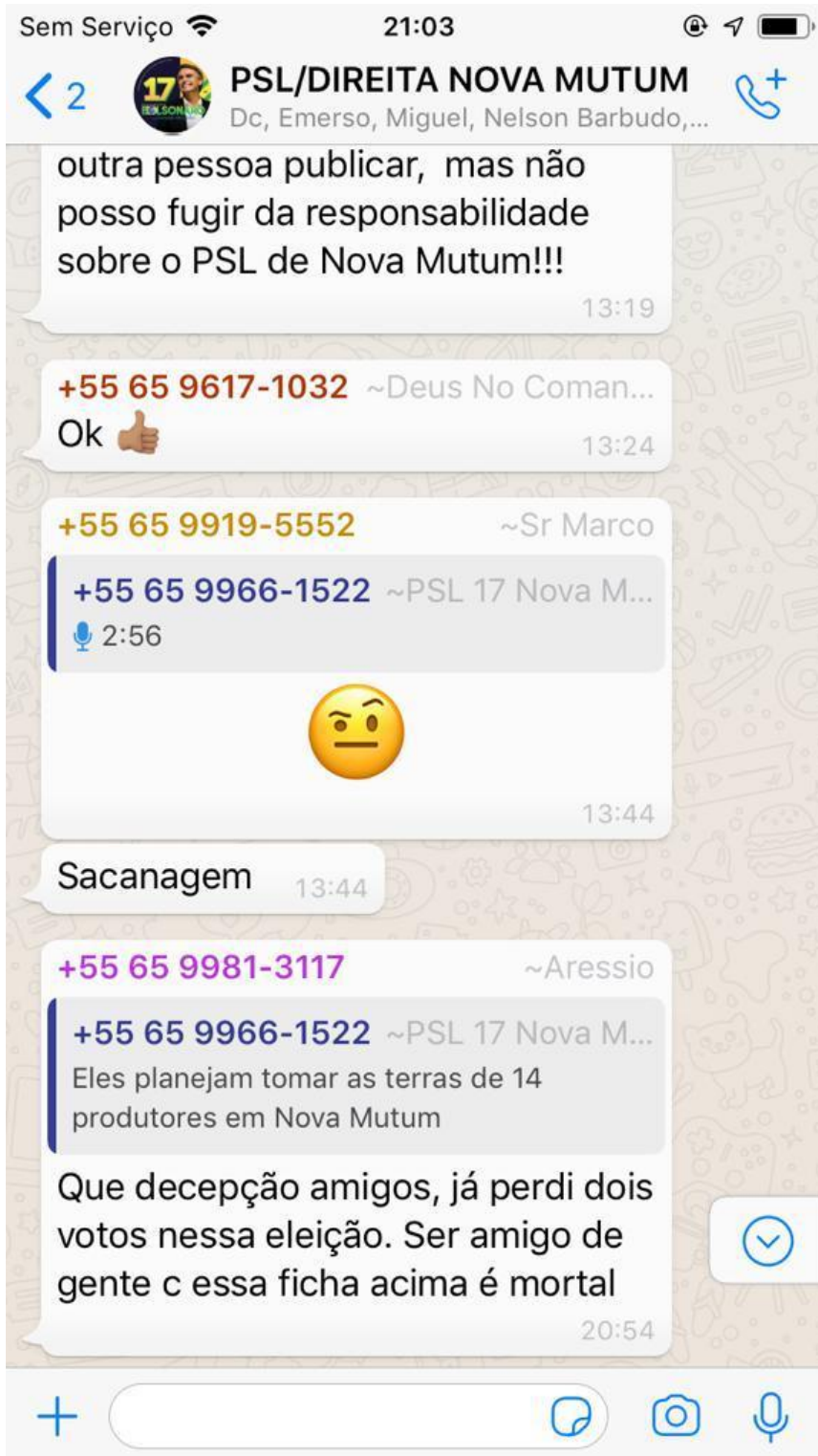
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 29



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
 Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 30



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 31





Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
 Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 32



Ei, o Cattani  
já foi?



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 33



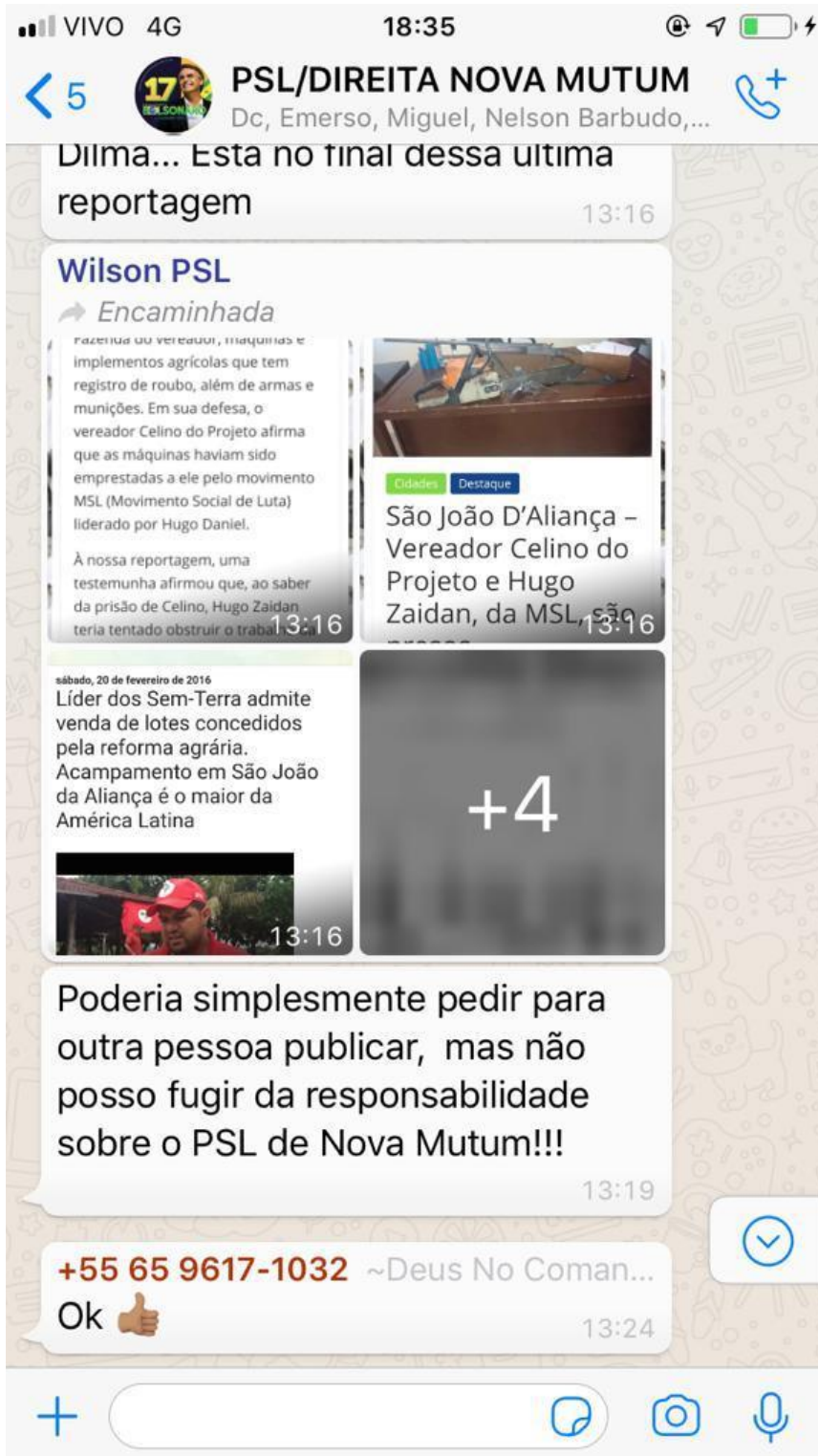
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 34



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
 Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 35





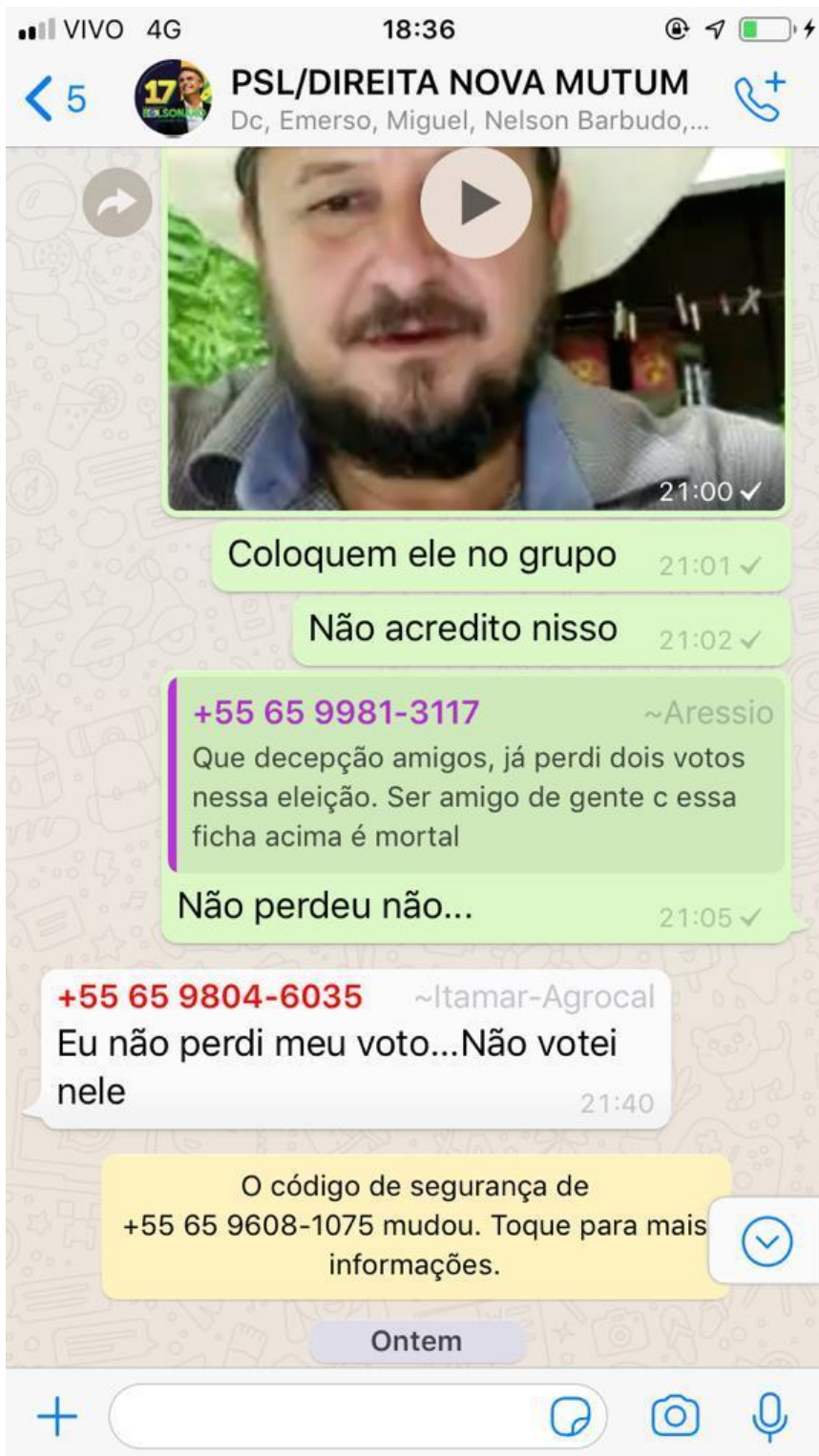
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 12



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 36



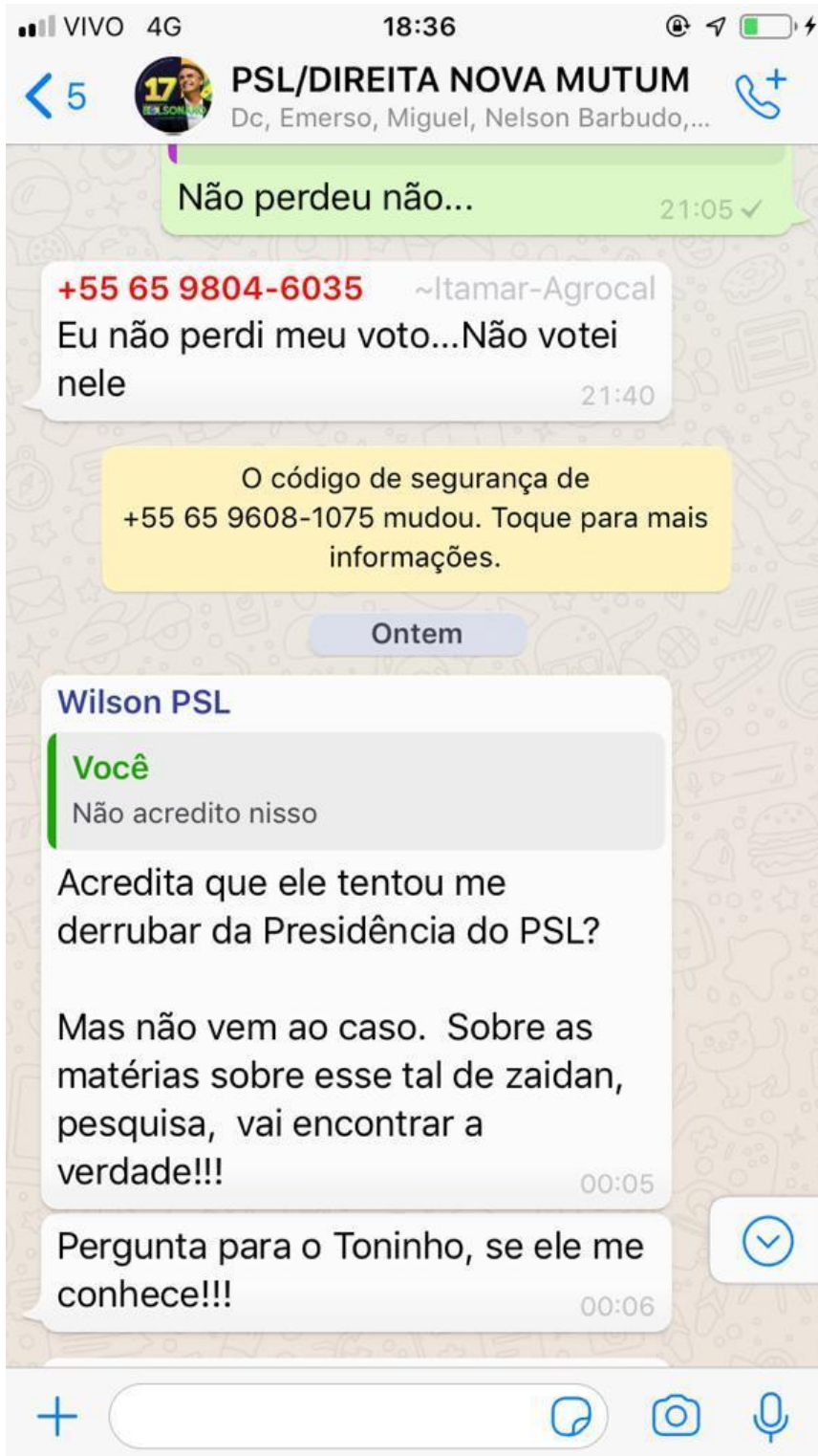
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 13



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 37



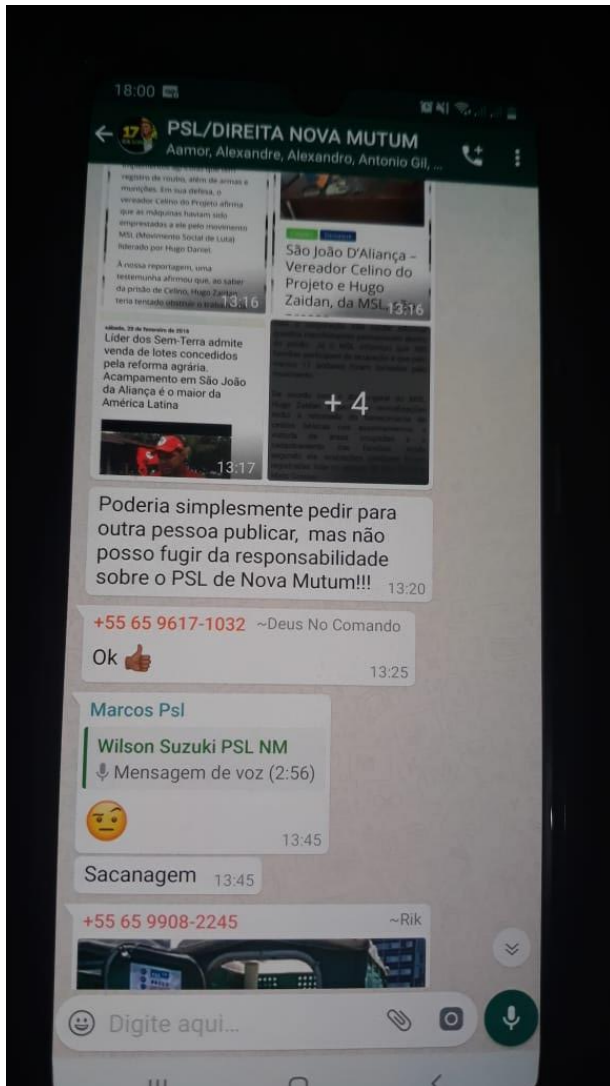
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 14



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 38



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

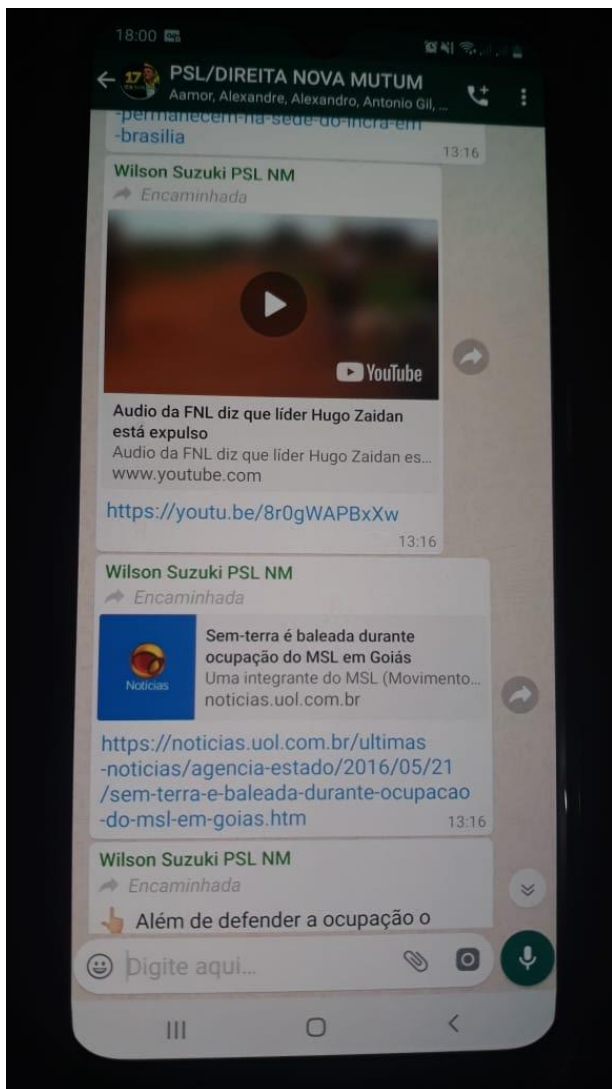
Num. 24269552 - Pág. 15



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 39





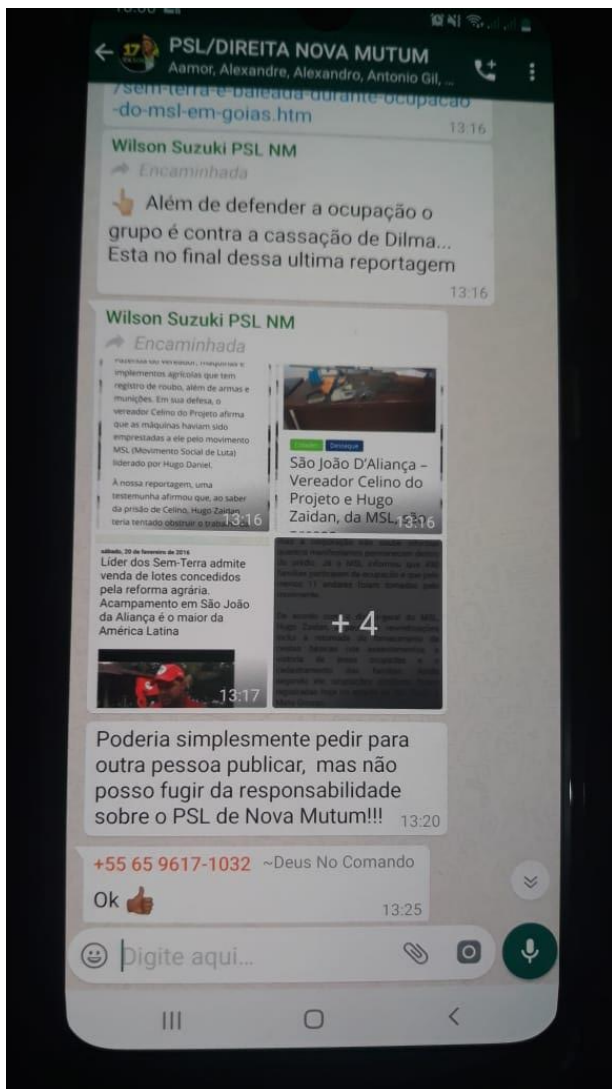
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 16



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 40



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 17



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 41



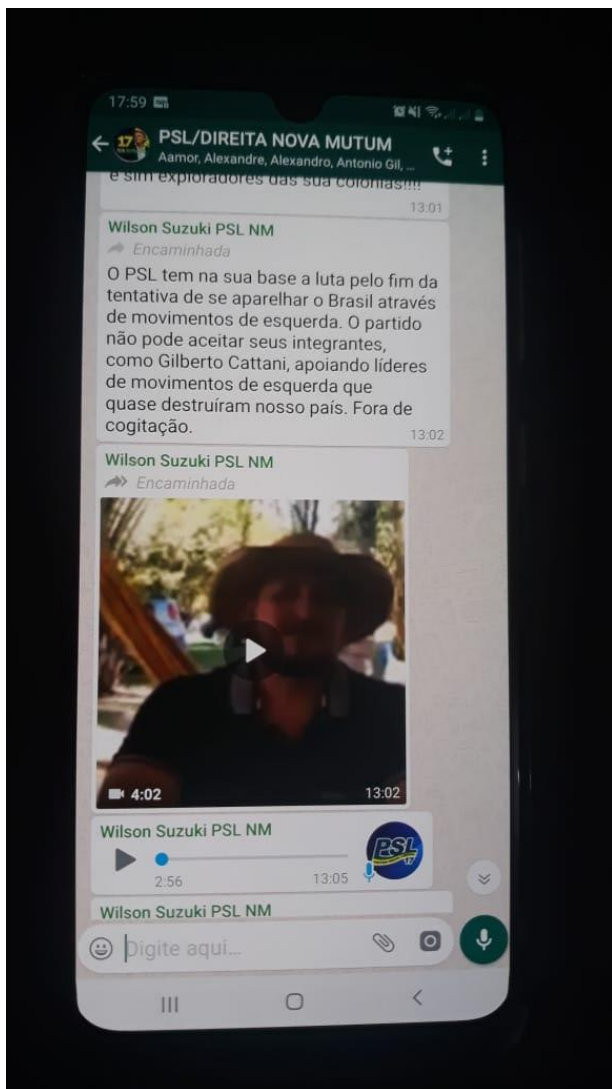
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 18



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 42



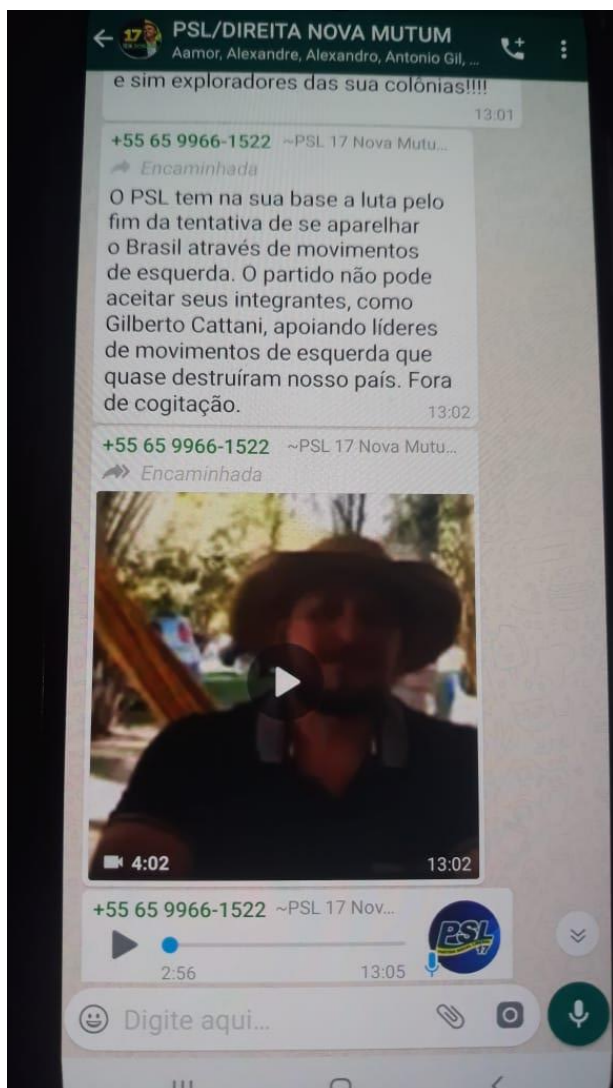
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 19



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 43



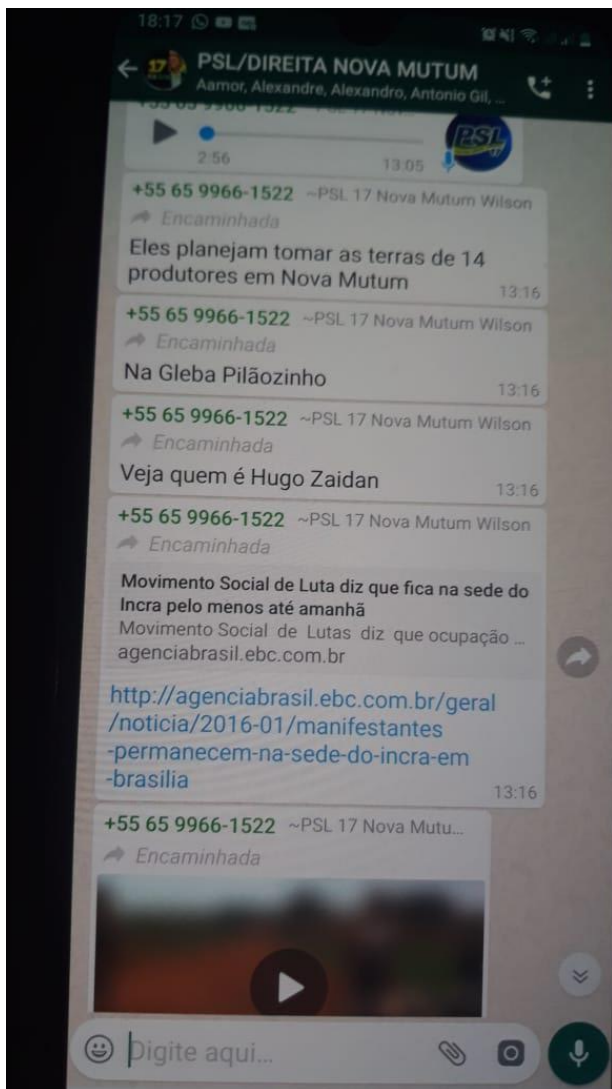
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 20



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 44



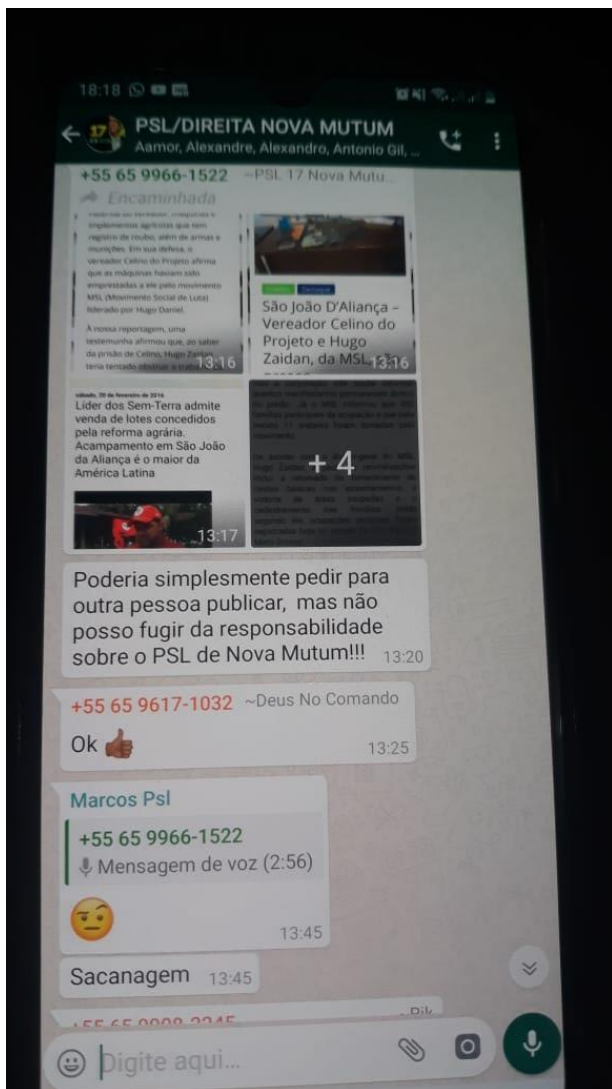
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 21



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 45



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 22



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 46





Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

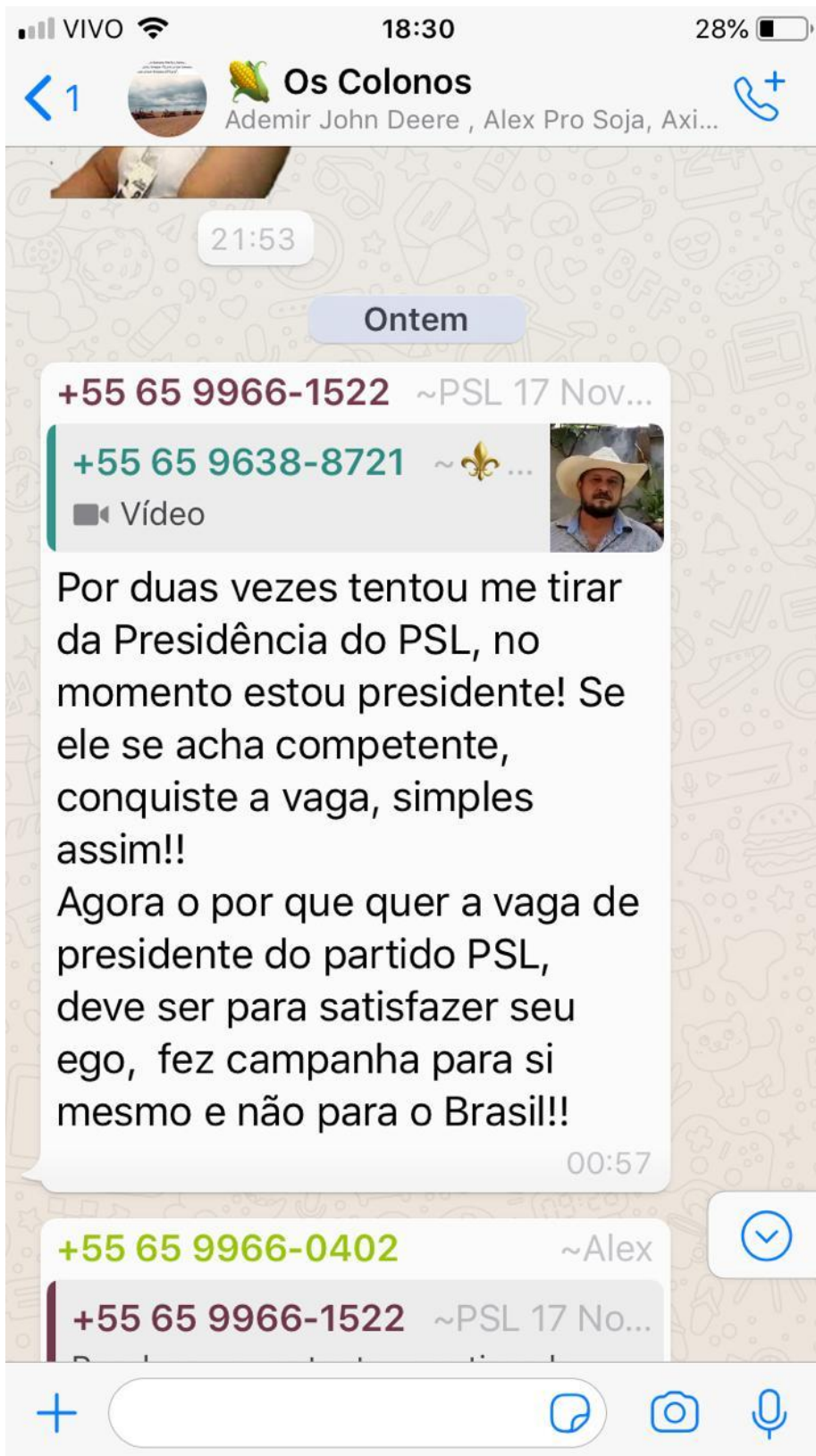
Num. 24269552 - Pág. 23



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 47





Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 24



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 48



Gilberto Cattani  
Obrigado meu amigo

Wilson PSL



11:55

Wilson PSL

Wilson PSL

Poderia simplesmente pedir para outra pessoa publicar, mas não posso fugir da responsabilidade sobre o PSL de Nova Mu...

No Gnegocios o sujeito publicou uma foto do zaidan com o Nelson Barbudo. Só para explicar as pessoas vão à Câmara dos deputados, tipo vou no gabinete do pt, depois que entra você pode transitar livremente, é esse sujeito foi no gabinete e foi recebido pelo Nelson, diga se de passagem ele é um dos mais assediados, recebeu esse povo, tirou uma foto. Agora o Nelson não publicou no seu Facebook!!!!

12:04

+55 66 9644-0293 ~Tiago Fonseca...



@xicograziano



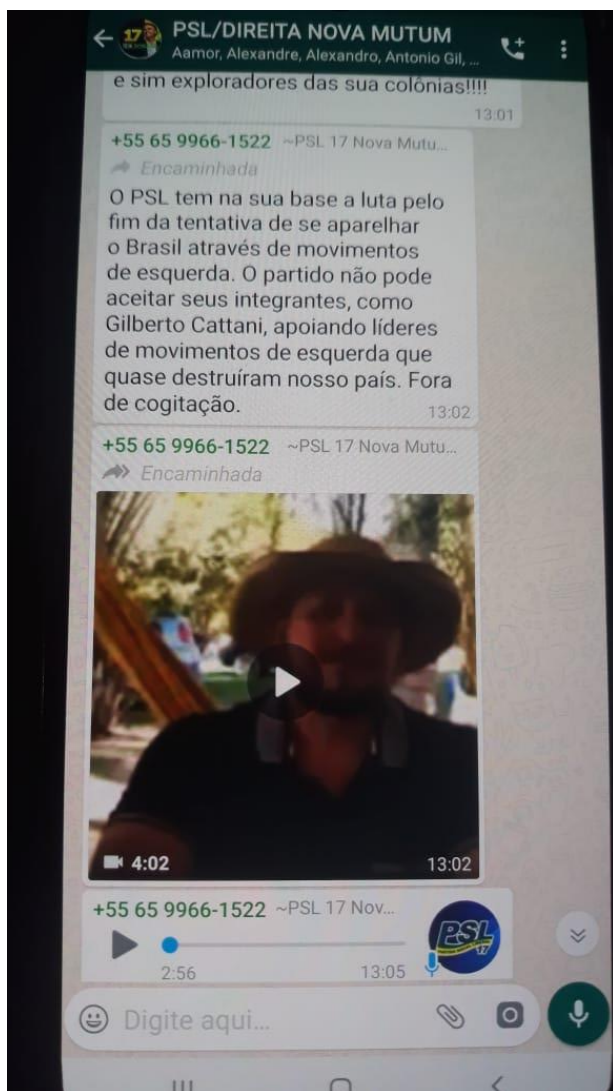
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 25



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 49



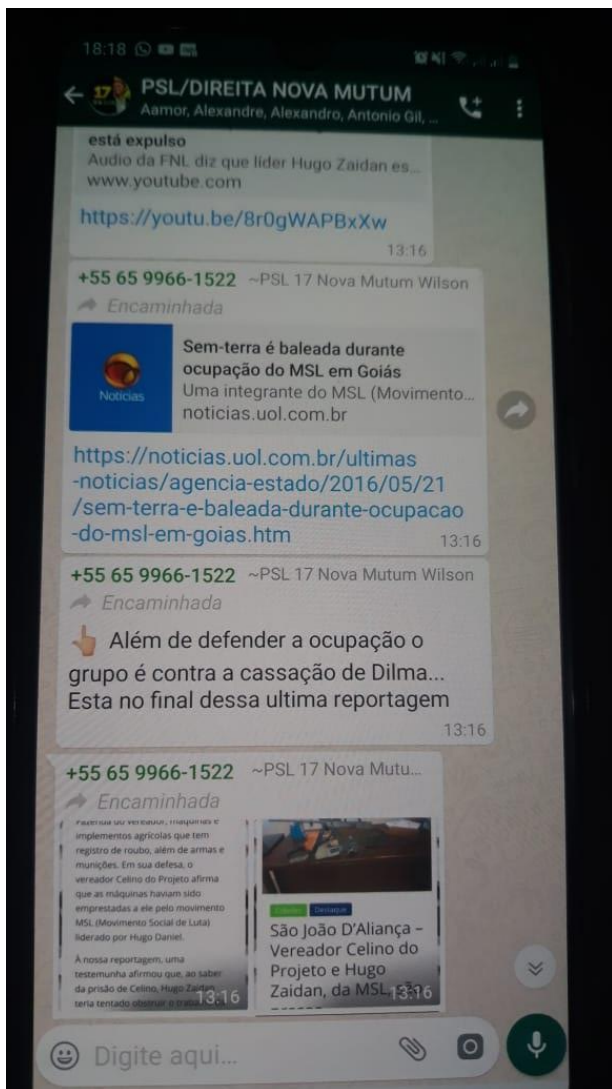
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 26



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 50



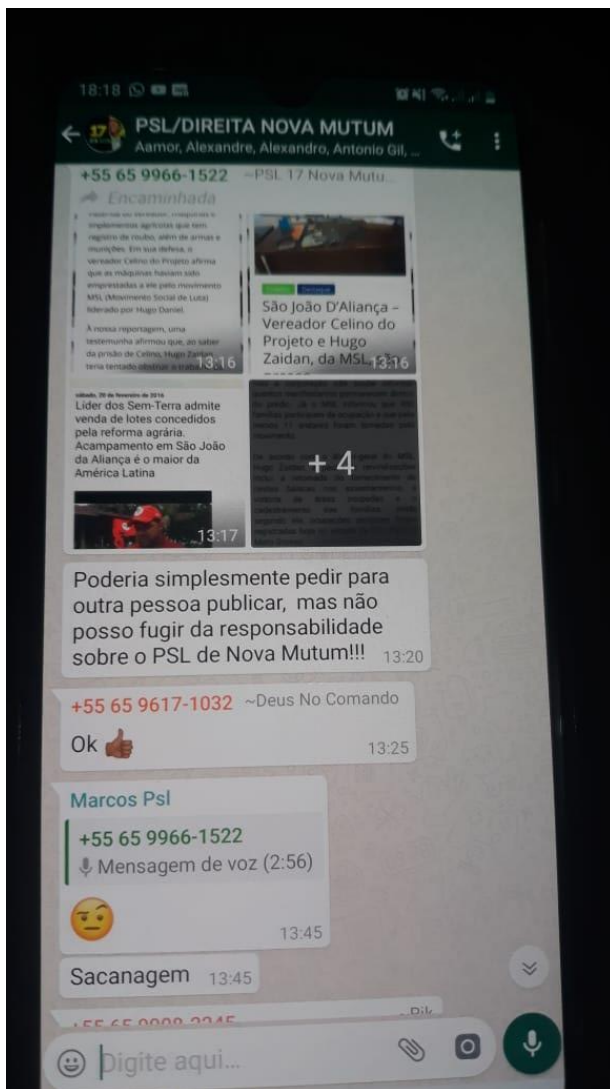
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 27



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 51



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

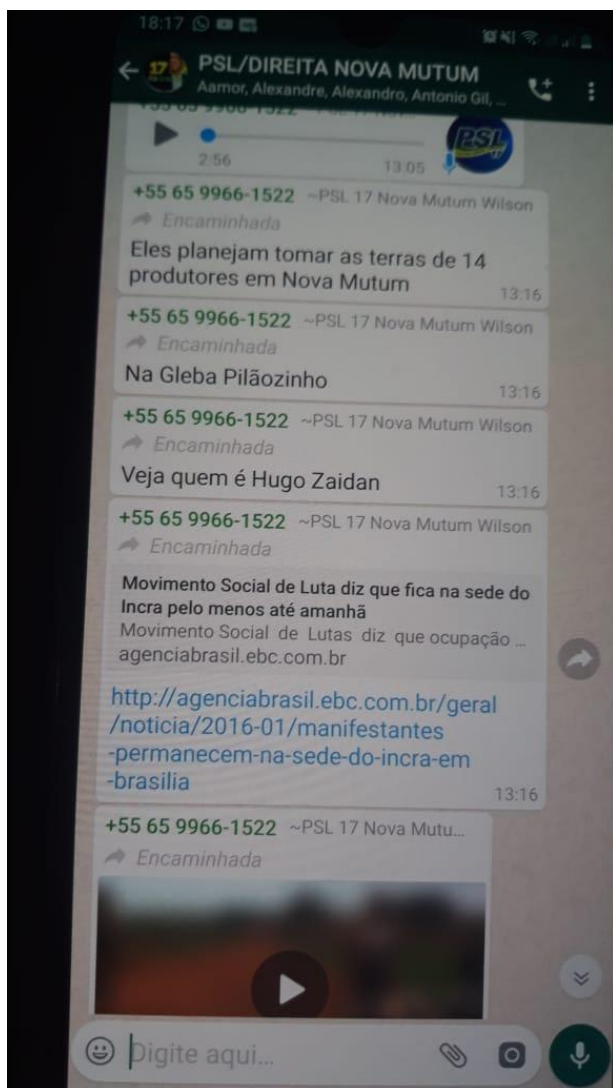
Num. 24269552 - Pág. 28



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 52





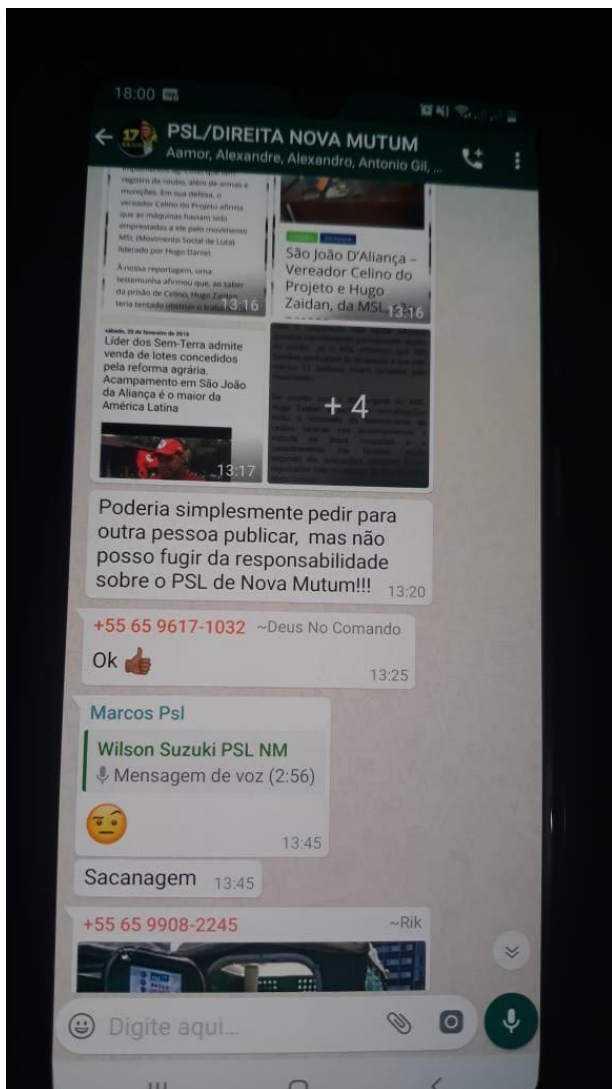
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 29



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 53



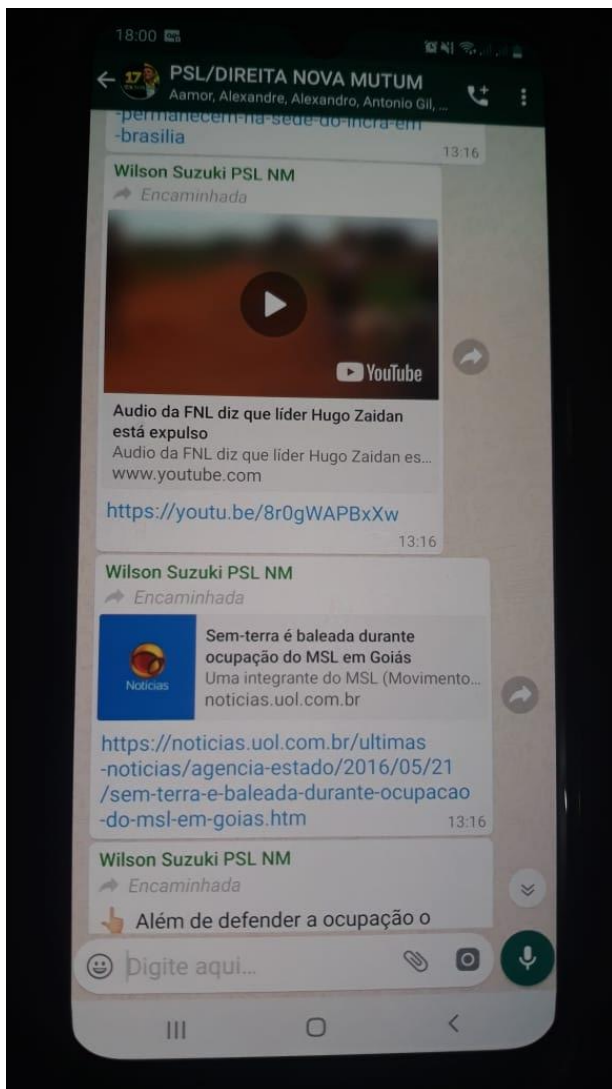
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 30



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 54



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

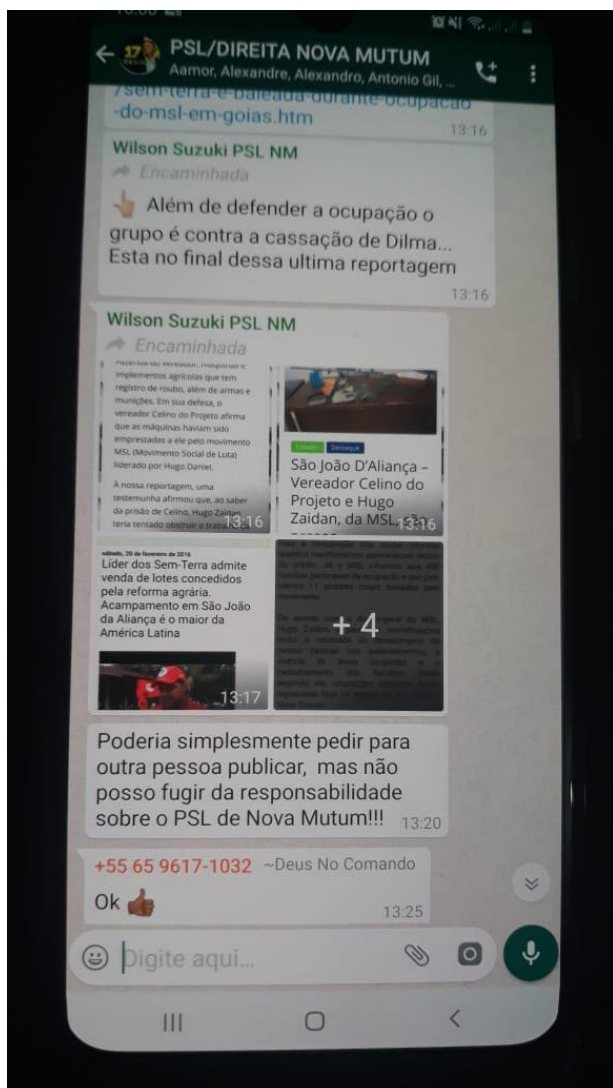
Num. 24269552 - Pág. 31



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 55





Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 32



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 56



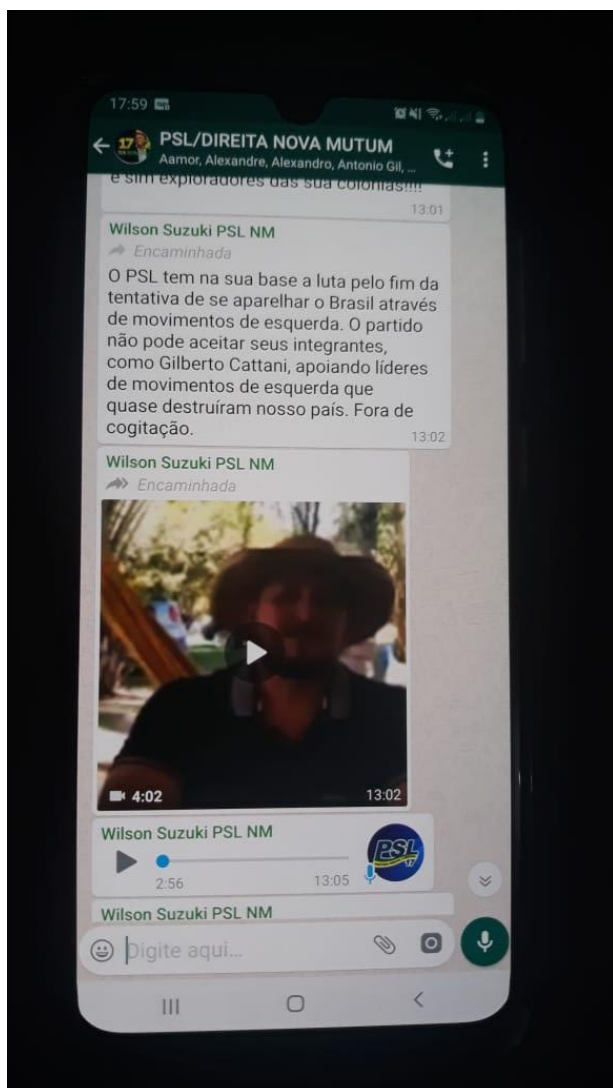
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 33



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 57



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 34



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 58



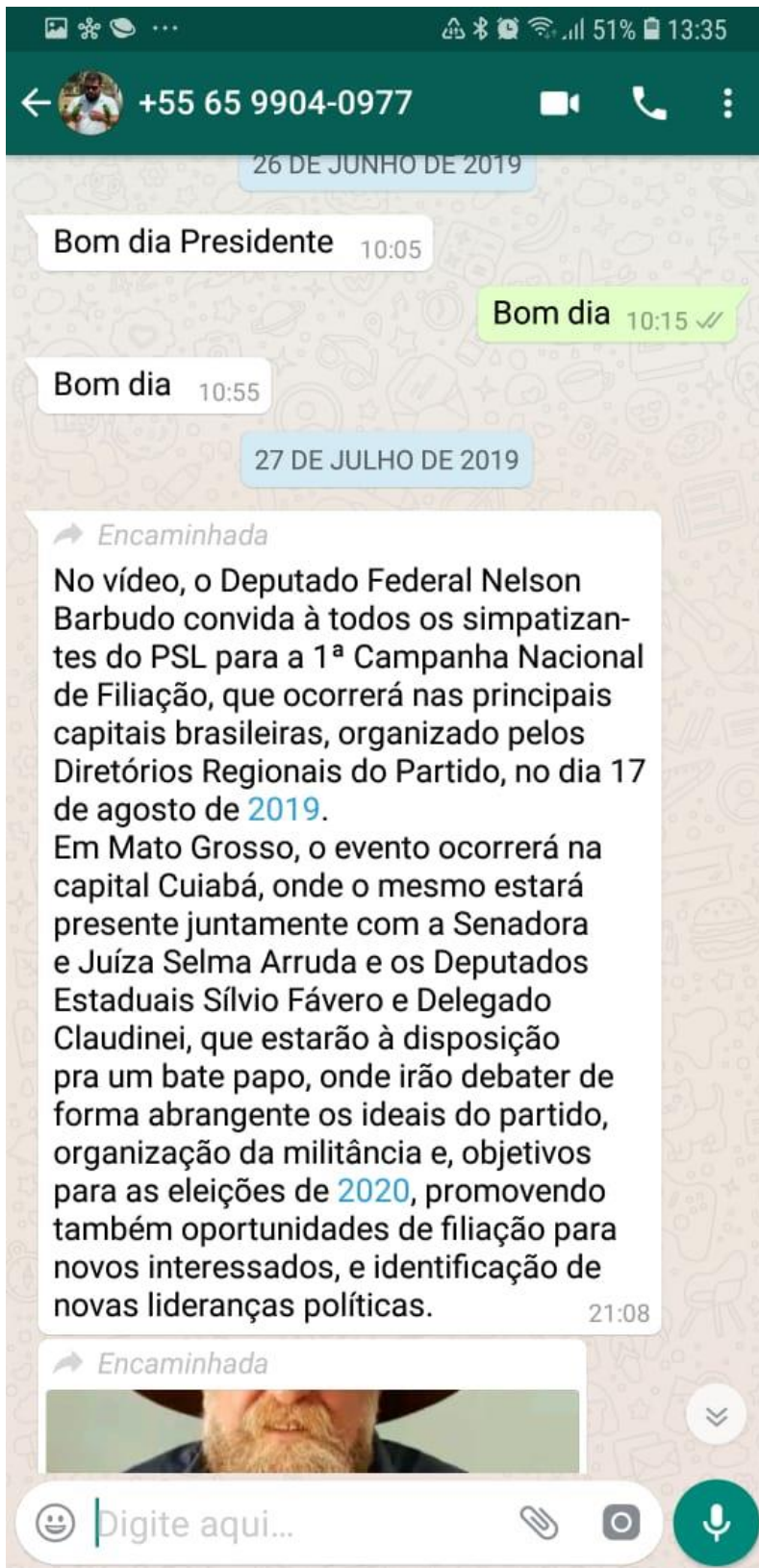
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 35



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 59



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 36



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 60





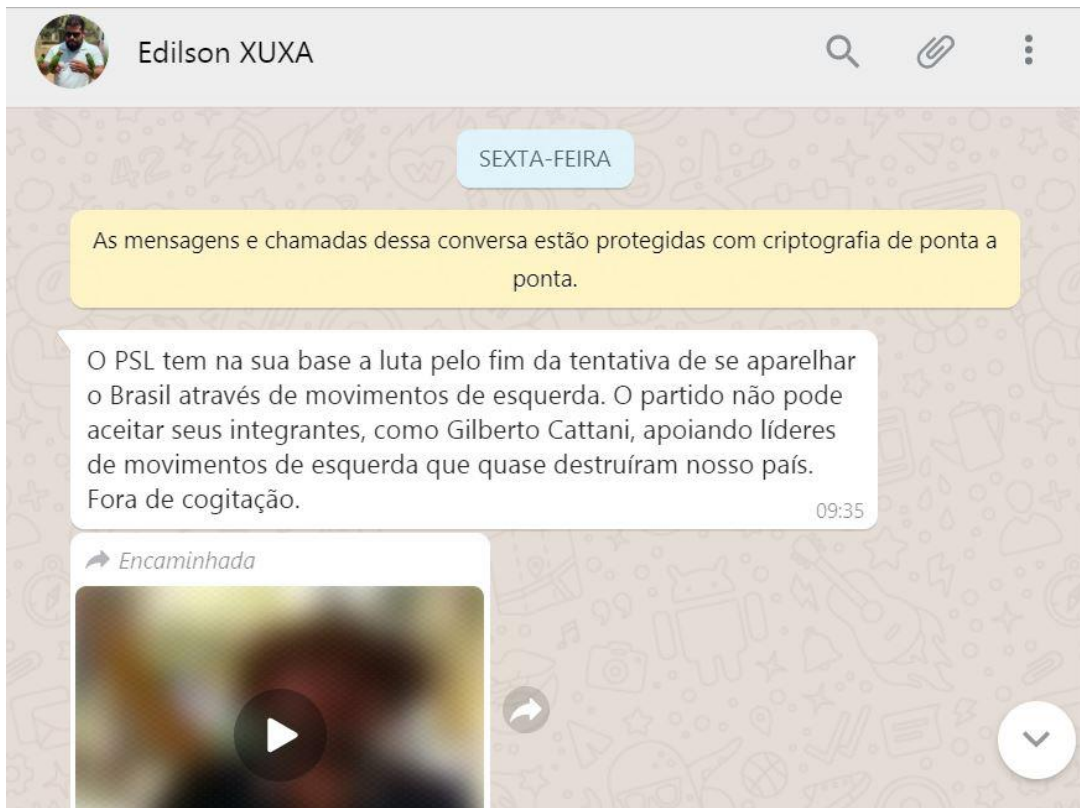
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 37



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 61



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 38



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 62



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 39



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 63





Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 40



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 64



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 41



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 65

# Deputado do Goiás defende Cattani e avisa: “Inhambu que come pedra sabe o tamanho do fiofó que tem”

EDÉSIO ADORNO  
Tangará da Serra



Deputado Nelson Barbudo ao lado do presidente nacional da ANU, Hugo Zaidan, qual é rotulado de terrorista pelo presidente do PSL de Nova Mutum

O mais combativo deputado do Estado de Goiás, **Amauri Ribeiro (PRP)**, gravou um vídeo para manifestar solidariedade ao 1º suplente de deputado estadual, Gilberto Cattani, que é assentado da reforma agrária no Pontal do Marape, em Nova Mutum. O parlamentar goiano também contestou as *Fake News* disseminadas nas redes sociais pelo setor melancia do PSL de Mato Grosso para tentar desconstruir a imagem de Cattani.

As fakes News teriam sido produzidas pelo chefe de gabinete do **deputado Nelson Barbudo, Rafael Dal Bo**, e despejadas nas redes sociais pelo presidente do PSL de Nova Mutum, Suzuki, e por assessores do deputado estadual Silvío Fávero.

As notícias falsas tinham por objetivo ligar Cattani as lideranças da Ação Nacional Unificada (ANU) e associá-lo a movimentos de esquerda que lutam por reforma agrária. Nada mais falso. Gilberto Cattani nunca participou de movimentos dessa natureza. Ele apenas noticiou um encontro havido entre representantes da ANU com Dal Bo. Aliás, o próprio deputado Nelson Barbudo já havia se encontrado com lideranças desse movimento social, conforme se vê na foto.

O deputado Amauri mandou um duro recado a turma que tenta desmoralizar Gilberto Cattani:

“Vocês que estão fazendo isso com o Gilbertão, ele não está sozinho; ele tem companheiro. Se precisar de mim no Mato Grosso, me chama. Estamos juntos; estamos agarrados. Está dado o recado!”

**Assista o vídeo do deputado goiano:**



## Deputado goiano se solidariza com Cattani



Eu sou deputado estadual, por Goiás, Amauri Ribeiro. Estamos na estrada, estamos no trecho. Hoje é domingo. Estamos garrado. Estamos trabalhando. Estou fazendo esse vídeo para mandar um recado para o estado do Mato Grosso, em especial para o meu irmão, para o meu companheiro, a quem admiro "bisurdo", meu companheiro Gilberto Cattani.

Gilberto, eu quero te contar uma história. Antes, em 2008, eu era comerciante na minha cidade e comprei briga com juiz para defender o comércio da minha cidade e falei algumas coisas que esse juiz não gostou. Esse juiz determinou que eu fosse preso. Eu fiquei 15 dias na cadeia, numa cela comum sendo tratado como um bandido, simplesmente porque não concordava com que ele fazia na minha cidade.

O mundo dá volta, Gilberto!

Hoje, eu sou o deputado estadual Amauri Ribeiro. Esse juiz, há alguns anos atrás, foi expulso do Judiciário por ser um bandido; por ser um corrupto; por ser um pedófilo.

Gilberto, o que é podre cai por si só! Eu ontem recebi alguns vídeos e áudios de algumas pessoas, de alguns fake News, que estão tentando fazer montagem para tentar denegrir sua imagem.

Gilbertão, o Mato Grosso te conhece, o Brasil inteiro te conhece! Você é um cara do bem! Hm homem de caráter! Só de alguém tentar inverter o que nós pensamos de você, essa pessoa provavelmente tem um caráter duvidoso.

Então, não se preocupe com isso. O povo gosta de você, porque você, assim como eu, defendi o que é correto; defende a família. Nós não somos da direita simplesmente por sermos à direita. Nós somos a direita porque gostamos do bem desse país; queremos o bem desse país. Então, não se preocupe com essas pessoas; não se preocupem por te chamarem de sem-terra.





Não se preocupe, visto que você não é um sem-terra. Você é um assentado legal da reforma agrária e você tem orgulho de dizer isso e bater no peito. Sabe qual é a preocupação dessas pessoas, Gilberto? É porque nós viemos de baixo e fazemos inimigos, porque crescemos pelo nosso mérito, trabalhando, trabalhando e não roubando e eles não aceitam que alguns peãozinhos cheguem até aqui em cima, onde chegamos. (..) Sou seu fã, meu companheiro.

Quero mandar um recado para esse povo.

Aqui na roça nós temos um ditado: inhambu que come pedra, sabe o tamanho do fiofó que tem.

E vocês que estão fazendo isso com o Gilbertão, ele não está sozinho; ele tem companheiro. Se precisar de mim no Mato Grosso. Estamos juntos, estamos agarrados. Está dado o recado!

Fonte: A Bronca Popular

Visite o website: [www.abroncapopular.com.br](http://www.abroncapopular.com.br) ()







Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2019, 16h45  
Lei do retorno...

Youtube



Por suas ligações com um **peçoal barra-pesada** da Ação Nacional Unificada (ANU) - uma **ramificação / defecção do MST**, mais especificamente **Hugo Zaidan**, acusado de invasão de terra e receptação de maquinário roubado, entre outros -, o **ex-sem-terra e atual Digital Midia Gilberto Cattani**, suplente de deputado estadual, corre o **risco de ser expulso do PSL de Nova Mutum**. Em vídeo que circula nas redes sociais, o **presidente do partido, Wilson Suzuki**, explica que "não tem cabimento um sujeito que se diz de direita fazer o que está fazendo (...) Creio que **Bolsonaro jamais aceitaria** uma posição de um sem-terra ligado a essas pessoas que são **terroristas do Brasil**". Em outro vídeo-resposta, **Cattani chama o PSL de "partidinho"**. Como diz o ditado, **quem com ferro fere, com ferro será ferido**.

Fonte: **HiperNotícias - Você bem informado**

Visite o website: <https://www.hipernoticias.com.br>





ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE NOVA MUTUM



BOLETIM DE OCORRÊNCIA - Nº: 2019.285290  
ELABORADO POR 72413- JOILSON DE FIGUEIREDO  
DATA/HORA DA COMUNICAÇÃO: 23/09/2019 às 12:00 DO FATO: 30/07/2019 às 11:20

COMUNICANTE

Nome.....: GILBERTO MOACIR CATTANI  
Logradouro...: ESTRADA PONTAL DO MARAPE Número.....: 297  
Complemento..: ESTRADA PRAINHA  
Bairro.....: ZONA RURAL Município....: NOVA MUTUM UF.....: MT  
Telefone.....: 65 99933-3679 [CELULAR]

NATUREZA DA OCORRÊNCIA

Legislação...: OCORRÊNCIAS ATÍPICAS  
Título.....: OCORRÊNCIAS ATÍPICAS  
Natureza....: PRESERVAÇÃO DE DIREITO  
Forma.....: CONSUMADO  
Meios Empr...: OUTRO(S)  
Motivação...: OUTRO(S)

LOCAL DO FATO

Tipo Local...: OUTRO  
Descrição...: OUTRO  
Data.....: 30/07/2019 Hora.....: 11:20  
Logradouro...: PONTAL DO MARAPE Número.....: 297  
Bairro.....: ZONA RURAL Município....: NOVA MUTUM UF.....: MT  
Estado.....: MATO GROSSO  
Município....: NOVA MUTUM  
Complemento..: ESTRADA PRAINHA

VÍTIMA

[VÍTIMA - 1]

Nome.....: GILBERTO MOACIR CATTANI  
Sexo.....: MASCULINO Nascimento...: 20/05/1972 Idade.....: 47  
Nome da Mãe.: ROSA CATTANI  
Nome do Pai..: ANGELO CATTANI  
CPF.....: 52237605149  
RG.....: 556636 Órgão Ex....: SSP Data Emissão:  
Telefone.....: 65 99933-3679 [CELULAR]  
Logradouro...: PONTAL DO MARAPE Número.....: 297  
Complemento..: ESTRADA PRAINHA  
Bairro.....: ZONA RURAL Município....: NOVA MUTUM UF.....: MT  
Natureza(s) vinculada(s) a vítima:  
PRESERVAÇÃO DE DIREITO (CONSUMADO)

SUSPEITO

Nome.....: WILSON IUSAKU SUZUKI  
Modus Operandi: AGE VERBALMENTE  
Sexo.....: MASCULINO Nascimento...: 13/11/1958 Idade.....: 60  
Nome da Mãe.: TOMIKO SUZUKI  
Nome do Pai..: SATORU SUZUKI  
Telefone.....: 65 99666-1522 [CELULAR]  
Logradouro...: AVENIDA DOS UIRAPURUS Número.....: 120  
Complemento..: W

AVENIDA CANARIOS, 1402 - BAIRRO: BELA VISTA / NOVA MUTUM - MATO GROSSO  
AVALIE NOSSO ATENDIMENTO: [www.sesp.mt.gov.br/atendimento](http://www.sesp.mt.gov.br/atendimento) DOCUMENTO DE EMISSÃO GRATUITA - PAGINA: 1 / 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:16  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDARBZYSPMR>

Num. 24269555 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 70





ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE NOVA MUTUM



BOLETIM DE OCORRÊNCIA - Nº: 2019.285290

ELABORADO POR 72413- JOILSON DE FIGUEIREDO

DATA/HORA DA COMUNICAÇÃO: 23/09/2019 às 12:00 DO FATO: 30/07/2019 às 11:20

**SUSPEITO**

Bairro..... CENTRO Município... NOVA MUTUM UF..... MT

Ponto Ref....:

CPF..... 31780113900

RG..... 1683609 Órgão Ex.... SSP Data Emissão:

Natureza(s) vinculada(s) ao suspeito:

PRESERVAÇÃO DE DIREITO (CONSUMADO)

**NARRATIVA**

INFORMA QUE NA DATA 30/07 FOI POSTADO UM VIDEO EM SUA PAGINA DO FACEBOOK SOBRE RETOMADA DE LOTES EM REFORMA AGRÁRIA O QUAL POSTERIORMENTE NA DATA DE 13/08 FOI DADO UM DIREITO DE RESPOSTA QUE POSTERIORMENTE EM 30/08/2019 FOI FEITO UMA ADULTERAÇÃO/ MONTAGEM E DIVULGAÇÃO INCLUSIVE COM AUDIO QUE DENIGRE A IMAGEM E REPUTAÇÃO DO COMUNICANTE NOS GRUPOS DE WATSSAP DE NOVA MUTUM E CUIABÁ (DIREITA MT, PSL DIREITA NOVA MUTUM, OS COLONOS, GNEGÓCIOS) QUE REPERCUTIU EM VÁRIOS ESTADOS, HÁ DISTRIBUIÇÃO E DIVULGAÇÃO FOI FEITA POR WILSON IUSAKU SUSUKI, COMUNICA QUE O VIDEO REPASSADO NÃO CONDIZ COM AS INFORMAÇÕES VERDADEIRAS E FORAM MANIPULADAS PARA DENEGRIR A IMAGEM POLITICA DO COMUNICANTE , TENDO EM VISTA QUE HOJE SE ENCONTRA NO CARGO DE PRIMEIRO SUPLENTE A DEPUTADO ESTADUAL.É O RELATO

**PROVIDÊNCIAS**

QUE FOR NECESSÁRIO

Responsável

JOILSON F.

Comunicante

AVENIDA CANÁRIOS, 1402 - BAIRRO: BELA VISTA / NOVA MUTUM - MATO GROSSO

AVALIE NOSSO ATENDIMENTO: [www.sesp.mt.gov.br/atendimento](http://www.sesp.mt.gov.br/atendimento)

DOCUMENTO DE EMISSÃO GRATUITA - PAGINA: 2 / 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:16  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDARBZYSMPR>

Num. 24269555 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 71

PDF em Anexo.



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 26/09/2019 08:51:01  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAPMNXRDSQ>

Num. 24310435 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 72

Exmo.(a) Juiz(a) Estadual do Juizado Especial Cível de Nova Mutum/MT.

CÓPIA

CI<sup>1</sup>. J-0428-B

(PJe) 1002339-04.2019.8.11.0086

JUIZADO ESPECIAL  
RECEBIDO EM:  
25/09/19  
Assinatura

**Gilberto Moacir Cattani**, já qualificado na *ação de Reparação de Dano* que lhe move contra o **Wilson Iusaku Susuki**, também qualificado, vem à presença de V. Excelência, requerer a JUNTADA DAS MÍDIAS DE ÁUDIO E VÍDEO, afim de complementar a petição inicial e para que surta seu jurídico e legal efeito

Aguardamos providências.

Nova Mutum (MT), 25 de setembro de 2019.

**Daniel Luis Nascimento Moura**  
OAB. 16.604/MT

**Thiago Pertile Borda**  
OAB. 21.017/MT

<sup>1</sup> Controle Interno.

PDF em Anexo



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 05/11/2019 11:44:06  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAQWGLTZNT>

Num. 25778541 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 74

Exmo.(a) Juiz(a) Estadual do Juizado Especial Cível de Nova Mutum/MT.

CI<sup>1</sup>. J-0428-B

(PJe) 1002339-04.2019.8.11.0086

**Gilberto Moacir Cattani**, já qualificado na *Ação de Reparação de Danos* que move contra **Wilson Iusaku Susuki**, também qualificado, vem à presença de V. Excelência, requerer o CANCELAMENTO DA AUDIÊNCIA do dia 06/11/2019 às 13h20min.

Justificativa resta que não houve tempo hábil para a tentativa de citação da parte contrária, por este motivo, restará prejudicado o presente ato processual.

**Reitero o endereço da parte requerida:**

*Avenida dos Uirapurus, Número 120, Letra W, Bairro Centro, no Município de Nova Mutum – MT, CEP: 78450-000.*

Diante do exposto, requer a REDESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA, bem como a citação da parte contrária no endereço acima mencionado, afim de realizar a tentativa de conciliação de ambas as partes.

Aguardamos providências.

Nova Mutum (MT), 05 de novembro de 2019.

**Daniel Luis Nascimento Moura**  
OAB. 16.604/MT

**Thiago Pertile Borda**  
OAB. 21.017/MT

<sup>1</sup> Controle Interno.





---

atendimento@bordaemoura.com.br 65 3308 1617 | 9619 8946 (Vivo) | 8131 3593 (Tim)  
Rua dos Flamboyants, 1634W - Edifício Fiorella, Sala 3 - Alto da Colina | Nova Mutum-MT | CEP 78450-000

[www.bordaemoura.com.br](http://www.bordaemoura.com.br)



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 05/11/2019 11:44:06  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAWKXXSQCP>

Num. 25778549 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 76



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM

---

**DECISÃO**

**Processo: 1002339-04.2019.8.11.0086.**

REQUERENTE: GILBERTO MOACIR CATTANI

REQUERIDO: WILSON IUSAKU SUZUKI

Vistos etc.

Considerando que o processo não fora despachado e nem cumprida a audiência, cancelo-a.  
Ao gestor para agendar nova audiência.

NOVA MUTUM, 5 de novembro de 2019.

Juiz(a) de Direito



Assinado eletronicamente por: CASSIO LEITE DE BARROS NETTO - 05/11/2019 18:03:24  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDALRHMFGPP>

Num. 25810264 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 77





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
COMARCA DE NOVA MUTUM  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM  
RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000

## INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA

EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(a) JUIZ(A) DE DIREITO CASSIO LEITE DE BARROS NETTO

PROCESSO n. 1002339-04.2019.8.11.0086	Valor da causa: R\$ 29.940,00
ESPÉCIE: [Direito de Imagem]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)	
POLO ATIVO: Nome: GILBERTO MOACIR CATTANI Endereço: Pontal do Marape, Lt 297, Estada da Prainha, Zona rural, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADOS DO(A) REQUERENTE: THIAGO PERTILE BORDA - MT0021017A, DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - MT0016604A	
POLO PASSIVO: Nome: WILSON IUSAKU SUZUKI Endereço: Av. dos Uirapurus, 120, Letra W, Centro, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000	

Senhor(a): GILBERTO MOACIR CATTANI

Pelo presente, extraído dos autos da **RECLAMAÇÃO** supra-identificada, procedo a **INTIMAÇÃO** de Vossa Senhoria para que compareça à Audiência de Conciliação designada, sob pena de extinção do feito, nos termos do Art. 51, I da Lei 9.099/1995.

**DADOS DA AUDIÊNCIA:** Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação Data: 03/03/2020 Hora: 16:00 , a ser realizada na sede do juízo, no endereço acima indicado.

**OBSERVAÇÕES:** 1. Deverá(ão) o(a, s) intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais

**ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:** 1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. (Para mandados de audiência) Nos termos do art. 373 da CNGC, nos casos de intimação para audiência, os mandados serão devolvidos até 48 (quarenta e oito) horas úteis antes da data designada, salvo deliberação em contrário.

NOVA MUTUM, 14 de janeiro de 2020.

(Assinado Digitalmente)

JAISON FABIO VICENSI

Gestor(a) Judiciário(a)

Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

**OBSERVAÇÕES:** O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço <https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br>, nos **TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006**.

**INSTRUÇÕES DE ACESSO:** Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: <https://m.tjmt.jus.br/home>, pelo seu navegador de internet.

- **No celular:** com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QR CODE.
- **No computador:** com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QR CODE.
- Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema.
- **ADVOGADO:** 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o



Assinado eletronicamente por: JAISON FABIO VICENSI - 14/01/2020 17:00:55  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAFNGNMLKD>

Num. 28008067 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 78

sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em <https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!/suporte>.



Assinado eletronicamente por: JAISON FABIO VICENSI - 14/01/2020 17:00:55  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAFNGNMLKD>

Num. 28008067 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 79



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
COMARCA DE NOVA MUTUM  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM  
RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000

## CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA

EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO CASSIO LEITE DE BARROS NETTO

PROCESSO n. 1002339-04.2019.8.11.0086	Valor da causa: R\$ 29.940,00
ESPÉCIE: [Direito de Imagem]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)	
POLO ATIVO: Nome: GILBERTO MOACIR CATTANI Endereço: Pontal do Marape, Lt 297, Estada da Prainha, Zona rural, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADOS DO(A) REQUERENTE: THIAGO PERTILE BORDA - MT0021017A, DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - MT0016604A	
POLO PASSIVO: Nome: WILSON IUSAKU SUZUKI Endereço: Av. dos Uirapurus, 120, Letra W, Centro, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000	

Senhor(a): REQUERIDO: WILSON IUSAKU SUZUKI

Pelo presente, extraído dos autos da **RECLAMAÇÃO** supra-identificada, procedo a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, que se encontra disponibilizado no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas, bem como a sua **INTIMAÇÃO** para comparecer à audiência de conciliação designada.

**DADOS DA AUDIÊNCIA:** Tipo: Conciliação Juizado Sala: Conciliação Data: 03/03/2020 Hora: 16:00, a ser realizada na sede do juízo, no endereço acima indicado.

**ADVERTÊNCIA:** 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. Em se tratando de pessoa jurídica, o preposto deverá apresentar no ato da audiência a respectiva carta de preposição e demais atos constitutivos, sob pena de revelia. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(o) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais

NOVA MUTUM, 14 de janeiro de 2020.

(Assinado Digitalmente)

JAISON FABIO VICENSI

Gestor(a) Judiciário(a)

Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

**OBSERVAÇÕES:** O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço <https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br>, nos **TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006**.

**INSTRUÇÕES DE ACESSO:** Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > <https://m.tjmt.jus.br/home>, pelo seu navegador de internet.

- **No celular:** com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QR CODE.
- **No computador:** com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QR CODE.
- Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema.
- **ADVOGADO:** 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe



Assinado eletronicamente por: JAISON FABIO VICENSI - 14/01/2020 17:00:55  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAITYGFJSD>

Num. 28008068 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 80

para Advogados em <https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!/suporte>.



Assinado eletronicamente por: JAISON FABIO VICENSI - 14/01/2020 17:00:55  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAJTYGFJSD>

Num. 28008068 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 81

NEGATIVO.



Assinado eletronicamente por: DIEGO FRANCISCO DE CAMPOS - 12/02/2020 11:34:52  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAJDWWFBRR>

Num. 29078322 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 82



20 JAN. 2020  
DIRETORIA



Assinado eletronicamente por: DIEGO FRANCISCO DE CAMPOS - 12/02/2020 11:34:52  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDASNLJGBNS>

Num. 29078324 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31

Num. 13945972 - Pág. 83

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>

Número do documento: 21041916202585600000013746627

PDF anexo.



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 26/02/2020 09:09:51  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAJPGSZJLH>

Num. 29580335 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 84



Exmo(a). Juiz(a) Estadual do Juizado Especial Cível de Nova Mutum/MT.

CI: E-0428-B.

PJe: 1002339-04.2019.8.11.0086.

**GILBERTO MOACIR CATTANI**, já qualificado nesta *Ação de Reparação de Danos*, que move contra **WILSON IUSAKU SUSUKI**, igualmente qualificado, por seus advogados, vem a presença de V. Excelência, **requerer, em caráter urgente, o cancelamento da audiência de conciliação designada para dia 03 de março de 2020, às 16:00 horas**, por ter o AR (Aviso de Recebimento) dos Correios, ter sido **negativo, consoante juntada em 12/02/2020**, e aliado a este fato, o autor residente na Zona Rural do Distrito do Pontal do Marape, a **162 km** da cidade de Nova Mutum, **ônus financeiro e de tempo** que não queremos que lhe seja imputado, para um compromisso da qual não restará frutífero, ante a ausência de citação/intimação válida para o comparecimento da audiência. Requer, outrossim, **seja redesignada a audiência**, de modo a permitir a expedição de novo AR, **para o mesmo endereço**, considerando que o requerido ali reside a mais de 20 (vinte) anos, sendo seu endereço Residencial, Comercial e Partidário, conforme documentos.

Pede deferimento.

Nova Mutum, 26 de fevereiro de 2020.

Daniel Luis Nascimento Moura  
OAB 16.604 MT

Thiago Pertile Borda  
OAB 21.017 MT

<sup>1</sup> Controle Interno.

atendimento@bordaemoura.com.br 65 3308 1617 | 9619 8946 (Vivo) | 8131 3593 (Tim)  
Rua dos Flamboyants, 1634W - Edifício Fiorella, Sala 3 - Alto da Colina | Nova Mutum-MT | CEP 78450-000

[www.bordaemoura.com.br](http://www.bordaemoura.com.br)



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 26/02/2020 09:09:51  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAMBVLPCVL>

Num. 29580337 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 85

CADASTRE SUA EMPRESA

ÁREA DO CLIENTE

elecimento, telefone



Brasília / DF

ku Suzuki

Suzuki

Publ

o - Nova Mutum / MT

s, 120 - Centro - Nova Mutum / MT



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 26/02/2020 09:09:51  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAMLYPQMNY>

Num. 29580338 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 86



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**CERTIDÃO DA COMPOSIÇÃO - COMPLETA**

CERTIFICO que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros.

Partido Político:	<b>17 - PARTIDO SOCIAL LIBERAL</b>		
Órgão Partidário:	<b>Órgão provisório</b>		
Abrangência:	<b>NOVA MUTUM - MT - Municipal</b>		
Vigência:	<b>Início: 11/01/2018 Final:</b>		
Situação do Órgão:	<b>Restabelecido por decisão judicial</b>	Data de Validação:	<b>27/08/2019</b>
Protocolo/Código do requerimento:			
Endereço:	<b>AVENIDA DOS UIRAPURUS Nº 120 W</b>	Bairro:	<b>CENTRO</b>
Município:	<b>NOVA MUTUM / MT</b>	CEP:	<b>78450000</b>
Complemento:		CNPJ:	<b>15.796.050/0001-02</b>
Telefone:	<b>(65) 3308-3244</b>	Fax:	
Celular:	<b>(65) 99966-1522</b>		
E-mail:	<b>wsuzuki@hotmail.com</b>		

<b>Membro</b>	<b>Cargo</b>	<b>Exercício / Situação</b>
JOÃO MARCELO VERISSIMO	MEMBRO DO DIRETÓRIO	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo
WILSON IUSAKU SUZUKI	PRESIDENTE	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo
ABRAÃO JOSÉ MARIANO RIBEIRO	PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo
ITAMAR SCHIMIDT MEURER	SECRETÁRIO-GERAL	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo
FERNANDA KATIE SUZUKI	PRIMEIRO SECRETÁRIO	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo



26/02/2020

SGIP - Consulta

Membro	Cargo	Exercício / Situação
MARCOS KAVAMURA ARISSAVA	TESOUREIRO-GERAL	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo

Código de Validação	4hL0AoM00gRIPzkpZYXrj5aRMRg=
Certidão emitida em	26/02/2020 10:03:15

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/informacoes-partidarias/modulo-consulta-sgip3>
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são anotados no TSE e os regionais e municipais são anotados nos Tribunais Regionais Eleitorais respectivos.

[inter01.tse.jus.br/sgip3-consulta/certidao/orgaoPartidario?id=241943&tipoCertidao=1&isAtivo=](http://inter01.tse.jus.br/sgip3-consulta/certidao/orgaoPartidario?id=241943&tipoCertidao=1&isAtivo=)

2/2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 26/02/2020 09:09:52  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAZTQYBBGK>

Num. 29580339 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 88



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
COMARCA DE NOVA MUTUM  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM  
RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000

## INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA

EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(a) JUIZ(A) DE DIREITO CASSIO LEITE DE BARROS NETTO

PROCESSO n. 1002339-04.2019.8.11.0086	Valor da causa: R\$ 29.940,00
ESPÉCIE: [Direito de Imagem]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)	
POLO ATIVO: Nome: GILBERTO MOACIR CATTANI Endereço: Pontal do Marape, Lt 297, Estada da Prainha, Zona rural, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADOS DO(A) REQUERENTE: THIAGO PERTILE BORDA - MT0021017A, DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - MT0016604A	
POLO PASSIVO: Nome: WILSON IUSAKU SUZUKI Endereço: Av. dos Uirapurus, 120, Letra W, Centro, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000	

Senhor(a): GILBERTO MOACIR CATTANI

Pelo presente, extraído dos autos da **RECLAMAÇÃO** supra-identificada, procedo a **INTIMAÇÃO** de Vossa Senhoria para que compareça à Audiência de Conciliação designada, sob pena de extinção do feito, nos termos do Art. 51, I da Lei 9.099/1995.

**DADOS DA AUDIÊNCIA:** Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação Data: 14/04/2020 Hora: 16:20 , a ser realizada na sede do juízo, no endereço acima indicado.

**OBSERVAÇÕES:** 1. Deverá(ão) o(a, s) intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais

NOVA MUTUM, 2 de março de 2020.

(Assinado Digitalmente)

**DIEGO FRANCISCO DE CAMPOS**

Gestor(a) Judiciário(a)

Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

**OBSERVAÇÕES:** O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço <https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br>, nos **TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006**.

**INSTRUÇÕES DE ACESSO:** Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > <https://m.tjmt.jus.br/home>, pelo seu navegador de internet.

- **No celular:** com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QR CODE.
- **No computador:** com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QR CODE.
- Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema.
- **ADVOGADO: 1)** O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). **2)** Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em <https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte>.



Assinado eletronicamente por: DIEGO FRANCISCO DE CAMPOS - 02/03/2020 15:09:56  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDANNZTCNVB>

Num. 29758987 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 89



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
COMARCA DE NOVA MUTUM  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM  
RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000

## MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA

EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO CASSIO LEITE DE BARROS NETTO

PROCESSO n. 1002339-04.2019.8.11.0086	Valor da causa: R\$ 29.940,00
ESPÉCIE: [Direito de Imagem]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)	
POLO ATIVO: Nome: GILBERTO MOACIR CATTANI Endereço: Pontal do Marape, Lt 297, Estada da Prainha, Zona rural, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADOS DO(A) REQUERENTE: THIAGO PERTILE BORDA - MT0021017A, DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - MT0016604A	
POLO PASSIVO: Nome: WILSON IUSAKU SUZUKI Endereço: Av. dos Uirapurus, 120, Letra W, Centro, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000	

Senhor(a): REQUERIDO: WILSON IUSAKU SUZUKI

O presente mandado, extraído dos autos da **RECLAMAÇÃO** supra-identificada, tem por finalidade a citação de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, que se encontra disponibilizado no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas, bem como a sua intimação para comparecer à audiência de conciliação designada.

**DADOS DA AUDIÊNCIA:** Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação Data: 14/04/2020 Hora: 16:20 , a ser realizada na sede do juízo, no endereço acima indicado.

**ADVERTÊNCIA:** 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. Em se tratando de pessoa jurídica, o preposto deverá apresentar no ato da audiência a respectiva carta de preposição e demais atos constitutivos, sob pena de revelia. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(o) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais

**ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:** 1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. (Para mandados de audiência) Nos termos do art. 373 da CNGC, nos casos de intimação para audiência, os mandados serão devolvidos até 48 (quarenta e oito) horas úteis antes da data designada, salvo deliberação em contrário.

NOVA MUTUM, 2 de março de 2020.

(Assinado Digitalmente)

**DIEGO FRANCISCO DE CAMPOS**

Gestor(a) Judiciário(a)

Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

**OBSERVAÇÕES:** O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço <https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br>, nos **TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006**.

**INSTRUÇÕES DE ACESSO:** Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > <https://m.tjmt.jus.br/home>, pelo seu navegador de internet.

- **No celular:** com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QR CODE.



Assinado eletronicamente por: DIEGO FRANCISCO DE CAMPOS - 02/03/2020 15:09:56  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAWKRHZJJ>

Num. 29758988 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 90

- **No computador:** com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QR CODE.
- Caso V. S.<sup>a</sup> não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema.
- **ADVOGADO: 1)** O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). **2)** Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em <https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!/suporte>.



Assinado eletronicamente por: DIEGO FRANCISCO DE CAMPOS - 02/03/2020 15:09:56  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAWKRHZHJJ>

Num. 29758988 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:31  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916202585600000013746627>  
Número do documento: 21041916202585600000013746627

Num. 13945972 - Pág. 91





17/04/2021

Número: **1002339-04.2019.8.11.0086**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM**

Última distribuição : **25/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 29.940,00**

Assuntos: **Direito de Imagem**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GILBERTO MOACIR CATTANI (REQUERENTE)		DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA (ADVOGADO(A)) THIAGO PERTILE BORDA (ADVOGADO(A))	
WILSON IUSAKU SUZUKI (REQUERIDO)		ANDRE DE ALMEIDA VILELA (ADVOGADO(A)) PAULO DE ALMEIDA VILELA (ADVOGADO(A))	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
46435850	18/12/2020 13:11	<a href="#">Termo de Audiência 1002339-04.2019.8.11.0086</a>	Termo de audiência





ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE NOVA MUTUM – MT  
JUIZADO ESPECIAL

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**

NÚMERO DO PROCESSO:	1002339-04.2019.8.11.0086
REQUERENTE:	GILBERTO MOACIR CATTANI
ADVOGADO:	DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA
REQUERIDA:	WILSON IUSAKU SUZUKI
ADVOGADO:	PAULO DE ALMEIDA VILELA

**DATA: 16 de dezembro de 2020, ÀS 15:20HS**

Na data e horário acima, na sala de Audiências deste Juizado Especial, foi realizado o pregão da Audiência com o chamamento de ambas as partes pelo nome e compareceram à presença deste Conciliador as partes/advogados acima mencionadas.

**DECLARADA ABERTA A AUDIÊNCIA**

Proposta a conciliação por este conciliador, a qual tentada restou **FRUTÍFERA** nos seguintes termos:

A parte Requerida se compromete em gravar um vídeo de retratação sobre o assunto da exordial, com prévio aceite do Requerente.

A Parte Requerida se compromete a pagar, com a concordância da parte Requerente, à instituição LEGIÃO AMIGOS CONTRA O CANCER INFANTIL/LACCIN a quantia de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, a serem pagos até o dia 22/12/2020 e comprovado nos autos.

O pagamento será efetuado mediante depósito/transferência bancaria no **BANCO SICREDI 748, AGENCIA 0810, CONTA CORRENTE 90305-5 de titularidade de LEGIÃO AMIGOS CONTRA O CANCER INFANTIL/LACCIN**, inscrito no **CNPJ 37.944.607/0001-30**.

Não cumprindo a obrigação ora assumida, incorrerá a Parte Requerida em multa de **10% (dez por cento)** bem como a incidência de juros de **1% (um por cento)** ao mês, ambos sobre o valor acordado.

Ainda, em caso de descumprimento, as partes ficam cientes de que a incidência da multa do Art. 523 do CPC corre automaticamente do inadimplemento, sendo que os atos executórios prosseguirão independente de prévia intimação.

E por estarem de acordo, assinam o presente termo, valendo este documento como **TÍTULO EXECUTIVO**, caso não seja satisfeita a obrigação assumida.

Com o referido pagamento, a Parte Requerente dá plena, geral e irrevogável quitação do objeto da presente Reclamação e do processo número 4391-87.2019.811.0086 em trâmite no Juizado Especial Criminal de Nova Mutum-MT, não restando nada a reclamar em qualquer tempo, nem em qualquer título, quer seja juros, danos morais ou qualquer outro direito referente aos fatos objetos da presente lide e do referido processo.

Findo o prazo para o cumprimento deste acordo, as partes desde já requerem a homologação desse acordo, decretação de extinção do feito e remessa do mesmo ao arquivo, renunciando também ao prazo recursal.

Nada mais havendo a consignar, dou por encerrada a presente audiência. Assim sendo, remeto os autos conclusos ao MM Juiz de Direito para posteriores deliberações.



Assinado eletronicamente por: VANESSA DOS SANTOS LOPES - 18/12/2020 13:11:44  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAPYZWYMXF>

Num. 46435850 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:35  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916203204200000013746027>  
Número do documento: 21041916203204200000013746027

Num. 13945372 - Pág. 2



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE NOVA MUTUM – MT  
JUIZADO ESPECIAL

**VANESSA DOS SANTOS LOPES**  
Conciliadora Judicial

<b>GILBERTO MOACIR CATTANI</b> REQUERENTE	<b>WILSON IUSAKU SUZUKI</b> REQUERIDO
<b>DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA</b> ADVOGADO DO REQUERENTE	<b>PAULO DE ALMEIDA VILELA</b> ADVOGADO DO REQUERIDO



Assinado eletronicamente por: VANESSA DOS SANTOS LOPES - 18/12/2020 13:11:44  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAPYZWYMXF>

Num. 46435850 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:35  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916203204200000013746027>  
Número do documento: 21041916203204200000013746027

Num. 13945372 - Pág. 3



## Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

🕒 Sábado, 13 de março de 2021 15h04

LUTO

# Mesa Diretora lamenta falecimento do deputado Sílvio Fávero

Assembleia Legislativa de Mato Grosso decreta luto oficial de três dias pela morte precoce do parlamentar, vítima da Covid-19.

JOSÉ MARQUES / Gabinete do deputado Max Russi

É com extremo pesar que o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Max Russi, em nome da Mesa Diretora, informa o falecimento do deputado Sílvio Fávero (PSL), vítima da Covid-19, na tarde deste sábado (13 de março) e externa seu pesar e condolências à família e amigos do parlamentar.

Por conta dos protocolos sanitários, não haverá velório. Sílvio Fávero deixa um legado de serviços prestados à Mato Grosso.

“Sílvio foi um grande parlamentar, um dos mais atuantes da Casa de Leis. Dedicado, militante e um líder que sempre colocou o espírito público antes de tudo. Que Deus o receba em sua Glória e que traga todo conforto aos corações da família, amigos e colegas. Com certeza, o Parlamento mato-grossense perde muito com essa tragédia”, afirmou Max Russi.

A ALMT decreta luto oficial de três dias ([http://diariooficial.al.mt.gov.br/media/publicacoes/2021/3/12/1582\\_9ca39125-a52c-4da8-987c-9419339a398d\\_2021-3-12.pdf](http://diariooficial.al.mt.gov.br/media/publicacoes/2021/3/12/1582_9ca39125-a52c-4da8-987c-9419339a398d_2021-3-12.pdf)) e se solidariza às mais de seis mil famílias mato-grossenses que, nos últimos meses, têm perdido seus entes queridos para a Covid-19.

### Gabinete do deputado Max Russi

Telefone: ☎ (65) 3313-6330





## Bolsonaro admite conversas para voltar ao PSL



O presidente Jair Bolsonaro participa de live

Imagem: Reprodução/YouTube

Do UOL, em São Paulo

11/03/2021 21h01

O presidente [Jair Bolsonaro](#) (sem partido) admitiu hoje conversas com vários partidos em busca de sua filiação para disputar a reeleição em 2022, dentre eles, o próprio PSL (Partido Social Liberal), sigla na qual disputou a eleição anterior. Em *live*, realizada nas redes sociais, Bolsonaro disse esperar decidir o seu futuro político até o fim de março.

"Espero que em março decida qual meu futuro político, alguns partidos acenaram para mim, até o próprio PSL. Conversei com PSL também, entre outros partidos, repito, e quero tomar a decisão depois de ouvir a grande maioria de vocês que foram eleitos comigo, que tem meia dúzia [de políticos] que não dá para conversar, destruíram todas as pontes ao longo desses últimos dois anos em causa própria. Espero brevemente decidir essa questão partidária", afirmou.

Bolsonaro foi eleito pelo PSL, mas deixou a sigla em 2019, seu primeiro ano de mandato. Ele brigou com o presidente da legenda, o deputado Luciano Bivar (PE), por causa do controle do partido. Uma parte do PSL deixou de ser aliada do presidente da República.

A partir daí, Bolsonaro começou uma corrida para criar um partido às pressas, o Aliança pelo Brasil, na tentativa da sigla disputar as eleições municipais de 2020, mas não teve êxito.

### Conversas com Partido da Mulher Brasileira



No início da semana, no entanto, o presidente já havia dito que estava "namorando outro partido" como opção ao Aliança pelo Brasil, sigla que ele e seus apoiadores tentam viabilizar a tempo de participar das eleições de 2022. Segundo o presidente, ele seria o "dono" da legenda.

O **UOL** apurou que [Bolsonaro também conversou com a presidente do Partido da Mulher Brasileira \(PMB\), Suêd Haidar, sobre o tema](#). De acordo com a TV Record, Bolsonaro vai assumir o controle da legenda, mudar o nome dela e partir para as eleições 2022.

Duas fontes do PMB afirmaram ao **UOL** que o acordo estaria praticamente selado. Alguns militantes do partido passaram a se desfiliar por discordar da postura do presidente da República em relação às mulheres, como o advogado Jaime Fusco.



# Bolsonaro admite voltar ao PSL em vez de 'investir 100%' na criação do Aliança pelo Brasil

Presidente lançou novo partido após deixar o PSL devido a divergências com a cúpula da legenda. Ele disse que tem convites para se filiar a outros três partidos, um dos quais o PTB.

Por G1 — Brasília

13/08/2020 20h11 Atualizado há 8 meses

Bolsonaro admite possível volta ao PSL e diz: 'É difícil formar um partido'

O presidente **Jair Bolsonaro** afirmou nesta quinta-feira (13) em transmissão ao vivo pela internet que poderá voltar ao PSL, **partido do qual se desfilou** em razão de **divergências com a cúpula** da legenda.

Após deixar o PSL (*veja no vídeo abaixo*), Bolsonaro lançou uma campanha de filiação ao novo partido que pretendia criar, o **Aliança pelo Brasil**. Mas o partido ainda não tem a quantidade de assinaturas suficiente para obter o registro na Justiça Eleitoral.







Bolsonaro afirmou ter recebido convites de três partidos, um dos quais o PTB, presidido pelo ex-deputado Roberto Jefferson, **que aderiu ao governo** — na eleição de 2018, o **PTB integrou a coligação que apoiou o candidato do PSDB**, Geraldo Alckmin.

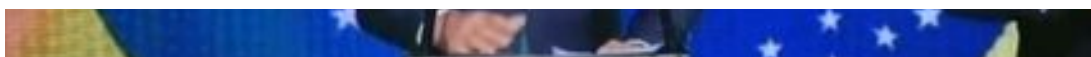
"Difícil formar um partido, não é impossível, mas é difícil, burocracia enorme", declarou Bolsonaro. "Então, não posso investir 100% no Aliança, em que pese o esforço de muita gente pelo Brasil. Eu tenho de olhar outros partidos. Tenho recebido convites. Em três partidos, me convidaram para conversar. Um foi o Roberto Jefferson. Tem mais dois partidos também. Já conversei com os presidentes desses dois outros partidos. Tem uma quarta hipótese aí, o PSL", afirmou.

Segundo Bolsonaro, há uma "sinalização" de reconciliação com o PSL. "A gente bota as condições na mesa de reconciliar, eles botam de lá para cá também", disse.

Bolsonaro foi eleito pelo **PSL** em 2018, mas deixou a sigla após **conflitos com o presidente nacional da legenda, Luciano Bivar**. Desde então, o presidente e os filhos com mandato parlamentar tentam viabilizar a criação do Aliança Pelo Brasil. Em novembro do ano passado, **ele participou do ato de lançamento da nova legenda** (veja no vídeo abaixo).

"Não posso jogar as fichas apenas no Aliança, que, eu esperava, ia ficar pronto este ano. Acho que vai ser difícil ficar pronto, mas não pretendemos desistir dessa ideia. Vou conversar com o pessoal do PSL, apesar de ter saído", afirmou Bolsonaro.





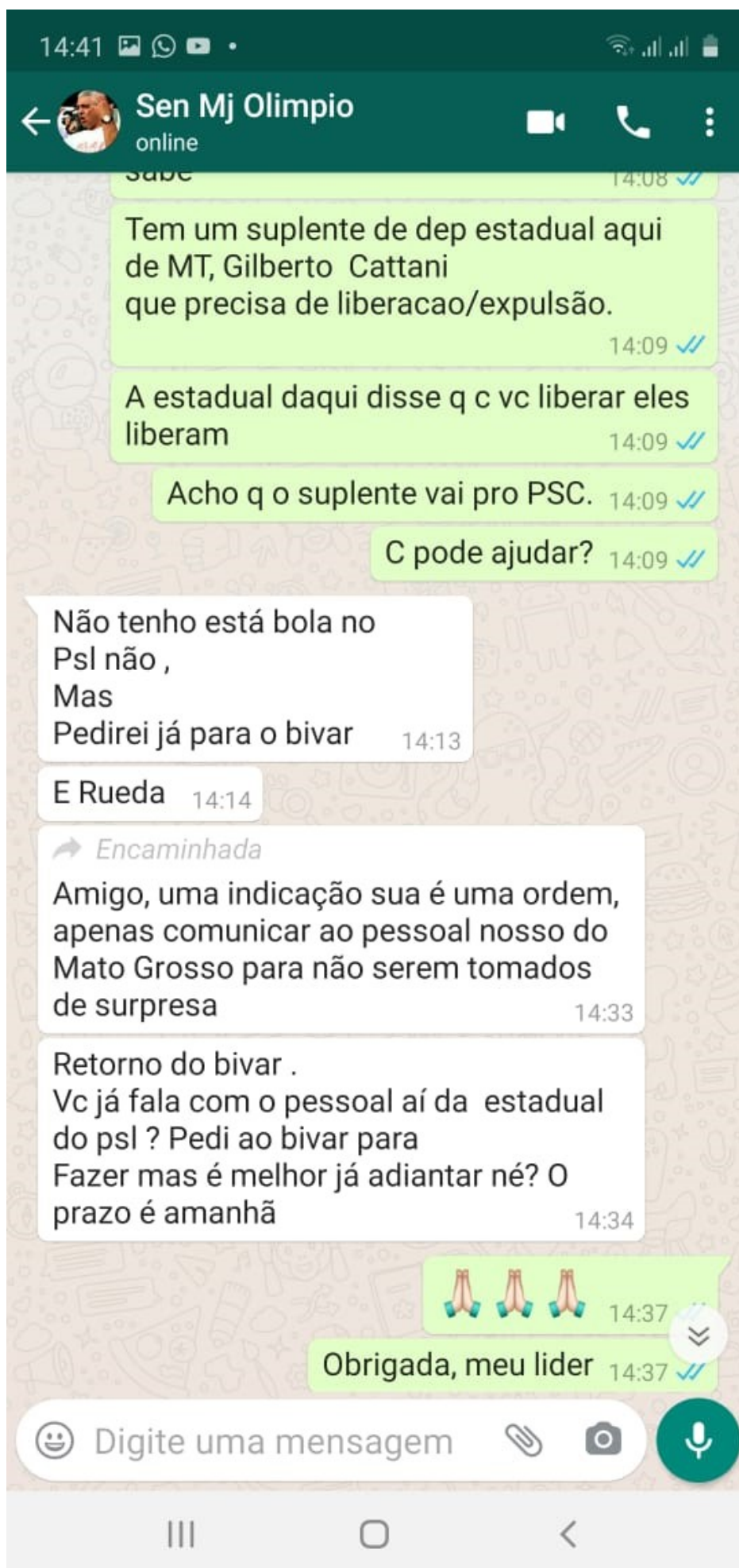
Segundo Bolsonaro, se a decisão for mesmo voltar ao PSL, abandonando o Aliança pelo Brasil, será preciso explicar aos militantes que se envolveram no projeto.

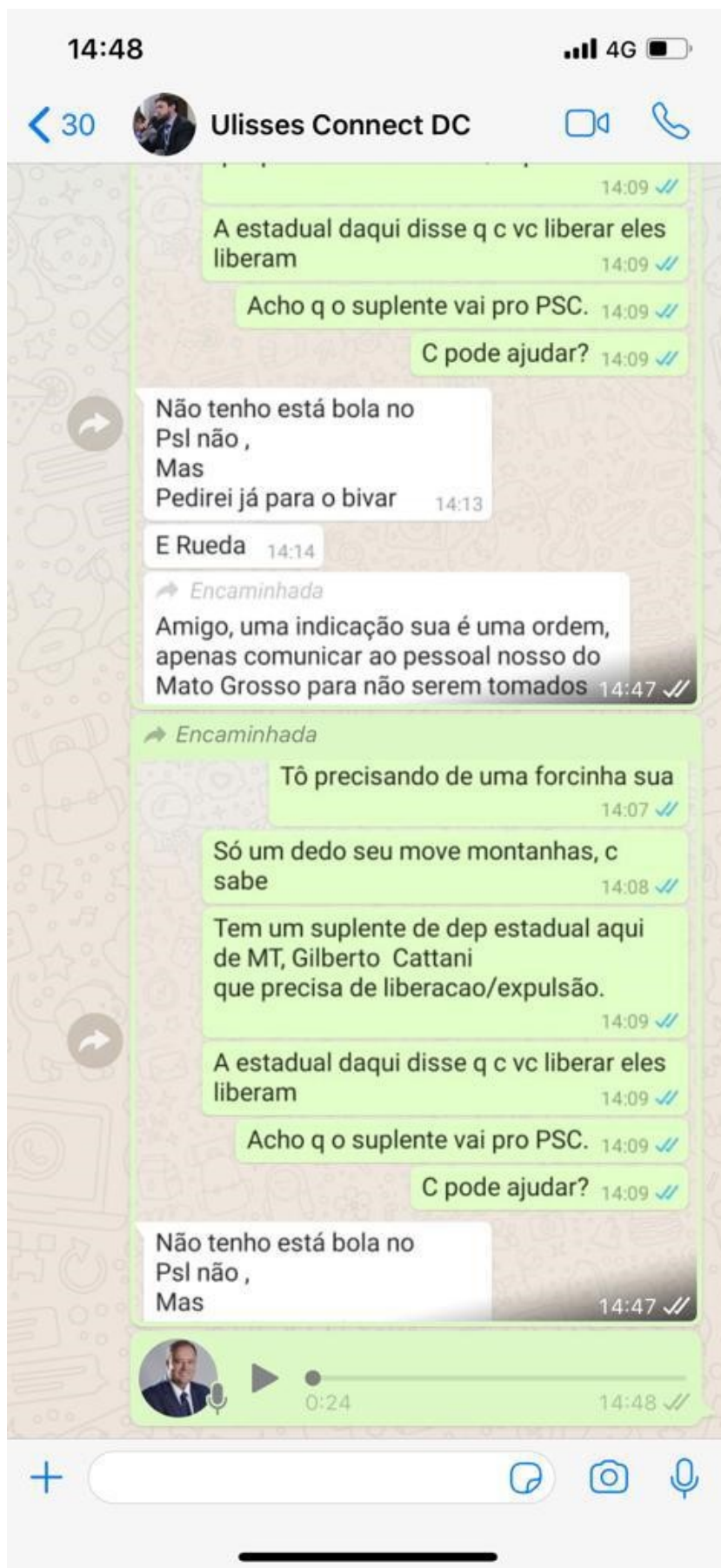
"Tem de mostrar para quem está acreditando [no Aliança pelo Brasil] o porquê da volta", afirmou.

De acordo com o presidente, a legenda à qual eventualmente venha a se filiar não precisa ser um "partido nota 10".

"Mas não pode ser nota 3, 4. Tem de ser um partido nota 8", declarou.









17/04/2021

Número: **1002339-04.2019.8.11.0086**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM**

Última distribuição : **25/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 29.940,00**

Assuntos: **Direito de Imagem**

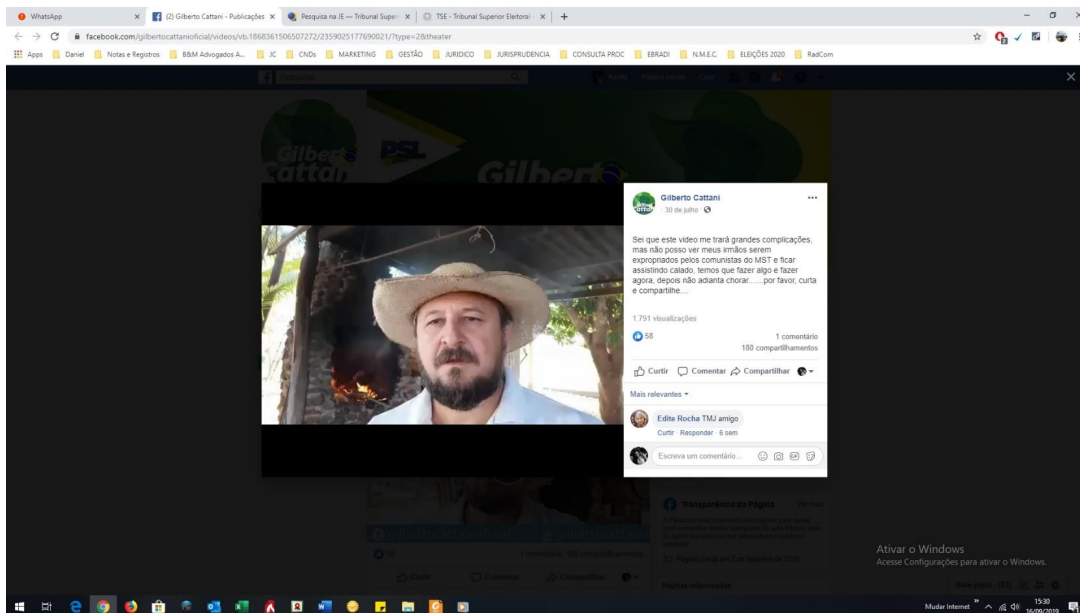
Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GILBERTO MOACIR CATTANI (REQUERENTE)		DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA (ADVOGADO(A)) THIAGO PERTILE BORDA (ADVOGADO(A))	
WILSON IUSAKU SUZUKI (REQUERIDO)		ANDRE DE ALMEIDA VILELA (ADVOGADO(A)) PAULO DE ALMEIDA VILELA (ADVOGADO(A))	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24269 552	25/09/2019 11:16	<a href="#">007 - Conversas Whatsapp</a>	Outros documentos





Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 2





Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

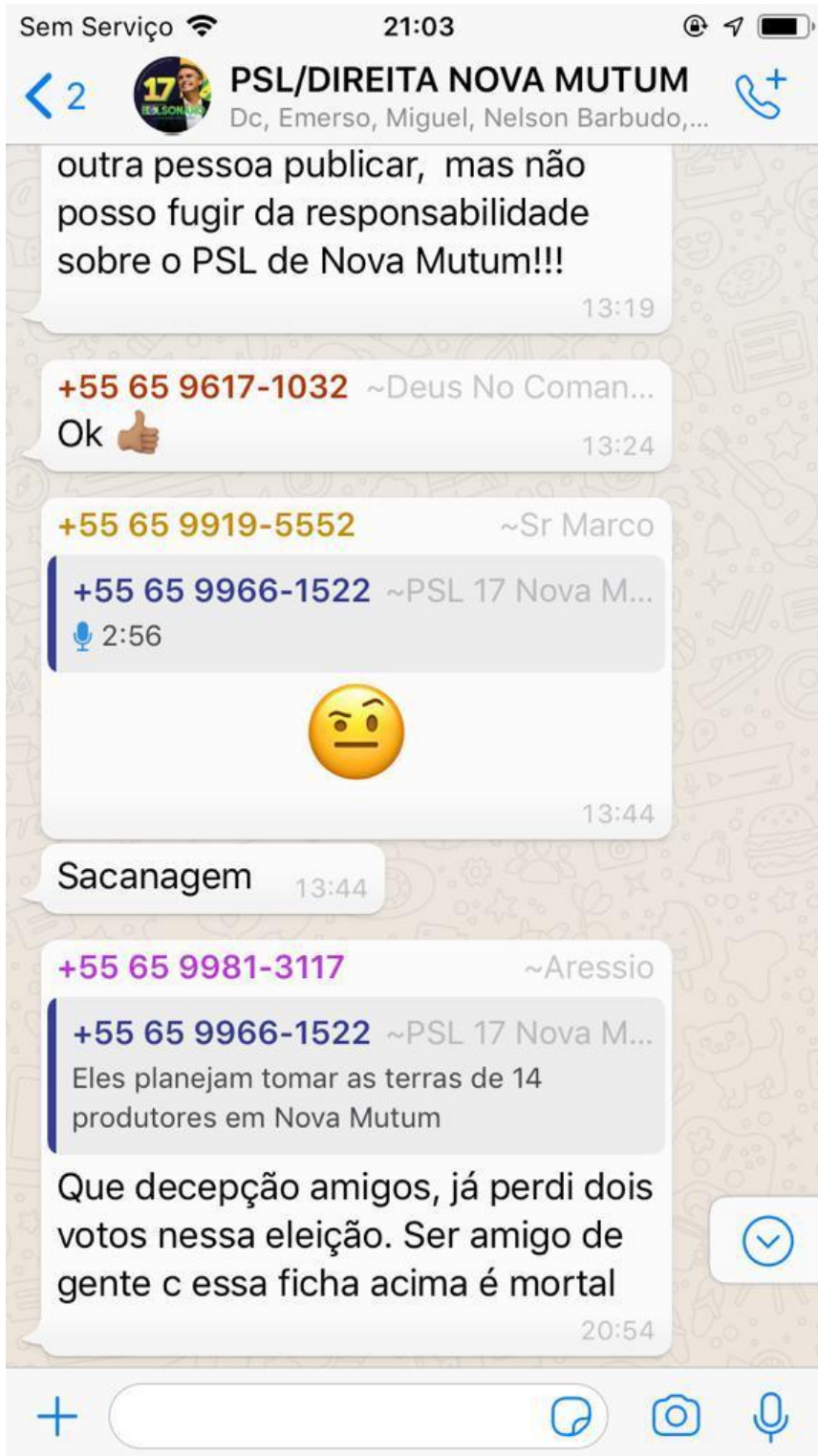
Num. 24269552 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 3





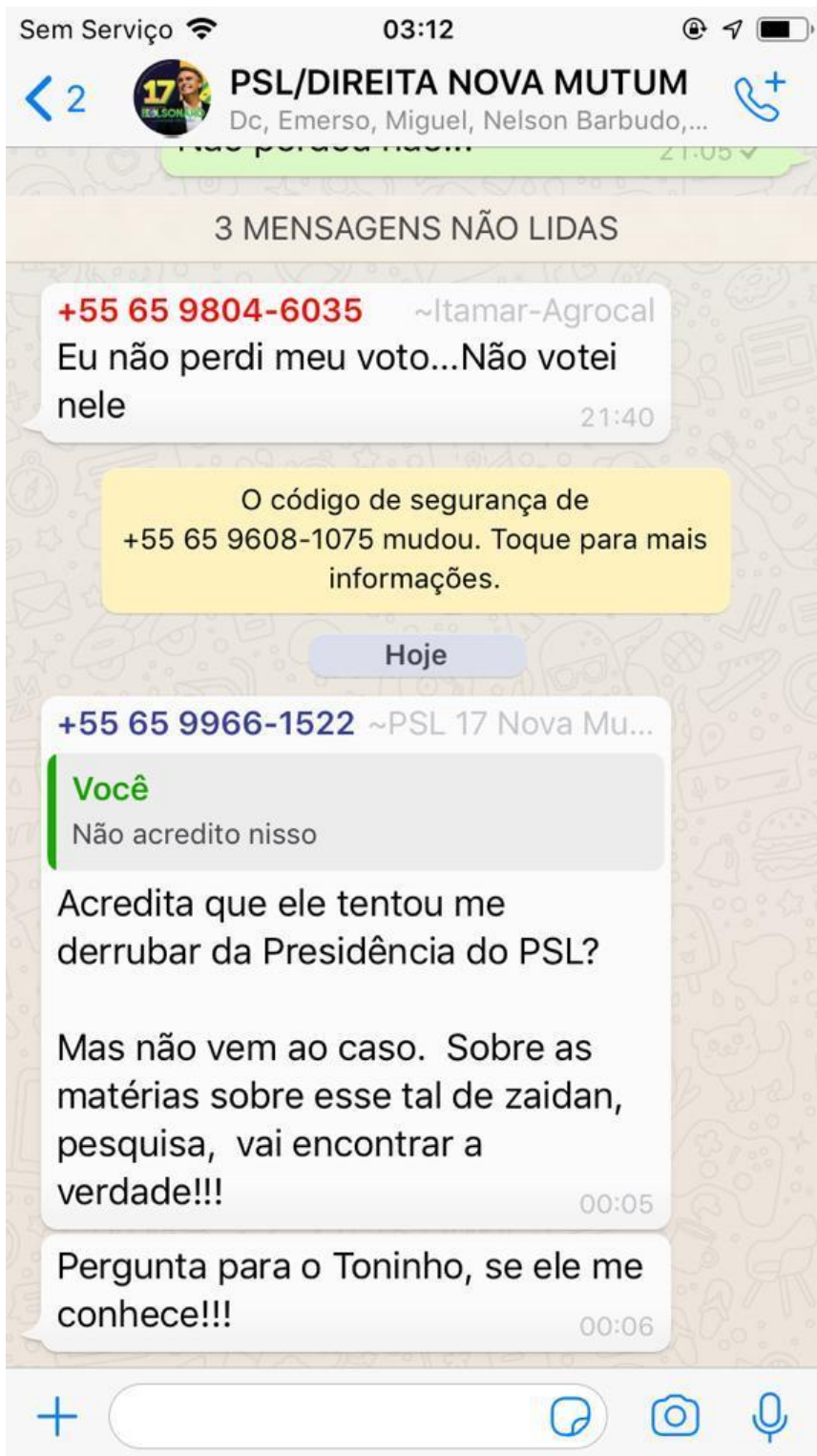
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 5



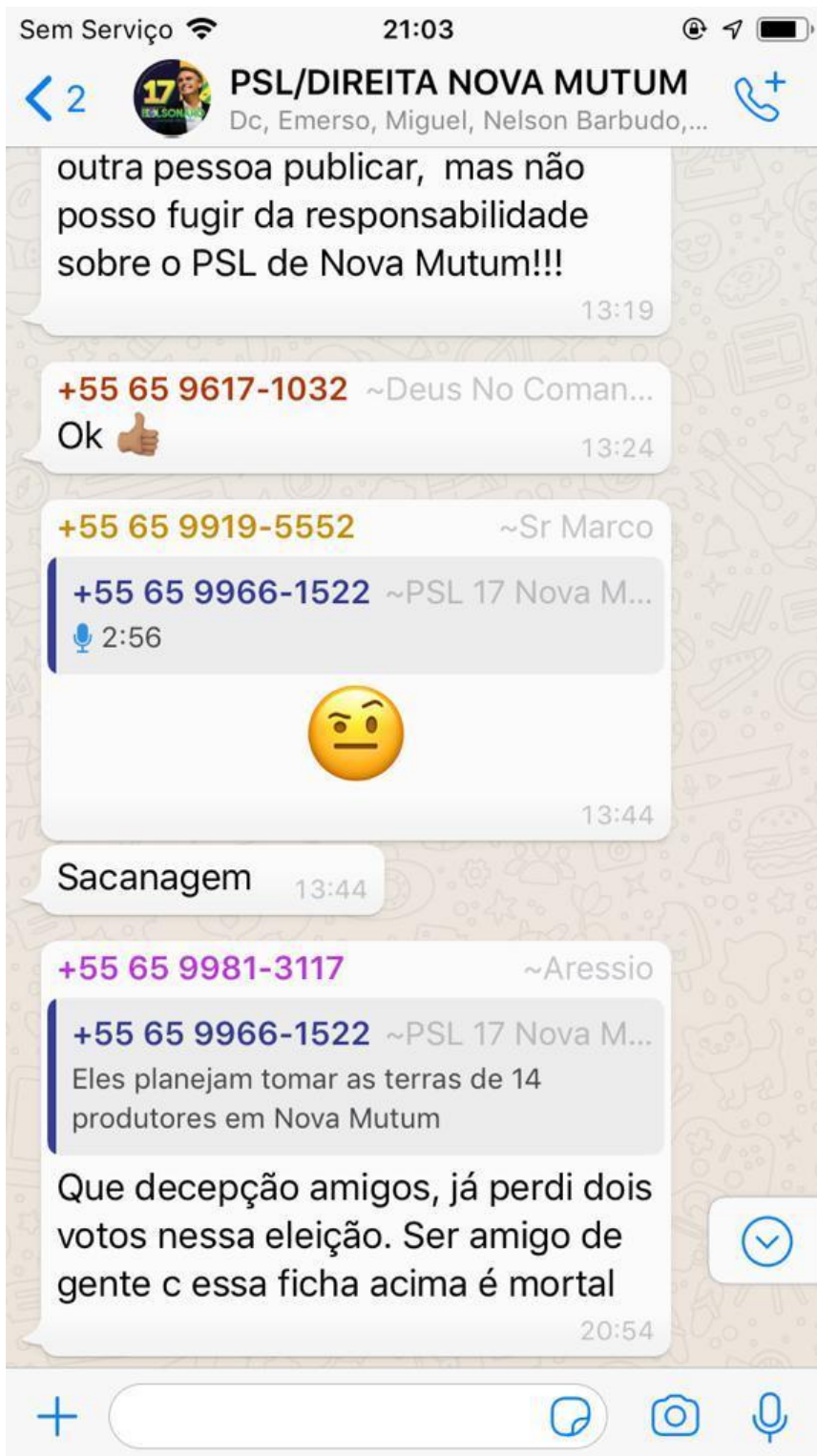
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
 Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 7





Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
 Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 9



Ei, o Cattani  
já foi?



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 10





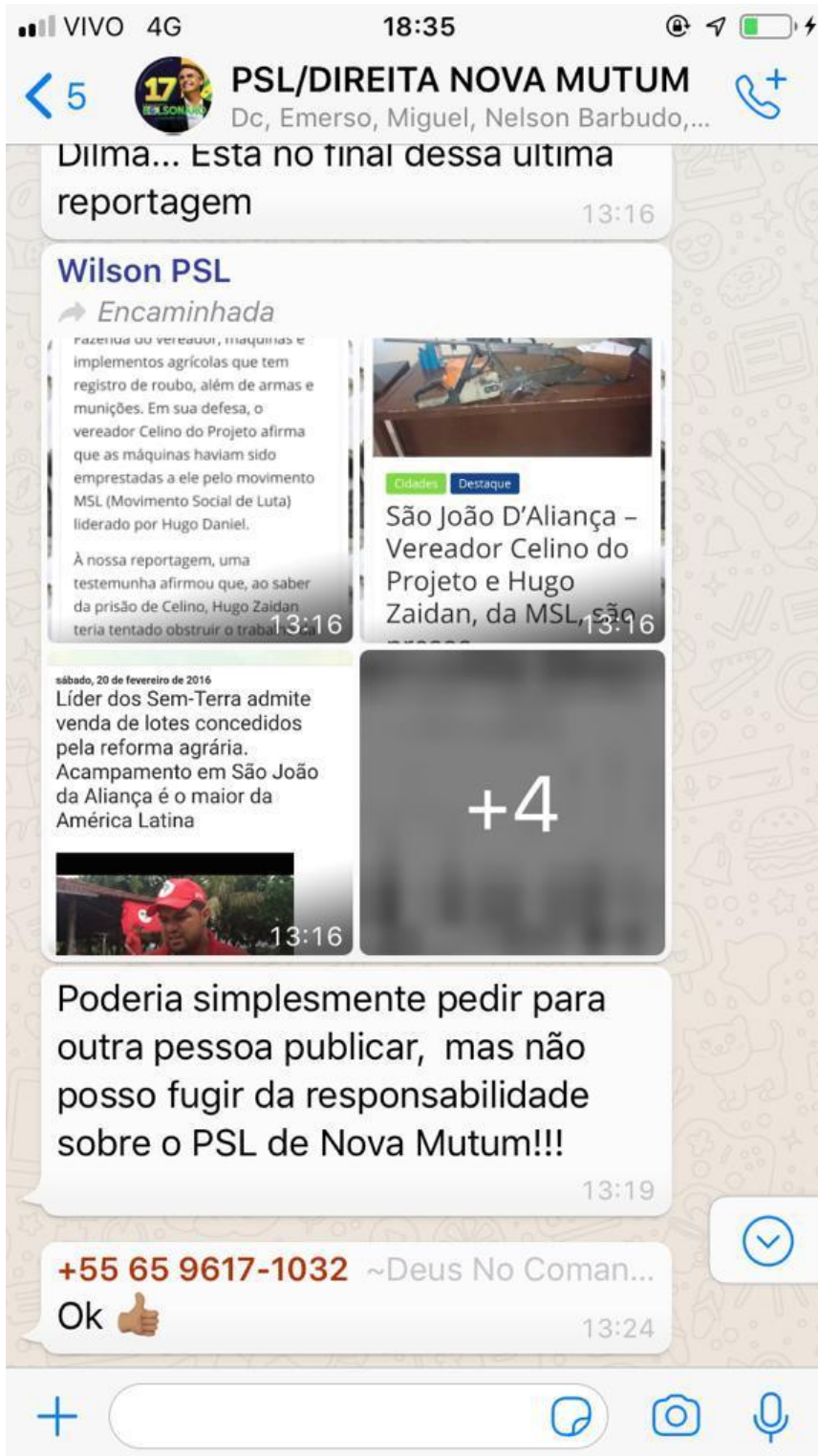
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
 Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 12



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 12



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 13





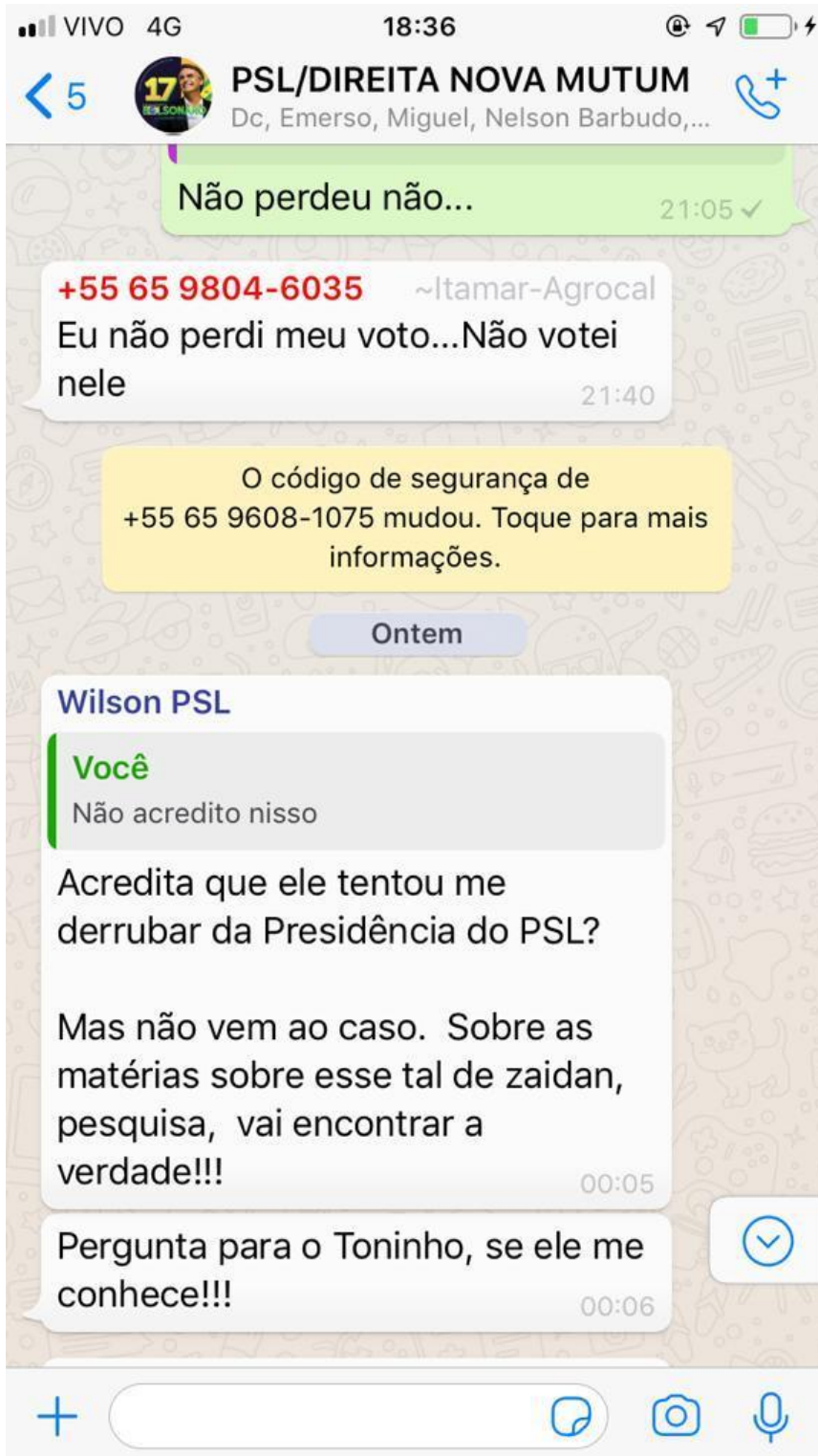
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 13



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 14



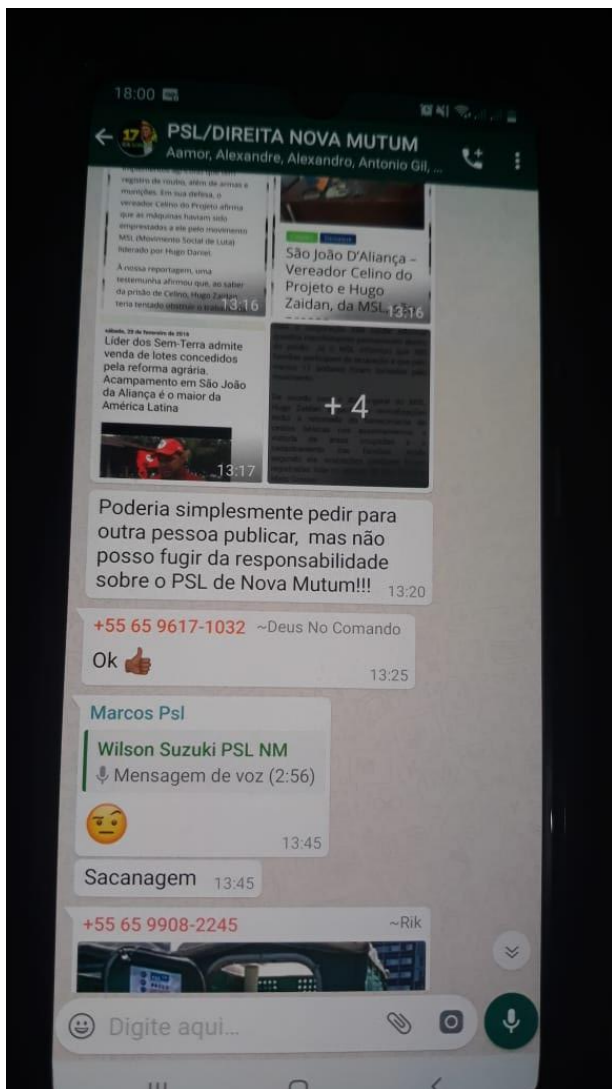
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 14



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 15



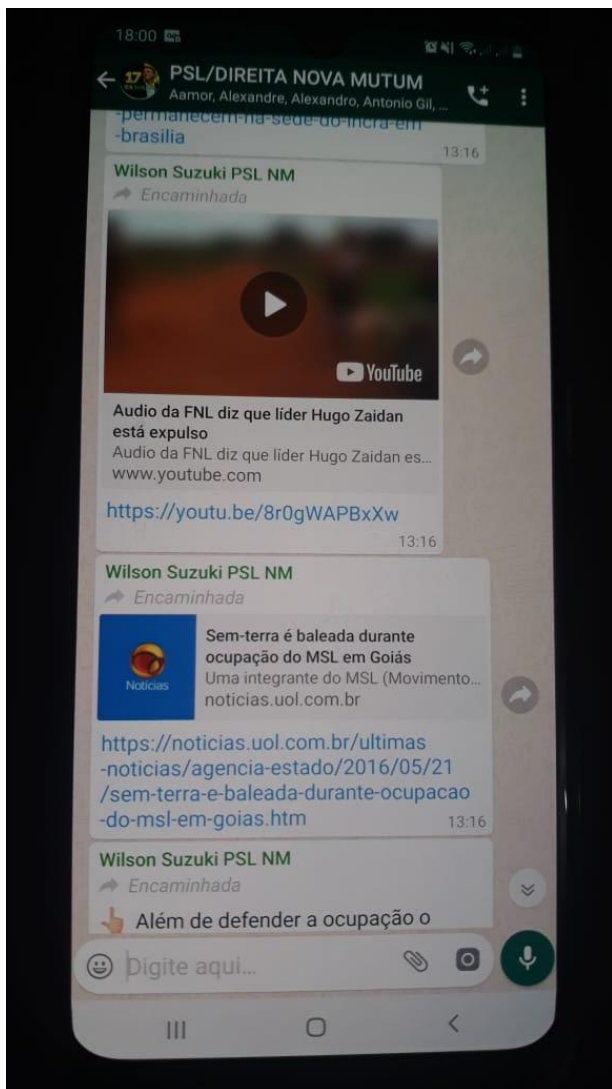
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 15



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 16



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

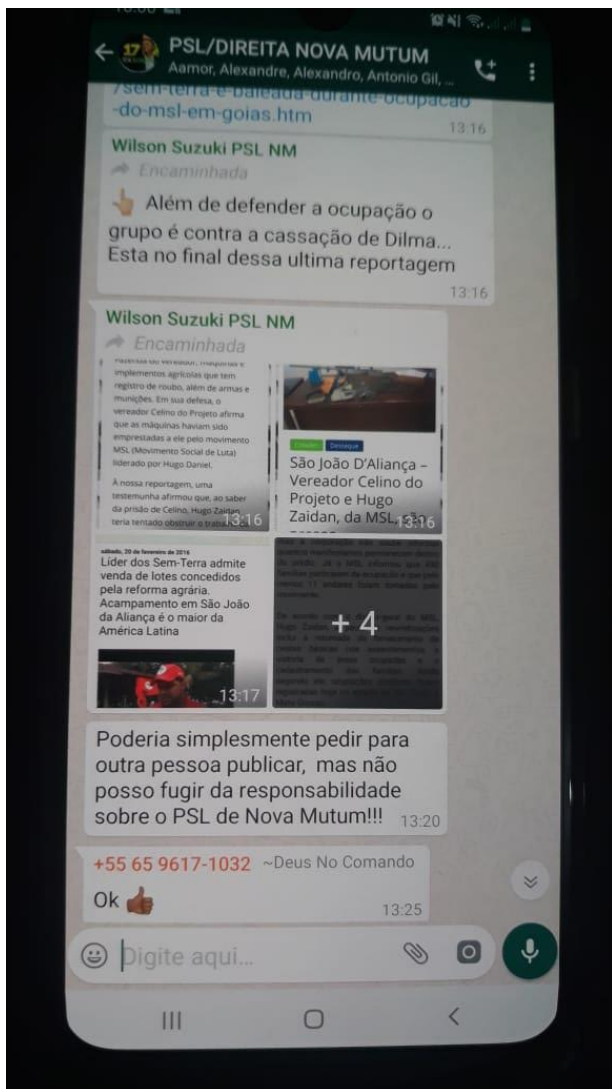
Num. 24269552 - Pág. 16



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 17





Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 17



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 18



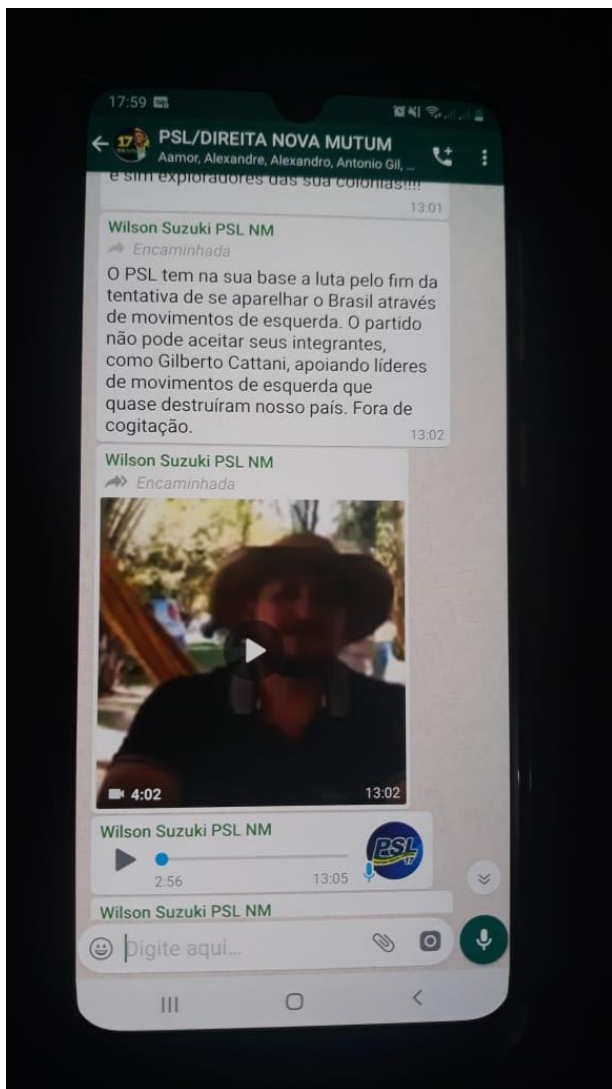
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 18



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 19



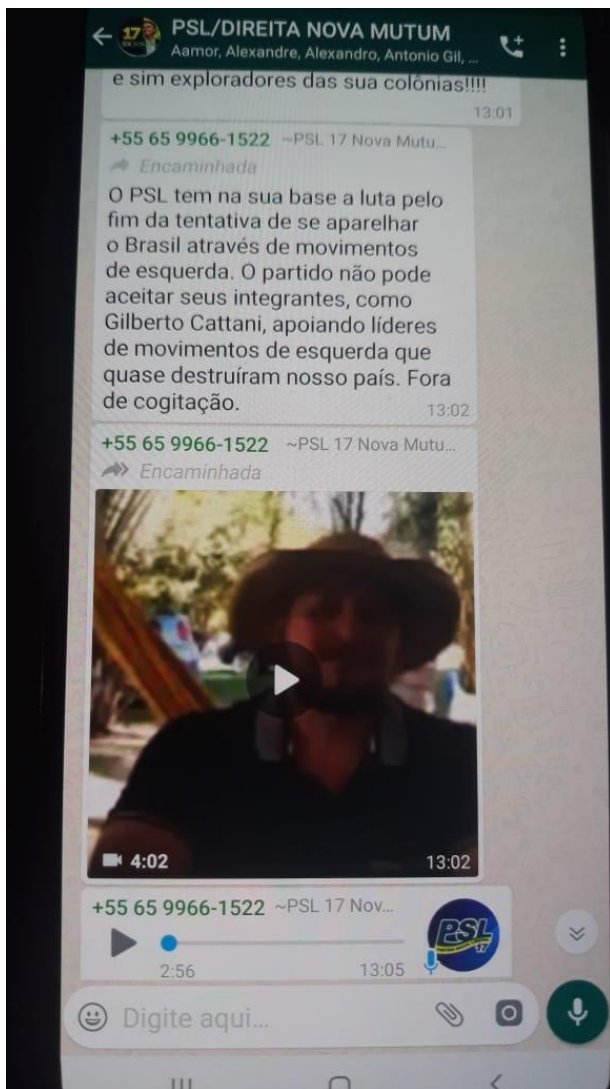
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 19



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 20



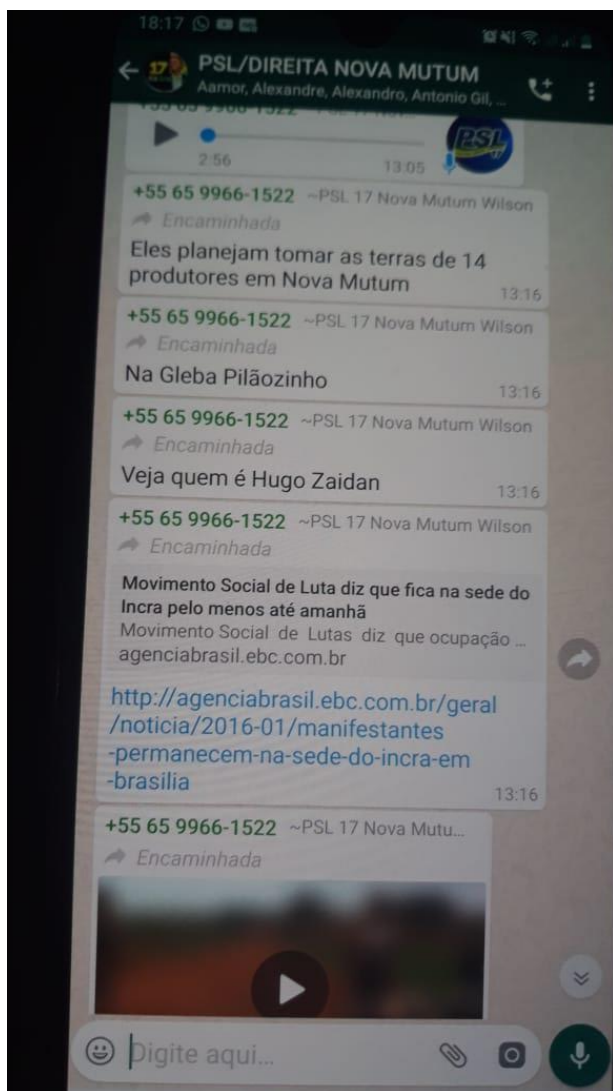
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 20



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 21



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 21



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 22



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 22



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 23



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

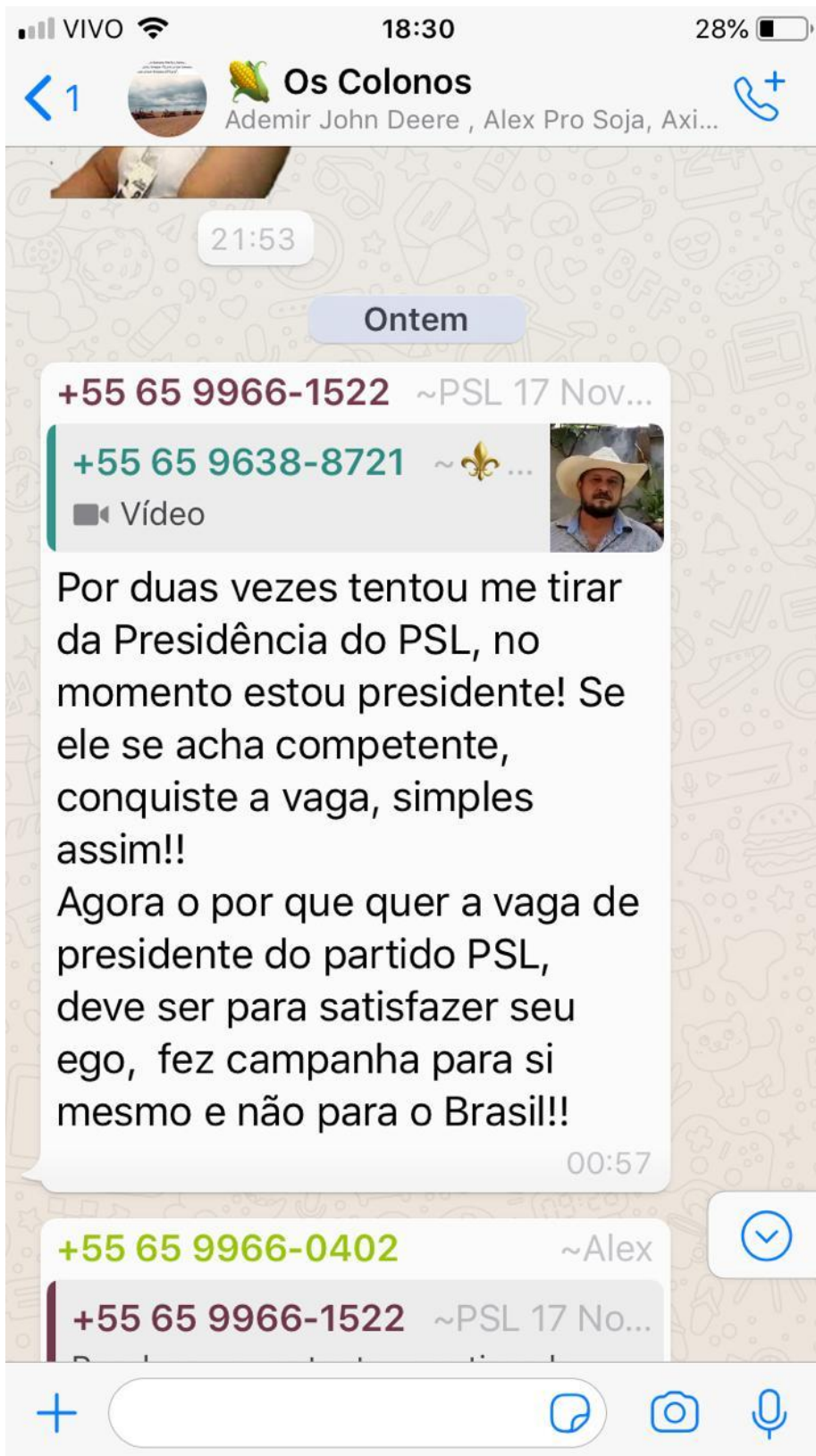
Num. 24269552 - Pág. 23



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 24





Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 24



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 25



Gilberto Cattani  
Obrigado meu amigo

Wilson PSL



11:55

Wilson PSL

Wilson PSL

Poderia simplesmente pedir para outra pessoa publicar, mas não posso fugir da responsabilidade sobre o PSL de Nova Mu...

No Gnegocios o sujeito publicou uma foto do zaidan com o Nelson Barbudo. Só para explicar as pessoas vão à Câmara dos deputados, tipo vou no gabinete do pt, depois que entra você pode transitar livremente, é esse sujeito foi no gabinete e foi recebido pelo Nelson, diga se de passagem ele é um dos mais assediados, recebeu esse povo, tirou uma foto. Agora o Nelson não publicou no seu Facebook!!!!

12:04

+55 66 9644-0293 ~Tiago Fonseca...



@xicograziano



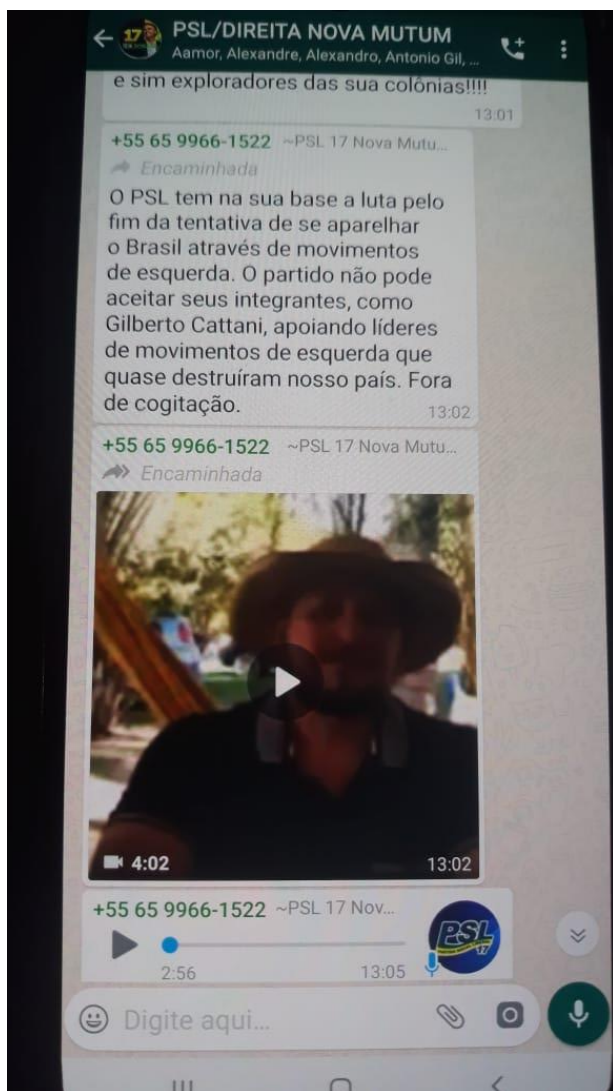
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 25



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 26



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 26



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 27



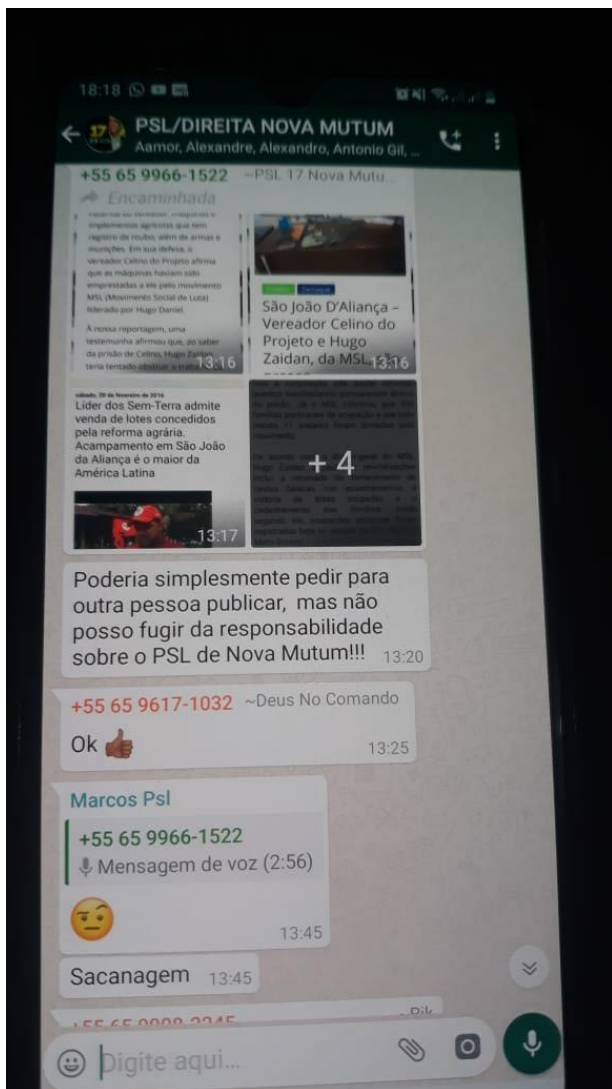
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 27



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 28



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

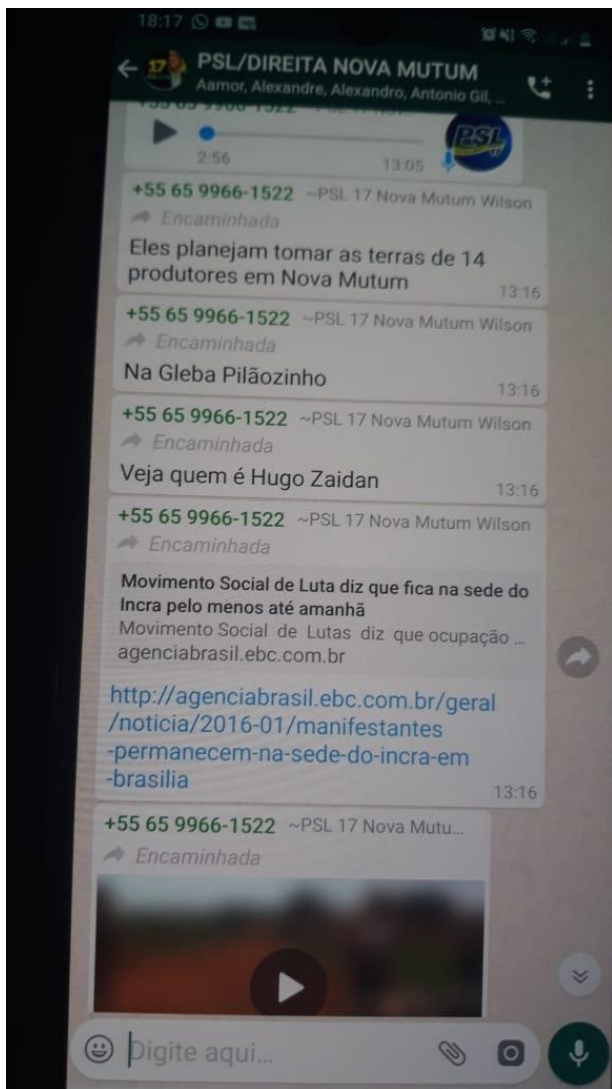
Num. 24269552 - Pág. 28



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 29





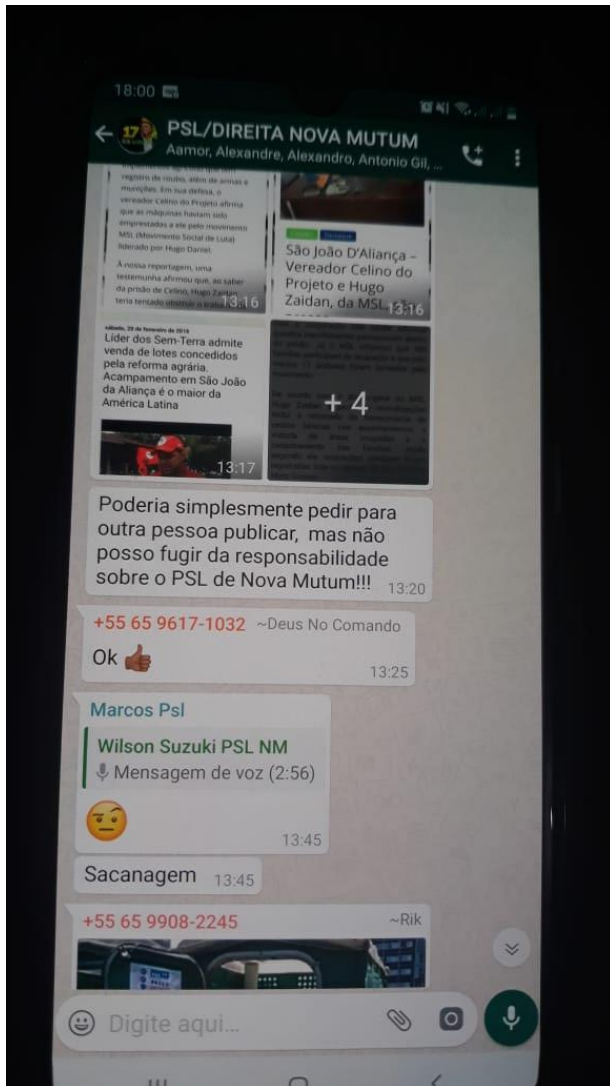
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 29



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 30



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

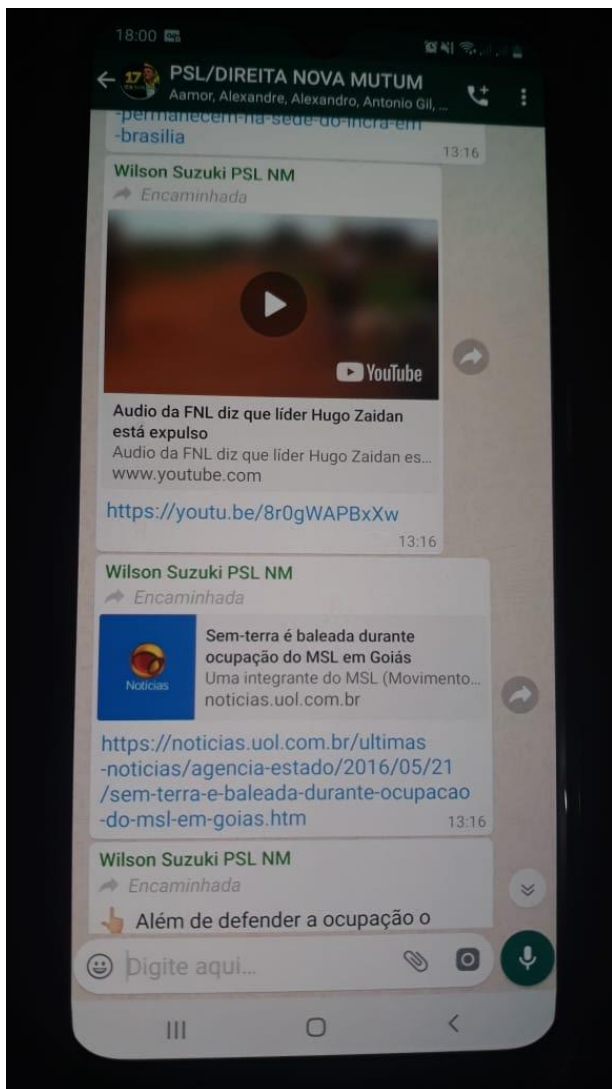
Num. 24269552 - Pág. 30



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 31





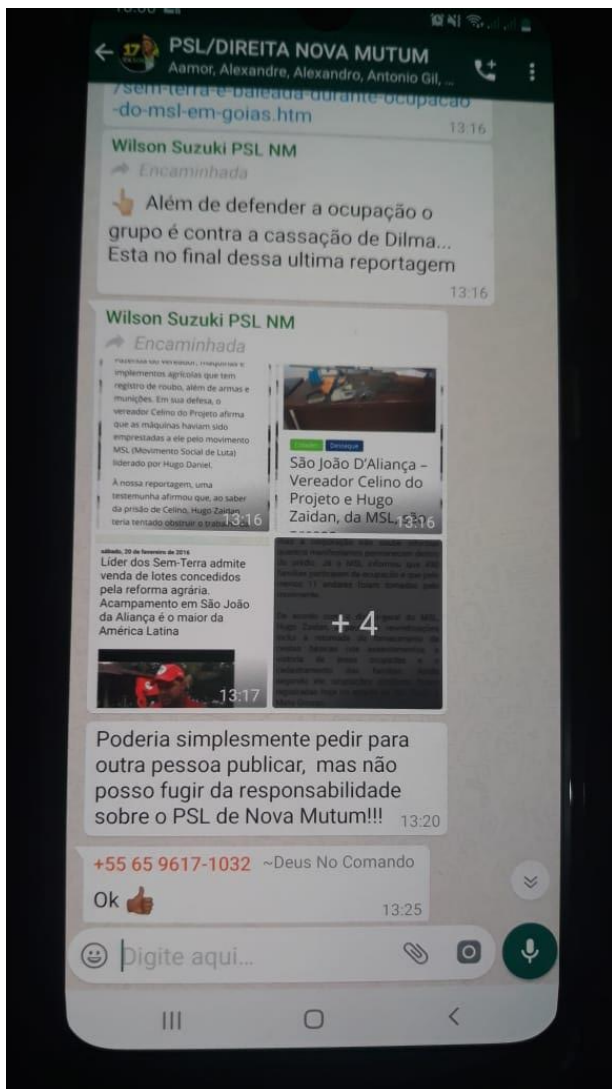
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 31



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 32



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 32



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 33



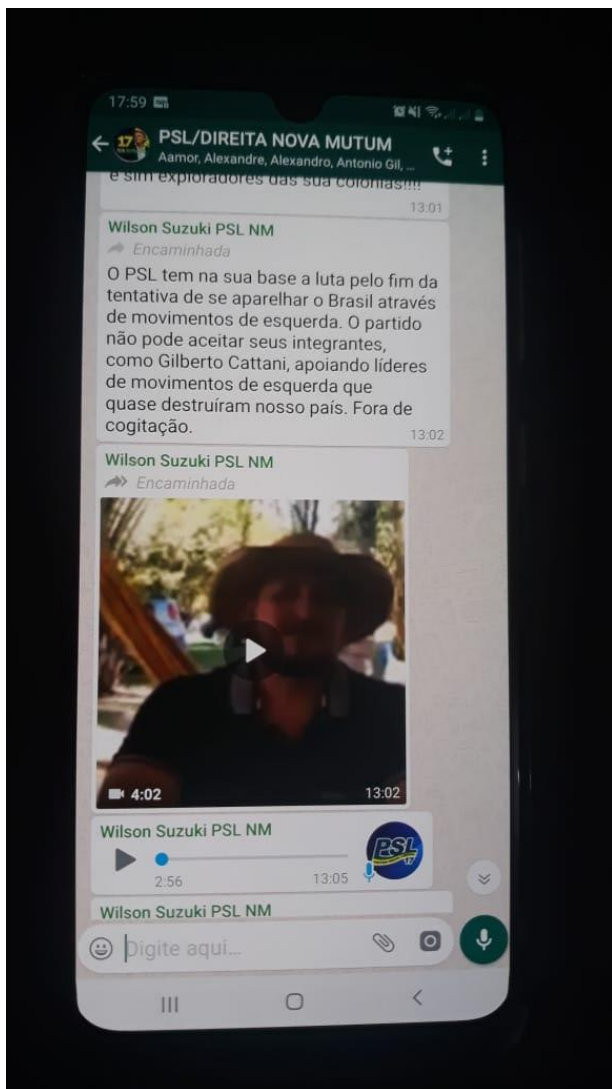
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 33



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 34



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 34



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 35



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPYJSBB>

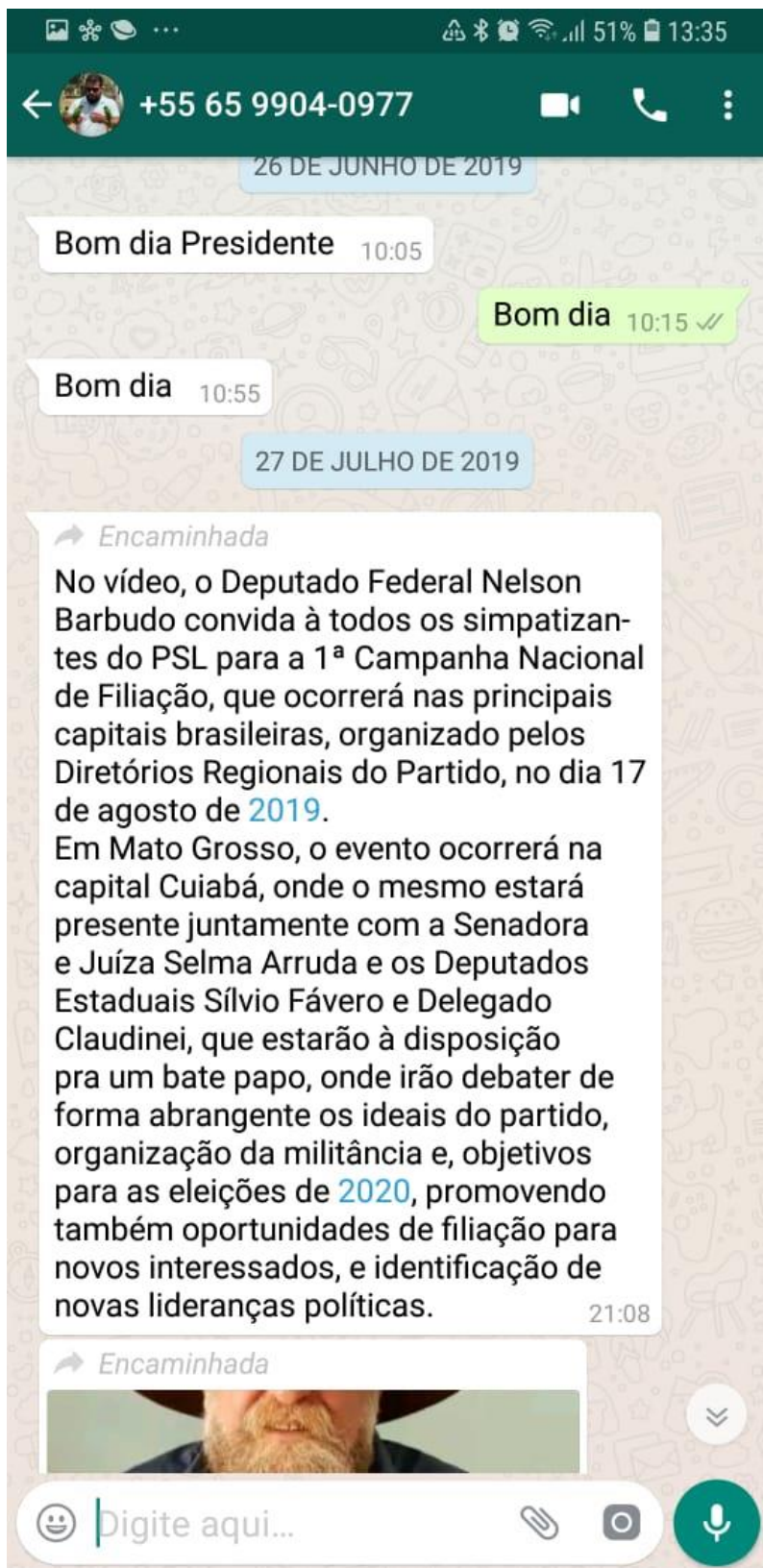
Num. 24269552 - Pág. 35



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 36





Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 36



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 37



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

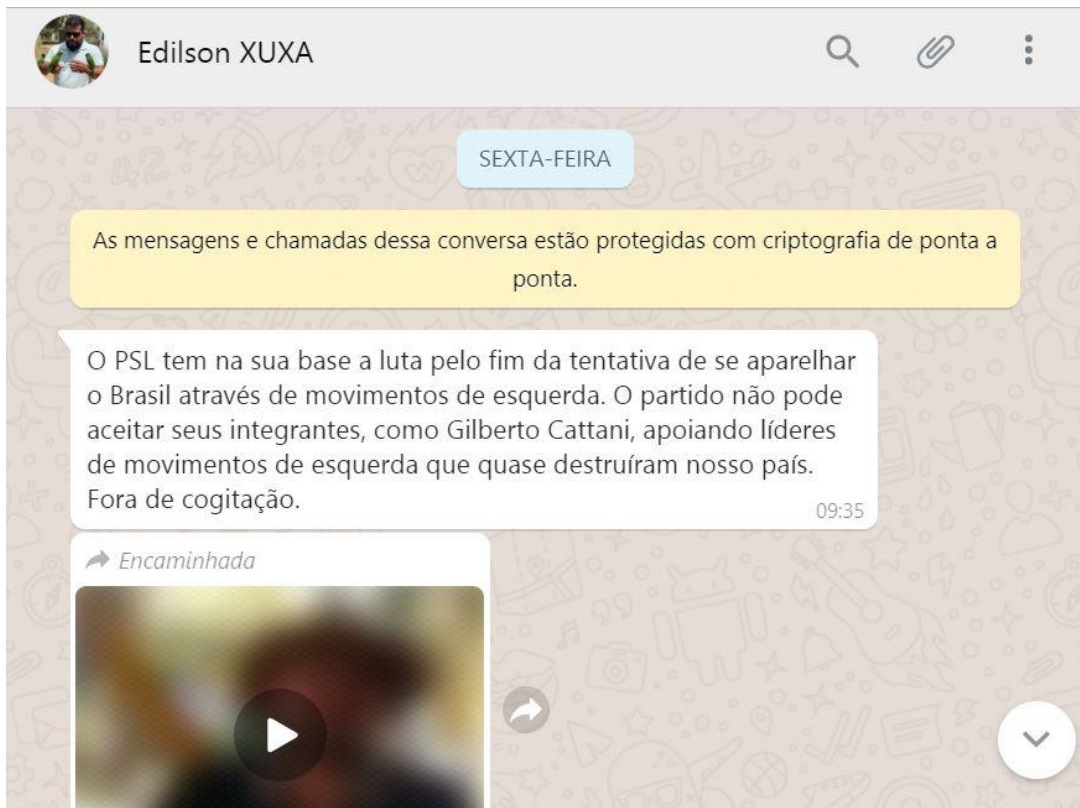
Num. 24269552 - Pág. 37



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 38





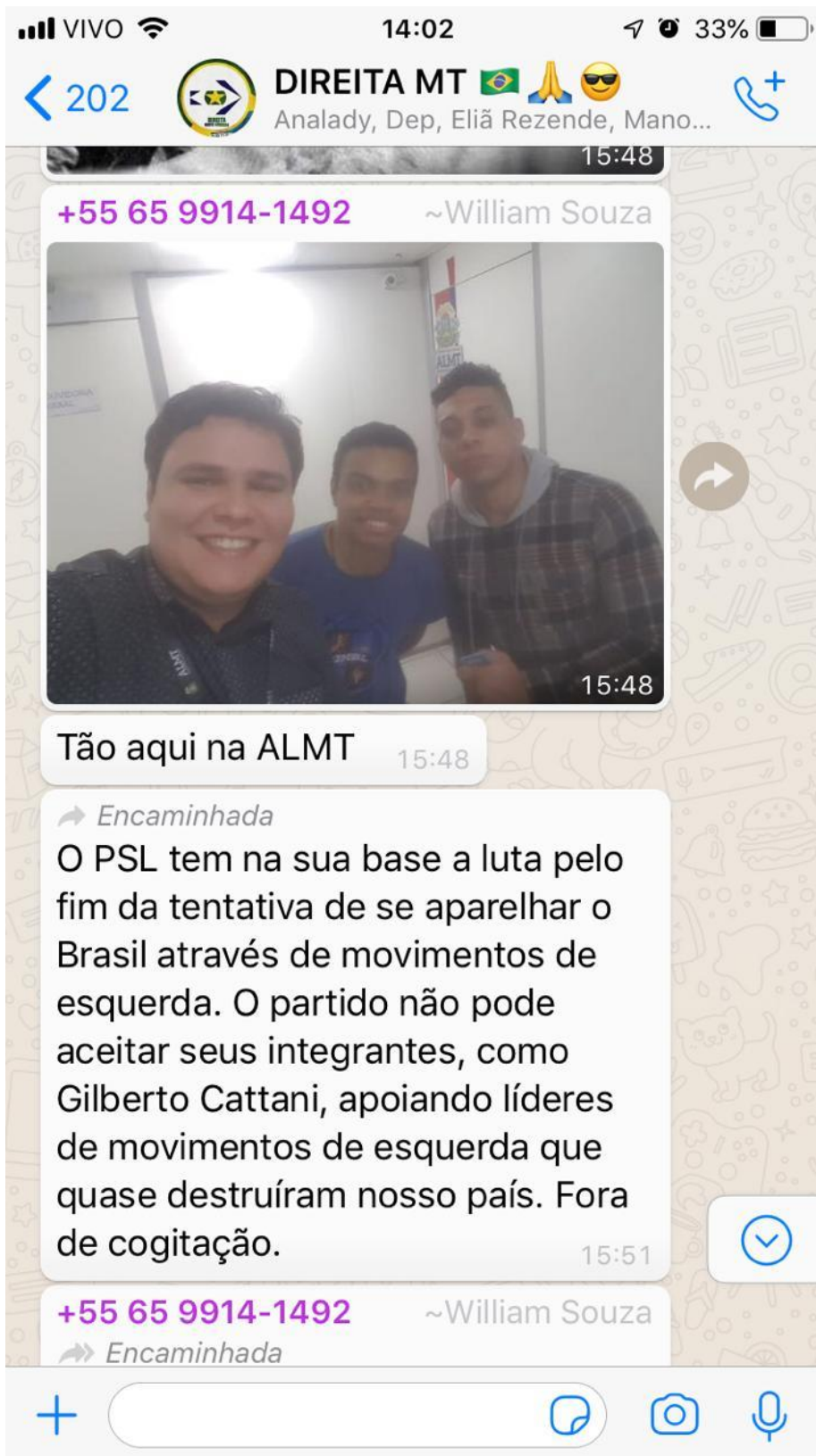
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 38



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 39



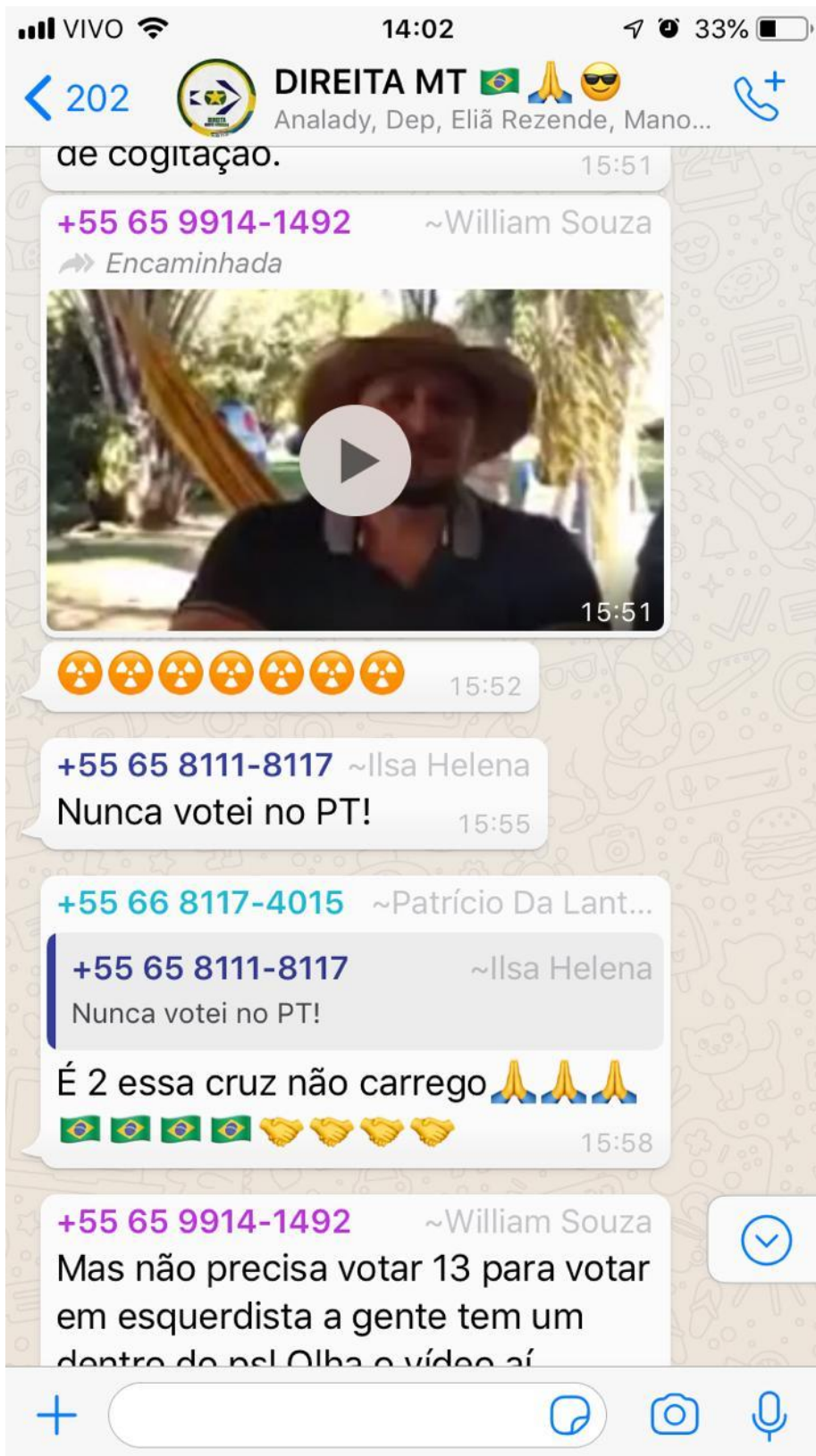
Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 39



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 40



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPZYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 40



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 41





Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDAYPYJSBB>

Num. 24269552 - Pág. 41



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:20:56  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916205175400000013746427>  
Número do documento: 21041916205175400000013746427

Num. 13945772 - Pág. 42



Cuiabá, 15 de março de 2021.

Ao Ilustríssimo Sr.  
Gilberto Moacir Cattani

**A Comissão Executiva Estadual Provisória do Partido Social Liberal – PSL/MT**, representada por seu Presidente, considerando o triste falecimento do ex-Deputado Estadual pelo PSL Dr. Silvio Fávero, vem através deste, afirmar que no acervo partidário, nada foi encontrado quanto a infidelidade partidária em nome do filiado Gilberto Moacir Cattani, 1º Suplente a Deputado Estadual pelo PSL-MT. Pelo contrário, encontramos documentos de desfiliação com justa causa, e anuência deste Diretório, a época. Deste modo, concluímos que Gilberto Moacir Cattani é detentor do direito a assumir a cadeira vacante da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, pelo PSL-MT, e deste modo, manifestamos concordância com sua posse.

**AÉCIO GUERINO DE SOUZA RODRIGUES**

Presidente da Comissão Executiva Estadual Provisória do PSL/MT

**DIRETÓRIO ESTADUAL PSL – MATO GROSSO**



# Gilberto Cattani 17100 PSL

[juridico@aohadvocacia.com.br](mailto:juridico@aohadvocacia.com.br)



<b>NOME COMPLETO</b>	Gilberto Moacir Cattani
<b>Nº / PARTIDO</b>	17100 / PSL
<b>NOME DO PARTIDO</b>	Partido Social Liberal
<b>COLIGAÇÃO</b>	PSL
<b>CARGO</b>	Deputado Estadual
<b>SITUAÇÃO</b>	Apto
<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	Ensino Médio Completo
<b>OCUPAÇÃO</b>	Pecuarista
<b>IDADE</b>	46 (20/05/1972)
<b>CIDADE DE NASC.</b>	Toledo
<b>ESTADO CIVIL</b>	Casado(A)
<b>IDENTIDADE DE GÊNERO</b>	Masculino
<b>ETNIA</b>	Parda
<b>BENS DECLARADOS</b>	R\$ 1.142.000,00 VER DETALHADO

NÃO ELEITO

TOTAL DE VOTOS 11.629



Nome do Filiado		Diretório Municipal		Filiação Aprovada em (Local)		Inscrição Nacional		Data da Filiação	

**FAVOR PREENCHER A FICHA EM LETRA DE FORMA LEGÍVEL, SEM ABREVIAR OS NOMES**

Diretório Municipal

Nome Completo		UF	
GILBERTO MOACIR CATTANI		M.T	
Data de Nascimento			
20.05.72			
Nome do Pai		Nome da Mãe	
ANGELO CATTANI		ROSA CATTANI	
Naturalidade		Estado Civil	
TOLEDO P.R.		CASADO	
Endereço do Filiado			
ESTRADA DA PIAINHA COTÉ 297			
Bairro		UF	
PONTAL DO MARAPE		M.T	
Cidade		CEP	
NOVA MUTUM		7845000	
Telefone Trabalho		Telefone Celular	
		65 999333679	
Profissão		Identidade	
AGRICULTOR		RG-556636 SSPMT	
CPF		Título de Eleitor	
522376051-49		012937491856	
Email		Zona	
POSTOCATTANI@HOTMAIL.COM		005	
Filiação Aprovada em (Local)		Data da Filiação	
		22.07.2021	
DECLARO CONHECER E ACETAR O ESTATUTO, MANIFESTO, RESOLUÇÕES NACIONAIS/ESTADUAIS E PROGRAMA DO PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL			
Assinatura do Aboador		Assinatura do Filiado	
<i>[Assinatura]</i>		<i>[Assinatura]</i>	
Nome Completo do Aboador		Nome Completo do Filiado	
DIOGES MARINHO RODRIGUES		GILBERTO MOACIR CATTANI	
Assinatura do Presidente Municipal		Assinatura do Presidente Municipal	
<i>[Assinatura]</i>		<i>[Assinatura]</i>	
Nome Completo do Presidente Municipal		Nome Completo do Presidente Municipal	
Aécio G. S. Rodrigues		GILBERTO MOACIR CATTANI	





Justiça Eleitoral  
FILIA - Interna  
Relação de Eleitores Filiados a Partido Político

15/03/2021 - 15:27

UF: MT  
Município: NOVA MUTUM  
Zona: 5  
Partido: PSL

Inscrição	Nome do Filiado	Gênero	Data de Filiação	Situação
007488701805	ABELARDO ANDRE REZENDE	Masculino	17/10/2019	Regular
020515401856	ADEMILSON CRISTIANO DA SILVA	Não informado	28/07/2003	Regular
062148990604	ALMIR NAHM	Não informado	29/09/1903	Regular
062148990604	ALMIR NAHM	Não informado	29/09/2003	Regular
021229071848	ALTAIR ANTONIO DE ALMEIDA	Não informado	10/04/2003	Regular
006017901880	ANDRE RODRIGUES DE PAULA	Não informado	07/10/2011	Regular
026060191813	ANDRÉ CARLOS DAMKE	Masculino	17/12/2019	Regular
011939401805	ANEDIO APARECIDO TOSTA	Não informado	15/10/2018	Regular
029354111805	ANGÉLICA PEREIRA NEUMANN	Feminino	17/12/2019	Regular
049109351198	ANTONIA MARIA LIMA DOS SANTOS	Não informado	27/09/2007	Regular
018734491899	ANTONIO INACIO PEREIRA	Não informado	02/02/2019	Regular
005238981864	ANTONIO RODRIGUES MONTEIRO	Não informado	07/10/2011	Regular
062397720493	ANTÔNIO HENDGES	Não informado	05/05/2006	Regular
018370201899	AURIMAR CARDOSO MARQUES	Não informado	03/10/2011	Regular
030130041821	CALEBE BENJAMIM DA SILVA	Masculino	03/04/2020	Regular
035863511805	CARLOS FELIPE RODRIGUES GUIMARAES	Masculino	15/10/2018	Regular
001439421813	CELSO LUIZ DE MOURA	Não informado	29/10/2018	Regular
175043030159	CESAR AUGUSTO DE CARVALHO JUNIOR	Masculino	19/12/2019	Regular
037307351155	CLAUDECI SILVA BORGES	Não informado	09/09/2003	Regular
027952811899	CLAUDEMIR APARECIDO DE OLIVEIRA	Não informado	07/10/2011	Regular
062161440604	CLAUDETE PEREIRA NAHM	Não informado	29/09/1903	Regular
062161440604	CLAUDETE PEREIRA NAHM	Não informado	29/09/2003	Regular
018041361813	CLAUDINEIA BARREIROS DE SOUZA BARROS DA SILVA	Não informado	23/05/2003	Regular
071311130604	CLEIDE MARIA DE ALMEIDA MANRIQUE	Não informado	15/10/2018	Regular

1 de 5



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:21:09  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916210595900000013746777>  
Número do documento: 21041916210595900000013746777

Num. 13946122 - Pág. 1



Justiça Eleitoral

FILIA - Interna

Relação de Eleitores Filiados a Partido Político

15/03/2021 - 15:27

Inscrição	Nome do Filiado	Gênero	Data de Filiação	Situação
01578851872	CLÁUDIO DE PAULA BARBOSA	Masculino	17/12/2019	Regular
027015501856	CRISTIANA PEREIRA DE SOUZA	Feminino	17/12/2019	Regular
255316090175	DAIANE APARECIDA PEREIRA MELO	Feminino	23/10/2018	Regular
032448181805	DANILO LEMES DE PAULA	Não informado	07/10/2011	Regular
025676021848	DARIO DOUGLAS DA SILVA	Não informado	25/11/2018	Regular
136757020221	DENER GONCALVES TOSTA	Não informado	15/10/2018	Regular
015188481856	DERLI ELEODORA DOS SANTOS	Não informado	06/09/2011	Regular
028071821848	DIEGO WEBER DA SILVA	Masculino	01/04/2020	Regular
000217861872	DIMAS JANUARIO NUNES	Masculino	17/10/2019	Regular
022788531805	DIRLEIA RIBEIRO LOPES NOGUEIRA	Feminino	02/04/2020	Regular
013758391805	EDINA AUGUSTA DE SOUZA	Não informado	03/11/2003	Regular
023613741821	EDINALDO NOGUEIRA DE SOUZA	Masculino	02/04/2020	Regular
292824140191	EDSON MERENDI JUNIOR	Não informado	15/09/2011	Regular
044332890604	EDUARDO ANDRE PADOAN	Não informado	04/02/2018	Regular
033787701805	ELBINADABI BARBOSA SANTOS	Não informado	04/11/2018	Regular
064267620680	FAVIANO DE FAVERI	Não informado	15/10/2018	Regular
027911811805	GEISON PEDROSO NEPONOCENO	Não informado	07/10/2011	Regular
012937491856	GILBERTO MOACIR CATTANI	Não informado	04/04/2018	Regular
012937491856	GILBERTO MOACIR CATTANI	Masculino	22/02/2021	Regular
000681281880	GILBERTO SCHNEIDER	Masculino	17/12/2019	Regular
014671801988	GILMAR SEMIGUEM	Não informado	07/10/2011	Regular
017112401805	GIOVANI FACCIO	Não informado	15/10/2018	Regular
027944571830	GLAUBER HENRIQUE ARRUDA DE CARVALHO	Não informado	03/10/2011	Regular
005199081856	HENRIQUE DO CARMO DE SOUZA FILHO	Não informado	07/10/2011	Regular
031922151856	IAN OSVALDO BOCK	Não informado	09/10/2018	Regular
012343921872	ILDO ADEMIR FACCIO	Masculino	17/12/2019	Regular
024446291872	IORIDES APARECIDA NOGUEIRA	Não informado	10/10/2003	Regular
026284211899	JACKELINE NASCIMENTO LEAL MARQUES	Não informado	03/10/2011	Regular
023365141856	JADIR APARECIDO BATISTA	Não informado	06/11/2003	Regular

2 de 5



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:21:09

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916210595900000013746777>

Número do documento: 21041916210595900000013746777

Num. 13946122 - Pág. 2



Justiça Eleitoral

FILIA - Interna

Relação de Eleitores Filiados a Partido Político

15/03/2021 - 15:27

Inscrição	Nome do Filiado	Gênero	Data de Filiação	Situação
017556931872	JIMMY ANDERSON HUPPES	Masculino	15/04/2020	Regular
022900161805	JOAO ROBERTO KUPKA	Não informado	15/10/2018	Regular
021164131848	JOCENILDO GOMES FREITAS	Masculino	17/12/2019	Regular
024007861821	JOE MAX DA SILVA SOUZA	Não informado	11/10/2018	Regular
018655341830	JORDANE PEREIRA PINHO	Masculino	17/12/2019	Regular
020739921830	JOSE ALBERTO AMARO DA SILVA	Masculino	17/09/2019	Regular
020800561880	JOSE ARRUDA DA SILVA	Não informado	11/04/2001	Regular
025115251716	JOSE RONIBELCIO ARAUJO DA SILVA	Não informado	25/09/1999	Regular
040114920698	JOSE SERGIO ANDREASSI	Não informado	29/09/2003	Regular
021344151899	JOSIANE DA COSTA SOUZA	Não informado	21/08/2003	Regular
020685441805	JOSIANE EVANGELISTA SANTANA	Não informado	07/10/2011	Regular
007801231880	JOSÉ CARLOS MENOLLI	Masculino	17/12/2019	Regular
024366460531	JOSÉ MARCOS SANTOS DA SILVA	Masculino	01/04/2020	Regular
021544271813	JÚNIOR GONÇALVES DA CUNHA	Masculino	17/12/2019	Regular
031389481813	KACIO HENRIQUE DA SILVA COSTA	Masculino	03/04/2020	Regular
027908261872	KATIA CONCEICAO DE PINHO NEPONOCENO	Não informado	13/09/2018	Regular
014498981970	LEANDRO FELIX PEREIRA	Masculino	01/04/2020	Regular
065455260663	LEANDRO RONKOSKI	Não informado	16/10/2018	Regular
033269430922	LEANDRO SPANIOL	Não informado	15/10/2018	Regular
004706181180	LEONARDO DAMIAO DA SILVA	Não informado	25/09/2003	Regular
004706181180	LEONARDO DAMIAO DA SILVA	Não informado	25/11/2003	Regular
035861751848	LEONARDO RIBEIRO ROSE	Não informado	14/01/2018	Regular
076265880698	LUCIANA BELINATO HATTGE	Não informado	17/10/2018	Regular
019591281848	LUIZ CARLOS JUNGES HATTGE	Não informado	17/10/2018	Regular
024996611104	LUZA DA FRANCA SILVA	Não informado	29/09/2003	Regular
026185311880	LUZIA IZOLINA GUILHERME ARANTES	Não informado	07/10/2011	Regular
018106001856	LUZINETE BATISTA CAMPOS	Não informado	06/11/2003	Regular
096807000680	MAICON MOTERLE	Não informado	18/10/2018	Regular
060242771198	MANOEL SANTANA SANTOS	Não informado	13/05/2011	Regular

3 de 5



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:21:09

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916210595900000013746777>

Número do documento: 21041916210595900000013746777

Num. 13946122 - Pág. 3



Justiça Eleitoral

FILIA - Interna

Relação de Eleitores Filiados a Partido Político

15/03/2021 - 15:27

Inscrição	Nome do Filiado	Gênero	Data de Filiação	Situação
017862991805	MARCIA MENDES FERREIRA ALEXANDRE	Não informado	05/05/2003	Regular
024850461821	MARCIO RODRIGUES DA SILVA	Não informado	30/09/2018	Regular
056878780680	MARCO AURELIO RIBEIRO	Não informado	06/04/2018	Regular
016716781872	MARCO VOLNEI BOGORN	Masculino	17/12/2019	Regular
048039651198	MARCOS ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO	Não informado	30/09/2018	Regular
047663591163	MARCOS JONH FEITOSA DE OLIVEIRA	Masculino	26/09/2018	Regular
003084441821	MARIA ANGELA COSTA NEVES	Não informado	10/04/2001	Regular
014078651813	MARIA APARECIDA ALVES DOS SANTOS	Não informado	10/04/2001	Regular
056421451112	MARIA DA CONCEICAO SOUSA DE AMORIM	Não informado	10/08/2011	Regular
000213881880	MARIA INOCENCIA DE SOUZA	Não informado	07/10/2011	Regular
012238261805	MARIO ROGER MACEDO	Não informado	24/02/2018	Regular
000536901830	MARISA PANCHONI MENOLLI	Não informado	16/10/2018	Regular
013145971856	MARIZA ANDRECOVICZ	Feminino	20/11/2019	Regular
029675411830	MAX ANDERSON APARECIDO MESQUITA	Masculino	17/12/2019	Regular
010271821813	NEIDE AURELIANA JESUS	Não informado	07/10/2011	Regular
076602210540	NEIDILENE DOS SANTOS	Feminino	17/12/2019	Regular
058156050647	NILSON ALVES BANDEIRA	Não informado	05/10/2011	Regular
022895711805	ORDILEI JOSÉ DA SILVA	Masculino	17/12/2019	Regular
013737052380	OZIEL MIGUEL DE MOURA	Não informado	03/10/2011	Regular
021157731813	PAULO CESAR LAMP	Não informado	05/07/2003	Regular
021109941805	PAULO ROBERTO DE MACEDO	Não informado	07/10/2011	Regular
075609170477	RAFAEL BRIGNONI	Não informado	04/04/2018	Regular
026553561821	RAFAEL LUIZ DE ALMEIDA	Masculino	17/12/2019	Regular
021338771899	RENATO APARECIDO	Não informado	02/09/2003	Regular
007284051058	ROCILDA MARIA MORAIS COSTA	Não informado	18/10/2018	Regular
028246741880	ROMARIO BARBOSA SOUSA	Masculino	02/04/2020	Regular
002247860400	ROMUALDO HAUSCHILD	Masculino	17/12/2019	Regular
110227310507	RONIVON CIRQUEIRA MIRANDA	Não informado	10/10/2003	Regular
016849601848	ROSENI ALVES PEREIRA	Não informado	20/09/2002	Regular

4 de 5



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:21:09

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916210595900000013746777>

Número do documento: 21041916210595900000013746777

Num. 13946122 - Pág. 4



Justiça Eleitoral  
FILIA - Interna  
Relação de Eleitores Filiados a Partido Político

15/03/2021 - 15:27

Inscrição	Nome do Filiado	Gênero	Data de Filiação	Situação
024860021864	SAMUEL DE MELLO SANTANA	Masculino	13/09/2018	Regular
023205261813	SANDRO DA SILVA MOURA	Não informado	20/04/2003	Regular
065599050655	SANDRO RAMIRO	Masculino	17/12/2019	Regular
000158231821	SEBASTIAO FERREIRA DOS SANTOS FILHO	Não informado	21/08/2003	Regular
103919410248	SERGIO DA SILVA PIRES	Não informado	17/08/2019	Regular
067816800604	SIDNEI PETRY	Não informado	20/10/2018	Regular
021342901830	SILVANO PEREIRA PINTO	Não informado	16/07/2003	Regular
021157531872	SILVIO FACCIO	Masculino	17/12/2019	Regular
002057731759	SIMAO RODRIGUES DA SILVA	Não informado	05/01/2018	Regular
021165291872	TOSHIO ONGHERO TAKAGUI	Masculino	01/04/2020	Regular
004237371848	VALQUIRIA GABRIEL DA COSTA	Não informado	21/07/2003	Regular
012234821864	VANILCE ALMEIDA DA SILVA	Não informado	05/05/2003	Regular
026348951805	VERONICA FRANCENER	Feminino	17/12/2019	Regular
031919441880	VICTOR HUGO COCOLO VIEIRA	Não informado	06/04/2018	Regular
015201831805	VILMA MARIA DA SILVA	Não informado	20/10/2003	Regular
004882161848	VIRGILIO NATAL DE ALMEIDA	Não informado	07/10/2011	Regular
024945781813	WALDETE FATIMA DE ARRUDA	Não informado	07/10/2011	Regular
008301492321	WELISON VASCONCELOS CANDIDO	Masculino	17/12/2019	Regular
011066572313	WELLINGTON FERREIRA ALVES	Não informado	16/10/2018	Regular
027566661880	WESLLY HERLLAN DA SILVA	Não informado	05/10/2011	Regular
013742701813	WILSON IUSAKU SUZUKI	Não informado	04/04/2018	Regular

Total de Filiados na Zona Eleitoral: 132  
Total de Filiados no Município: 132  
Total de Filiados no Partido: 132





17/04/2021

Número: **1002339-04.2019.8.11.0086**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM**

Última distribuição : **25/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 29.940,00**

Assuntos: **Direito de Imagem**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GILBERTO MOACIR CATTANI (REQUERENTE)		DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA (ADVOGADO(A)) THIAGO PERTILE BORDA (ADVOGADO(A))	
WILSON IUSAKU SUZUKI (REQUERIDO)		ANDRE DE ALMEIDA VILELA (ADVOGADO(A)) PAULO DE ALMEIDA VILELA (ADVOGADO(A))	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24269 549	25/09/2019 11:16	<a href="#">004 - Gilberto Cattani 17100 (PSL) Deputado Estadual - Mato Grosso - Eleições 2018</a>	Documento de comprovação



CANDIDATO

Gilberto Cattani **17100**

Pecuarista, PSL

**GILBERTO MOACIR CATTANI**

Casado(a), Pecuarista, nascido em 20/05/1972 em Toledo-PR, candidato a Deputado Estadual no Mato Grosso pelo PSL - Partido Social Liberal

NOME NA URNA:	Gilberto Cattani
SEXO:	Masculino
IDADE:	47 anos
DATA DE NASCIMENTO:	20/05/1972
OCUPAÇÃO:	Pecuarista
GRAU DE INSTRUÇÃO:	Ensino Médio completo
ESTADO CIVIL:	Casado(a)
COR/RAÇA:	Parda
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO:	Toledo-PR

[ELEIÇÕES](#) [CANDIDATOS](#) [MATO GROSSO](#) [DEPUTADO ESTADUAL](#)**RESULTADO DA APURAÇÃO**

Candidato ao cargo de Deputado Estadual no Mato Grosso pelo PSL, Gilberto Cattani obteve 11.629 votos totalizados (0,77% dos votos válidos) mas não foi eleito nas Eleições 2018.

SITUAÇÃO:	NÃO FOI ELEITO
VOTOS:	11.629 (0,77% dos válidos)
RESULTADO COMPLETO:	<a href="#">Deputado Estadual no Mato Grosso</a>
RESULTADO POR CIDADES:	<a href="#">Votação de Gilberto Cattani por municípios</a>

[+ Todos os resultados](#)**DADOS DO CANDIDATO**

NOME NA URNA:	Gilberto Cattani
NÚMERO:	17100
SITUAÇÃO DA CANDIDATURA:	<b>Deferido (Apto)</b> Fonte: TSE. Atualizado em 13/11/2018 13:30





16/09/2019

Gilberto Cattani 17100 (PSL) Deputado Estadual | Mato Grosso | Eleições 2018

ESTADO:	MATO GROSSO
PARTIDO:	<a href="#">PSL - Partido Social Liberal</a>
COLIGAÇÃO:	PSL
COMPOSIÇÃO:	**



<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/mt/deputado-estadual/gilberto-cattani-17100/>

2/2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:15  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDATHBJDFNK>

Num. 24269549 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:21:12  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916210914700000013746827>  
Número do documento: 21041916210914700000013746827

Num. 13946172 - Pág. 3

04/04/2020

Gmail - AO PSL-MT: DESFILIAÇÃO COM JUSTA CAUSA



Daniel Luis Nascimento Moura <mouragomesnascimento@gmail.com>

---

## AO PSL-MT: DESFILIAÇÃO COM JUSTA CAUSA

1 mensagem

---

**MGN Advogados** <mouragomesnascimento@gmail.com>  
Para: matogrosso@psl.org.br

4 de abril de 2020 19:51

Exmo(a) Presidente.

Anexo DESFILIAÇÃO COM JUSTA CAUSA, e documentos probantes.

Pedimos deferimento. Favor **acusar recebimento**.

Atenciosamente,

Dr. Daniel Moura  
**MGN ADVOGADOS**  
*Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2, Centro*  
Nova Mutum-MT, CEP 78.450-000.

---

 **Ao PSL MT.7z**  
7172K





Daniel Luis Nascimento Moura &lt;mouragomesnascimento@gmail.com&gt;

**AO PSL-MT: DESFILIAÇÃO COM JUSTA CAUSA**

3 mensagens

**MGN Advogados** <mouragomesnascimento@gmail.com>  
Para: matogrosso@psl.org.br

4 de abril de 2020 19:51

Exmo(a) Presidente.

Anexo DESFILIAÇÃO COM JUSTA CAUSA, e documentos probantes.

Pedimos deferimento. Favor **acusar recebimento**.

Atenciosamente,

Dr. Daniel Moura  
**MGN ADVOGADOS**  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2, Centro  
Nova Mutum-MT, CEP 78.450-000. **Ao PSL MT.7z**  
7172K**matogrosso@psl.org.br** <matogrosso@psl.org.br>  
Para: MGN Advogados <mouragomesnascimento@gmail.com>

13 de abril de 2020 20:17

Prezados, acusamos o recebimento do pedido de desfiliação por justa causa encaminhado por Vossa Senhoria.

Informamos que em respeito ao princípio Democrático e ao Estatuto do Partido, tal pedido será submetido à Comissão Provisória Estadual e posteriormente a Comissão de Ética, que será convocada para finalidade específica de deliberar sobre o contido no requerimento.

Porém, devido à Pandemia em decorrência do COVID-19, e das medidas restritivas dos Poderes Públicos, Estadual e Municipal, assim como as recomendações da OMS, tal reunião não pode ocorrer neste momento e será convocada assim que possível respeitando as devidas orientações dos órgãos de saúde.

Importante informar que Vossa Senhoria será notificado por meio deste e-mail referente a data de realização da reunião para que, caso queira, se faça presente, e realize a defesa de sua postulação.

Desde logo, informamos que até a presente data não chegou à Comissão Provisória Estadual qualquer comunicação do Diretório Nacional acerca do pleito de Vossa Senhoria.

Atenciosamente.  
Aécio Rodrigues

Citando MGN Advogados &lt;mouragomesnascimento@gmail.com&gt;:

Exmo(a) Presidente.

Anexo DESFILIAÇÃO COM JUSTA CAUSA, e documentos probantes.

Pedimos deferimento. Favor \*acusar recebimento\*.

Atenciosamente,

Dr. Daniel Moura  
\*MGN ADVOGADOS\*  
\*Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2, Centro\*  
Nova Mutum-MT, CEP 78.450-000.

14/04/2020

Gmail - AO PSL-MT: DESFILIAÇÃO COM JUSTA CAUSA

**MGN Advogados** <mouragomesnascimento@gmail.com>  
Para: matogrosso@psl.org.br

14 de abril de 2020 08:23

Exmo. Presidente.

Grato pelo retorno e no aguardo das providências informadas.

Atenciosamente,

**Dr. Daniel Moura**  
**MGN ADVOGADOS**  
*Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2, Centro*  
Nova Mutum-MT, CEP 78.450-000.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

il.google.com/mail/u/1?ik=e19a61920f&view=pt&search=all&permthid=thread-a%3Ar-8742084423280841430&simpl=msg-a%3Ar-8740... 2/2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:21:18  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916211551600000013746927>  
Número do documento: 21041916211551600000013746927

Num. 13946272 - Pág. 2

view.php (1044x600) - Google Chrome  
webmail.psl.org.br/cpsess4454505629/horde/imp/view.php?actionID=view\_attach&iid=28&muid=%7B5%7DINBOX1193&view\_token=wcdDU2mDXtyFthvG6gHUTd7&uniq=1615563595466

TSE

Filiação

Autorização de Process...

Registro

Histórico

Relação

Certidão

Relatórios

Arquivos

Partido: PSL - PARTIDO SOCIAL LIBERAL

Usuário: WILLIAM JARDIM PINHEIRO

Título Eleitoral: 341174700108

Abrangência: Nacional

Perfil: Operador

Unidade Eleitoral: BRASIL

Versão: 1.0.7.23

GILBERTO MOACIR CATTANI

Título de Eleitor - 012937491856

Partido	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	Endereço
UF	MT	Complemento
Município	NOVA MUTUM	Número
Zona	5	CEP
Seção	107	Email
Data filiação	22/02/2021	Telefone
Data de desfiliação		Celular
Motivo da desfiliação		Comercial
Data do cancelamento		
Motivo do cancelamento		
Data da regularização		
Tipo de registro	Interno	
Situação	Regular	
Nº do Processo		

Windows taskbar: Digite aqui para pesquisar, icons, POR 11:40, 12/03/2021



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:21:21

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916211869400000013746977>

Número do documento: 21041916211869400000013746977



Cuiabá, 15 de março de 2021.

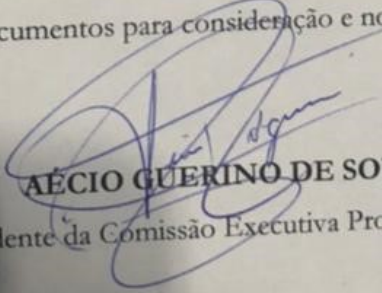
Ao Exmo. Deputado Max Joel Russi

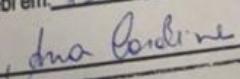
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

Ao tempo em que cumprimentamos Vossa Excelência, assim como toda a mesa diretora dessa Augusta Casa de Leis, a Comissão Executiva Provisória do Partido Social Liberal de Mato Grosso – PSL/MT –, por intermédio de seu Presidente, que ao final subscreve, utiliza-se do presente para, primeiramente, lamentar o trágico falecimento do Deputado Sílvio Fávero.

Outrossim, aproveitamos a oportunidade para informar que tanto o 1º Suplente do Partido, Gilberto Moacir Cattani, como o 2º Suplente, Emílio Populo Souza Machado, encontram-se regularmente filiados ao Partido, conforme listas internas que seguem anexas.

Agradecendo, desde logo a atenção, e com as estimas de sempre, apresentamos os documentos para consideração e no intuito de contribuir.

  
**AÉCIO GUERINO DE SOUZA RODRIGUES**  
Presidente da Comissão Executiva Provisória Estadual do PSL/MT

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso	
<b>PRESIDÊNCIA</b>	
<b>PROTOCOLO</b>	
Recebi em: 15/03/21	Horário: 17:01
Ass: 	

DIRETÓRIO ESTADUAL PSL – MATO GROSSO



# MGN ADVOGADOS

CNPJ: 24.021.086/0001-05  
OAB-MT PJ: 818

Exmo. Presidente Estadual do PSL<sup>1</sup> de Mato Grosso.

**GILBERTO MOACIR CATTANI**, brasileiro, casado, produtor rural, CI/RG 05566363 SSP/MT, CPF/MF 522.376.051-49, residente e domiciliado no Município de Nova Mutum (CEP 78.450-000), Estado de Mato Grosso, sito à Estrada da Prainha, Lote 297, Distrito Pontal do Marape, Zona Rural, por intermédio de seu(s) procurador(es) que ao final subscreve(m) a presente, vem à presença de V. Excelência, fundamentado na Resolução TSE nº. 22.610, de 25/10/2007, **SOLICITAR MINHA IMEDIATA DESFILIAÇÃO ao quadro de filiados, pela existência de justa causa, amparada em grave discriminação pessoal**, mediante declaração do **PSL-MT (Partido Social Liberal de Mato Grosso)**, ao qual pertenço, até este minuto que vos comunico pela via eletrônica, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos, na forma da legislação em vigor e do Estatuto Nacional.

De proêmio, saliento que fui candidato a Deputado Estadual por Mato Grosso nas Eleições Gerais de 2018, por esta nobre agremiação, e com muita alegria, recebi 11.629 votos válidos, havendo sido eleitos no pleito meus pares Delegado Claudinei (PSL) e Silvio Fávero (PSL), atualmente ocupantes das cadeiras legiferantes respectivas na Augusta Casa Legislativa do Estado de Mato Grosso.

---

<sup>1</sup> Partido Social Liberal.

atendimento@mgnadvogados.com | 65 9 9619 8946 (vivo) | www.mgnadvogados.com  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2, Centro | Nova Mutum-MT | CEP 78.450-000





# MGN ADVOGADOS

CNPJ: 24.021.086/0001-05  
OAB-MT PJ: 818

Assim como muitos outros admiradores do então Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, me filiei ao PSL, por seu sistema principiológico condizer em grande parte com meus valores.

Todavia, desde as últimas eleições, minha caminhada tem se estreitado dentro do partido no âmbito municipal. Desgastes são naturais para quem assume pretender uma vida pública, e por que não dizer política. Contudo, existem limites para determinadas posturas.

No mês de agosto de 2019, infelizmente, houveram situações de extremo desgaste entre este requerente e o então Presidente do PSL de Nova Mutum, Sr. Wilson I. Susuki.

Em apertada síntese, na data de 26/07/2019, li uma matéria<sup>2</sup> no site “A Bronca Popular” que falava sobre projetos de assentamentos e possíveis ações do Incra que me preocuparam. Fez um vídeo em 30/07/2019 fazendo minhas colocações a respeito do assunto. Na data de 13/08/2019, o requerente fez outro vídeo, a pedido de duas pessoas mencionadas no site retro (membros da ANU – Ação Nacional Unificada), visando contarem sua versão dos fatos, que alegam diferir da notícia.

Para surpresa do requerente, em 30/08/2019, circula nas redes sociais, com destaque para o aplicativo WhatsApp, o vídeo de 13/08 **adulterado/modificado, com cabal intuito de denegrir sua reputação**. Agravou a situação por identificar que a circulação se deu pelo então Presidente do PSL de Nova Mutum Sr. Wilson I. Susuki, que com o vídeo enviou um áudio de sua autoria, proferindo inverdades contra o requerente.

A gravidade dos acontecimentos foi tão intensa que o requerente se viu na necessidade de promover Representação Disciplinar<sup>3</sup> dentro do partido contra as atitudes contra si lançadas, bem como ajuizar Queixa Crime<sup>4</sup> contra os possíveis Crimes Contra a Honra praticados, e até medida civil de Reparação dos Danos<sup>5</sup> experimentados. Foi preciso fazer um Boletim de Ocorrência (BO nº. 2019.285290/DPJC/Nova Mutum).

<sup>2</sup> Notícia: <<https://www.abroncapopular.com.br/politica/incra-deve-retomar-lotes-no-assentamento-antonio-conselheiro/15781>>.

<sup>3</sup> Ainda sem numeração. Enviado ao PSL Estadual de MT por AR JU504904671BR em 26/09/2019.

<sup>4</sup> Queixa Crime nº. 133286 (código), que tramita no Juizado Especial Criminal do Fórum de Nova Mutum/MT. Protocolado em 26/09/2019.

<sup>5</sup> Ação de Reparação de Danos nº. 1002339-04.2019.8.11.0086, que tramita no Juizado Especial Cível de Nova Mutum/MT. Protocolado em 25/09/2019.

atendimento@mgnadvogados.com | 65 9 9619 8946 (vivo) | www.mgnadvogados.com  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2, Centro | Nova Mutum-MT | CEP 78.450-000



# MGN ADVOGADOS

CNPJ: 24.021.086/0001-05  
OAB-MT PJ: 818

Sem saída, o requerente se viu em **grave discriminação pessoal** por parte da liderança municipal do partido, e evidentemente não se sente mais parte integrante do grupo.

Com isso, e em razão de sua jornada política, o requerente pretende migrar de agremiação, apresentando, como **justa causa**, mencionada grave discriminação pessoal, em perfeita harmonia com o que dispõe a Resolução TSE nº. 22.610, de 25/10/2007, notadamente em seu art. 1º, §1º, IV, senão vejamos:

“Art. 1º O partido político interessado pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa.

§ 1º Considera-se **justa causa**:

IV – **grave discriminação pessoal.**”

Nesse sentido, o requerente, munido das provas anexos, que dão suporte probante aos fatos narrados, mediante os lamentáveis acontecimentos, demonstra justa causa, na medida em que sofreu grave discriminação pessoal por liderança municipal do PSL de Nova Mutum.

Portanto, noticia formalmente sua desfiliação, com justa causa, com vistas a não perder seu direito a primeira suplência conquistada por seu mérito nas citadas eleições, para que integre outra agremiação, que melhor atender as suas pretensões e conjecturas partidárias.

Requer, não por menos, o deferimento de tal medida, para que haja consensual concordância do partido em sua desfiliação, sem prejuízo de sua primeira suplência a Deputado Estadual por Mato Grosso, conquistada nas Eleições Gerais de 2018, através da expedição da **Declaração da Existência de Justa Causa**.

A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral corrobora com nosso fundamento:

“[...] Justa causa. Desfiliação partidária. [...] **Caracterização de grave discriminação pessoal**, evidenciada pela prova dos autos, de modo a prejudicar a liderança política exercida pelo requerente em município que constituía sua base eleitoral. Flagrante desproporcionalidade na distribuição de recursos, pelo partido, para a campanha eleitoral, **de modo a prejudicar o requerente**, candidato à reeleição e político de tradição no estado. Reconhecimento de existência de justa causa para a desfiliação partidária.” (Ac. de 17.4.2008 nas Pet nos 2.754 e 2.755, rel. Min. Marcelo Ribeiro.)

“Petição. Justificação de desfiliação partidária. Res.-TSE nº 22.610. **Declaração de existência de justa causa. Concordância da agremiação.** Provimento do pedido. Havendo consonância do partido quanto à **existência de fatos que justifiquem a desfiliação partidária**, não há razão para não declarar a existência de justa causa.

atendimento@mgnadvogados.com | 65 9 9619 8946 (vivo) | www.mgnadvogados.com  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2, Centro | Nova Mutum-MT | CEP 78.450-000



# MGN ADVOGADOS

CNPJ: 24.021.086/0001-05  
OAB-MT PJ: 818

Pedido julgado procedente, para declarar a existência de justa causa para a desfiliação do partido.” (Res. nº 22.705, de 21.2.2008, rel. Min. Gerardo Grossi.)

Inclusive, através da Dra. Selma Arruma, houve pedido de mediação para o Senador Major Olímpio, no sentido de buscar agilidade em nossa questão, junto ao Deputado Federal Luciano Bivar, Presidente Nacional do PSL, que **concordou** e deu sinal verde para liberar o requerente, sem prejuízo de sua suplência, conforme imagens de conversa via WhatsApp anexo.

Também podem dar testemunho, se for necessário, o Sr. Leandro (65 9 9651-7170), ex-Tesoureiro do PSL-MT, Rafael Brignoni (65 9 9987-9929), a época membro filiado ao PSL de Nova Mutum e Paulo (66 9 9614-1303), ex-coordenador político do PSL-MT.

Concluimos que, desta maneira, é possível o requerente **legalmente** migrar de agremiação sem incorrer na famigerada desfiliação partidária sem justa causa, ensejada pela decretação da perda do cargo eletivo, que acontece a pedido do partido, perante a Justiça Eleitoral, sempre que a desfiliação é desmotivada, o que pretendo evitar.

Diante dos fatos, provas e esclarecimentos, sinceramente requeiro concordância do partido, com a competente expedição da Declaração, na forma da lei.

Nova Mutum, 4 de abril de 2020.

Daniel Moura  
Advogado Eleitoral  
OAB 16.604 MT

atendimento@mgnadvogados.com | 65 9 9619 8946 (vivo) | www.mgnadvogados.com  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2, Centro | Nova Mutum-MT | CEP 78.450-000



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data: 23/11/2020

Hora: 09:00

**CONSULTA DE PROCESSO****DADOS DO PROCESSO**

Comarca: Nova Mutum Vara: Juizado Especial  
Cod. Processo: 133286 Numero Único: 4391-87.2019.811.0086  
Tipo de Feito: Crime Livro: Processos Criminais  
Gratuidade: Sim - A ação é gratuita Valor da Causa: R\$0,00  
Data de Protocolo: 26/09/2019 Tempo de tramitação: 424 dias  
Tipo de Ação: Notícia-Crime->Medidas Preparatórias->PROCESSO CRIMINAL  
Assunto : Contravenções Penais

Tipo Parte	Nome Parte
Requerente	Gilberto Moacir Cattani
	Advogado(s) da Parte
	OAB
	1.Thiago Pertile Borda MT 21.017 2.Daniel Luis Nascimento Moura MT 16.604
Requerido(a)	Wilson Iusaku Suzuki
	Advogado(s) da Parte
	OAB 1.PAULO DE ALMEIDA VILELA MT 9538

Data Andamento	Tipo do Andamento
27/09/2019	Processo Cadastrado
27/09/2019	Distribuição do Processo
Distribuído URGENTE em 27/09/2019 às 12:58 Horas para Juizado Especial Com o Número: 4391-87.2019.811.0086	
27/09/2019	Carga
De: Cartório Distribuidor Para: Terceira Vara	
30/09/2019	Carga
De: Terceira Vara Para: Cartório Distribuidor	
01/10/2019	Carga
De: Cartório Distribuidor Para: Juizado Especial	
01/10/2019	02/22 - Certidão de Registro e Autuação
01/10/2019	24 - Certidão

Certifico e dou fé que o(a) autor(a) do fato não foi beneficiado(a) pela transação penal nos últimos cinco anos. Nada mais.

Denise de Fatima Freiberg  
Estagiária de Direito

Documento assinado eletronicamente por 39377 - Denise de Fátima Freiberg em 01/10/2019.  
Código de autenticidade C86-L860002-P133286-O4159271  
Para conferir a autenticidade acesse o endereço: <http://apolo.tjmt.jus.br/web/ValidadorDocumento/>

**09/06/2020 Ref: 1 - Certidão de conversão de tipo de tramitação (Híbrido)**

Certifico que, conforme Portaria-Conjunta n. N. 371 PRES-CGJ, de 08 de junho de 2020, a partir desta data estes autos passarão a tramitar virtualmente, motivo pelo qual serão admitidos apenas petições por meio do Portal Eletrônico do Advogado ? PEA. Certidão gerada automaticamente pelo sistema Apolo em 09/06/2020.

**15/10/2020 Ref: 2 - Audiência Designada**

Nos termos do Art. 70 e seguintes da Lei 9.099/1995, designo Audiência Preliminar para 23/11/2020 às 13:50hs.

Fabiana Vitória Kronbauer



15/10/2020 Ref: 3 - Mandado de Intimação Expedido

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): GILBERTO MOACIR CATTANI, Cpf: 52237605149, brasileiro(a), casado(a), pecuarista e WILSON IUSAKU SUZUKI, Cpf: 31780113900, Filiação: Satoru Suzuri e Tomiko Suzuki, brasileiro(a), casado(a), agricultor.

**FINALIDADE:** EFETUAR A INTIMAÇÃO da(o,s) pessoa(s) acima qualificado(a, s) para comparecer(em) à audiência designada, conforme dados abaixo.

- 13:50 - Audiência Preliminar (Lei 9.099/95) - 23/11/2020

**ADVERTÊNCIAS:** As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 453 e §§ do CPC).

Deve ser advertido o(a)(s) autor(es) do fato de que deverá(ão) comparecer a audiência acompanhado(a)(s) de advogado habilitado e, caso não tenha(m) condições para constituir patrono, deverá(ão) procurar a Defensoria Pública local, com antecedência à data da audiência. No caso de não comparecimento do Autor do Fato, poderá ser oferecida denúncia pelo Ministério Público e designação de Audiência de Instrução e Julgamento.

**OBSERVAÇÃO:** Deverá(ão) o(s) intimando(s) comparecer(em) devidamente trajado(s) e portando documentos pessoais.

Nova Mutum, 15 de outubro de 2020

Diego Francisco de Campos

Gestor Judicial

Autorizado art. 1.686/CNGC

---





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
Comarca de Nova Mutum  
Juizado Especial

15/10/2020  
15:12:45  
75624



58887

JUSTIÇA GRATUITA



133286

## MANDADO DE INTIMAÇÃO

Expedido por ordem do(a) MM. Juíza de Direito Ana Helena Alves Porcel Ronkoski

**Dados do Processo:**

Processo:	4391-87.2019.811.0086	Código:	133286	Vlr Causa:	R\$ 0,00	Tipo:	Crime
Espécie:	Notícia-Crime->Medidas Preparatórias->PROCESSO CRIMINAL						
Polo Ativo:	GILBERTO MOACIR CATTANI						
Polo Passivo:	WILSON IUSAKU SUZUKI						
Hora Certa:	Não	Urgente:		Não		Pode cumprir fora do expediente:	
Não							

**Pessoa(s) a ser(em) intimada(s):**

**GILBERTO MOACIR CATTANI (Requerente)**, Cpf: 52237605149, brasileiro(a), casado(a), pecuarista, Endereço: Lote 297, Sítio Cattani, Estrada da Prainha, Bairro: Assentamento Pontal do Marape, Cidade: Nova Mutum-MT, CEP: 78450000 e **WILSON IUSAKU SUZUKI (Requerido(a))**, Cpf: 31780113900, Filiação: Satoru Suzuri e Tomiko Suzuki, brasileiro(a), casado(a), agricultor, Endereço: Av. dos Uirapurus, 120 W., Bairro: Centro, Cidade: Nova Mutum-MT, CEP: 78450000.

**FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO** da(o,s) pessoa(s) acima qualificado(a, s) para comparecer(em) à audiência designada, conforme dados abaixo.

**DADOS DA AUDIÊNCIA: Audiência Preliminar (Lei 9.099/95)** que se realizará no dia **23/11/2020**, às **13:50**, no Edifício do Fórum, sito no endereço ao final indicado.

**ADVERTÊNCIAS:** As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 453 e §§ do CPC).

Deve ser advertido o(a)s autor(es) do fato de que deverá(ão) comparecer a audiência acompanhado(a)s de advogado habilitado e, caso não tenha(m) condições para constituir patrono, deverá(ão) procurar a Defensoria Pública local, com antecedência à data da audiência. **No caso de não comparecimento do Autor do Fato, poderá ser oferecida denúncia pelo Ministério Público e designação de Audiência de Instrução e Julgamento.**

**OBSERVAÇÃO:** Deverá(ão) o(s) intimando(s) comparecer(em) devidamente trajado(s) e portando documentos pessoais.

Nova Mutum, 15 de outubro de 2020

Diego Francisco de Campos  
Gestor Judicial  
Autorizado art. 1.686/CNGC

□

**Endereço do Fórum:** Rua das Helicônias, 444-n Jd. das Orquídeas, Bairro: Jardim das Orquídeas, Cidade: Nova Mutum-MT, CEP: 78.450-000, Telefone(s): (65) 3308-34 34

Formulário: 1453 Matr.: 42084

<b>16/10/2020</b>	<b>Ref: 4 - Mandado Encaminhado à Central</b>
<b>19/10/2020</b>	<b>Ref: 5 - Distribuição do Oficial de Justiça</b>
Distribuído para o Oficial: Gleiciani de O. G. Barbosa Mandado Nr: 58887	
<b>09/11/2020</b>	<b>Ref: 6 - Juntada de Petição do Réu e documentos</b>
Juntada de documento protocolado pela WEB através do Sistema PEA. Petição do Réu e Documentos, Id: 140641, protocolado em: 09/11/2020 às 09:45:58	





**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO  
JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE NOVA MUTUM – MT.**

**Processo Código nº: 133286**

**Requerente: Gilberto Moacir Cattani**

**Requerido: Wilson Iusaku Suzuki**

**WILSON IUSAKU SUZUKI**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem a presença de Vossa Excelência requerer a juntada da procuração anexa e habilitação nos presentes autos.

Termos em que  
pede deferimento.

Nova Mutum – MT, 09 de novembro de 2020.

**PAULO DE ALMEIDA VILELA**  
**OAB/MT 9538**

Avenida das Emas, nº 1141 N – Jd. das Orquídeas – CEP. 78450-000 – Nova Mutum – MT  
Fone: 65 3308 4297  
atendimento@almeidavilela.com.br



**PROCURAÇÃO "AD JUDICIA" e "ET EXTRA"**

Através do presente instrumento particular de mandato, **WILSON IUSAKU SUZUKI**, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF nº 317.801.139-00 e RG nº 1.683.609 SSP/PR residente e domiciliado na Avenida dos Uirapurus, nº 120 W (fundos), Centro de Nova Mutum-MT, nomeiam e constituem como seus procuradores os advogados **PAULO DE ALMEIDA VILELA** inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 9538 e **ANDRÉ DE ALMEIDA VILELA** inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 11.012, ambos com escritório profissional situado na Av das Emas, nº 1141 - N, Bairro Jardim das Orquídeas, Nova Mutum/MT, outorgando-lhe amplos poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "Et Extra", para dar e receber quitação, transacionar e com poderes específicos para representar seus interesses nos autos do processo código nº 133286 em tramite no Juizado Especial da comarca de Nova Mutum-MT.

Nova Mutum/MT, 05 de novembro de 2020.

  
**WILSON IUSAKU SUZUKI**  
CPF 317.801.139-0

Av. das Araras, nº 58 W – Centro – CEP. 78450-000 – Nova Mutum – MT  
Fone/Fax: 65 3308 4297 / 65 9601 4830 / 65 9978 2772  
Email: [paulo@almeidavilela.com.br](mailto:paulo@almeidavilela.com.br)

Documento: 140641 - Protocolado em: 09/11/2020 às 09:45:58 e assinado eletronicamente por: PAULO DE ALMEIDA VILELA:7222444168  
Autenticidade do documento: cd63e59e-e526-462a-aca2-2cf9e8e69962. Para conferir a autenticidade acesse o endereço <http://apolo.tjmt.jus.br/web/ValidadorDocumento/>



---

**09/11/2020 Vista**

De: Juizado Especial  
Para: Advogado: PAULO DE ALMEIDA VILELA

---

**09/11/2020 Carga**

De: Advogado: PAULO DE ALMEIDA VILELA  
Para: Juizado Especial

---

**09/11/2020 Vista**

De: Juizado Especial  
Para: Advogado: PAULO DE ALMEIDA VILELA

---

**10/11/2020 Ref: 7 - Certidão de Envio de Matéria para Imprensa**

Certifico que remeti para publicação no DIÁRIO DA JUSTIÇA, DJE nº 10856, com previsão de disponibilização em 11/11/2020, o movimento "Certidão de conversão de tipo de tramitação (Híbrido)" de 09/06/2020, onde constam como patronos habilitados para receberem intimações: Daniel Luis Nascimento Moura - OAB:MT 16.604, Thiago Pertile Borda - OAB:MT 21.017 representando o polo ativo; e PAULO DE ALMEIDA VILELA - OAB:MT 9538 representando o polo passivo.

---

**11/11/2020 Ref: 8 - Certidão de Publicação de Expediente**

Certifico que o movimento "Certidão de conversão de tipo de tramitação (Híbrido)", de 09/06/2020, foi disponibilizado no DJE nº 10856, de 11/11/2020 e publicado no dia 12/11/2020, onde constam como patronos habilitados para receberem intimações: Daniel Luis Nascimento Moura - OAB:MT 16.604, Thiago Pertile Borda - OAB:MT 21.017, representando o polo ativo; e PAULO DE ALMEIDA VILELA - OAB:MT 9538, representando o polo passivo.

---

**16/11/2020 Ref: 9 - Certidão de Oficial de Justiça**

Gleiciani de Oliveira Grisoste Barbosa, Oficiala de Justiça desta Comarca, no uso de suas atribuições, na forma da lei, CERTIFICA:

Que em cumprimento ao mandado expedido por ordem do MMº Juiz de Direito do Juizado Especial, extraído dos autos acima mencionado, diligenciei nos endereços informados no mandado e, lá estando, no dia 03/11/2020, às 13h35, PROCEDI A INTIMAÇÃO DO REQUERIDO Wilson Iusaku Suzuki (99966-1522), o qual, após ouvir a leitura e o teor do mandado, aceitou a via que lhe ofereci, porém deixou de exarar a sua assinatura diante das medidas de orientação de prevenção ao COVID. No dia 05/11/2020, às 15h22, PROCEDI A INTIMAÇÃO DO REQUERENTE Gilberto Moacir Cattani, o qual, após ouvir a leitura e o teor do mandado, aceitou a via que lhe ofereci e, munido da sua própria caneta (em prevenção ao COVID), exarou a sua assinatura. O referido é verdade e dou fé.

Nova Mutum, 11/11/2020.

Gleiciani de Oliveira Grisoste Barbosa  
Oficiala de Justiça

---



Exmo(a). Juiz(a) Estadual do Juizado Especial Criminal de Nova Mutum/MT.

COPIA

CI<sup>1</sup>: E-0428-A.

RECEBIMOS 26/09/2019 18:10 CI Cr - 133286

**Gilberto Moacir Cattani**, brasileiro, casado, produtor rural, portador da CI/RG 05566363 SSP/MT, inscrito no CPF/MF 522.376.051-49, residente e domiciliado no Município de Nova Mutum (CEP 78.450-000), Estado de Mato Grosso, sito à Estrada da Prainha, Lote 297, Distrito Pontal do Marape, Zona Rural, por intermédio de seu(s) procurador(es) que ao final subscreve(m) a presente, vem à presença de V. Excelência, fundamentado nos arts. 30, 41 e 44, do CPP, c/c a Lei 9.099/95, e art. 100, §2º, do Decreto-lei 2.848/1940, apresentar

## Queixa Crime

em desfavor de **Wilson Iusaku Susuki**, brasileiro, casado, produtor rural, CI/RG desconhecido, CPF/MF 317.801.139-00, e-mail: wsuzuki@hotmail.com, contato: (65) 3308-3244 ou 9 9966-1522, com endereço profissional no Município de Nova Mutum (CEP 78.450-000), Estado de Mato Grosso, sito à Avenida dos Uirapurus, Número 120, Letra W, Bairro Centro, pelos fatos e fundamentos a seguir desenvolvidos.

<sup>1</sup> Controle Interno.

atendimento@bordaemoura.com.br 65 3308 1617 | 9619 8946 (Vivo) | 8131 3593 (Tím)  
Rua dos Flamboyants, 1634W - Edifício Fiorella, Sala 3 - Alto da Colina | Nova Mutum-MT | CEP 78450-000

www.bordaemoura.com.br





17/04/2021

Número: **1002339-04.2019.8.11.0086**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM**

Última distribuição : **25/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 29.940,00**

Assuntos: **Direito de Imagem**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GILBERTO MOACIR CATTANI (REQUERENTE)		DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA (ADVOGADO(A)) THIAGO PERTILE BORDA (ADVOGADO(A))	
WILSON IUSAKU SUZUKI (REQUERIDO)		ANDRE DE ALMEIDA VILELA (ADVOGADO(A)) PAULO DE ALMEIDA VILELA (ADVOGADO(A))	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24269 551	25/09/2019 11:16	<a href="#">006 - PSL Nova Mutum 23-08-2019</a>	Outros documentos





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**CERTIDÃO DA COMPOSIÇÃO - COMPLETA**

CERTIFICO que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros.

Partido Político:	<b>17 - PARTIDO SOCIAL LIBERAL</b>		
Órgão Partidário:	<b>Órgão provisório</b>		
Abrangência:	<b>NOVA MUTUM - MT - Municipal</b>		
Vigência:	<b>Início: 11/01/2018 Final:</b>		
Situação do Órgão:	<b>Suspenso por falta de prestação de contas</b>	Data de Validação:	<b>15/04/2019</b>
Protocolo/Código do requerimento:			
Endereço:	<b>AVENIDA DOS UIRAPURUS N° 120 W</b>	Bairro:	<b>CENTRO</b>
Município:	<b>NOVA MUTUM / MT</b>	CEP:	<b>78450000</b>
Complemento:		CNPJ:	<b>15.796.050/0001-02</b>
Telefone:	<b>(65) 3308-3244</b>	Fax:	
Celular:	<b>(65) 99966-1522</b>		
E-mail:	<b>wsuzuki@hotmail.com</b>		

Membro	Cargo	Exercício / Situação
JOÃO MARCELO VERISSIMO	MEMBRO DO DIRETÓRIO	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo
WILSON IUSAKU SUZUKI	PRESIDENTE	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo
ABRAÃO JOSÉ MARIANO RIBEIRO	PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo
ITAMAR SCHIMIDT MEURER	SECRETÁRIO-GERAL	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo
FERNANDA KATIE SUZUKI	PRIMEIRO SECRETÁRIO	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo
MARCOS KAVAMURA ARISSAVA	TESOUREIRO-GERAL	11/01/2018 - Indeterminado / Ativo

Código de Validação	<b>GaXJtUzt+zGCL5Jlvt36V7VnI8U=</b>
Certidão emitida em	<b>23/08/2019 12:30:48</b>

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidospoliticos/validarcertidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são anotados no TSE e os regionais e municipais são anotados nos Tribunais Regionais Eleitorais respectivos.





Terça-Feira, 15 de Setembro de 2020, 13h02

Senado

Rei do Porco escolhe ativista da extrema-direita para suplente na chapa - confira

Jacques Gosch



O empresário Reinaldo Morais, conhecido como "Rei do Porco", pré-candidato pelo ao Senado pelo PSC, terá o assentado da reforma agrária Gilberto Cattani, do PRTB, como um dos seus suplentes para concorrer na eleição suplementar marcada para 15 de novembro. O anúncio foi feito na manhã desta terça (15), durante convenções do PRTB, em Cuiabá e Várzea Grande.

Na semana passada, Reinaldo Morais esteve em Brasília, juntamente com Cattani, em encontro com o vice-presidente da República Hamilton Mourão, a principal autoridade do PRTB no país. O pré-candidato ao Senado comemora a união dos partidos de direita, que segundo ele vão "trilhar o caminho da política para fazer a diferença, com competência, honestidade e dedicação".

Divulgação



**Gilberto Cattani, ativista do movimento de extrema-direita Canhota Não escolhido para ocupar uma das suplências de Reinaldo Morais ao Senado**

Cattani é assentado da reforma agrária em Nova Mutum. Bolsonaroista e de extrema-direita, faz parte do movimento Canhota Não juntamente com o ativista Marcelo Stachin, de Sinop, alvo do inquérito 4.781, que apura ameaças e ofensas feitas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e fake news, que resultou em operação da Polícia Federal. Em 2018, foi candidato a deputado estadual pelo PSL e obteve 11.629 votos, ficando na 1ª suplência.





28/03/2021

Rei do Porco escolhe ativista da extrema-direita para suplente na chapa - confira :: RDNEWS - Portal de notícias de MT

O PSC realiza na quarta (16) as convenções municipal e estadual, para definição dos nomes que irão concorrer às eleições em 2020. São esperados correligionários de todo o Estado. O evento será no Hotel Fazenda Mato Grosso.

Fonte: **RDNEWS - Portal de notícias de MT**

Visite o website: <https://www.rdnews.com.br/> (<https://www.rdnews.com.br/>)



# Reinaldo Moraes terá pecuarista Gilberto Cattani como suplente em chapa para o Senado



Publicado 15/09/2020 - 14:50  
por **Da Redação**



Gilberto Cattani com Reinaldo Moraes

O empresário Reinaldo Moraes, pré-candidato pelo Partido Social Cristão (PSC), terá Gilberto Cattani, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), como um dos seus suplentes para concorrer na eleição suplementar ao Senado Federal, que acontece no próximo dia 15 de novembro. O anúncio foi feito na manhã desta terça-feira (15), durante convenções do PRTB, em Cuiabá e Várzea Grande. Cattani é bolsonarista e integrante do movimento "Canhota Não". Na semana passada, Reinaldo Moraes esteve em Brasília, juntamente com Cattani, em encontro com o vice-presidente Hamilton Mourão, a maior autoridade do PRTB no país. Amanhã (16), o PSC realiza as convenções municipais e estadual, para definição dos nomes que irão concorrer às eleições em 2020. O evento será no Hotel Fazenda Mato Grosso, com início às 13h, convenções municipais, e às 17h haverá a convenção para o Senado Federal.



EXCELENTÍSSIMO(A) DESEMBARGADOR(A) RELATOR(A) DO TRIBUNAL  
REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO.

E1-0014-F.

PJe. 0600053-82.2021.6.11.0000.

**GILBERTO MOACIR CATTANI**, brasileiro, casado, produtor rural, CI/RG 05566363 SSP/MT, CPF/MF 522.376.051-49, residente e domiciliado à Estrada da Prainha, Lote 297, Distrito Pontal do Marape, Zona Rural, Nova Mutum – MT, CEP: 78.450-000, por seu advogado que ao final subscreve a presente, vem respeitosamente perante V. Excelência, apresentar

### **RESPOSTA À ACUSAÇÃO**

formulada nesta Ação para Decretação de Perda de Mandato Eletivo por Infidelidade Partidária, proposta por **EMILIO POPULO SOUZA MACHADO**, devidamente qualificado na exordial, com fundamento no art. 4º, da Res.-TSE 22.610/2007, que faço nos termos de fato e de direito que a seguir discorreremos.

<sup>1</sup> Controle Interno.



## **I. ESCORÇO FÁTICO.**

1. O requerido participou das eleições estaduais por Mato Grosso, concorrendo ao cargo proporcional de Deputado Estadual, através do PSL – Partido Social Liberal, obtendo 11.629 votos válidos, que lhe rendeu a posição de 1º suplente ao cargo.

2. Por ocasião do inesperado – e lamentável – falecimento (no sábado, dia 13 de março de 2021), do agora ex-Deputado Estadual Dr. Silvio Fávero, que também era advogado, e que ocupava a cadeira na ALMT pelo PSL, iniciou-se escrutínio tanto no partido quanto na ALMT – Assembleia Legislativa de Mato Grosso para aferição do sucessor legítimo da cadeira vacante.

3. Após rigorosa verificação de legitimidade jurídica no âmbito partidário, o PSL de Mato Grosso, *interna corporis*, entendeu ser o requerido o detentor das jurídicas e partidárias atribuições para assumir a cadeira vacante.

4. Na mesma toada foi o Parecer 62/2021, de lavra da douta Procuradoria-Geral da ALMT, a pedido da Presidência da Mesa Diretora da Casa de Leis Estadual, que não mediu esforços para verificar a legalidade do caso.

5. Após escrutínio partidário e legislativo, o requerido, como esperado, numa terça-feira, dia 18 de março de 2021, às 11:00 horas, tomou posse como Deputado Estadual na augusta e respeitável Assembleia Legislativa de Mato Grosso, pelo PSL, onde arduamente se dedica para prestar serviços parlamentares com excelência.

## **II. FUNDAMENTOS JURÍDICOS.**

6. O requerente, 2º suplente ao cargo em questão, pelo PSL-MT, correligionário do requerido, por suas convicções, entende que deveria assumir a cadeira.

7. Em suas alegações, aduz que o requerido deixou o PSL-MT e migrou no PRTB-MT (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro de Mato Grosso), incorrendo em infidelidade partidária, hipótese que autoriza o manejo da ação de perda de mandato eletivo.



8. Em que pese o esforço do requerente, a razão não lhe assiste, por haver justa causa, tanto pela anuência partidária, quanto por grave discriminação pessoal, segundo a legislação em vigor, situações estas que afastam a ventilada infidelidade partidária.

9. Todavia, antes de adentrar no mérito, é preciso aferir a legitimidade do requerido, segundo suplente, quanto a possibilidade de poder, ou não, ajuizar a presente ação.

#### **PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE ATIVA.**

10. A ação de perda de mandato eletivo é regulada pela Res.-TSE 22.610, de 25/10/2007.

11. Compulsando a norma em tela, nota-se no artigo 1º, *caput* e §2º, os legitimados a propositura da presente ação, senão vejamos:

Art. 1º O **partido político** interessado pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa.

§ 2º Quando o partido político não formular o pedido dentro de 30 (trinta) dias da desfiliação, pode fazê-lo, em nome próprio, nos 30 (trinta) subsequentes, **quem tenha interesse jurídico** ou o **Ministério Público Eleitoral**.

12. Do que se extrai da norma, existem dois momentos temporais para propositura da ação de perda de mandato, sendo que, em cada período, há legitimados diferentes.

13. Na primeira hipótese, temos como legitimado o **partido político** interessado, que deve apresentar seu pedido à Justiça Eleitoral em até 30 (trinta) dias da data da desfiliação, quando a desfiliação for sem justa causa.

14. Na segunda hipótese, temos os **terceiros com interesse jurídico** ou o **Ministério Público Eleitoral**. O prazo, também decadencial, inicial quanto termina os primeiros 30 dias da desfiliação.



15. Sendo o requerente o 2º suplente para o cargo de Deputado Estadual por Mato Grosso, pelo PSL, não há previsão de sua legitimidade para interposição da presente demanda.

16. Aresto do **c. TSE**:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. AÇÃO DE PERDA DE MANDATO POR DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA. VEREADOR. CLÁUSULA DE DESEMPENHO INDIVIDUAL PRESCRITA NO ART. 108 DO CÓDIGO ELEITORAL. INAPLICABILIDADE AO SUPLENTE. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA DO ART. 112, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CE. INCONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO. INOVAÇÃO RECURSAL. LEGITIMIDADE PARA PROPOSITURA DA AÇÃO. PRAZO. TERMO INICIAL. DATA DA DESFILIAÇÃO. TEMPESTIVIDADE. INTERPOSIÇÃO DURANTE O TRINTÍDIO CONFERIDO AOS LEGITIMADOS SUPLETIVOS. ART. 22-A, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DA LEI Nº 9.096/95. JUSTA CAUSA POR GRAVE DISCRIMINAÇÃO POLÍTICA PESSOAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESAVENÇAS ENTRE OS ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS. AUSÊNCIA DE CARÁTER PESSOAL E ATUALIDADE DOS FATOS ALEGADOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 24/TSE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO A QUE NEGA PROVIMENTO.

1. É inadmissível a inovação de tese em agravo interno, ante a ocorrência da preclusão, ainda que a alegação refira-se à suposta matéria de ordem pública, pois esta também não prescinde do requisito do prequestionamento. Precedentes. 2. Em vista de expressa determinação do art. 112, parágrafo único, do CE, a cláusula de desempenho individual prevista no art. 108 não constitui requisito para definição dos suplentes da legenda. 3. O substrato do instituto da suplência é justamente a eventual assunção do cargo concorrido no prélio eleitoral, de modo que, caso isso venha a ocorrer, não se pode exigir do suplente a votação nominal mínima, da qual a legislação expressamente o dispensou para figurar como tal. 4. O interesse jurídico que confere ao suplente legitimidade para propor a ação com fulcro no art. 22-A da Lei nº 9.096/95 é aferível independentemente do alcance da cláusula de desempenho, visto que a legislação eleitoral, taxativamente, afastou tal requisito como pressuposto para a eventual assunção do cargo eletivo. **5. Conforme jurisprudência sedimentada nesta Corte Superior, o primeiro suplente do partido detém legitimidade ativa para pleitear a perda do cargo eletivo de parlamentar infiel à agremiação pela qual foi eleito. Precedentes.** 6. O prazo para a propositura da ação de perda do mandato eletivo por infidelidade partidária é de 30 dias para o partido interessado, contados da data da desfiliação do mandatário, podendo os demais legitimados



ingressar com a ação nos 30 dias subsequentes, nos termos da legislação regente e da orientação jurisprudencial firmada por esta Corte. 7. A hipótese de discriminação pessoal que caracteriza justa causa para a desfiliação exige a demonstração de fatos certos e determinados que tenham o condão de afastar o mandatário do convívio da agremiação ou revelem situações claras de desprestígio ou perseguição. Precedentes. 8. Na linha da jurisprudência desta Corte, "eventual dificuldade ou resistência da agremiação em lançar o ocupante do cargo como candidato em eleições futuras não é fato suficiente para a aferição de grave discriminação pessoal" (RO nº 263/PR, Rel. Min. Henrique Neves, DJe de 31.3.2014). 9. Meras desavenças políticas entre órgãos partidários ou entre seus filiados são inábeis à configuração de grave discriminação política pessoal. Tampouco se afigura motivo suficiente para legitimar a desfiliação a insatisfação do trãnsfuga em relação à opção da agremiação em não o lançar como candidato no pleito, visto que essas circunstâncias não desbordam os acontecimentos afetos à vida política partidária. 10. No caso, o Tribunal de origem concluiu pela inexistência de grave discriminação apta a configurar justa causa para desfiliação do agravante, julgando, via de consequência, procedente o pedido de decretação de perda de mandato eletivo por infidelidade partidária, assentando, ademais: i) a ocorrência de intensa disputa entre os diretórios estadual e municipal quanto ao controle das ações políticas em Paranaguá/PR; ii) o afastamento político entre as instâncias partidárias não se revestiram de pessoalidade em relação ao agravante; iii) fragilidade das provas testemunhais colhidas, que informaram ciência sobre desavenças envolvendo o agravante à míngua de indicação de fontes confiáveis ou de especificação de fatos concretos; iv) a manutenção do agravante na presidência do órgão partidário local por vários anos, lançando-se candidato e inclusive sendo eleito pela legenda; v) inexistência, nos autos, de qualquer indicação de que os dirigentes regionais teriam o poder de "barrar" sua postulação a uma das vagas de candidato; vi) falta de atualidade das circunstâncias apontadas como justa causa. 11. A moldura fático-probatória delineada no acórdão regional não viabiliza conclusão diversa da que chegou a Corte de origem, de modo que a modificação do julgado, a fim de acolher os argumentos recursais do agravante, no sentido da caracterização da justa causa para desfiliação partidária, resvalaria no reexame dos fatos e provas dos autos, providência que esbarra no óbice plasmado na Súmula nº 24/TSE. 12. Agravo interno desprovido.

(Recurso Especial Eleitoral nº 060046225, Acórdão, Relator(a) Min. Edson Fachin, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 105, Data 28/05/2020)

17. Nos termos da jurisprudência uníssona do Tribunal Superior Eleitoral, de observância verticalizada para as instâncias inferiores, a única

(65) 99619 8946  
atendimento@mgnadvogados.com

[www.mgnadvogados.com](http://www.mgnadvogados.com)

CNPJ: 24.021.086/0001-05  
OAB MT PJ: 818

NOVA MUTUM - MT  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2,  
Centro - CEP: 78450-000

GUIABÁ - MT  
Rua Franklin Cassiano Silva, nº 01, Sala 25, GComplexJur  
Bairro Duque de Caxias - CEP: 78043-294

SORRISO - MT  
Av. Tancredo Neves, nº 1168, Sala 204  
Ed. Sorriso Center, Centro - CEP: 78890-000

  
@mgnadvogados



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:21:47

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916214444500000013747427>

Número do documento: 21041916214444500000013747427

Num. 13946772 - Pág. 5



exceção jurisprudencial, registre-se, para a interposição a presente ação, seria do requerido, que é 1º suplente pelo PSL-MT, não podendo o requerente, 2º suplente pelo PSL-MT, agir de forma contrária a orientação da justiça eleitoral, sendo parte ilegítima para figurar no polo ativo desta demanda.

18. Pelas razões apresentadas, requer o reconhecimento da ilegitimidade ativa do requerido para interposição de ação de perda de mandato eletivo, com a declaração de improcedência total dos pedidos vestibulares.

### **PRELIMINAR: AÇÃO PROTOCOLADA A DESTEMPO.**

19. De acordo com a Res.-TSE 22.610, de 25/10/2007, existem dois prazos decadenciais a serem observados, no caso da propositura de ação de perda de mandato eletivo.

20. O primeiro, é de 30 (trinta) dias, contados a partir da desfiliação. O segundo é também de 30 (trinta) dias, contados em seguida dos primeiros trinta dias, da desfiliação.

21. O que muda, como vimos no tópico anterior, são os legitimados a propositura da ação, sendo no primeiro tempo, partido político, e no segundo, pessoa interessada e ministério público eleitoral.

22. É o entendimento do **e. TSE**:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. **AÇÃO DE PERDA DE MANDATO POR DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA SEM JUSTA CAUSA. CARGO. VEREADOR. PRAZO DECADENCIAL PARA PROPOSITURA DA AÇÃO.** ART. 22, V E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 9.504/1997. **TERMO INICIAL. DATA DO CANCELAMENTO DA FILIAÇÃO ANTERIOR PELA JUSTIÇA ELEITORAL.** MARCO QUE ASSEGURA EFETIVIDADE E PUBLICIDADE DA EXTINÇÃO DO VÍNCULO PARTIDÁRIO ANTERIOR. OITIVA DE TESTEMUNHAS MEDIANTE CARTA PRECATÓRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. ULTRAJE AO ART. 453, II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA REGRA ELEITORAL ESPECÍFICA. ART. 7º DA RES. – TSE Nº 22.610/2007. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 1.022, II, DO CPC E 275 DO CE. INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA DESFILIAÇÃO. MUDANÇA SUBSTANCIAL OU REITERADO DESVIO DO PROGRAMA PARTIDÁRIO. GRAVE DISCRIMINAÇÃO POLÍTICA



PESSOAL. HIPÓTESES NÃO CONFIGURADAS. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

**1. O art. 1º, § 2º, da Res.–TSE nº 22.610/2007 prevê que o prazo para a propositura da ação de perda do mandato eletivo por infidelidade partidária é de 30 dias para o partido interessado, contados da data da desfiliação do mandatário. 2. Consoante jurisprudência deste Tribunal Superior, "a data a ser considerada como termo inicial do prazo para a propositura de ação de perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa é a da primeira comunicação feita pelo detentor do mandato eletivo ao partido político, e não a realizada perante a Justiça Eleitoral"** (AgR–Al nº 060058875/PR, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe de 5.8.2019). 3. O substrato da exegese conferida por esta Corte Superior ao dispositivo é a ciência do partido acerca da desfiliação. Justamente por isso, **no caso de ausência de comunicação da desfiliação ao partido diretamente pelo trãnsfuga, configurando-se a hipótese do art. 22, V, da Lei nº 9.096/95, o termo inicial para contagem do prazo da ação é a data do cancelamento da filiação pela Justiça Eleitoral, pois constitui o momento em que a agremiação partidária toma conhecimento oficial da saída do trãnsfuga dos seus quadros, ressalvada a hipótese em que as circunstâncias do caso concreto evidenciarem a ciência em ocasião anterior**. 4. O art. 22, parágrafo único, da Lei das Eleições preconiza que, ao constatar a coexistência de filiações partidárias, a Justiça Eleitoral procederá ao cancelamento imediato do vínculo mais antigo (no Sistema de Filiação Partidária). A partir desse ato ocorre a efetividade e a publicidade da extinção do vínculo partidário anterior, viabilizando a ciência da agremiação interessada na propositura da ação de perda do cargo por desfiliação sem justa causa. Por essa razão é que se considera a data do cancelamento da filiação pela Justiça Eleitoral como marco inicial para contagem do prazo decadencial prescrito no art. 1º, § 2º, da Resolução–TSE nº 22.610/2007. 5. No caso, depreende-se das premissas emolduradas que o cancelamento da filiação do ora agravante ao PRP, partido pelo qual se elegeu, ocorreu em 14.4.2018, e a ação em comento foi proposta em 12.5.2018, dentro, portanto, do prazo legal. 6. O art. 7º da Resolução–TSE nº 22.610/2007 constitui norma específica do ordenamento jurídico eleitoral que rege os processos de perda de mandato eletivo por infidelidade partidária e, por isso, prepondera em relação às regras disciplinadas no Código de Processo Civil, cuja aplicação nesta seara ocorre somente de forma subsidiária nas hipóteses em que não há regramento específico. Assim, não há falar em cerceamento de defesa quando o indeferimento da oitiva das testemunhas mediante carta precatória se dá por decisão fundamentada. Precedente. 7. Não há violação aos arts. 1.022, II, do CPC e 275 do Código Eleitoral quando o Tribunal de origem, ainda que em sentido diverso à pretensão da parte, enfrenta a questão suscitada. 8. A moldura fático–probatória

(65) 99619 8946  
atendimento@mgnadvogados.com

[www.mgnadvogados.com](http://www.mgnadvogados.com)

CNPJ: 24.021.086/0001-05  
OAB MT PJ: 818

NOVA MUTUM - MT  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2,  
Centro - CEP: 78450-000

GUIABÁ - MT  
Rua Franklin Cassiano Silva, nº 01, Sala 25, GComplexJur  
Bairro Duque de Caxias - CEP: 78043-294

SORRISO - MT  
Av. Tancredo Neves, nº 1168, Sala 204  
Ed. Sorriso Center, Centro - CEP: 78890-000  
@mgnadvogados



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:21:47

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916214444500000013747427>

Número do documento: 21041916214444500000013747427

delineada no acórdão regional não possibilita compreensão diversa da assentada pela Corte de origem, que concluiu pela não subsunção dos fatos apurados a qualquer das hipóteses de justa causa para desfiliação partidária prescritas no art. 22-A da Lei nº 9.096/95. 9. A mudança substancial ou desvio de programa partidário exige, para sua configuração, evidências de alteração relevante da ideologia da agremiação, o que não se infere das premissas assentadas no acórdão. 10. A justa causa prevista no art. 22-A, II, da Lei nº 9.096/95 reclama a demonstração de fatos certos e determinados que tenham o condão de afastar o mandatário do convívio da agremiação ou revelem situações claras de desprestígio ou perseguição. Precedentes. 11. Meras desavenças políticas entre filiados são insuficientes para configurar a grave discriminação política pessoal, tampouco constitui motivo legítimo para desfiliação a insatisfação do agravante em relação à ausência de reunião do órgão partidário municipal, à inativação da Comissão Provisória Municipal do partido e à sua não inclusão como membro nessa Comissão, visto que essas circunstâncias constituem acontecimentos afetos à vida política partidária. Hipótese de grave discriminação política pessoal não configurada. 12. Agravo regimental desprovido.

(Agravo de Instrumento nº 060057160, Acórdão, Relator(a) Min. Edson Fachin, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 156, Data 06/08/2020)

23. No caso, depreende-se das premissas emolduradas que o cancelamento da filiação do requerido ao PSL, partido pelo qual se tornou 1º suplente, ocorreu em 16.4.2020<sup>2</sup>, e a ação em comento foi proposta em 23.03.2021, **fora, portanto, do prazo legal**.

24. Portanto, diante dos fatos ocorridos no tempo, comprovados pelos documentos anexo, e diante da lei e da jurisprudência, requer o reconhecimento da decadência, com consequente declaração de total improcedência da ação.

### **PRELIMINAR: AÇÃO PREMATURA.**

25. *Ad argumentandum tantum*, caso as preliminares anteriores sejam – fundamentadamente – rejeitadas, é certo que o requerente, ao distribuir a ação no primeiro trintídio, contado da data da posse do requerido, o fez ciente de que não era prazo para ele se manifestar, vez que a Res.-TSE 22.610/2007 atribui a legitimidade, nos primeiros 30 (trinta) dias, a partidos políticos.

<sup>2</sup> Certidão de Filiação com Histórico em nome do requerido, pesquisado pelo Título Eleitoral 012937491856.



26. O segundo trintídio poderia ser o prazo mais acertado para a interposição da ação, todavia, deixou de fazer no devido e correto espaço de tempo estabelecido pela lei dos partidos políticos e pela resolução do TSE que a regulamenta, decaindo, portanto, seu eventual direito de ação.

27. Nestes termos, requer a declaração de total improcedência da ação em tela, eis que protocolada a destempo do prazo temporal estabelecido para os legitimados segundo a norma eleitoral, situação que resultou na decadência do eventual direito do autor.

### **MÉRITO: JANELA PARTIDÁRIA. JUSTA CAUSA.**

28. De proêmio, verifica-se hipótese do art. 22-A, III, da lei dos partidos políticos:

Art. 22-A. Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliou, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito.

Parágrafo único. **Consideram-se justa causa** para a desfiliação partidária somente as seguintes hipóteses:

**III - mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.**

29. O requerido se filiou ao PRTB-MT, na data de 04/04/2020, conforme certidão de filiação anexo, para concorrer a eleição suplementar majoritária ao Senado Federal, por Mato Grosso.

30. O prazo de filiação exigido por lei, para concorrer às Eleições, mencionado no referido inciso III, era de 6 (seis) meses antes da Eleição, conforme o disposto no art. 9º, caput, da Lei n. 9.504/1997:

Art. 9º **Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de seis meses e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.**

Parágrafo único. Havendo fusão ou incorporação de partidos após o prazo estipulado no caput, será considerada, para efeito de filiação partidária, a data de filiação do candidato ao partido de origem.



31. Tendo em vista que a data das Eleições, inicialmente, era prevista para 04/10/2020 (pois com o advento da pandemia houve alterações no calendário eleitoral posteriormente), o prazo de 6 (seis) meses acima referido para estar filiado para concorrer às próximas eleições era 04/04/2020.

32. Assim, os 30 (trinta) dias da chamada “janela partidária”, em que foi possível a mudança de partido, foram aqueles que antecederam a data de 04/04/2020 (de 04/03/2020 até 04/04/2020).

33. Conforme consta dos autos, verifica-se que o requerido filiou-se ao PRTB-MT 04/04/2020, isto é, **dentro do prazo permitido**, portanto, para a mudança de partido, sem que se possa discutir eventual perda do mandato por infidelidade partidária.

34. Esse prazo, com efeito, não se alterou com a modificação da data das eleições em razão da pandemia, visto que, quando do advento da Emenda Constitucional n. 107/2020, o referido prazo já havia transcorrido totalmente. Assim dispõe o art. 1º, § 2º, da Emenda Constitucional n. 107/2020:

Art. 1º

[...]

§ 2º Os demais prazos fixados na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e na Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que não tenham transcorrido na data da publicação desta Emenda Constitucional e tenham como referência a data do pleito serão computados considerando-se a nova data das eleições de 2020.

35. Dessa forma, **a mudança de partido realizada pelo requerido foi feita dentro do prazo permitido pelo art. 22-A da Lei n. 9.096/1995** e, embora tenha trocado de legenda partidária enquanto ainda detinham a suplência, a norma se lhes aplica igualmente, por isonomia.

36. Em situação semelhante, decidiu o **e. TRE-SC**:

AÇÃO DE DECRETAÇÃO DE PERDA DE CARGO ELETIVO POR  
DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA SEM JUSTA CAUSA - VEREADOR -  
FILIAÇÃO A NOVO PARTIDO POLÍTICO DURANTE O PERÍODO



**DENOMINADO DE "JANELA PARTIDÁRIA" - AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA DESFILIAÇÃO À ANTIGA AGREMIÇÃO E À JUSTIÇA ELEITORAL - DESNECESSIDADE - VALIDADE DO VÍNCULO PARTIDÁRIO DECORRENTE DO ATENDIMENTO DAS REGRAS ESTATUTÁRIAS DO NOVO PARTIDO - PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA AUTONOMIA PARTIDÁRIA - CONFIGURAÇÃO DA JUSTA CAUSA AUTORIZANDO A MIGRAÇÃO SEM PERDA DO MANDATO ELETIVO - IMPROCEDÊNCIA.**

"O princípio constitucional da autonomia partidária - além de repelir qualquer possibilidade de controle ideológico do Estado sobre os partidos políticos - cria, em favor desses corpos intermediários, sempre que se tratar da definição de sua estrutura, de sua organização ou de seu interno funcionamento, uma área de reserva estatutária absolutamente indevassável pela ação normativa do Poder Público, vedando, nesse domínio jurídico, qualquer ensaio de ingerência legislativa do aparelho estatal" (STF, ADI 1063, DJ de 27/04/2001, Ministro Celso de Mello). A comunicação da desfiliação prevista em lei não constitui requisito imprescindível para a legitimidade do vínculo eventualmente firmado com outra agremiação, a qual deve ser considerada deferida, para todos os efeitos, com o simples atendimento das regras estatutárias desse novo partido (Lei n. 9.096/1995, art. 17). Comprovado que o detentor do cargo de vereador filiou-se em outra agremiação nos trinta dias anteriores ao prazo de filiação exigido para concorrer no próximo pleito municipal, exsurge devidamente configurada a justa causa que autoriza a migração partidária do requerido sem a perda do seu mandato eletivo (Lei n. 9.096/1995, art. 22-A, parágrafo único, III).

(TRE-SC. Acórdão n. 34.394, de 07/07/2020, Rel. Juiz Fernando Carioni)

### 37. Aresto do e. TRE-MG:

Ação. Desfiliação. Vereador. Art. 22 - A, § único, III da Lei nº 9.096/95. Infidelidade partidária. Alegação de nova filiação fora da "janela partidária".

**Mérito. Comprovação da justa causa disciplinada no inciso III do parágrafo único do art. 22-A da Lei nº 9.096/95. Comprovação de alteração da filiação, no período permitido em lei. Janela partidária. Não configuração de infidelidade partidária. Improcedência do pedido.**

(TRE-MG. Acórdão na Petição n. 0600496-13.2020.613.0000, de 03/09/2020, Rel. Juiz Marcelo Vaz Bueno)





38. Ante o exposto, requer o reconhecimento da justa causa por ter ocorrido dentro do prazo da chamada “janela partidária”, para com isso julgar totalmente improcedentes os pedidos autorais.

### **MÉRITO: ANUÊNCIA PARTIDÁRIA. JUSTA CAUSA.**

39. Na data de 04/04/2020 (doc. anexo), o requerido peticionou ao Diretório Estadual do PSL-MT, por seu Presidente, informando sua intenção de desfiliação, com justa causa, para filiar-se ao PRTB-MT, para concorrer às eleições suplementares para o Senado Federal, por Mato Grosso, em 2020.

40. Na data de 04/06/2020 (doc. anexo), o excelentíssimo Presidente do Diretório Estadual do PSL-MT, Sr. Aécio, respondeu ao requerido, dando-lhe anuência para a desfiliação, sem perda da expectativa do mandato eletivo, isto é, a suplência, caso eventualmente viesse a assumir o cargo (situação que, de fato, após a posse, produz efeitos eletivos).

41. Nos termos da jurisprudência do **TSE**, a anuência partidária importa em justa causa, que afasta a infidelidade, senão vejamos:

ELEIÇÕES 2016. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE PERDA DE MANDATO ELETIVO. VEREADOR. INFIDELIDADE PARTIDÁRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. **CARTA DE ANUÊNCIA. JUSTA CAUSA PARA DESFILIAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM.** ALTERAÇÃO SUPERVENIENTE DO CENÁRIO PARTIDÁRIO. INCORPORAÇÃO DO PHS AO PODEMOS. **RETORNO DO TRÂNSFUGA À AGREMIÇÃO ORIGINAL. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.**

1. O direito à ampla defesa e ao contraditório não é ultrajado quando, ao longo de todo o processo, o recorrente fez-se acompanhar por profissional habilitado. A discordância quanto à estratégia utilizada pelo patrono anterior não enseja a reabertura da instrução processual. **2. Conforme entendimento fixado pelo TSE para as Eleições de 2016, a carta de anuência com a desfiliação partidária constitui justa causa, sendo desnecessária a demonstração da grave discriminação pessoal.** 3. A fidelidade partidária deve ser entendida como princípio derivado da soberania popular, calcado na necessidade de manutenção da representatividade político-ideológica do eleitor, daí porque a saída de mandatário da legenda pela qual concorreu implica, em linha de princípio, a perda do mandato eletivo. 4. Por tal razão, considera-se que a vontade do eleitor ressaí ultrajada quando o parlamentar abandona seu partido em





favor de um novo, inspirado por balizas e programas que se presumem distintos daqueles que marcam a individualidade ideológica da legenda pela qual fora eleito. 5. Tal assertiva, contudo, não deve leva à conclusão de que o instituto em evidência tutela interesse situado na esfera jurídica dos partidos políticos. **Pelo contrário, o bem jurídico tutelado, a rigor, é a própria soberania do povo.** 6. **A convocação do primeiro suplente do partido abandonado é uma solução jurídica que visa a restaurar a necessária ponte entre o instituto da representação e sua base legitimante, erigindo à titularidade um agente apto a sustentar, ao nível do parlamento, a orientação geral selecionada pela comunidade política por intermédio do mecanismo do sufrágio.** 7. Nas ações que versam sobre a fidelidade partidária, a matéria de fundo apela diretamente à preservação (ou ao resgate) do elo entre a manifestação da cidadania e o agente associativo que a absorve. 8. À luz dessa premissa, cumpre reconhecer a perda superveniente do objeto da ação, apurada a partir do momento em que a movimentação do sistema partidário fez anódino o dissenso anteriormente existente entre as dimensões subjetiva e institucional do sufrágio coletivo. 9. Se a dinâmica política deságua na restauração do quadro preferido pela instância popular, o princípio do máximo aproveitamento do voto recomenda a adoção da hermenêutica que lhe possa conferir efeitos decisivos. 10. O acerto dessa leitura é reforçado pela percepção de que as circunstâncias novas fulminam a existência de um quadro de infidelidade, não somente no que tange à relação entre eleitores e eleito como, ainda, na interação do outrora trânsfuga com a legenda que o elegeu. 11. Em face do novo contexto, se é possível plasmar no parlamento o quadro representativo tal qual delineado pelas urnas, descabe decidir por um cenário diferente. Do contrário, a soberania popular seria subjugada em prol de outros interesses, subvertendo-se a hierarquia dos valores que sustentam a ratio essendi da engenharia eleitoral. **12. Conforme entendimento fixado pelo TSE para as Eleições de 2016, a carta de anuência do partido político constitui justa causa para a desfiliação partidária, sem acarretar a perda do mandato eletivo.** 13. **Recurso especial a que se dá provimento.**

(RECURSO ESPECIAL ELEITORAL nº 060013127, Acórdão, **Relator(a) Min. Edson Fachin**, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 197, **Data 01/10/2020**)

42. Não bastasse, no mesmo documento, o PSL-MT reconhece justa causa por grave discriminação pessoal cometida pelo ex-Presidente do PSL de Nova Mutum-MT, contra o requerido, objeto do tópico posterior.

43. Portanto, nos termos da lei, da jurisprudência e dos documentos de prova apresentados, caso este Sodalício resolva rejeitar –

(65) 99619 8946  
atendimento@mgnadvogados.com

[www.mgnadvogados.com](http://www.mgnadvogados.com)

CNPJ: 24.021.086/0001-05  
OAB MT PJ: 818

NOVA MUTUM - MT  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2,  
Centro - CEP: 78450-000

CUIABÁ - MT  
Rua Franklin Cassiano Silva, nº 01, Sala 25, GComplexJur  
Bairro Duque de Caxias - CEP: 78043-294

SORRISO - MT  
Av. Tancredo Neves, nº 1168, Sala 204  
Ed. Sorriso Center, Centro - CEP: 78890-000

  
@mgnadvogados



fundamentadamente – as preliminares (ad argumentandum tantum), requer seja declarada a improcedência total da ação, em razão da ciência partidária quanto a desfiliação na modalidade justa causa.

**MÉRITO: MUDANÇA DE PARTIDO COM JUSTA CAUSA.  
GRAVE DISCRIMINAÇÃO PESSOAL. COMPROVAÇÃO.**

44. A Res.-TSE 22.610/2007, ao regulamentar as hipóteses de infidelidade partidária e seus efeitos, cuidou de prever os casos excepcionais de justa causa para a desfiliação.

45. Nestes termos, o art. 1º, §1º:

Art. 1º O partido político interessado pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa.

**§ 1º Considera-se justa causa:**

I – incorporação ou fusão do partido;

II – criação de novo partido;

III – mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário;

**IV – grave discriminação pessoal.**

46. Mesma é a lição do art. 22-A, §único, II, da lei 9.096/95:

Art. 22-A. Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfilia, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito.

Parágrafo único. **Consideram-se justa causa** para a desfiliação partidária somente as seguintes hipóteses:

I - mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário;

**II - grave discriminação política pessoal;**

47. Na hipótese do inciso V, do §1º, do art. 1º, da citada resolução, repetindo o ensinamento da lei dos partidos políticos, tratou a Justiça Eleitoral de prestigiar membros filiados em locais onde sua moral, ética e



honradez pudessem, por exemplo, serem atacadas, situação esta que caracterizaria a grave discriminação pessoal, de modo a isentar-lhes do ônus de perder a titularidade de uma vaga conquistada, ainda que em suplência, por ocasião da modalidade “justa causa” da desfiliação.

48. Não foi por acaso que o legislador inseriu a palavra “grave” na situação que menciona. É que, pretendeu o legislador afastar os “meros dissabores” partidários, que se sabe existem, e não podem ser objeto de justa causa “qualquer” argumento apresentado pelo filiado.

49. É necessário demonstrar fatos que autorizem o afastamento do mandatário do convívio partidário ou clara situação de desprestígio a ele. Esta é, inclusive, a definição dada pelo c. TSE:

**A grave discriminação política pessoal que legitima a justa causa para a desfiliação partidária exige a demonstração concreta de fatos que tenham o condão de afastar o mandatário do convívio do partido ou que revelem situações claras de desprestígio ou perseguição**, não sendo motivo suficiente a eventual dificuldade ou resistência da grei em lançar o ocupante do cargo como candidato em eleições futuras, pois a disputa e a divergência internas fazem parte da vida partidária. Precedentes.

(Agravado de Instrumento nº 060018408, Acórdão, Relator(a) Min. Og Fernandes, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 113, Data 09/06/2020)

50. No caso dos autos, os desprestígios, acusações de crimes e perjúrios partiram do a época Presidente do PSL em Nova Mutum – MT, trazendo grande animosidade entre ele e o requerido, situação suficiente para afastar este das reuniões da agremiação (convívio partidário).

51. Tal fato gerou grande polêmica no grupo de whatsapp do partido, conforme imagens anexas.

52. Não bastasse, o ex-Presidente do PSL de Nova Mutum – MT, Sr. Wilson Susuki, propalou nas redes sociais um vídeo adulterado e mentiroso, que acusa o requerido de crimes de ordem penal, infrações disciplinares partidárias, e ofensa a sua honra e dignidade.

53. Tanto é verdade que o caso foi parar no Poder Judiciário do Fórum da Comarca de Nova Mutum – MT, em uma **ação civil** de nº. 1002339-04.2019.8.11.0086, e uma **ação penal** de nº. 0004391-87.2019.8.11.0086, nesta última, **havendo transação penal, reconhecendo a culpa, editando vídeo de retratação e pagando valores de perdas e danos, sobre os dois processos.**

54. Judicialmente, ficou comprovada a grave discriminação.

55. Aresto do **c.TSE**:

ELEIÇÕES 2014. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO. **AÇÃO DE DECRETACÃO DE PERDA DE CARGO ELETIVO POR DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA SEM JUSTA CAUSA. DEPUTADO ESTADUAL. IMPROCEDÊNCIA. JUSTA CAUSA EVIDENCIADA. GRAVE DISCRIMINAÇÃO PESSOAL.** DESPRESTÍGIO REPENTINO. DESTITUIÇÃO IMOTIVADA DA PRESIDÊNCIA DO PARTIDO. DIVULGAÇÃO ANTECIPADA NA MÍDIA. AUSÊNCIA DE CONVITE PARA REUNIÃO. MANUTENÇÃO DO MANDATO ELETIVO. DESPROVIMENTO.

1. A hipótese de discriminação pessoal que caracteriza justa causa para a desfiliação exige a demonstração de fatos certos e determinados que tenham o condão de afastar o mandatário do convívio da agremiação ou revelem situações claras de desprestígio ou perseguição. **2. No caso dos autos está presente a hipótese de justa causa de grave discriminação invocada pelo agravado ao demonstrar que experimentara um quadro de súbito desprestígio na legenda, o qual ultrapassa as alegações contrárias de eventual resistência de sua parte em verem frustradas as expectativas de se lançar a cargo majoritário no próximo pleito ou de divergência interna e disputas próprias do âmbito partidário.** 3. Agravo regimental desprovido.

(Recurso Ordinário nº 14826, Acórdão, **Relator(a) Min. Tarcisio Vieira De Carvalho Neto**, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, **Data 20/11/2017**)

56. Portanto, o Diretório Estadual do PSL-MT reconheceu, acertadamente, a grave discriminação pessoal contra o requerido, inclusive segundo ditames da lei e da jurisprudência, conforme restou comprovado nos citados autos judiciais, razão pela qual torna-se indiscutível a justa causa da qual o requerido detém, motivo bastante para ser a pessoa legitimada a ocupar – em sucessão - a cadeira vacante do PSL na Assembleia Legislativa de Mato Grosso



57. Nestes termos, caso este Sodalício resolva rejeitar – fundamentadamente – as preliminares (ad argumentandum tantum), requer seja declarada a improcedência total da ação, em razão do reconhecimento – pelo PSL-MT - da justa causa para desfiliação por grave discriminação pessoal.

### III. REPORTAGENS, VÍDEOS E AFINS.

58. Quanto a juntada de reportagens unilaterais, vídeos e suas narrações distorcidas, acusações de traição partidária e afins, tratam-se de questões alheias aos autos (livre manifestação de pensamento do requerido, a época, cidadão comum/civil).

59. São, também, questões partidárias de cunho *interna corporis*. Vale destacar, Excelência, que se nem os representantes do Diretório Estadual se manifestaram a respeito de tais coisas, com que autoridade vem o requerente se pronunciar nos autos, falando em nome de terceiros?

60. Contestamos todos esses materiais unilaterais, distorcidos e falaciosos, pronunciados por pessoa despida de legitimidade representativa na agremiação estadual.

### IV. PEDIDOS.

61. Isto posto, requer:

(a) O recebimento tempestivo desta defesa.

(b) A extinção prematura da ação, sem o julgamento do mérito, diante:

(b.1) da ilegitimidade de parte evidenciada.

(b.2) de ter decorrido o prazo decadencial.

(b.3) de ter protocolado no triênio equivocado (ação prematura).



(c) A **improcedência dos pedidos da inicial**, caso a preliminar seja – fundamentadamente – superada (ad argumentandum tantum), eis que sem base jurídica que lhes dê sustento, ante a comprovada justa causa:

(d.1) por ter ocorrido durante o período da chamada janela partidária.

(d.2) por anuência da desfiliação sem perda do direito ao mandato eletivo, enquanto 1º Suplente, pelo Diretório Estadual do PSL-MT.

(d.3) por grave discriminação pessoal ao requerido.

(d) Apresentamos rol de testemunhas:

(d.1) **AÉCIO**, Presidente do Diretório Estadual do PSL-MT, sito à Av. das Águias, Bela Vista, 129-W, Nova Mutum-MT, de RG e CPF desconhecido.

(d.2) **ELIZEU**, Vice-Presidente do Diretório Estadual do PSL-MT, sito à Av. das Águias, Bela Vista, 129-W, Nova Mutum-MT, de RG e CPF desconhecido.

(e) O deferimento das provas aqui apresentadas.

(f) Que sejam aos representados assegurados todos o direito de produzir provas admitidos em direito.

**62. Publicações em nome de DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA**, advogado com **OAB/MT nº. 16.604**, na forma da lei 13.105/15.

Pede deferimento.

Nova Mutum – MT, 28 de março de 2021.

*[documento assinado eletronicamente]*  
Daniel Luis Nascimento Moura  
Advogado | OAB 16.604 MT

(65) 99619 8946  
atendimento@mgnadvogados.com

[www.mgnadvogados.com](http://www.mgnadvogados.com)

CNPJ: 24.021.086/0001-05  
OAB MT PJ: 818

NOVA MUTUM - MT  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2,  
Centro - CEP: 78450-000

CUIABÁ - MT  
Rua Franklin Cassiano Silva, nº 01, Sala 25, GComplexJur  
Bairro Duque de Caxias - CEP: 78043-294

SORRISO - MT  
Av. Tancredo Neves, nº 1168, Sala 204  
Ed. Sorriso Center, Centro - CEP: 78890-000

  
@mgnadvogados







## Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

🕒 Sexta-feira, 19 de março de 2021 10h36

PARLAMENTO ESTADUAL

# Russi dá posse a Gilberto Cattani como deputado estadual

A posse foi confirmada após parecer favorável da Procuradoria da Assembleia Legislativa. Ele teve 11.629 votos e, por isso, ficou como primeiro suplente pelo PSL

ELZIS CARVALHO / Secretaria de Comunicação Social



Foto: FABLÍCIO RODRIGUES / ALMT

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado Max Russi (PSB), deu posse – nessa quinta-feira (18) – ao cargo de deputado estadual a Gilberto Cattani (PSL). Ele assume no lugar do titular Silvio Favero (PSL), que morreu vítima de complicações da Covid-19, no sábado 13 de março. Ele era o primeiro suplente da legenda, obtendo 11.629 votos na eleição de 2018.

De acordo com Russi, a posse de Cattani foi confirmada após parecer favorável da Procuradoria da Assembleia Legislativa. “A Procuradoria deu o sinal verde, afirmando que a vaga é de Cattani. Tenho certeza que ele fará um grande

trabalho ao Estado e à sociedade mato-grossense. Para isso ele contará com o apoio da presidência, da Mesa Diretora e dos demais deputados” disse Russi.

Emocionado, Cattani afirmou que vai honrar cada um dos votos recebidos e que a população e Mato Grosso vão vê-lo atuar na defesa dos pequenos produtores e na formatação de políticas públicas voltadas à regularização fundiária. Segundo ele, dois segmentos que precisam de mais apoio político no Estado.

“A pequena agricultura não pode caminhar separada da “grande agricultura”. A agricultura é uma só, uma depende da outra. Vamos trabalhar para uma legislação justa que possa ajudar o pequeno produtor comercializar também seus produtos” disse Cattani.

O primeiro-secretário, deputado Eduardo Botelho (DEM), que é também um defensor dos pequenos produtores e que ambos estarão alinhados a desenvolver esse segmento produtivo em Mato Grosso.





“Eles têm grande dificuldades para colocar seus produtos no mercado, mesmo assim muitas prefeituras não estão ajudando para montar uma estrutura e certificar a produção da agricultura familiar” lembrando ainda da lentidão da regularização fundiária. “A grande maioria dos pequenos produtores não tem documentos de sua propriedade”, concluiu Botelho.

---

### Secretaria de Comunicação Social

**Telefone:** ☎ (65) 3313-6283 **E-mail:** ✉ imprensa1al@gmail.com

---





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**CERTIDÃO DA COMPOSIÇÃO - COMPLETA**

CERTIFICO que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros.

Partido Político:	<b>17 - PARTIDO SOCIAL LIBERAL</b>		
Órgão Partidário:	<b>Órgão provisório</b>		
Abrangência:	<b>MATO GROSSO - MT - Estadual</b>		
Vigência:	<b>Início: 05/02/2020 Final: 04/08/2020</b>		
Situação do Órgão:	<b>Anotado</b>	Data de Validação:	<b>07/02/2020</b>
Protocolo/Código do requerimento:	<b>781025157767</b>		
Endereço:	<b>RUA DAS CEREJAS, 522, ED. CENTRO EMPRESARIAL RM, SALA A, TERREO, BOX 13</b>	Bairro:	<b>BOSQUE DA SAUDE</b>
Município:	<b>Cuiabá / MT</b>	CEP:	<b>78050020</b>
Complemento:		CNPJ:	<b>24.582.517/0001-02</b>
Telefone:	<b>(65) 3057-7298</b>	Fax:	
Celular:			
E-mail:	<b>matogrosso@psl.org.br</b>		

<b>Membro</b>	<b>Cargo</b>	<b>Exercício / Situação</b>
AECIO GUERINO DE SOUZA RODRIGUES	PRESIDENTE	05/02/2020 - 04/08/2020 / Ativo
JOSE CESAR NASCIMENTO	VICE-PRESIDENTE	05/02/2020 - 04/08/2020 / Ativo
HELICIO CARLOS VIANA PINTO	SECRETÁRIO-GERAL	05/02/2020 - 04/08/2020 / Ativo
ANTONIO DEVANDI RODRIGUES	PRIMEIRO SECRETÁRIO	05/02/2020 - 04/08/2020 / Ativo
ULYSSES LACERDA MORAES	TESOUREIRO-GERAL	05/02/2020 - 04/08/2020 / Ativo
ANTONIO ALEXANDRE DA SILVA JUNIOR	PRIMEIRO TESOUREIRO	05/02/2020 - 04/08/2020 / Ativo



Membro	Cargo	Exercício / Situação
HELIO FORTES DE JESUS JUNIOR	VOGAL	05/02/2020 - 04/08/2020 / Ativo

Código de Validação	8jjXVMaiSYK5oPRK6/h0IzQQzWs=
Certidão emitida em	04/04/2020 20:49:51

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/informacoes-partidarias/modulo-consulta-sgip3>
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são anotados no TSE e os regionais e municipais são anotados nos Tribunais Regionais Eleitorais respectivos.





## MATO GROSSO

BRASIL - MT

[Página Inicial](#) / [Lista de Cargos](#) / [Lista de Candidatos](#)

MATO GROSSO - 350

Situações ⓘ ()

Deputado Estadu. ▼

Pesquisar um candidato

**ACACIO FALCAO - 25222**

ACACIO JOSE ROZENDO FALCÃO

DEM - PRA MUDAR MATO GROSSO IV

Deferido

()

Suplente

**ADEMAR MACHADO DA SILVA - 45444**

ADEMAR MACHADO DA SILVA

PSDB - PSDB

Deferido

()

Suplente

**ADENILSON ROCHA - 45145**

ADENILSON APARECIDO FIRMINO DA ROCHA

PSDB - PSDB

Deferido

()

Suplente

**ALAN TOP GÁS - 40555**

ALAN RENER TAVARES

PSB - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III

Deferido

()

Suplente



<b>ALAN ZANATTA - 14000</b> ALAN FABIO PRADO ZANATTA PTB - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>ALBERTO NEGÃO - 43433</b> ALBERTO DE JESUS ARAUJO PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>ALCIR OLIVEIRA - 77001</b> ALCIR OLIVEIRA DA SILVA SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>ALEXANDRE SANTOS - 54777</b> ALEXANDRE DOS SANTOS BATISTA PPL - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>ALEX FRAGA - 45555</b> ALEXSSANDRO MIRANDA FRAGA PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente
<b>ALEX RABELO - 15321</b> ALEX RABELO DE ARAÚJO MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>ALINE STEINKE - 15456</b> ALINE STEINKE MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>ANA VIRGINEA MACEDO - 15666</b> ANA VIRGINEA ASCHAR DE OLIVEIRA MACEDO MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Indeferido ( )	

<b>ANDRE LUIZ - 18818</b> ANDRE LUIZ DOS SANTOS CEBALHO REDE - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>ARDONIL - 43000</b> ARDONIL MANOEL GONZALEZ JUNIOR PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>ARIMÁTEIA - 11678</b> JOSE ARIMATEIA FERNANDES DA SILVA PP - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>AUBECI DAVI - 77007</b> AUBECI DAVI DOS REIS SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>AUDIMAR ROCHA - 19789</b> AUDIMAR ROCHA SANTOS PODE - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>BAIANO FILHO - 45200</b> JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA FILHO PSDB - PSDB Renúncia ( )	REELEIÇÃO
<b>BEBE DA SAUDE - 25256</b> ILIZETH LUIZA COENGA FERREIRA DEM - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>BENEDITA ARRUDA - 45022</b> BENEDITA ANDRELINA DE ARRUDA PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente



<b>BENY GODOY - 43200</b> BENIVAL ALVES DA SILVA PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>BETO CORRÊA - 23222</b> ROBERTO CAMPOS CORREA JUNIOR PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>BETO PITA - 15158</b> ROBERTO MIRANDA PITA MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>BRANQUINHO - 22000</b> MANOEL JOSE DA SILVA PR - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>CABO FARIA - 51555</b> MARCO ANTONIO ALVES FARIA PATRIOTA - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>CANTORA JANAINA LIMA - 50123</b> JANAINA LIMA DOS SANTOS PSOL - PSOL Deferido ( )	Não eleito
<b>CAPITAO MAGALHAES - 19044</b> LOURENÇO DE MAGALHAES PODE - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>CARECA DA VAN - 15668</b> RIVALDO ROSA DA SILVA MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente



<b>CARLA RONDON - 55456</b> CARLA MARIA PEREIRA RONDON DE ALMEIDA PSD - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>CARLOS AVALONE - 45500</b> CARLOS AVALONE JUNIOR PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente
<b>CARLOS BRITO - 40123</b> CARLOS BRITO DE LIMA PSB - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>CARLOS LONGO - 17038</b> CARLOS VIANEI LONGO PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>CARLOS RAFAEL - 90777</b> CARLOS RAFAEL DEMIAN GOMES DE CARVALHO PROS - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>CÁSSIO MELLO - 18001</b> CÁSSIO AUGUSTO DE MELLO REDE - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>CESAR MORAES - 10018</b> CESAR TERNOVOI DE MORAES PRB - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>CHICO DALTRO - 10500</b> FRANCISCO TARQUINIO DALTRO PRB - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente

<b>CHICO PESCADOR - 43001</b> FRANCISCO TEODORO DA SILVA PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>CHIQUEINHA PAIXÃO - 17588</b> FRANCISCA LOURENCO PAIXAO PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>CIDA - 19123</b> MARIA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA PODE - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>CIDA DO CAMELO - 45005</b> APARECIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente
<b>CIDA ENFERMEIRA - 36200</b> MARIA APARECIDA DA SILVA SANTANA PTC - PTC Indeferido ( )	Não eleito
<b>CIDÃO DO ACAMPAMENTO - 33123</b> ALCIDIO PEIXOTO DA SILVA PMN - A FORÇA DA UNIAO II Indeferido ( )	
<b>CLARILCE CAMPOS - 40777</b> CLARILCE ALMEIDA DE CAMPOS PSB - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>CLAUDEMIR ADVINCULA(AUDITOR) - 90888</b> CLAUDEMIR ADVINCULA SÃO MIGUEL PROS - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente



<b>CLAUDETE SIQUEIRA - 10555</b> CLAUDETE SIQUEIRA SILVA PRB - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>CLÁUDIO HENRIQUE - 45333</b> CLAUDIO HENRIQUE DONATONI PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente
<b>CLEBER SOARES - 11000</b> CLEBER DA COSTA SOARES PP - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>CLEYTON DUARTE - 36036</b> CLEYTON DUARTE DA SILVA PTC - PTC Deferido ( )	Não eleito
<b>CORONEL HECTOR - 90199</b> HECTOR PERICLES DE CASTRO PROS - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>CORONEL PAULO SELVA - 45777</b> MARCIO PAULO DA SILVA PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente
<b>CRISTINA DOMINGUES - 54600</b> CRISTINA SOUZA DOMINGUES PPL - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>DAIRINHO FILHO - 45789</b> ADAIR RUFINO DA SILVA FILHO PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente

<b>DALTINHO - 51456</b> ADALTO DE FREITAS FILHO PATRIOTA - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>DAMARES - 45999</b> DAMARES DE CASTRO MONTE PSDB - PSDB Renúncia ( )	Não eleito
<b>DARCI DO CAROLINA - 77800</b> DARCI AGOSTINHO DA SILVA GONÇALVES SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>DÉBORA BORGES - 18777</b> DÉBORA DE MORAIS ALVES BORGES REDE - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>DELEGADO CLAUDINEI - 17133</b> CLAUDINEI DE SOUZA LOPES PSL - PSL Deferido ( )	Eleito por QP
<b>DELEGADO GARCIA - 43197</b> ANTONIO CARLOS GARCIA DE MATTOS PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>DENIS DA SAUDE - 17999</b> EDENIR PEREIRA DA SILVA PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>DENIS MACIEL - 70777</b> DENIS ANTONIO MACIEL AVANTE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente

<b>DÉRICA FLASH BACK - 17174</b> ANTONIO MARCOS DERMINIO PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>DIANY DIAS - 90198</b> DIANYEIRE DIAS DE SOUZA PROS - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>DILEMÁRIO ALENCAR - 90123</b> DILEMARIO DO VALE ALENCAR PROS - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>DILMAR DAL BOSCO - 25125</b> DILMAR DAL BOSCO DEM - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Eleito por QP
<b>DIONARDO MENDES - 77200</b> DIONARDO MENDES DA CONCEIÇÃO SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>DIRCEU ZANATTA - 15615</b> DIRCEU ANTONIO ZANATTA MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>DITO LIBERDADE - 17020</b> BENEDITO ZACARIAS DA SILVA PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>DONIZETE SANTOS - 17007</b> DONIZETE CORDEIRO DOS SANTOS PSL - PSL Deferido ( )	Suplente

<b>DRA ELZA QUEIROZ - 43777</b> ELZA LUIZ DE QUEIROZ PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>DR. ALEX MANHAGUANHA - 55789</b> ALEXSANDRO MANHAGUANHA PSD - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>DR. DAÚDE - 11192</b> DAOUD MOHD KHAMIS JABER ABDALLAH PP - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>DR. DIVINO HENRIQUE - 12000</b> DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS PDT - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>DR. EDUARDO MARQUES - 55055</b> EDUARDO MARQUES LIMA PSD - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>DR. EDVALDO - 65123</b> EDVALDO PEREIRA DA SILVA PC DO B - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>DR. EMILIO POPULO VIAÇÃO JUÍNA - 17300</b> EMILIO POPULO SOUZA MACHADO PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>DR. EUGÊNIO - 40999</b> JOSE EUGENIO DE PAIVA PSB - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Eleito por QP



<b>DR. GIMENEZ - 43333</b> LUIS AMILTON GIMENEZ PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Eleito por média
<b>DR. JOÃO - 15678</b> JOÃO JOSÉ DE MATOS MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Eleito por QP
<b>DR. LICINIO - 11999</b> LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR PP - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>DR. LIDIONEY SIQUEIRA - 17192</b> LIDIONEY CUNHA SIQUEIRA PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>DR SERGIO DELEGADO - 23023</b> SERGIO RIBEIRO ARAUJO PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>DR TULIO CASADO - 25111</b> TULIO MARCOS CASADO DA SILVA DEM - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>DR. WAGNER GODOY - 77030</b> WAGNER CAVALCANTE GODOY SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Renúncia ( )	
<b>EDIANA FERREIRA - 45109</b> EDIANA FERREIRA DE CAMPOS PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente



<b>EDIENES HADASSA - 17333</b> EDIENES ROSA DO CARMO PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>EDINHO PAIVA - 22222</b> EDER RODRIGUES RIBEIRO PR - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>EDNA LUCIA - 44123</b> MARIA EDNA LUCIA DE OLIVEIRA PRP - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>EDUARDO BOTELHO - 25650</b> JOSE EDUARDO BOTELHO DEM - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Eleito por QP
<b>EDUARDO MAGALHAES - 10123</b> EDUARDO VICTOR MAGALHAES PRB - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>ELIANE MENACHO - 45533</b> ELIANE MENACHO PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente
<b>ELIANE RIBEIRO - 17580</b> ELIANE SILVA RIBEIRO PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>ELIAS FIGUEIREDO - 17077</b> ELIAS ALVES FIGUEIREDO FILHO PSL - PSL Deferido ( )	Suplente



<b>ELIAS GALLI - 17123</b> ELIAS DO NASCIMENTO GALLI PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>ELINEI - MACIEL - 45111</b> ELINEI CANDIDA MACIEL PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente
<b>ELISANGELA - 27500</b> ELISANGELA OLIVEIRA DE SOUSA DC - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>ELIZEU NASCIMENTO - 27190</b> ELIZEU FRANCISCO DO NASCIMENTO DC - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Eleito por QP
<b>ELZA MOURA - 11111</b> ELZA MARIA MOURA DA SILVA PP - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>EMÍDIO DE SOUZA - 17017</b> EMIDIO ANTONIO DE SOUZA PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>ENFERMEIRAPROFESSORA ANA MARIA - 51123</b> ANA MARIA FERNANDES DA CRUZ PATRIOTA - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>ENGENHEIRO CELSO SILVA - 15555</b> CELSO SILVA MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente



<b>ENGENHEIRO RODRIGO GOMES - 17789</b> RODRIGO GOMES VIEIRA PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>ENGº.SEBASTIÃO MACHADO REZENDE - 20123</b> SEBASTIÃO MACHADO REZENDE PSC - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Eleito por QP
<b>ESTER FERREIRA - 25888</b> ESTER DIAS CARVALHO FERREIRA DEM - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>EVANDRO NAVARRO - 19333</b> JOSE EVANDRO NAVARRO PODE - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>EVANGELISTA TONINHO - 18111</b> ANTONIO DE PADUA SILVA REDE - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>FÁBIO GAVASSO - 40040</b> FÁBIO GAVASSO PSB - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>FAISSAL - 43444</b> FAISSAL JORGE CALIL FILHO PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Eleito por QP
<b>FELIPE MORBECK - 19888</b> FELIPE AUGUSTO SILVA MORBECK CURVO PODE - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente

<b>FRANK SABIÁ - 51007</b> FRANK ANTONIO GARCIA DUARTE PATRIOTA - FÉ E TRABALHO Renúncia ( )	Não eleito
<b>FRANK SILVA - 77377</b> EURIPEDES PAULO DA SILVA SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>GHERDEONE NETO - 54151</b> GHERDEONE DO CARMO NETO PPL - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>GILBERTO CATTANI - 17100</b> GILBERTO MOACIR CATTANI PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>GILMAR DO ESPORTE - 22456</b> GILMAR SANTOS DE SOUZA PR - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>GILMAR FABRIS - 55025</b> GILMAR DONIZETE FABRIS PSD - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Indeferido ( )	Não eleito
<b>GILSON BAITACA - 40500</b> GILSON PEDRO PELICIONI PSB - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>GIOVANI NOBILINO - 45888</b> GIOVANI BALDUINO DE ARAÚJO PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente



<b>GISELE LOPES - 77444</b> GISELE LOPES DA SILVA SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>GISLENE CABRAL - 43555</b> GISLENE CABRAL DE SOUZA PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>GOMERALDO DE BARROS - 22190</b> GOMERALDO SANTOS PEDROSO DE BARROS PR - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>GUARDA STEFANY ANJOS - 90153</b> STEFFANY ANJOS DA SILVA PROS - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>GUILHERME MALUF - 45000</b> GUILHERME ANTONIO MALUF PSDB - PSDB Deferido ( )	Eleito por QP
<b>HENRIQUE BERTO - 12222</b> HENRIQUE PINHEIRO BERTO PDT - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>HENRIQUE CORREA DA COSTA - 10800</b> HENRIQUE CORREA DA COSTA FILHO PRB - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>HENRIQUE LOPES DO SINTEP/MT - 13013</b> HENRIQUE LOPES DO NASCIMENTO PT - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente



<b>HERMES BERGAMIM - 77555</b> HERMES LOURENÇO BERGAMIN SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>HIRAN MELO - 14222</b> HIRAN VINICIUS DE MORAES E MELO PTB - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>ICARO FRANCIO SEVERO - 45450</b> ICARO FRANCIO SEVERO PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente
<b>ILDO DO PÃO - 12012</b> ILDOMAR ERNI SCHNEIDER PDT - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>INSPETOR PELIZER - 19100</b> VINICIUS PEDRO PELIZER PODE - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>INSTRUTORA FATIMA CAMPOS - 33456</b> MARIA DE FATIMA COSTA CAMPOS PMN - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>IRACEMA - 17321</b> IRACEMA FERNANDES DA SILVA PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>ISAC MARQUES - 28028</b> ISAC NASCIMENTO MARQUES PRTB - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente



<b>ISMAEL MAZINHO - 50222</b> ISMAEL OLIVEIRA DOS SANTOS PSOL - PSOL Deferido ( )	Não eleito
<b>IVAN GONÇALVES - 18020</b> IVANILDO GONCALVES DE MORAES REDE - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>IVONETH NUNES - 43300</b> IVONETH MARIA DE ALBUQUERQUE NUNES PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>IZAIAS - 45456</b> IZAIAS GONÇALVES NETO PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente
<b>JACOB - 43033</b> JOSE MENDONÇA JACOB PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>JAHA NEVES - 77123</b> UEINER NEVES DE FREITAS SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Indeferido ( )	Não eleito
<b>JAMIS SILVA - 45600</b> JAMIS SILVA BOLANDIN PSDB - PSDB Renúncia ( )	
<b>JANAINA JANE NASCIMENTO - 19600</b> JANAINA DAS DORES VIEIRA NASCIMENTO PODE - A FORÇA DA UNIAO II Indeferido ( )	





**JANAINA LIMA - 77321**

JANAINA DE ABREU LIMA

SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO

Deferido

()

Suplente

**JANAINA RIVA - 15015**

JANAINA GREYCE RIVA

MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV

Deferido

()

Eleito por QP

**JARBAS CARVALHO - 18800**

JARBAS ALVES CARVALHO

REDE - REDEFININDO MATO GROSSO

Deferido

()

Não eleito

**JEAN SILVA - 11123**

JEAN SILVA

PP - A FORÇA DA UNIAO II

Deferido

()

Suplente

**JEFFERSON COSTA - 18102**

JEFFERSON FERNANDO COSTA NUNES

REDE - REDEFININDO MATO GROSSO

Deferido

()

Não eleito

**JEREMIAS - 25555**

JEREMIAS PRADO DOS SANTOS

DEM - PRA MUDAR MATO GROSSO IV

Renúncia

()

**JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - 90789**

JOÃO BATISTA PEREIRA DE SOUZA

PROS - A FORÇA DA UNIAO II

Deferido

()

Eleito por QP

**JOÃO PAULO PINTO - 23100**

JOÃO PAULO PINTO

PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III

Deferido

()

Suplente



**JOÃO SULZBACHER - 22789**

JOÃO BATISTA SULZBACHER

PR - A FORÇA DA UNIÃO I

Deferido

()

Suplente

**JOÁS NALINI - 18999**

JOÁS NALINI DA SILVA

REDE - REDEFININDO MATO GROSSO

Deferido

()

Não eleito

**JORDÃO JORDÂNIA - 44444**

JORDÃO DOS SANTOS BRITO

PRP - FÉ E TRABALHO

Deferido

()

Suplente

**JORGE JORGITO EVANGELISTA - 23444**

JORGE FILHO DA SILVA EVANGELISTA

PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III

Deferido

()

Suplente

**JORNALISTA MARCOS LOPES - 54321**

MARCOS LOPES

PPL - REDEFININDO MATO GROSSO

Deferido

()

Não eleito

**JOSE BOLONHEIS - LIBRAS - 27777**

JOSE ROBERTO BOLONHEIS

DC - FÉ E TRABALHO

Indeferido

()

**JOSE CARLOS - 43888**

JOSE CARLOS DE OLIVEIRA

PV - A FORÇA DA UNIAO III

Deferido

()

Suplente

**JOSE VIEIRA - 10445**

JOSE VIEIRA DO NASCIMENTO

PRB - A FORÇA DA UNIÃO I

Deferido

()

Suplente



**JOSI SAMPAIO - 11777**

JOSIELLE VICUNA DA SILVA SAMPAIO  
PP - A FORÇA DA UNIAO II  
Deferido  
( )

Suplente

**JOTA DE SÁ - 90321**

JOSE NORBERTO DE SA TEXEIRA  
PROS - A FORÇA DA UNIAO II  
Indeferido  
( )

Não eleito

**JOYCE LOMBARDI - 14014**

JOYCE LILIAN LOMBARDI  
PTB - A FORÇA DA UNIAO III  
Deferido  
( )

Suplente

**JUCA DO GUARANÁ FILHO - 70123**

LIDIO BARBOSA  
AVANTE - FÉ E TRABALHO  
Deferido  
( )

Suplente

**JUCI - 23111**

JUCILENE APARECIDA DE SOUZA  
PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III  
Deferido  
( )

Suplente

**JULCELMA OLIVEIRA - 17177**

JUCELMA OLIVEIRA DA SILVA  
PSL - PSL  
Deferido  
( )

Suplente

**JULIANA FORTES - 23555**

JULIANA MARIA SILVA FORTES  
PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III  
Deferido  
( )

Suplente

**KACO DO CPA - 13456**

VALDINÁ DA SILVA FERREIRA  
PT - A FORÇA DA UNIÃO I  
Deferido  
( )

Suplente



<b>KALIL BARACAT - 15150</b> KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>KALL MARÇAL - 90180</b> CLAUDENIR COELHO MARÇAL PROS - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>KALYNKA MEIRELLES - 10111</b> KALYNKA BARBARA MEIRELES DE ALMEIDA LISSONI NANI PRB - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>KOTA CORTEZ - 13813</b> MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS CORTEZ PT - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>LAILA DUTRA - 18123</b> LAILA GRAZIELA OLIVEIRA DUTRA REDE - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>LAURINDO DA GUARDA - 27153</b> EVANILDO LAURINDO DA SILVA DC - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>LAYR MOTA - 55234</b> LAYR MOTA DA SILVA PSD - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>LEANDRO FÉLIX - 27000</b> LEANDRO FÉLIX PEREIRA DC - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente

<b>LEANDRO MOMENTE - 54710</b> LEANDRO FABIO MOMENTE PPL - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>LEIVA LELE - 45889</b> LEIVA MARIA LOPES PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente
<b>LEONARDO DE OLIVEIRA - 23000</b> LEONARDO GONZALES DE OLIVEIRA RIBEIRO PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>LEONICE LOTUFO - 12888</b> LEONICE DE SOUZA LOTUFO PDT - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>LÍDIO SILVA - 43021</b> LIDIO FERREIRA DA SILVA PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>LILO PINHEIRO - 44555</b> EMANUEL MUSSA AMUI PINHEIRO PRP - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>LINO ROSSI - 43111</b> LAUDNIR LINO ROSSI PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>LOURENÇO JORGE - 10789</b> LORENÇO JORGE DE SOUZA PRB - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente



<b>LUCIANO VACARI - 23999</b> LUCIANO DE SOUZA VACARI PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>LUCILENE MARTINS - 54337</b> LUCILENE APARECIDA CUSTODIO MARTINS PPL - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>LUDIO CABRAL - 13130</b> LUDIO FRANK MENDES CABRAL PT - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Eleito por QP
<b>LUIS BRAZ - 13566</b> LUIS BRAZ DE LIMA PT - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>LUIS COSTA - 22123</b> LUIS PEREIRA COSTA PR - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>LUIZ DO JORNAL - 54789</b> LUIZ CARLOS BACANELO PPL - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>LUIZ SALGUEIRO - 25145</b> LUIZ ANTONIO SALGUEIRO DEM - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>MADONA ARRUDA - 23321</b> ROSICELI DE ARRUDA PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente



<b>MAJOR CÍCERO - 90111</b> CICERO ANTONIO PROS - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>MARAÍ CARVALHO - 77456</b> MARAÍ GONÇALVES DE CARVALHO SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>MÁRCIA MAGAN - 17001</b> MARCIA GONCALES MAGAN PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>MÁRCIA MORENA - 54013</b> MARIA MARCIA SOUSA PPL - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>MARCIA SANTO - 23733</b> ROSELI MARCIA DO ESPIRITO SANTO PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>MARIA HELENA - MARIELLY - 27200</b> MARIA HELENA NUNES DO NASCIMENTO DC - FÉ E TRABALHO Renúncia ( )	Não eleito
<b>MARIA IZAURA - 23234</b> MARIA IZAURA DIAS ALFONSO PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>MARIA RODRIGUES - 17027</b> MARIA DAS DORES ALMEIDA RODRIGUES PSL - PSL Deferido ( )	Suplente





**MARIO NADAF - 43123**

MARIO ANTONIO MOYSES NADAF

PV - A FORÇA DA UNIAO III

Deferido

()

Suplente

**MARQUINHOS - 40174**

MARCOS VENICIO RODRIGUES DA SILVA

PSB - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III

Deferido

()

Suplente

**MARTHA DRANSKI - 22060**

MARTHA DRANSKI

PR - A FORÇA DA UNIÃO I

Deferido

()

Suplente

**MARTHA MAIA - 11444**

MARTHA SILVIA ZAIDEN MAIA BRANDAO

PP - A FORÇA DA UNIAO II

Deferido

()

Suplente

**MATUDJO METUKTIRE - 50555**

MATUDJO METUKTIRE

PSOL - PSOL

Renúncia

()

**MAURICIO GOMES - 40333**

MAURICIO PEREIRA GOMES

PSB - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III

Deferido

()

Suplente

**MAURO SAVI - 25040**

MAURO LUIZ SAVI

DEM - PRA MUDAR MATO GROSSO IV

Deferido

()

Suplente

**MAX RUSSI - 40000**

MAX JOEL RUSSI

PSB - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III

Deferido

()

Eleito por QP



<b>MICHELLE ABREU - 15200</b> MICHELLE APARECIDA DE ABREU BRITO MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>MIGUELÃO - 40111</b> MIGUEL MOREIRA DA SILVA PSB - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Indeferido ( )	Não eleito
<b>MILEY ALVES - 43456</b> VALMISLEI ALVES DOS SANTOS PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>MILTON RODRIGUES - 51333</b> MILTON FERREIRA RODRIGUES PATRIOTA - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>MOTOZINHO TOLEDO - 43006</b> MATOSINHO TOLEDO PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>NADIA RAFAELA - 77888</b> NADIA RAFAELA DA SILVA SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>NADIESE CARDOSO - 27011</b> NADIESE CARDOSO GUIMARÃES DC - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>NAIUSA DUARTE - 11100</b> NAIUSA MACHADO DUARTE PP - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente



<b>NEGUINHA - 15680</b> LENIMAR PAIVA DE AMURIM MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>NILDÃO DA TOYOTA AMARELA - 18333</b> IVANILDO DA SILVA DOS SANTOS REDE - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>NILZA AMARAL - 43321</b> NILZA AMARAL DOS PRAZERES PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>NILZA BARTNISKI - 43147</b> NILZA DA SILVA BARTNISKI PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>NININHO - 55123</b> ONDANIR BORTOLINI PSD - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Eleito por QP
<b>OSCAR BEZERRA - 43100</b> OSCAR MARTINS BEZERRA PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>OSCARLINO DA SAÚDE - 90192</b> OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JUNIOR PROS - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>PASTORA ERIANA - 45625</b> ERIANA VALDA DA SILVA PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente



<b>PASTOR EDMILSON CARMO - 19777</b> EDMILSON DA COSTA CARMO PODE - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>PASTORELLO - 77122</b> CEZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>PASTOR ERLAN - 77890</b> ERLAN PEREIRA DA SILVA SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>PASTOR JOEL - 51777</b> JOEL MARCULINO DA SILVA PATRIOTA - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>PASTOR OSVANDIR - 77000</b> OSVANDIR AUGUSTO DE PAIVA SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>PASTOR PAULO CEZAR VITÓRIO - 17774</b> PAULO CEZAR VITORIO DE SOUZA PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>PASTOR SAMUEL FERREIRA - 17770</b> SAMUEL FERREIRA DOS SANTOS PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>PATRICIA BUENO - 23666</b> PATRICIA SANTANA BUENO PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente



**PATRICIA SENA - 25025**

PATRICIA ALVES DE SENA

DEM - PRA MUDAR MATO GROSSO IV

Deferido

()

Suplente

**PATRYCIA COSTA - 17070**

PATRYCIA CONCEICAO DE ALMEIDA COSTA

PSL - PSL

Deferido

()

Suplente

**PAULO ARAUJO - 11456**

PAULO ROBERTO ARAUJO

PP - A FORÇA DA UNIAO II

Deferido

()

Eleito por QP

**PAULO NUNES - 12333**

PAULO VICENTE NUNES

PDT - PRA MUDAR MATO GROSSO IV

Deferido

()

Suplente

**PEDRO PATOCINO - 33000**

PEDRO PATOCINO RODRIGUES SILVA

PMN - A FORÇA DA UNIAO II

Deferido

()

Suplente

**PEDRO ROSA - 17022**

PEDRO DOS SANTOS DA ROSA

PSL - PSL

Deferido

()

Suplente

**PEDRO SATELITE - 55163**

PEDRO INACIO WIEGERT

PSD - PRA MUDAR MATO GROSSO IV

Deferido

()

Suplente

**PÉ NO CHÃO - 54018**

JUNIOR CESAR LEITE DA SILVA

PPL - REDEFININDO MATO GROSSO

Indeferido

()



<b>PLAUTO VIEIRA - 77441</b> PLAUTO AUGUSTO VIEIRA VELHO SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>PROF. ALDO AMORIM - 19234</b> ALDO PASSOS AMORIM PODE - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>PROF ALLAN - 12300</b> ALLAN KARDEC PINTO ACOSTA BENITEZ PDT - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Eleito por média
<b>PROFESSORA ADRIANA - 17111</b> ADRIANA TAVARES PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>PROFESSORA BRANCA - 22022</b> MARIA DO SOCORRO PEREIRA CRUZ PR - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>PROFESSORA CIDA - 33044</b> APARECIDA DAS DORES GODINHO PMN - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>PROFESSORA IVETE BARROS - 44567</b> IVETE SANTANA DE BARROS PRP - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>PROFESSORA JANE CRISTINA - 18118</b> JANE CRISTINA MUNDEL DE SOUZA REDE - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito



<b>PROFESSORA LYSSA - 40443</b> LYSSA GONÇALVES COSTA PSB - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>PROFESSORA MAVIANE - 12512</b> MAVIANE RAMALHO MACHADO SOUZA PDT - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>PROFESSORA MAZÉ - 51051</b> MARIA JOSE DE OLIVEIRA ARRUDA PATRIOTA - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>PROFESSORA NIETA - 65789</b> ANTONIETA LUISA COSTA PC DO B - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>PROFESSOR ANTONIO - 45645</b> ANTONIO APARECIDO DE FREITAS PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente
<b>PROFESSORA RAQUEL - 43432</b> RAQUEL JOSE DE ALENCAR COUTINHO DA SILVA PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>PROFESSORA RITA BEZERRA - 65300</b> RITA FRANCISCA GOMES BEZERRA CASSEB PC DO B - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>PROFESSOR GENTIL - 33222</b> GENTIL APOLINARIO DE SOUZA PMN - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente



<b>PROFESSOR GIULIANO - 54444</b> GIULIANO ROBLEDO ZUCOLOTO MOREIRA PPL - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>PROFESSOR HEDVALDO - 22122</b> RAIMUNDO HEDVALDO COSTA PR - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>PROFESSOR JOAQUIM XAVIER - 17344</b> JOAQUIM VIRGENIR XAVIER DE BRITO PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>PROF. MÁRCIA BEATRIZ - 18000</b> MÁRCIA BEATRIZ DE JESUS REDE - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>RADAMES ALVES - 19533</b> RADAMES ALVES PODE - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>RAFAEL YONEKUBO - 17777</b> RAFAEL DA SILVA YONEKUBO PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>RAPOSÃO DA CARVALIMA - 23765</b> CLAUDINEI ALVES DE SOUZA PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>RAQUEL DO QUILOMBO - 77222</b> RAQUEL GONÇALVES DA SILVA BENETOLI SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente



<b>REV. WILSON JOSE - 19456</b> WILSON JOSE DOS SANTOS PODE - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>RICARDO ARRUDA - 14123</b> RICARDO MURILO DE ARRUDA ALVES PTB - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>RICARDO BERTOLINI - 43999</b> RICARDO BERTOLINI PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>ROBERTO BARRA - 27027</b> ROBERTO CARVALHO BARRA DC - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>ROBERTO BEZERRA - 14789</b> JOSE ROBERTO BEZERRA PTB - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>ROBSON ARRUDA - 10456</b> ROBSON JOSE DE ARRUDA SILVA PRB - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>RODRIGO DA ZAELI - 45123</b> RODRIGO LUGLI PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente
<b>ROMARIO FILHO - 45045</b> ROMARIO FERREIRA FILHO PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente



<b>ROMES - 23333</b> ROMES FERREIRA DE AMURIM PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Indeferido ( )	Não eleito
<b>ROMOALDO JUNIOR - 15151</b> ROMOALDO ALOIZIO BORACZYNSKI JUNIOR MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>RONIE PETERSON - 17700</b> RONIE PETERSON DIAS DA GUIA PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>RONISE TIMOTEO - 43789</b> RONISE TIMOTEO PEREIRA DE SOUZA PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>ROSA MALENA - 20017</b> ROSA MALENA DA CRUZ SILVA PSC - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>ROSANGELA ALMEIDA - 19999</b> ROSANGELA MARQUES DA SILVA ALMEIDA PODE - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>ROSANGELA DODA - 15000</b> ROSANGELA FERREIRA DE MOURA MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>ROSE - 40140</b> ROZINETE MARIA CONSTANTINO DE JESUS PSB - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente

<b>ROSELI SANTOS - 43008</b> ROSELI FERREIRA DOS SANTOS PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>ROSE RAMPAZIO - ROSE TRADIÇÃO - 17888</b> ROSELI GOMES DA SILVA RAMPAZIO PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>ROSICLER SILVA - 45300</b> MARIA ROSICLER DA SILVA PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente
<b>ROSILEY RODRIGUES - 14007</b> ROSILEY NUNES RODRIGUES LEITE PTB - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>SAMARA FRANCO - 20011</b> SAMARA LEITONAS FRANCO SILVEIRA PSC - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>SAMIR JAPONES - 23777</b> SAMIR BOSSO KATUMATA PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>SANDRA MARTINS - 17167</b> SANDRA MARTINS PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>SANDRA RAQUEL - 19180</b> SANDRA RAQUEL MENDES PODE - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente

<b>SANDRA VIGILANTE - 11333</b> SANDRA PRINA TORRES PP - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>SANTINA FELICIA - 14077</b> SANTINA FELICIA GUMULIAUSKIS DE SOUZA PTB - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>SARGENTO EDSON NOVO - 17190</b> EDISON MARIA MENDES DE SOUZA PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>SARGENTO FLÁVIA - 27007</b> FLÁVIA APARECIDA RODRIGUES DE LIMA DC - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>SARGENTO GENESIO - 33193</b> GENESIO MARCOLINO DA SILVA PMN - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>SARGENTO JOELSON - 20190</b> JOELSON FERNANDES DO AMARAL PSC - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>SARGENTO VIDAL - 33444</b> JUAREZ PEREIRA VIDAL PMN - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>SATURNINO MASSON - 45222</b> SATURNINO MASSON PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente



<b>SEBASTIÃO MORAES MORAESZINHO - 11789</b> SEBASTIAO FRANCISCO DE MORAES PP - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>SÉRGIO LADER - 17200</b> SERGIO ROBERTO DA LUZ PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>SIDNEI VARANIS - 18018</b> SIDNEI VARANIS DE SOUZA REDE - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>SIDNEY DE SOUZA - 43665</b> SIDNEY DE SOUZA PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>SILVANO AMARAL - 15123</b> SILVANO FERREIRA DO AMARAL MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>SILVIO FAVERO - 17000</b> SILVIO ANTONIO FAVERO PSL - PSL Deferido ( )	Eleito por média
<b>SIRDINEZ - 17345</b> SIRDINEZ JOSE VENANCIO PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>SIRLENE MORAES - 22100</b> ORCHILENE FERREIRA DE MORAES PR - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente



**SIRLEY SILVA - 23012**

SIRLEY APARECIDA DA SILVA

PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III

Deferido

()

Suplente

**SOLIVAN FONSECA - 11011**

SOLIVAN COSTA DA FONSECA

PP - A FORÇA DA UNIAO II

Deferido

()

Suplente

**SOL RAMOS - 43663**

SOLANGE PEREIRA RAMOS

PV - A FORÇA DA UNIAO III

Deferido

()

Suplente

**SUELME FERNANDES - 23456**

SUELME EVANGELISTA FERNANDES

PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III

Deferido

()

Suplente

**TAMPINHA JOSE AUGUSTO CURVO - 43222**

JOSE AUGUSTO DA SILVA CURVO

PV - A FORÇA DA UNIAO III

Deferido

()

Suplente

**TANIA MOURA - 22999**

TANIA BRITO MOURA

PR - A FORÇA DA UNIÃO I

Deferido

()

Suplente

**TEREZINHA BISPO - 25128**

TEREZINHA BISPO DE JESUS

DEM - PRA MUDAR MATO GROSSO IV

Deferido

()

Suplente

**THALITA MORAIS - 20000**

THALITA GUIMARÃES GODINHO DE MORAIS

PSC - PRA MUDAR MATO GROSSO IV

Renúncia

()





**THIAGO SILVA - 15152**

THIAGO ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA

MDB - PRA MUDAR MATO GROSSO IV

Deferido

()

Eleito por média

**TIM SOM - 51000**

RESIEL JOSE DE ARAUJO

PATRIOTA - FÉ E TRABALHO

Deferido

()

Suplente

**TONINHO DE SOUZA - 55555**

ANTÔNIO FERREIRA DE SOUZA

PSD - PRA MUDAR MATO GROSSO IV

Deferido

()

Suplente

**TONINHO DO GLORIA - 43210**

ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA

PV - A FORÇA DA UNIAO III

Deferido

()

Suplente

**TONINHO NOGUEIRA - 77100**

JOSE ANTONIO DE CASTRO LEITE NOGUEIRA

SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO

Deferido

()

Suplente

**TONINHO ZANIN - 77777**

ANTONIO ZANIN MARÇAL

SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO

Deferido

()

Suplente

**TULIO FONTES - 43043**

TULIO AURELIO CAMPOS FONTES

PV - A FORÇA DA UNIAO III

Deferido

()

Suplente

**ULYSSES MORAES - 27123**

ULYSSES LACERDA MORAES

DC - FÉ E TRABALHO

Deferido

()

Eleito por QP



<b>VALCIR JUSTINO (JURUBEBA) - 45299</b> VALCIR JUSTINO PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente
<b>VALDEMIR MM - 19000</b> VALDEMIR BERNARDINO DA SILVA PODE - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>VALDENIRIA DUTRA FERREIRA - 45678</b> VALDENIRIA DUTRA FERREIRA PSDB - PSDB Deferido ( )	Suplente
<b>VALDINEI TEODORO - 40456</b> VALDINEI TEODORO DA SILVA PSB - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>VALDIR BARRANCO - 13123</b> VALDIR MENDES BARRANCO PT - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Eleito por QP
<b>VALDIR CORREIA - 77789</b> VALDIR CORREIA SOLIDARIEDADE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>VALMIR MORETTO - 10000</b> VALMIR LUIZ MORETTO PRB - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Eleito por média
<b>VALQUIRIA DO TRANSPORTE - 11888</b> VALQUIRIA MARIA DA COSTA PP - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente



<b>VALTEMIR CASTANHEIRA - 10444</b> VALTEMIR CASTANHEIRA FARIA PRB - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>VALTER ZACARKIM - 14777</b> VALTER DE ANDRADE ZACARKIM PTB - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>VANDERLEI FLORENCIO - 18234</b> VANDERLEI FLORENCIO DA SILVA REDE - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>VANDERLEI MARQUES - 40191</b> VANDERLEI LUIZ MARQUES PSB - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>VEREADORA ELIANA - 55222</b> ELIANA KLITZKE LAUVERS PSD - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>VILMA FERNANDES - 22699</b> VILMA MARIA DO NASCIMENTO FERNANDES PR - A FORÇA DA UNIÃO I Deferido ( )	Suplente
<b>VIRGÍNIA FERREIRA DE SOUZA - 70456</b> VIRGINIA FERREIRA DE SOUZA AVANTE - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>VIVIANI - 29029</b> VIVIANI SOUSA BARROS PCO - PCO Renúncia ( )	

<b>WAGNER RAMOS - 55999</b> JEFERSON WAGNER RAMOS PSD - PRA MUDAR MATO GROSSO IV Deferido ( )	Suplente
<b>WALDEMIR ALVES - PI - 27111</b> WALDEMIR ALVES PEREIRA DC - FÉ E TRABALHO Deferido ( )	Suplente
<b>WALDIR - 17444</b> WALDIR APARECIDO TAQUES PSL - PSL Deferido ( )	Suplente
<b>WÂNIA AMORIM - 18888</b> WÂNIA GRÁCIA AMORIM LIMA REDE - REDEFININDO MATO GROSSO Deferido ( )	Não eleito
<b>WELLINGTON BERE - 23007</b> WELLINGTON JOSE ANDRADE SOUZA PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III Deferido ( )	Suplente
<b>WELSON DO CICLISMO - 43335</b> WELSON FERREIRA SANTIAGO PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente
<b>WENER SANTOS - 11222</b> WENER KLESLEY DOS SANTOS PP - A FORÇA DA UNIAO II Deferido ( )	Suplente
<b>WILSON DO PV - 43003</b> WILSON MARINHO DOS SANTOS PV - A FORÇA DA UNIAO III Deferido ( )	Suplente



**WILSON SANTOS - 45100**

WILSON PEREIRA DOS SANTOS

PSDB - PSDB

Deferido

()

Eleito por QP

**XINXARRA - 23123**

ALESSANDRO MARINO CINTRA

PPS - SEGUE EM FRENTE MATO GROSSO III

Deferido

()

Suplente

**XUXU DAL MOLIN - 20020**

EDERSON DAL MOLIN

PSC - PRA MUDAR MATO GROSSO IV

Deferido

()

Eleito por QP

**ZECA VIANA - 12345**

JOSE ANTONIO GONÇALVES VIANA

PDT - PRA MUDAR MATO GROSSO IV

Deferido

()

Suplente

**ZÉ MARIA - 45666**

JOSE MARIA DOS SANTOS

PSDB - PSDB

Deferido

()

Suplente

**ZÉ MELO - 11555**

JOSE OLIMPIO DE MELO

PP - A FORÇA DA UNIAO II

Deferido

()

Suplente

**ZE PANTANEIRO SANGUE AZUL - 33678**

JOSE DO CARMO DE MORAES ARRUDA

PMN - A FORÇA DA UNIAO II

Deferido

()

Suplente

**ZÉ TROVÃO - 10190**

ADENILSON CANDIDO DE SOUZA

PRB - A FORÇA DA UNIÃO I

Deferido

()

Suplente



**ZÉ VALTER - 54123**

JOSE VALTER BATISTA DOS SANTOS  
PPL - REDEFININDO MATO GROSSO  
Deferido  
( )

Não eleito

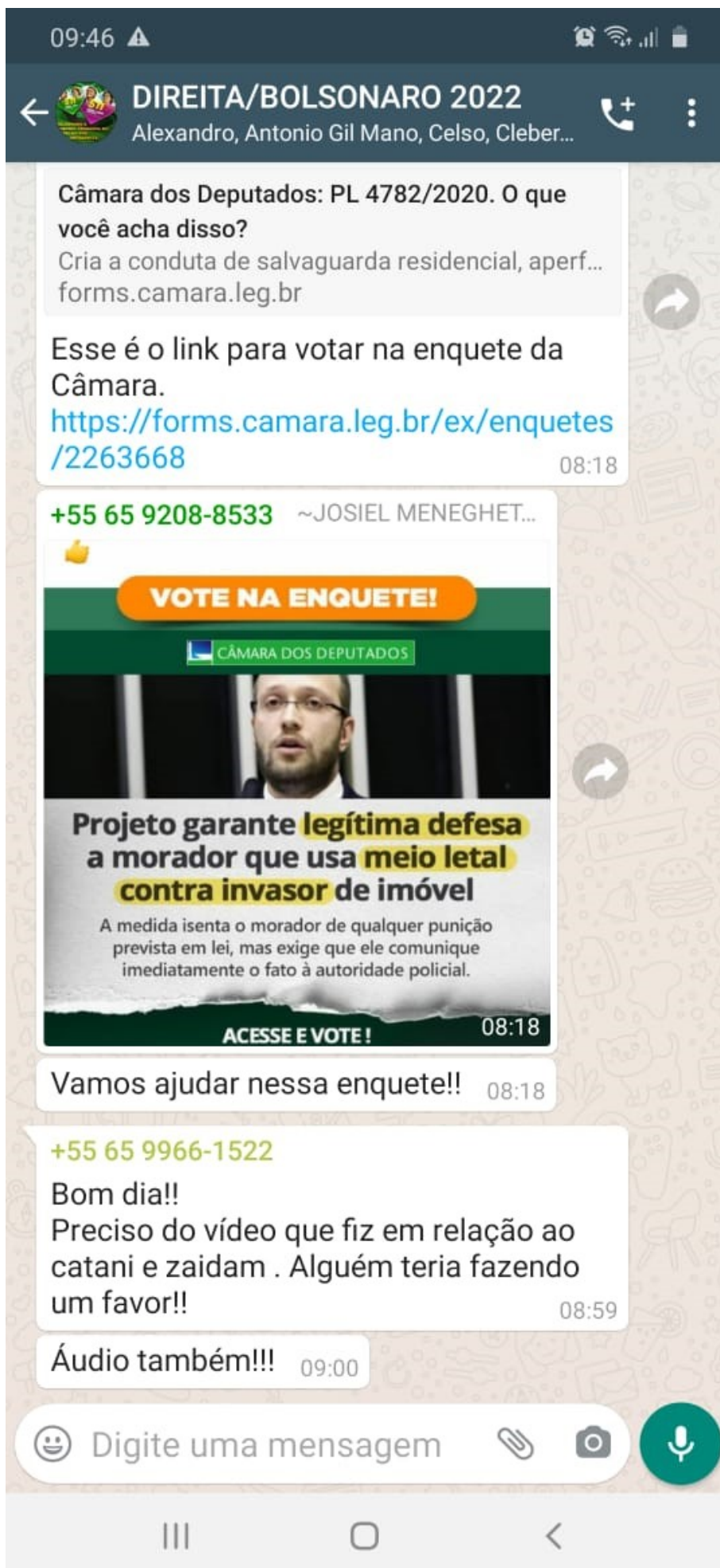
**ZULU VIEIRA - 14010**

FRANCIVALDO AFONSO VIEIRA  
PTB - A FORÇA DA UNIAO III  
Deferido  
( )

Suplente

TSE - Tribunal Superior Eleitoral







[Home](#) [Transparência ▼](#) [Sobre ▼](#) [Fique por dentro](#) [Diretórios](#) [WebMail](#) [Notícias](#)[Filiação partidária](#) [Nossos representantes ▼](#) [Contato](#) [SGD](#)[Início](#) → [Mato Grosso](#)

# Mato Grosso

Órgão Provisório

Vigência: 05/02/2020 a 04/08/2020

Endereço: Rua das Cerejas, 522, Edifício Centro Empresarial RM, Sala A,  
Terreo, Box 13, Bosque da Saúde, Cuiabá/MT – CEP: 78.050-020

Telefone: (65) 3057-7298

E-mail: [matogrosso@psl.org.br](mailto:matogrosso@psl.org.br)

Composição:

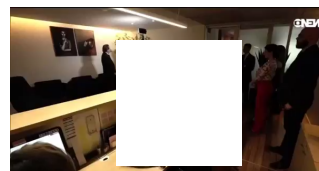
Cargo	Nome
Presidente	Aecio Guerino De Souza Rodrigues
Vice-Presidente	Jose Cesar Nascimento
Secretário-Geral	Helcio Carlos Viana Pinto
Primeiro Secretário	Antonio Devandi Rodrigues
Tesoureiro-Geral	Ulysses Lacerda Moraes
Primeiro Tesoureiro	Antonio Alexandre Da Silva Junior
Vogal	Helio Fortes de Jesus Junior

## LUCIANO BIVAR



Presidente  
Nacional  
PSL

## ANDRÉIA SADI ENTREVISTA LUCIANO BIVAR, PRESIDENTE DO PSL



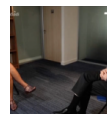
00:00

24:34

## NOTÍCIAS RECENTES



**Novo Estatuto  
do PSL**



**Andréia Sadi  
entrevista  
Luciano Bivar,  
presidente do  
PSL**



## CATEGORIAS

- Notícias

## ARQUIVOS

- novembro 2019
- outubro 2019

Pesquisar ..Q

PESQUISAR

## PARTIDO SOCIAL LIBERAL



## CATEGORIAS

- Notícias

## MENU

- Home
- Transparência
  - Funcionários
  - Prestação de Contas
  - Relatórios
- Sobre
  - Em que Acreditamos
  - Comunicados Oficiais
  - Estatuto e Normas
  - Manual da Marca PSL
  - Código de Ética
- Fique por dentro
- Diretórios
- WebMail
- Notícias
- Filiação partidária
- Nossos representantes
  - Quantidade por cargo
  - Deputados Federais
  - Senadores



- Governadores
- Deputados Estaduais
- Prefeitos
- Vereadores
- Contato
- SGD

---

Diretório Nacional do PSL. CNPJ:01.209.414/0001-98. Endereço: SHS, Quadra 06, Complexo Brasil 21, Conjunto A, Bloco A, Sala 906, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.316-102. Telefones: (61) 3039-9140/9141, 3322-1721. Email: Assuntos gerais: contato@psl.org.br

---



19/04/2021 15:35

AUDIO-Susuki sobre Cattani - 30-08-2019

Tipo de documento: Outros documentos

Descrição do documento: AUDIO-Susuki sobre Cattani - 30-08-2019

Id: 13947222

Data da assinatura: 19/04/2021

#### Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado na página 'Detalhes do processo' na aba 'Processos', agrupador 'Documentos'.

19/04/2021 15:35

SUSUKI - video retratação 16-12-2020 ação cível

Tipo de documento: Outros documentos

Descrição do documento: SUSUKI - video retratação 16-12-2020 ação cível

Id: 13947272

Data da assinatura: 19/04/2021

#### Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado na página 'Detalhes do processo' na aba 'Processos', agrupador 'Documentos'.



17/04/2021

Número: **1002339-04.2019.8.11.0086**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM**

Última distribuição : **25/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 29.940,00**

Assuntos: **Direito de Imagem**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GILBERTO MOACIR CATTANI (REQUERENTE)		DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA (ADVOGADO(A)) THIAGO PERTILE BORDA (ADVOGADO(A))	
WILSON IUSAKU SUZUKI (REQUERIDO)		ANDRE DE ALMEIDA VILELA (ADVOGADO(A)) PAULO DE ALMEIDA VILELA (ADVOGADO(A))	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24269555	25/09/2019 11:16	<a href="#">010- B.O 2019.285290</a>	Outros documentos





ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE NOVA MUTUM



BOLETIM DE OCORRÊNCIA - Nº: 2019.285290  
ELABORADO POR 72413- JOILSON DE FIGUEIREDO  
DATA/HORA DA COMUNICAÇÃO: 23/09/2019 às 12:00 DO FATO: 30/07/2019 às 11:20

COMUNICANTE

Nome.....: GILBERTO MOACIR CATTANI  
Logradouro...: ESTRADA PONTAL DO MARAPE Número.....: 297  
Complemento.: ESTRADA PRAINHA  
Bairro.....: ZONA RURAL Município....: NOVA MUTUM UF.....: MT  
Telefone.....: 65 99933-3679 [CELULAR]

NATUREZA DA OCORRÊNCIA

Legislação...: OCORRÊNCIAS ATÍPICAS  
Título.....: OCORRÊNCIAS ATÍPICAS  
Natureza....: PRESERVAÇÃO DE DIREITO  
Forma.....: CONSUMADO  
Meios Empr...: OUTRO(S)  
Motivação...: OUTRO(S)

LOCAL DO FATO

Tipo Local...: OUTRO  
Descrição...: OUTRO  
Data.....: 30/07/2019 Hora.....: 11:20  
Logradouro...: PONTAL DO MARAPE Número.....: 297  
Bairro.....: ZONA RURAL Município....: NOVA MUTUM UF.....: MT  
Estado.....: MATO GROSSO  
Município...: NOVA MUTUM  
Complemento.: ESTRADA PRAINHA

VÍTIMA

[VÍTIMA - 1]

Nome.....: GILBERTO MOACIR CATTANI  
Sexo.....: MASCULINO Nascimento...: 20/05/1972 Idade.....: 47  
Nome da Mãe.: ROSA CATTANI  
Nome do Pai.: ANGELO CATTANI  
CPF.....: 52237605149  
RG.....: 556636 Órgão Ex....: SSP Data Emissão:  
Telefone.....: 65 99933-3679 [CELULAR]  
Logradouro...: PONTAL DO MARAPE Número.....: 297  
Complemento.: ESTRADA PRAINHA  
Bairro.....: ZONA RURAL Município....: NOVA MUTUM UF.....: MT  
Natureza(s) vinculada(s) a vítima:  
PRESERVAÇÃO DE DIREITO (CONSUMADO)

SUSPEITO

Nome.....: WILSON IUSAKU SUZUKI  
Modus Operandi: AGE VERBALMENTE  
Sexo.....: MASCULINO Nascimento...: 13/11/1958 Idade.....: 60  
Nome da Mãe.: TOMIKO SUZUKI  
Nome do Pai.: SATORU SUZUKI  
Telefone.....: 65 99666-1522 [CELULAR]  
Logradouro...: AVENIDA DOS UIRAPURUS Número.....: 120  
Complemento.: W

AVENIDA CANARIOS, 1402 - BAIRRO: BELA VISTA / NOVA MUTUM - MATO GROSSO  
AVALIE NOSSO ATENDIMENTO: [www.sesp.mt.gov.br/atendimento](http://www.sesp.mt.gov.br/atendimento) DOCUMENTO DE EMISSÃO GRATUITA - PAGINA: 1 / 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:16  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDARBZYSPMR>

Num. 24269555 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:22:19  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916221661600000013748077>  
Número do documento: 21041916221661600000013748077

Num. 13947422 - Pág. 2



ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE NOVA MUTUM



BOLETIM DE OCORRÊNCIA - Nº: 2019.285290

ELABORADO POR 72413- JOILSON DE FIGUEIREDO

DATA/HORA DA COMUNICAÇÃO: 23/09/2019 às 12:00 DO FATO: 30/07/2019 às 11:20

**SUSPEITO**

Bairro..... CENTRO Município... NOVA MUTUM UF..... MT

Ponto Ref....

CPF..... 31780113900

RG..... 1683609 Órgão Ex.... SSP Data Emissão:

Natureza(s) vinculada(s) ao suspeito:

PRESERVAÇÃO DE DIREITO (CONSUMADO)

**NARRATIVA**

INFORMA QUE NA DATA 30/07 FOI POSTADO UM VIDEO EM SUA PAGINA DO FACEBOOK SOBRE RETOMADA DE LOTES EM REFORMA AGRÁRIA O QUAL POSTERIORMENTE NA DATA DE 13/08 FOI DADO UM DIREITO DE RESPOSTA QUE POSTERIORMENTE EM 30/08/2019 FOI FEITO UMA ADULTERAÇÃO/ MONTAGEM E DIVULGAÇÃO INCLUSIVE COM AUDIO QUE DENIGRE A IMAGEM E REPUTAÇÃO DO COMUNICANTE NOS GRUPOS DE WATSSAP DE NOVA MUTUM E CUIABÁ (DIREITA MT, PSL DIREITA NOVA MUTUM, OS COLONOS, GNEGÓCIOS) QUE REPERCUTIU EM VÁRIOS ESTADOS, HÁ DISTRIBUIÇÃO E DIVULGAÇÃO FOI FEITA POR WILSON IUSAKU SUSUKI, COMUNICA QUE O VIDEO REPASSADO NÃO CONDIZ COM AS INFORMAÇÕES VERDADEIRAS E FORAM MANIPULADAS PARA DENEGRIR A IMAGEM POLITICA DO COMUNICANTE , TENDO EM VISTA QUE HOJE SE ENCONTRA NO CARGO DE PRIMEIRO SUPLENTE A DEPUTADO ESTADUAL.É O RELATO

**PROVIDÊNCIAS**

QUE FOR NECESSÁRIO

Responsável

JOILSON F.

Comunicante

AVENIDA CANÁRIOS, 1402 - BAIRRO: BELA VISTA / NOVA MUTUM - MATO GROSSO

AVALIE NOSSO ATENDIMENTO: [www.sesp.mt.gov.br/atendimento](http://www.sesp.mt.gov.br/atendimento)

DOCUMENTO DE EMISSÃO GRATUITA - PAGINA: 2 / 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 25/09/2019 11:16:16  
<https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDARBZYSPMR>

Num. 24269555 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:22:19  
<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916221661600000013748077>  
Número do documento: 21041916221661600000013748077

Num. 13947422 - Pág. 3



# PSC oficializa Reinaldo Moraes na disputa ao Senado; Cattani é suplente

16/09/2020 21:29



O Partido Social Cristão em Mato Grosso (PSC) aprovou, esta noite, em convenção realizada em Cuiabá, o empresário Reinaldo Moraes para disputar a eleição suplementar para o Senado. Gilberto Cattani (PRTB), de Tangará da Serra, e Nelis Farias, de Rondonópolis são os suplentes. A ex-senadora Selma Arruda foi ao evento e manifestou apoio a Reinaldo.



“Nós queremos fazer um embate real contra a corrupção, criar políticas públicas para geração de emprego e renda, para que de fato aconteça a valorização da família mato-grossense e assim trazer mais dignidade para a população. Precisamos romper com a velha política, dar oportunidade a novos nomes e por isso me coloco nessa disputa, para integrar o bloco Muda Senado, muda Mato Grosso, muda Brasil”, afirmou Reinaldo.

Selma Arruda, cassada pela justiça eleitoral por caixa 2 e abuso de poder econômico, disse que “essa vaga no Senado era minha. Fui eleita legitimamente com quase 700 mil votos. É por isso que eu estou aqui hoje. Eu valorizo isso muito essa conquista em minha vida. É como aquela coisa que você ama muito, que você tem muito carinho e só daria para alguém muito especial. Então, esse apoio é muito especial. Não iria dá-lo a qualquer pessoa. Por isso eu apoio o amigo Reinaldo Moraes, que é uma pessoa íntegra, trabalhadora e que vai ter condições de dar continuidade ao trabalho que eu iniciei”, declarou.

*Só Notícias (foto: assessoria)*



## Resolução nº 22.610, de 25 de outubro de 2007 – Brasília/DF

O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, XVIII, do Código Eleitoral, e na observância do que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos Mandados de Segurança nº 26.602, 26.603 e 26.604, resolve disciplinar o processo de perda de cargo eletivo, bem como de justificação de desfiliação partidária, nos termos seguintes:

- Res.-TSE nº 22866/2008: a fidelidade partidária a que se refere o § 1º do art. 17 da Constituição Federal trata das relações entre o partido e o afiliado, somente. A relação institucional com o parlamento e a perda do mandato por infidelidade partidária não pode ser objeto de disciplina estatutária de partido político.
- Res.-TSE nºs 22526/2007, 22563/2007 e 22580/2007: o cargo eletivo no sistema proporcional pertence ao partido e não ao candidato; Ac.-TSE, de 25.6.2015, na Cta nº 8271: a perda do mandato em razão da mudança de partido não se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema majoritário.
- Ac.-TSE, de 20.11.2007, no AgRgMSCOL nº 3668: inexistência de ilegalidade na Res.-TSE nº 22610/2007; Ac.-STF, de 12.11.2008, nas ADIs nºs 3999 e 4086 e Ac.-TSE, de 11.10.2008, no AgR-AC nº 2424: constitucionalidade da citada resolução.

**Art. 1º** O partido político interessado pode pedir, perante a *Justiça Eleitoral*, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa.

- ✓ Ac.-TSE, de 31.3.2009, no AgR-AC nº 3233: competência da *Justiça Eleitoral* para reconhecimento ou não de infidelidade partidária.
- V. art. 22-A, parágrafo único, da Lei nº 9.096/1995: justa causa para a desfiliação partidária.
- V. nota ao art. 13, *caput*, desta resolução, sobre o Ac.-STF, de 27.5.2015, na ADI nº 5081.
- Ac.-TSE, de 8.9.2015, na Cta nº 93721: novo partido que recebe parlamentar que, novamente, se transfere para outra legenda, não possui interesse em ajuizar ação de perda de cargo eletivo por desfiliação partidária, em razão da inexistência de suplentes em seus quadros aptos a assumirem o mandato.
- Não incidência das disposições desta resolução: Ac.-TSE, de 12.12.2019, no AgR-AI nº 060054541 (expulsão proferida pela agremiação política); Ac.-TSE, de 14.4.2009, no RMS nº 640 (vacância de cargo por nomeação do titular como secretário de Estado); Ac.-TSE, de 19.2.2009, no AgR-Rp nº 1399 (desfiliação partidária de suplente por não exercer mandato eletivo); Ac.-TSE, de 19.3.2009, no AgR-Pet nº 2980 (desfiliação imposta pelo próprio partido político); Ac.-TSE, de 24.6.2014, no AgR-Pet nº 89853 e, de 27.11.2012, no AgR-REspe nº 67303 (desfiliação autorizada pelo próprio partido); Ac.-TSE, de 23.4.2009, no AgR-Pet nº 2778 (reintegração do detentor de cargo eletivo ao partido político).

### § 1º Considera-se justa causa:

- Ac.-TSE, de 3.3.2016, no AgR-REspe nº 6424 e, de 21.8.2014, no AgR-Pet nº 89416 e Res.-TSE nº 22705/2008: caracterização de justa causa quando o partido reconhecer fatos que justifiquem a desfiliação.
- Ac.-TSE, de 7.10.2010, no AgR-AC nº 198464: eventual resistência do partido à futura pretensão de o filiado concorrer a cargo eletivo ou intenção de viabilizar essa candidatura por outra agremiação não caracteriza justa causa.
- Dec.-TSE s/nº, de 12.3.2009, na Pet nº 2773: "A modificação da posição do partido em relação a tema de grande relevância configura justa causa para a migração partidária de filiado".

### I – incorporação ou fusão do partido;

- ✓ Ac.-TSE, de 7.8.2008, na AC nº 2380: decorrido extenso lapso temporal entre o ato de *incorporação* e o pedido de desfiliação partidária, fica impossibilitado o reconhecimento da justa causa.
- ✓ Res.-TSE nº 22885/2008: a justa causa prevista neste dispositivo atinge apenas o parlamentar filiado ao partido político incorporado.
- Ac.-TSE, de 29.4.2014, na Cta nº 18226: a fusão não abre a parlamentares de partidos que não a integraram a oportunidade de migrarem.



**II – criação de novo partido;**

- Ac.-TSE, de 2.6.2011, na Cta nº 75535: possibilidade da filiação partidária no novo partido somente após o registro do estatuto na Justiça Eleitoral.

**III – mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário;****IV – grave discriminação pessoal.**

- Dec.-TSE s/nº, de 27.3.2008, na Pet nº 2756: "Divergência entre filiados partidários no sentido de ser alcançada projeção política não constitui justa causa para desfiliação".

**§ 2º** Quando o partido político não formular o pedido dentro de 30 (trinta) dias da desfiliação, pode fazê-lo, em nome próprio, nos 30 (trinta) subsequentes, quem tenha *interesse jurídico* ou o Ministério Público Eleitoral.

- ✓ Ac.-TSE, de 25.8.2010, na Pet nº 3019: legitimidade ativa do primeiro suplente para formular o pedido de decretação de perda de cargo eletivo.

- Res.-TSE nº 23148/2009: acordos ou deliberações de qualquer esfera partidária não têm o condão de afastar as consequências impostas por esta resolução.

- Res.-TSE nº 22907/2008 e Ac.-TSE, de 5.6.2008, na AC nº 2374: os prazos previstos neste dispositivo são decadenciais.

- Ac.-TSE, de 6.8.2015, no REspe nº 23517: o partido para o qual tenha migrado o parlamentar é litisconsorte passivo necessário em ação de perda de mandato eletivo por suposta infidelidade partidária.

- Ac.-TSE, de 16.10.2012, no AgR-REspe nº 242755: o termo inicial do prazo para a propositura de ação de perda de mandato eletivo é contado a partir da primeira comunicação feita ao partido político, e não da realizada perante a Justiça Eleitoral; Ac.-TSE, de 6.5.2014, no AgR-Pet nº 2882 e, de 25.5.2010, no RO nº 2275: o prazo para o ajuizamento da ação por infidelidade partidária de suplente é contado da data da posse no cargo eletivo.

- Ac.-TSE, de 28.6.2012, no AgR-AC nº 45624: a legitimidade concorrente do diretório municipal e do diretório estadual para requerer o mandato municipal não implica a dobra do prazo previsto neste parágrafo.

**§ 3º** O mandatário que se desfilou ou pretenda desfiliar-se pode pedir a declaração da existência de justa causa, fazendo citar o partido, na forma desta resolução.

- V. nota ao art. 1º, § 1º, II, desta resolução sobre o Ac.-TSE, de 2.6.2011, na Cta nº 75535.

**Art. 2º** O Tribunal Superior Eleitoral é competente para processar e julgar pedido relativo a mandato federal; nos demais casos, é competente o tribunal eleitoral do respectivo estado.

- V. nota ao art. 1º, *caput*, desta resolução sobre o Ac.-TSE, de 31.3.2009, na AC nº 3233.

**Art. 3º** Na inicial, expondo o fundamento do pedido, o requerente juntará prova documental da desfiliação, podendo arrolar testemunhas, até o máximo de 3 (três), e requerer, justificadamente, outras provas, inclusive requisição de documentos em poder de terceiros ou de repartições públicas.

**Art. 4º** O mandatário que se desfilou e o eventual partido em que esteja inscrito serão citados para responder no prazo de 5 (cinco) dias, contados do ato da citação.

- V. nota ao art. 1º, § 2º, desta resolução sobre o Ac.-TSE, de 6.8.2015, no REspe nº 23517.

**Parágrafo único.** Do mandato constará expressa advertência de que, em caso de revelia, se presumirão verdadeiros os fatos afirmados na inicial.

**Art. 5º** Na resposta, o requerido juntará prova documental, podendo arrolar testemunhas, até o máximo de 3 (três), e requerer, justificadamente, outras provas, inclusive requisição de documentos em poder de terceiros ou de repartições públicas.

**Art. 6º** Decorrido o prazo de resposta, o tribunal ouvirá, em 48 (quarenta e oito) horas, o representante do Ministério Público, quando não seja requerente, e, em seguida, julgará o pedido, em não havendo necessidade de dilação probatória.

**Art. 7º** Havendo necessidade de provas, deferi-las-á o relator, designando o 5º (quinto) dia útil subsequente para, em única assentada, tomar depoimentos pessoais e inquirir testemunhas, as quais serão trazidas pela parte que as arrolou.

**Parágrafo único.** Declarando encerrada a instrução, o relator intimará as partes e o representante do Ministério Público, para apresentarem, no prazo comum de 48 (quarenta e oito) horas, alegações finais por escrito.



28/03/2021

Resolução nº 22.610, de 25 de outubro de 2007 – Brasília/DF — Tribunal Superior Eleitoral

**Art. 8º** Incumbe aos requeridos o ônus da prova de fato extintivo, impeditivo ou modificativo da eficácia do pedido.

**Art. 9º** Para o julgamento, antecipado ou não, o relator preparará voto e pedirá inclusão do processo na pauta da sessão seguinte, observada a antecedência de 48 (quarenta e oito) horas. É facultada a sustentação oral por 15 (quinze) minutos.

**Art. 10.** Julgando procedente o pedido, o tribunal decretará a perda do cargo, comunicando a decisão ao presidente do órgão legislativo competente para que emposses, conforme o caso, o suplente ou o vice, no prazo de 10 (dez) dias.

■ V. Súm.-TSE nº 67/2016.

**Art. 11.** São irrecorríveis as decisões interlocutórias do relator, as quais poderão ser revistas no julgamento final, de cujo acórdão cabe o recurso previsto no art. 121, § 4º, da Constituição da República.

■ Art. 11 com redação dada pelo art. 1º da Res.-TSE nº 22733/2008.

**Art. 12.** O processo de que trata esta resolução será observado pelos tribunais regionais eleitorais e terá preferência, devendo encerrar-se no prazo de 60 (sessenta) dias.

■ Ac.-TSE, de 27.11.2007, no MS nº 3671 e, de 29.11.2007, no MS nº 3.674: descabimento de tutela antecipada.

**Art. 13.** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se apenas às desfiliações consumadas após 27 (vinte e sete) de março deste ano, quanto a mandatários eleitos pelo sistema proporcional, e, após 16 (dezesseis) de outubro corrente, quanto a eleitos pelo sistema majoritário.

✓ Ac.-STF, de 27.5.2015, na ADI nº 5081: declara inconstitucional a expressão “e, após 16 (dezesseis) de outubro do corrente, quanto a eleitos pelo sistema majoritário”.

■ Ac.-TSE, de 25.6.2015, na Cta nº 8271: a perda do mandato em razão da mudança de partido não se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema majoritário.

**Parágrafo único.** Para os casos anteriores, o prazo previsto no art. 1º, § 2º, conta-se a partir do início de vigência desta resolução.

Brasília, 25 de outubro de 2007.

Ministro MARCO AURÉLIO, presidente – Ministro CEZAR PELUSO, relator – Ministro CARLOS AYRES BRITTO – Ministro JOSÉ DELGADO – Ministro ARI PARGENDLER – Ministro CAPUTO BASTOS – Ministro MARCELO RIBEIRO

Publicada no *DJ* de 30.10.2007 e republicada no *DJ* de 27.3.2008.

## Tags

#Código Eleitoral

#Legislação eleitoral

#Publicação eletrônica

## Gestor responsável

[Seção de Seleção e Divulgação de Jurisprudência +](#)

 Mapa do site



## **SUBSTABELECIMENTO**



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:41:44

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916414171700000013748427>

Número do documento: 21041916414171700000013748427

EXMO(A) JUIZ(A) RELATOR(A) DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE  
MATO GROSSO.

CI¹: -J-0014-F.

**PJe. 0600053-82.2021.6.11.0000.**

**GILBERTO MOACIR CATTANI**, já qualificado nesta Ação para Decretação de Perda de Mandato Eletivo por Infidelidade Partidária, proposta por **EMILIO POPULO SOUZA MACHADO**, também qualificado, vem perante vossa Excelência, por seu advogado que abaixo subscreve, requerer a JUNTADA DE SUBSTABELECIMENTO com reservas iguais de poderes (em anexo), conforme as formalidades legais.

Pede deferimento.  
Nova Mutum-MT, 19 de abril de 2021.

*[documento assinado² eletronicamente]*  
**Daniel Luis Nascimento Moura**  
Advogado | OAB 16.604 MT

<sup>1</sup> Controle Interno.

<sup>2</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006.



MOURA,  
GOMES &  
NASCIMENTO  
ADVOGADOS

## **SUBSTABELECIMENTO**

**SUBSTABELECENTE: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA**, brasileiro, advogado inscrito na **OAB nº. 16.604/MT**, CI/RG 1788065-3 SEJSP/MT, CPF/MF 006.999.011-54, com endereço profissional no Município de Nova Mutum (CEP 78.450-000), Estado de Mato Grosso, sito à Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2, Centro.

**SUBSTABELECIDO: Dr(a). WILSON LUIZ DARIENZO QUINTEIRO**, advogado com inscrição na **OAB/PR nº. 20.424**, com endereço profissional na Comarca de Maringá, PR.

**PODERES:** a quem confere, **com reserva de iguais**, os poderes constantes da Procuração firmada nos autos para de forma ampla e geral atuar no feito na forma da lei.

Nova Mutum, 17 de abril de 2021.

**SUBSTABELECENTE**

(65) 99619 8946  
atendimento@mgnadvogados.com

[www.mgnadvogados.com](http://www.mgnadvogados.com)

CNPJ: 24.021.086/0001-05  
OAB MT PJ: 818

NOVA MUTUM - MT  
Rua dos Cedros, 189-N, Sala 2,  
Centro - CEP: 78450-000

CUIABÁ - MT  
Rua Franklin Cassiano Silva, nº 01, Sala 25, GComplexJur  
Bairro Duque de Caxias - CEP: 78043-294

SORRISO - MT  
Av. Tancredo Neves, nº 1168, Sala 204  
Ed. Sorriso Center, Centro - CEP: 78890-000

  
@mgnadvogados



Assinado eletronicamente por: DANIEL LUIS NASCIMENTO MOURA - 19/04/2021 16:41:51

<https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041916414805900000013748527>

Número do documento: 21041916414805900000013748527

Num. 13947872 - Pág. 1